



Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS

EMITIDO EM 28/04/2026 16:53

**Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 27/03/2026

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor: JOSÉ CLECIANTON TEIXEIRA		Matrícula: 20241004605 (<i>identificador</i>)
Telefone: 981480375		
Identidade: 03643442378 - SSP/PI	CPF: 615.546.503-72	E-mail: clecionartonteixeira@gmail.com
Orientador: RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS	CPF: 035.848.933-48	E-mail: raimundolima2011@ufpi.edu.br
Membro da banca: LIVIA MOREIRA BARROSO	CPF: 645.924.053-15	E-mail: liviabarroso@ufpi.edu.br
Membro da banca: NILSANGELA CARDOSO LIMA	CPF: 615.546.503-72	E-mail: nilsangelacardoso@ufpi.edu.br
Membro da banca: RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS	CPF: 615.546.503-72	E-mail: raimundolima2011@ufpi.edu.br
Data da Defesa: 27/03/2026	Titulação: Mestre	
Título: QUANDO O ANALFABETISMO VIRA NOTÍCIA: denúncia e representações midiáticas em Alagoinha do Piauí (2013–2016)		
Instituição de Defesa: Universidade Federal do Piauí/UFPI	CNPJ: 6517387000134	
Afiliação:	CNPJ:	
Palavras-chave: História. Programa Brasil Alfabetizado. Corrupção pública. Telejornalismo. Alagoinha do Piauí.		

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documentoLiberação para publicação: **Total**

Documento assinado digitalmente

JOSE CLECIANTON TEIXEIRA

Data: 29/05/2026 09:37:52-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do autor

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **e41a5fd78e**



SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | Copyright © 2006-2026 - UFRN
- sigjb05.ufpi.br.instancia1



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA**



JOSÉ CLECIONARTON TEIXEIRA

**QUANDO O ANALFABETISMO VIRA NOTÍCIA: denúncia e representações
midiáticas em Alagoinha do Piauí (2013-2016)**

Teresina – PI

2026

JOSÉ CLECIONARTON TEIXEIRA

**QUANDO O ANALFABETISMO VIRA NOTÍCIA: denúncia e representações
midiáticas em Alagoinha do Piauí (2013-2016)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Linha de Pesquisa: História, Cidade, Memória e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

T266q Teixeira, José Clecionarton.
 Quando o analfabetismo vira notícia: denúncia e representações
 midiáticas em Alagoinha do Piauí (2013-2016) / José Clecionarton
 Teixeira. – 2026.
 251 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
 de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
 História do Brasil, Teresina, 2026.
 “Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos”.

 1. Alagoinha do Piauí. 2. História. 3. Políticas Públicas.
 4. Programa Brasil Alfabetizado. 5. Telejornalismo. I. Santos,
 Raimundo Nonato Lima dos. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004



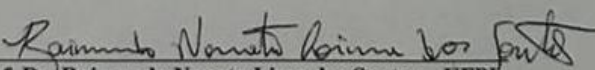
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL

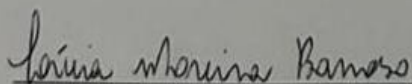
ATA Nº 15

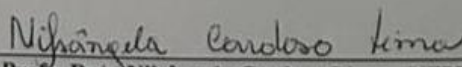
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL, REALIZADA EM 27/03/2026.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na sala do Mestrado do PPGHB - UFPI reuniu-se em sessão pública a banca examinadora da dissertação intitulada: **QUANDO O ANALFABETISMO VIRA NOTÍCIA: denúncia e representações midiáticas em Alagoinha do Piauí (2013–2016)**, de autoria do mestrando **José Clecionarton Teixeira**, candidato ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos Professores Doutores: Raimundo Nonato Lima dos Santos – UFPI (Orientador), Livia Moreira Barroso - UFPI (Examinadora Externa), e Nilsângela Cardoso Lima – UFPI (Examinadora Interna). Às quatorze horas a sessão foi aberta pelo Presidente, que deu início aos trabalhos convidando o candidato a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Finda a exposição, o presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até trinta minutos para a arguição e o candidato de igual tempo para as respectivas respostas. A arguição foi iniciada pela Profa. Dra. Livia Moreira Barroso, e seguindo a Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima e, finalmente, Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos, orientador da dissertação. O mestrando respondeu a todos os questionamentos de forma satisfatória. A seguir, a banca, em sessão secreta, avaliou a dissertação apresentada. Retornando ao plenário do exame foi dado conhecimento do resultado da avaliação. O Presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação **APROVADA com distinção e louvor e indicada para publicação**. Ficou estabelecido que a entrega da versão final, com as correções mandatórias, deverá ser feita no prazo de sessenta dias, a contar da assinatura desta ata. Após os cumprimentos de praxe o Presidente, congratulando-se com o candidato e agradecendo a audiência de todos, encerrou a sessão às dezessete horas e trinta minutos e, para constar, foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, será subscrita por todos os membros da Banca Examinadora.

Teresina (PI), 27 de março de 2026.


Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos – UFPI
Presidente da Banca Examinadora


Profa. Dra. Livia Moreira Barroso - UFPI
Examinador Externo


Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima – UFPI
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui estas palavras para você que está lendo – assim como eu, que antes de iniciar a leitura de qualquer trabalho, começa logo pelos agradecimentos. Se você está no ensino básico, almeje o ensino superior e permita-se sonhar alto. Se está na graduação, crie coragem. Faça como eu fiz: mesmo quando achei que não seria capaz, continuei. E vá o mais longe possível – um mestrado, depois um doutorado, e tudo aquilo que o seu coração desejar alcançar. O que muitas vezes nos impede não é a falta de capacidade, mas a insegurança e o medo de tentar. Eles nos acompanham, nos fazem duvidar, nos fazem hesitar. Mas, quando ultrapassamos esses limites internos, percebemos que os sonhos deixam de ser apenas desejos distantes e começam a se tornar possibilidades reais. Não é fácil, mas é possível. E, às vezes, tudo o que precisamos é dar o primeiro passo.

Em trabalhos acadêmicos, os agradecimentos costumam ser deixados para o final, talvez por serem considerados uma parte mais leve do texto. Em minha formação anterior – o Trabalho de Conclusão de Curso em História – TCC II, – também deixei este momento por último. Ainda assim, nunca foi fácil. Sempre encontro dificuldade em sintetizar, em poucas palavras, a imensa gratidão que carrego por aqueles que caminharam comigo. Agora, penso em como resumir em alguns parágrafos aquilo que foi sustentado por anos de apoio, fé e resistência.

Hoje, 23 de fevereiro de 2026, paro para refletir sobre o que deixar registrado para quem um dia tiver este trabalho em mãos. Este texto é resultado de esforços que, por muito tempo, nem eu mesmo sabia que seria capaz de realizar. Ele representa a síntese de uma trajetória que começou quando eu tinha apenas sete anos de idade. Aquele menino tímido, de poucas palavras, de família humilde, vindo da roça, do Nordeste brasileiro, do sertão piauiense, da zona rural de Alagoinha do Piauí, jamais imaginaria que um dia concluiria um Mestrado Acadêmico em uma instituição pública de grande prestígio – a Universidade Federal do Piauí. Se alguém lhe dissesse isso naquela época, talvez ele sorrisse sem acreditar.

Neste momento, como tantas outras vezes ao longo dessa caminhada, escrevo com os olhos cheios de lágrimas. Cada palavra carrega memória, garra, luta e gratidão. Nada foi simples. A trajetória foi marcada por obstáculos, incertezas e provas que, por vezes, me fizeram questionar se conseguiria chegar até aqui. Mas nunca estive sozinho. Houve pessoas que lutaram e continuam lutando ao meu lado, transformando o que parecia impossível em realidade. A elas, e a Deus, que sempre sustentou meus passos, devo cada conquista que hoje se concretiza nestas páginas.

A Deus, minha eterna gratidão por sempre caminhar comigo e me livrar dos perigos que tantas vezes me cercaram. Sei que nunca estive sozinho. Lembro, especialmente, dos dias em que precisava ir para Teresina de carona, saindo às duas da madrugada, com o coração apertado e o medo silencioso durante todo o percurso, ao perceber o motorista vencido pelo cansaço. Nesses momentos, segurava-me na fé e entregava o caminho em Tuas mãos. E hoje, ao recordar cada viagem, reconheço que sempre estiveste ali, guiando, protegendo e permitindo que eu chegasse em segurança para continuar lutando pelos meus sonhos.

Aos meus pais, José Luis Teixeira, conhecido como Santo, e Luzia, faltam-me palavras para expressar a dimensão do amor e da gratidão que sinto por vocês. Foram vocês que me viram crescer, que me ensinaram a escolher o caminho do bem e, sobretudo, a não desistir dos estudos. Sempre disseram que a educação seria a única forma de transformar minha realidade, para que eu não precisasse viver apenas do trabalho duro da agricultura, como vocês viveram. Mas talvez vocês não saibam que essa realidade, mesmo marcada por dificuldades, é também minha maior herança. Foi na roça, na simplicidade e no esforço diário de vocês que aprendi o valor do trabalho, da dignidade e da perseverança. Nunca foi motivo de vergonha – pelo contrário, é parte da minha história, das minhas raízes e da força que me trouxe até aqui.

À minha irmã Cleide e às minhas sobrinhas, Emanuelle e Maitê, minha gratidão pelos sábados, pelas risadas e por todos os momentos compartilhados. Vocês tornam a casa mais leve, mais viva, mais cheia de alegria. Cleide, obrigado por estar sempre ao meu lado, me apoiando, incentivando e acreditando que eu poderia ir mais alto, mesmo quando eu duvidava. Parte dessa conquista também é de vocês. Aos demais familiares, deixo minha gratidão pelo apoio constante e, sobretudo, por nunca deixarem de acreditar em mim.

Ao longo da vida, somos atravessados por pessoas que chegam e partem. Algumas deixam marcas e permanecem; outras são apenas passagem. Considero-me profundamente sortudo pelas amizades que a vida me concedeu – aquelas que, apesar do tempo, das mudanças e dos novos caminhos que cada um inicia, continuam presentes, reafirmando que não foram e nunca serão passageiras. Entre essas pessoas está Ana Geórgia. Uma amizade que ultrapassa uma década e que esteve ao meu lado em todas as etapas desta jornada: antes, durante e depois da seleção do mestrado, no início das aulas e ao longo da escrita desta dissertação. Sempre presente, indicando leituras, sugerindo caminhos e acreditando em mim. Ana, nunca esqueça o quanto você é gigante e o quanto sua amizade é valiosa em minha vida.

Maria Manuela, minha Manu – parceira de graduação, especialização e mestrado. Compartilhamos não apenas salas de aula, mas também a experiência de morar juntos em Teresina. Todos os dias tinham seu próprio surto, suas angústias e incertezas, mas sempre

tivemos um ao outro para desabafar e tentar nos ajudar do nosso jeito. Nossa parceria foi abrigo em meio às pressões e desafios. Maria Edwirges, minha duplinha desde o ensino fundamental, separada de mim apenas pelo intervalo de tempo de um ano no mestrado. Obrigado por permanecer. Sua amizade atravessou fases, mudanças e distâncias, mas nunca perdeu a força. Nádia – a de coração duro que virou manteiga com o tempo – sua amizade marcou profundamente minha graduação, e é por isso que seguimos amigos até hoje. Torço imensamente pelo seu futuro e pelas conquistas que ainda virão.

Ao Italo Bernardo, minha eterna gratidão pela amizade e parceria de sempre. Vitória, essa pessoa de coração gigante, leve, extrovertida e cheia de alegria, obrigado pelas vezes em que estive ao meu lado e conseguiu me fazer sorrir nos dias difíceis. Mayk e Rian, agradeço pelo apoio, amizade e acolhida em Picos durante meu estágio docente; saibam que vocês fazem parte desta conquista. Daniel Dias – o Dedé, meu grande amigo de conversas diárias e quase um irmão, sua amizade é das coisas mais valiosas que a vida me deu. Obrigado por estar presente desde o processo de seleção, estendendo-se por todo o mestrado, bem como pelos conselhos, puxões de orelha necessários e pelas verdades ditas na hora certa. Ramila Alencar, minha gratidão pela amizade, momentos de descontração, brincadeiras e pela ajuda na produção dos mapas. Você faz parte desta etapa e desta conquista.

Luziane e Ariane, minhas amigas de infância, meu porto seguro em Picos sempre que precisei viajar para Teresina. A amizade de vocês é essencial na minha vida. Obrigado pelo apoio constante e pelo incentivo à minha trajetória acadêmica. Pio Tales, obrigado pela amizade e conversas que tanto me fortaleceram ao longo dessa caminhada. Edilson, siga seus sonhos e nunca desista do que almeja. Obrigado pela amizade sincera. Nicolly, agradeço pelas conversas diárias e pelos momentos partilhados; sua presença faz diferença nos meus dias e torna a caminhada mais leve.

A Kátia Araújo e Ana Ester, minha sincera gratidão por todo o apoio durante o processo de seleção e ao longo do mestrado. As conversas, os desabafos e as palavras de incentivo foram fundamentais para que eu mantivesse o equilíbrio e a confiança nos momentos mais desafiadores. Vocês foram abrigo e força quando precisei, e levo comigo cada gesto de cuidado e amizade demonstrados nessa caminhada. Maria Clara e Luziane Rocha, obrigado pela amizade e pelos momentos de descontração que tornaram a caminhada mais leve.

Durante o mestrado, encontrei pessoas iluminadas que me fizeram sentir em casa, mesmo estando longe dela. Entre elas, cito Iarah Lira, Luiz Sérgio, João Vitor, Everton, Dinorah, Gustavo – minha dupla do Sertão –, Larissa, Joel Marcos Brasil, Mário e Caio Leonardo. A companhia de vocês, sem dúvida, tornou todo o processo mais leve, mais humano

e repleto de aprendizados que levarei para a vida. Que novos voos se abram diante de cada um de vocês e que, onde quer que estejam, possam se sentir realizados e orgulhosos de suas próprias trajetórias. Sou grato por ter dividido essa etapa com pessoas tão generosas e inspiradoras. Ao Gabriel Rocha, minha gratidão pela paciência, disposição e humanidade ao dedicar seu tempo para me auxiliar em todo o processo de submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética. Sua ajuda foi essencial. Sem sua prontidão e generosidade, eu não teria conseguido concluir essa etapa. Muito obrigado por todo o apoio.

Ao meu orientador, professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos, minha eterna gratidão. Mais uma vez, o senhor foi ponte – ponte segura entre o sonho e a realização, entre a dúvida e a confiança, entre o início incerto e a chegada possível. Muito do que hoje sou e do que venho conquistando carrega a marca da sua orientação, da sua confiança e do seu compromisso com a formação humana e intelectual de seus orientandos. O professor Raimundo é daqueles mestres que ensinam para além das páginas e das normas acadêmicas. Cobra com rigor, mas acredita; exige, mas encoraja; orienta, mas permite voar. Comigo não foi diferente. Esteve presente sempre que precisei, mas jamais podou minhas asas – ao contrário, fortaleceu-as. Permitiu que eu construísse meu próprio caminho, com autonomia, responsabilidade e consciência crítica, oferecendo direcionamentos firmes para que cada passo fosse mais seguro e cada escrita, mais madura. Minha eterna gratidão por ter me acolhido como mais uma de suas “crias”, por ter acreditado quando talvez nem eu acreditasse tanto, e por caminharmos juntos até a conclusão de mais esta etapa. Que eu possa honrar, com meu trabalho e minha postura, tudo aquilo que aprendi sob sua orientação.

Aos membros que compuseram a banca de qualificação e que hoje também integram este momento de defesa, a Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima e a Profa. Dra. Livia Moreira Barroso, registro minha profunda gratidão. As considerações e sugestões apresentadas por vocês foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho. Procurei acolher, com o máximo de atenção e responsabilidade, cada indicação feita, pois reconheço o quanto foram pertinentes e decisivas para a consolidação da pesquisa. Obrigado por aceitarem acompanhar esta trajetória desde a qualificação até a defesa, contribuindo com generosidade intelectual e rigor acadêmico.

À Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles, faltam-me palavras para agradecer o apoio e o incentivo constantes ao longo do mestrado. Durante a disciplina de História Oral, sempre demonstrou sensibilidade e interesse pelo meu objeto de estudo, colocando-se à disposição para ajudar e contribuir no que fosse possível. Na banca de qualificação, suas observações foram valiosas e ampliaram meu olhar sobre o próprio texto. Sua maneira de falar,

encorajar e fortalecer nossa autoestima enquanto pesquisadores é algo que admiro profundamente. Levo comigo não apenas suas contribuições acadêmicas, mas também o exemplo de postura, humanidade e compromisso com o seu ofício.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Francisco Nascimento, que, logo no primeiro dia de aula, me acolheu com atenção e generosidade, oferecendo apoio e subsídios que foram fundamentais para minha adaptação e melhor desenvolvimento durante minha estadia em Teresina. Agradeço pela confiança, pelo incentivo e pela oportunidade de integrar o projeto do Museu de História do Piauí, um espaço virtual de grande relevância e acessibilidade aos pesquisadores. Ao Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, minha sincera gratidão pelo apoio e pela generosidade ao longo do mestrado. Sua disponibilidade para compartilhar informações e oferecer auxílio em momentos importantes foi de grande valor para o meu desenvolvimento durante o mestrado. Saber que pude contar com sua atenção e colaboração tornou esse percurso mais seguro e menos solitário. Ao Prof. Dr. Fábio Leonardo, que além de professor se tornou amigo, agradeço pela parceria, pelos incentivos, pelos passeios ao shopping e pelos momentos de conversa e descontração compartilhados. Sua leveza, humanidade e compromisso com o ensino fazem de você um exemplo de professor que desejo me tornar um dia.

Ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI), agradeço pela formação acadêmica, pelas oportunidades construídas ao longo dessa trajetória e por abrir caminhos que ampliaram horizontes e tornaram possíveis muitos sonhos. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), expresso minha gratidão pelo apoio financeiro concedido durante o mestrado, fundamental para a permanência na pós-graduação e para a realização desta pesquisa. O incentivo recebido possibilitou dedicação aos estudos, participação em atividades acadêmicas e a conclusão desta dissertação.

Encerro estas palavras agradecendo também àqueles que, mesmo não citados nominalmente, fazem parte do meu cotidiano e da minha história. Cada gesto de apoio, palavra de incentivo, momento de descontração e acolhimento contribuíram, de alguma forma, para que este sonho se tornasse realidade. Nenhuma conquista é solitária; ela é sempre atravessada por encontros, afetos e presenças que nos sustentam quando as forças parecem faltar.

A todos e todas que passaram, que permaneceram e que continuam caminhando comigo, deixo minha gratidão. Este trabalho carrega não apenas meu nome, mas um pouco de cada um que acreditou, incentivou e torceu por mim. Que a vida me permita retribuir, com generosidade e compromisso, tudo aquilo que recebi ao longo desta jornada. Hoje encerro esta etapa com o coração cheio de gratidão, de memória e de esperança pelos caminhos que ainda virão.

[...]
Não! Você não me impediu de ser feliz!
Nunca jamais bateu à porta em meu nariz!
Ninguém é gente!
Nordeste é uma ficção!
Nordeste nunca houve!
[...]
Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: Conheço o meu lugar!
(Belchior)

*Entre dados e manchetes, descobri que o
analfabetismo não é só ausência de letras, mas
também excesso de rótulos – e que desafiá-los é
outra forma de alfabetização.*

RESUMO

O trabalho analisa as construções discursivas em torno do analfabetismo no município de Alagoinha do Piauí, entre os anos de 2013 e 2016, nas reportagens televisivas exibidas pelos programas *Repórter Record Investigação* (Rede Record) e *Profissão Repórter* (Rede Globo). Foca a análise no uso de recursos verbo-visuais de cunho sensacionalista na abordagem dos índices de analfabetismo da referida cidade e das denúncias de corrupção na execução do Programa Brasil Alfabetizado em nível municipal. O estudo fundamenta-se em diferentes tipos de fontes: *audiovisuais* (as duas reportagens televisivas já mencionadas); *hemerográficas* (jornais *on-line*); *orais* (moradores da cidade de Alagoinha do Piauí); e *escritas* (dados do IBGE [2010], relatórios e diários de classe referentes à execução do Programa Brasil Alfabetizado no município em estudo). A análise das fontes e das chaves conceituais presentes neste trabalho dialogam com as reflexões teóricas de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010), para discutir a ideia de *Nordeste*; José Cristian Góes (2014) e Ana Luiza Lugão (2010), para discutir *sensacionalismo*; Eduardo Vinicius de Sales Alves (2014), para discutir *estereótipos*; Michel de Certeau (1998), para discutir *estratégias, táticas e práticas*; e, Angela Maria Alonso (2023) para discutir as *Jornadas de Junho* e o *antipetismo*. Como referencial teórico-metodológico para a análise das reportagens televisivas e dos portais jornalísticos, dialoga com José d'Assunção Barros (2022; 2023) e, para examinar os relatos orais, à luz da História Oral, conversa com Verena Alberti (2011). O estudo apontou a ocorrência de fraudes na execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí e o caráter sensacionalista presente nas construções discursivas das narrativas transmitidas em rede nacional. Foi realizada uma contextualização do período em que as reportagens foram exibidas, a fim de analisar de que modo a denúncia em torno do programa pode ter contribuído para tensionar o cenário político local, ao mesmo tempo em que se articulava a um contexto mais amplo, marcado, a partir de 2013, pelo fortalecimento do antipetismo no Brasil e pela crescente deslegitimação de políticas associadas ao Partido dos Trabalhadores, processo que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Palavras-chave: História; Programa Brasil Alfabetizado; Políticas Públicas; Telejornalismo; Alagoinha do Piauí.

ABSTRACT

This work analyzes the discursive constructions surrounding illiteracy in the municipality of Alagoinha do Piauí, between the years 2013 and 2016, in television reports broadcast by the programs *Repórter Record Investigação* (Rede Record) and *Profissão Repórter* (Rede Globo). The analysis focuses on the use of sensationalist verbal-visual resources in addressing the illiteracy rates in the aforementioned city and the allegations of corruption in the implementation of the Brazil Literate Program at the municipal level. The study is based on different types of sources: *audiovisual* (the two television reports already mentioned); *newspaper articles* (on-line newspapers); *oral* (residents of the city of Alagoinha do Piauí); and *written* (data from IBGE [2010], reports and class diaries relating to the implementation of the Brazil Literate Program in the municipality under study). The analysis of the sources and conceptual keys presented in this work engages with the theoretical reflections of Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010), to discuss the idea of the *Northeast*; José Cristian Góes (2014) and Ana Luiza Lugão (2010), to discuss *sensationalism*; Eduardo Vinicius de Sales Alves (2014), to discuss *stereotypes*; Michel de Certeau (1998), to discuss *strategies*, *tactics*, and *practices*; and Angela Maria Alonso (2023) to discuss the *June Journeys* and *anti-PT sentiment*. As a theoretical-methodological framework for the analysis of television reports and journalistic portals, it engages with José d'Assunção Barros (2022; 2023) and, to examine oral accounts in light of Oral History, it engages with Verena Alberti (2011). The study pointed to the occurrence of fraud in the execution of the Brazil Literate Program in Alagoinha do Piauí and the sensationalist nature present in the discursive constructions of the narratives broadcast on national television. A contextualization of the period in which the reports were aired was carried out in order to analyze how the denunciation surrounding the program may have contributed to tensioning the local political landscape, while simultaneously being articulated within a broader context marked, from 2013 onwards, by the strengthening of anti-PT sentiment in Brazil and the growing delegitimization of policies associated with the Workers' Party, a process that culminated in the impeachment of former President Dilma Rousseff in 2016.

Keywords: History; Brazil Literate Program; Public Policies; Television Journalism; Alagoinha do Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Alagoinha do Piauí e municípios limítrofes	25
Figura 2 – Localização de Alagoinha do Piauí	77
Figuras 3, 4 e 5 – Índices de alfabetização	78
Figura 6 – Mapa do Brasil	79
Figuras 7 e 8 – Presença de Wellington Dias (PT) e Lula (PT) em Alagoinha do Piauí	87
Figura 9 – Visita do governador Wellington Dias em apoio à candidatura de Clodoaldo e Nini, nas eleições municipais de Alagoinha do Piauí, em 2008	91
Figura 10 – Vídeo exibido na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , com vaqueiro e boiada, em 2014	108
Figura 11 – Vaqueiro conduzindo boiada em Alagoinha do Piauí, cena exibida pelo <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	113
Figura 12 – Mandacaru em Alagoinha do Piauí, exibido na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	118
Figura 13 – Homem transportando água em um cavalo, cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	120
Figura 14 – Vídeo da zona rural de Alagoinha do Piauí, exibido na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	128
Figura 15 – Crianças brincando em Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	147
Figuras 16, 17, 18 e 19 – Clube Recreativo Vale do Sol, Chácara Recanto dos Sonhos, Churrascaria e Pizzaria Cristóvão e a Quadra Poliesportiva U.E Jonas Nicolau da Rocha	149
Figura 20 – Entrevista com crianças de Alagoinha do Piauí, exibida no <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	150
Figuras 21 e 22 – Entrevista com a mãe de crianças de Alagoinha do Piauí, exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	151
Figuras 23 e 24 – Imagens exibidas na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , representando o vaqueiro e sua boiada, e o mapa do Brasil com dados educacionais, em 2014	155
Figura 25 – Repórter Heleine Heringer caminhando por rua de Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	158
Figuras 26 e 27 – Imagens ilustrativas durante apresentação de dados demográficos de Alagoinha do Piauí, exibidas na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	159

Figura 28 – Visita à escola desativada na zona rural de Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	161
Figuras 29, 30, 31 e 32 – Fotos das escolas que continuam em funcionamento na zona rural	165
Figuras 33, 34 e 35 – Escolas que funcionam na zona urbana	165
Figuras 36, 37, 38, 39, 40 e 41 – Escolas fechadas na zona rural de Alagoinha do Piauí	166
Figuras 42 e 43 – Momento em que a repórter aborda comerciante em Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	171
Figura 44 – Repórter aborda homem para leitura de bilhete em Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014.....	172
Figura 45 – Leitura de bilhete por moradora de Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	173
Figura 46 – Repórter comendo milho em Alagoinha do Piauí. cena exibida na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	174
Figura 47 – Entrevista com o fotógrafo Francisco Brito, em Alagoinha do Piauí, em 2014	189
Figura 48 – Entrevista televisiva com o vereador Luís Alves Gonzaga, em Alagoinha do Piauí, em 2014	190
Figura 49 – Entrevista televisiva com Maria Solinauba das Mercês, supervisora do programa Brasil Alfabetizado, em Alagoinha do Piauí, em 2014	191
Figura 50 – Entrevista televisiva com a Procuradora Federal Maria Clara Lucena, exibida pelo <i>Profissão Repórter</i> , em 2015	193
Figura 51 – Dados apresentados na reportagem televisiva exibida pelo <i>Profissão Repórter</i> , em Alagoinha do Piauí, em 2015	194
Figuras 52 e 53 – Dados sobre Alagoinha do Piauí, exibidos pelo <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014.....	195
Figuras 54 e 55 – Dados acerca do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, exibidos na reportagem do <i>Repórter Record Investigação</i> , em 2014	197
Figura 56 – Entrevista televisiva com Macaé dos Santos, secretária do Ministério da Educação, em 2014	199
Figura 57 – E-mail enviado pelo Ministério da Educação (MEC) à emissora do programa <i>Profissão Repórter</i> , em 2015	200
Figuras 58 e 59 – Entrevista com o Secretário Municipal de Educação de Alagoinha do Piauí, em 2015	202

Figuras 60 e 61 – Relatórios exibidos pela Procuradora Federal Maria Clara Lucena, em 2015	205
Figura 62 – Relatório final do programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, em 2015	206
Figura 63 – Entrevista televisiva com a professora Odete Francisca de Sá, em Alagoinha do Piauí, em 2014	210
Figura 64 – Entrevista com a coordenadora do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, Aucirlândia de Sá, em 2014	211
Figuras 65 e 66 – Primeira situação criada pela repórter para averiguar a realização de aulas do programa Mais Viver, em Alagoinha do Piauí, em 2014	213
Figuras 67 e 68 – Segunda situação criada pela repórter durante visita às aulas do programa Mais Viver, em Alagoinha do Piauí, em 2014	214

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSHNB	Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais.
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal (hoje DEM, atualmente União Brasil)
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (hoje <i>MDB</i>)
PP	Progressistas
PPAlfa	Plano Plurianual de Alfabetização
PPB	Partido Progressista Brasileiro (nome antigo <i>do PP</i>)
PPS	Partido Popular Socialista (hoje Cidadania)
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBA	Sistema Brasil Alfabetizado
SD	Solidariedade
SEALF/MEC	Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
TRE-PI	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
TV	Televisão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 CONJUNTURA NACIONAL ENTRE 2013 E 2016: CRISE POLÍTICA, ANTIPETISMO E O PAPEL DA MÍDIA	35
2.1 Entre ruas e telas: manifestações, polarização e narrativas midiáticas no Brasil contemporâneo (2013-2016).....	36
2.1.1 <i>O crescimento do antipetismo e a ascensão da nova direita</i>	36
2.1.2 <i>A atuação das mídias sociais na intensificação da crise e a legitimação do antipetismo</i>	57
2.2 A conjuntura política local em Alagoinha do Piauí: alianças partidárias, gestão municipal e as transformações no pós-exposição midiática (2014-2016)	76
2.2.1 <i>Da emancipação à polarização: a consolidação do “lado de Braz” e do “lado do PT” em Alagoinha do Piauí (1986-2012)</i>	80
2.2.2 <i>Entre a aliança e a ruptura: o impacto das reportagens na reconfiguração do campo político local (2014-2016)</i>	96
3 TRAÇOS DE UMA ALAGOINHA MULTIFACETADA: SUAS REPRESENTAÇÕES E ESTEREOTIPAÇÕES EM REDE NACIONAL POR REPORTAGEM MIDIÁTICA (2014)	105
3.1 O sertão e a seca como fenômenos do Nordeste: do rapto às características inexistentes em outras regiões do Brasil.....	106
3.2 Entre estereótipos e sensacionalismo: Alagoinha do Piauí na “mira” da Rede Record de televisão (2014).....	131
4 “O ABC DA CORRUPÇÃO”: ENTRE TÁTICAS E PRÁTICAS ILEGAIS DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO EM ALAGOINHA DO PIAUÍ (2014-2015).....	178
4.1 Memórias, denúncias e evidências: a execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí (2014 -2015)	179
4.1.1 <i>Entre ditos e silêncios: memória, testemunho e narrativa midiática sobre o Programa Brasil Alfabetizado</i>	179
4.1.2 <i>Irregularidades administrativas e denúncias na execução do Programa Brasil Alfabetizado.....</i>	188
4.1.3 <i>Confrontos públicos e evidências documentais: a materialização das irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado.....</i>	202
4.2 Entre influência política e o protagonismo dos eleitores: a negociação do voto nas corridas eleitorais em Alagoinha do Piauí.....	218
4.2.1 <i>A centralidade do recurso financeiro e a lógica da barganha política</i>	218
4.2.2 <i>O protagonismo do eleitorado e a negociação do apoio político</i>	230
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
REFERÊNCIAS	245
ANEXO A – Comprovante de envio e aprovação do projeto ao CEP/UFPI	251

1 INTRODUÇÃO

No que tange à escrita de qualquer trabalho, sempre me reporto ao que teria motivado a escolha do tema. Experiências e vivências pessoais dizem muito sobre o que pretendemos mudar no mundo ou, até mesmo, sobre aquilo que desejamos deixar como legado para as futuras gerações. No que se refere à escolha deste objeto de estudo, enfrentei conflitos internos e situações que me fizeram refletir sobre como eu, enquanto futuro historiador – ainda no terceiro período do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI / Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, na cidade de Picos-PI – poderia contribuir com a sociedade por meio de uma temática que me instigasse a pesquisar e desenvolver.

O espaço sobre o qual eu desejava me debruçar já havia sido definido muito antes mesmo do ingresso no ensino superior: minha cidade natal, Alagoinha do Piauí. O tema? Estive dividido entre dois: o descaso das políticas públicas em relação à preservação das pinturas rupestres existentes no município e as reportagens televisivas sobre o analfabetismo local. A preferência inicial? As pinturas rupestres. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que, desde a infância, convivi com “aquilo” – algo que eu sequer compreendia o que era –, e que, ao descobrir do que se tratava, passei a me mobilizar no intuito de divulgar e chamar a atenção do poder público para a necessidade de sua preservação. Entretanto, a primeira tentativa de pesquisa sobre esse tema, ainda no início do curso, sob orientação do professor Dr. José Petrúcio de Farias Júnior, acabou não tendo continuidade.

Dei uma pausa por um tempo quanto à ideia de iniciar uma nova pesquisa. Até que, em 2021, durante a pandemia, foi ofertada a disciplina optativa *Tópicos de História do Piauí*, referente ao período letivo 2020.1, ministrada pelos professores Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos e Dr. José Lins Duarte. Na terceira unidade, foi proposta como atividade avaliativa que consistiria na apresentação de um seminário sobre a monografia de Mariana Floracir de Moura (2016). Na sua pesquisa, a autora se debruça sobre a formação do bairro Parque de Exposição e os estigmas construídos em torno dele, na cidade de Picos-PI. Ao perceber que a autora procurava meios de desmistificar discursos e narrativas propagados em matérias de jornais impressos e sites jornalísticos – que caracterizavam o referido bairro como um local pobre e violento – surgiu em mim a ideia de investigar como as emissoras televisivas teriam se apropriado dos dados do IBGE (2010) sobre o analfabetismo em Alagoinha do Piauí, para construir suas narrativas ao longo das reportagens.

Dias após a apresentação desse trabalho, procurei o professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos com o desafio de me orientar sobre essa temática. De prontidão – e por já me acompanhar em dois projetos acadêmicos, o Grupo Teatral TEMPUS (extensão) e a Residência Pedagógica (ensino) –, ele logo aceitou orientar mais um trabalho universitário, acolhendo com entusiasmo “mais uma cria”, como costuma dizer em sua trajetória docente. Desde então, essa parceria vem se mantendo desde 2019 até os dias atuais, agora no mestrado, onde continuo contando com sua orientação e apoio na minha trajetória enquanto pesquisador.

Durante a graduação, foi desenvolvido o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II, intitulado: *DISCURSOS MIDIÁTICOS: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS EM TORNO DO ANALFABETISMO EM ALAGOINHA DO PIAUÍ (2014 – 2015)*. Naquele momento, o interesse esteve voltado, de forma mais direta, à análise de duas reportagens televisivas que abordaram o município a partir do índice de 44% de analfabetismo divulgado pelo IBGE, com o objetivo de tentar desconstruir visões reducionistas e sensacionalistas sobre Alagoinha do Piauí e seus habitantes. Contudo, o referido trabalho, por suas próprias condições de produção e pelos limites inerentes a uma pesquisa de graduação, não avançou de maneira mais aprofundada sobre os contextos de circulação das reportagens, nem sobre as estratégias narrativas e discursivas mobilizadas pelos veículos de comunicação. Essas lacunas evidenciaram a necessidade de retomar o tema em outro nível de investigação. A presente dissertação propõe-se a ampliar e aprofundar aquela análise inicial, incorporando novos aportes teóricos e metodológicos, bem como a atenção aos contextos nacional e local, além de optar por analisar apenas a construção midiática da reportagem do *Repórter Record Investigação*, da Rede Record.

A escolha da temática não foi por acaso. Era como se os oráculos já predestinassem que, nos anos vindouros da minha vida, eu estaria envolvido com a realização desta pesquisa. Se, antes mesmo de concluir a graduação, eu não pensava em dar continuidade aos estudos, a vida me surpreendeu mais uma vez: a aprovação na especialização *História do Brasil*, pela UFPI, em 2023 – ainda antes de finalizar o curso. Naquele momento, disse a mim mesmo que concluiria apenas essa etapa e pararia por ali.

Mais uma vez a vida preparava uma nova surpresa – e, dessa vez, algo grande, que sequer passava pela minha cabeça. Eu não imaginava que seria capaz de ser aprovado entre quase 100 participantes na seleção para o mestrado iniciado no meio do ano de 2023. O choro e o grito de felicidade vieram no dia 14/12/2023, ao ver meu nome entre os 17 aprovados no Mestrado em História do Brasil, pela UFPI. A partir daquele instante, percebi que meu objeto de estudo retornaria à cena, agora com novas abordagens e perspectivas a serem exploradas na

dissertação. Quanto à escolha da reportagem do *Repórter Record Investigação*¹, da emissora Rede Record, como uma das minhas fontes de pesquisa, lembro-me o porquê como se fosse hoje, ao me reportar no dia em que a cidade de Alagoinha do Piauí entrou para a história ao ser exibida em rede nacional.

Era manhã, anunciada pelo cantar do galo logo cedo. As janelas das casas se abriam. Mais um mês estava começando. O cheiro do café feito no fogão à lenha se espalhava pelos quatro cantos da casa, celebrando a chegada de novembro de 2014, no município de Alagoinha do Piauí. O sol já despontava no horizonte, e a esperança dos alagoinhenses com a entrada daquele mês era de que as chuvas finalmente retornassem. A seca era castigante, perceptível na paisagem seca que se encontrava sem cores verdes – resultado de vários meses enfrentando uma das maiores estiagens já vistas no lugar. Ainda assim, a fé permanecia firme, e o desejo de ouvir os trovões de novembro e o som dos pingos d’água batendo no telhado mantinha viva a esperança, renovando as preces a São José por chuva.

Ao fundo, em um rádio sintonizado na Rádio Cajueiro FM², ouvia-se a música *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira (1947): “que braseiro, que fornaia, nenhum pé de prantação, por farta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão”. A estiagem, que castigava a fauna e a flora, fazia com que os nordestinos clamassem pelo retorno dos trovões e das chuvas do mês de novembro, na esperança de cuidar do roçado e dos criatórios. As conversas giravam sempre em torno de expectativas, experiências e possíveis sinais de um bom inverno. Os relâmpagos vistos ao longe simbolizavam a esperança de que as chuvas estivessem próximas, indicando que havia chegado o momento de terminar o preparo da terra e aguardar o inverno para o plantio. Se, na canção anterior, o bater de asas da Asa Branca refletia a sua partida do sertão, agora os versos transmitiam um novo sentimento: “já faz três noites que pro Norte relampeia, e a Asa Branca ouvindo o ronco do trovão, já bateu asas e vortou pro meu sertão, ai, ai, eu vou-me embora, vou cuidar da prantação” (Gonzaga; Teixeira, 1947).

¹ Em 2014, a Rede Record registrava índices relevantes de audiência no cenário da televisão aberta brasileira. Segundo dados do Ibope divulgados pelo colunista Rafaela Santos (2014), do jornal *O Globo*, o programa *Repórter Record Investigação* alcançou cerca de 9 pontos de audiência na Grande São Paulo e 7 pontos no Rio de Janeiro em 19 de maio daquele ano, posicionando-se em segundo lugar em sua faixa de exibição. Já no dia da veiculação da reportagem analisada, exibida em 10 de novembro de 2014, o programa *Repórter Record Investigação* registrou 6,1 pontos de audiência na Grande São Paulo, segundo dados do Ibope divulgados pela colunista Hialley Gouveia (2014) no site *Bastidores da TV*. Na mesma data, a Record alcançou média-dia de 7,1 pontos na Grande São Paulo. Esses números indicam que a Record e seus programas jornalísticos possuíam reconhecimento significativo junto ao público televisivo nacional em 2014, ainda que não alcançassem a liderança absoluta de audiência, permanecendo atrás da Rede Globo e disputando a segunda colocação com o SBT.

² A Rádio Cajueiro FM 87.9 MHz, tem sede em Alagoinha do Piauí, na qual funcionava todos os dias da semana com diversos locutores. Um dos principais meios de comunicação e informação do município, onde os alagoinhenses ligavam para pedir as suas músicas favoritas e mandar o seu alô para os amigos e familiares. Atualmente se encontra fechada, não atuando desde 2017.

A Praça São Francisco, localizada no centro da cidade, bem como as calçadas, escolas, residências e rodas de conversa, deixaram de ter a irregularidade das chuvas como principal pauta e passaram a comentar sobre visitantes estranhos e inusitados que teriam chegado à Alagoinha do Piauí na primeira semana de novembro de 2014. Espalhou-se de boca em boca que se tratava de pessoas importantes da televisão. Alguns comentavam que “aquele povo” havia vindo fazer uma matéria sobre algum assassinato; outros diziam que vinham falar bem da cidade; havia também quem acreditasse que se tratava de uma reportagem sobre a educação do município. Ainda assim, não estava totalmente claro o motivo da presença daquelas pessoas com microfones e câmeras, gravando em diversos pontos do município.

À época, o “não saber” não se apresentava de forma igual para todos, nem podia ser entendido como ausência completa de informação. Em 2014, em Alagoinha do Piauí, embora já houvesse maior circulação de notícias por meio da *internet* e de outros recursos tecnológicos, o acesso a essas informações ocorria de maneira desigual. Nem todos possuíam celulares com acesso à rede, o uso das redes sociais ainda não era amplamente disseminado, e as notícias não chegavam à população ao mesmo tempo nem com o mesmo alcance. Diante da chegada inesperada de pessoas portando câmeras e microfones, o que se espalhou pela praça, pelas calçadas e pelas rodas de conversa foram comentários, suposições e relatos incompletos, transmitidos principalmente pela oralidade. O desconhecimento, ainda que parcial, sobre o conteúdo da reportagem não revela desinteresse ou ingenuidade, mas expressa uma forma específica de circulação da informação, na qual a notícia alcançava alguns grupos antes de outros e despertava diferentes níveis de interesse e compreensão.

Depois de muita especulação, suspense e curiosidade por parte da população, começaram os rumores de que estavam produzindo uma reportagem sobre Alagoinha do Piauí, a ser exibida em rede nacional pelo programa *Repórter Record Investigação*, da emissora Rede Record, sobre a educação oferecida na cidade. A notícia gerou euforia e ansiedade. O dia da transmissão foi aguardado com expectativa, e, nas escolas, calçadas, ruas e na própria Praça São Francisco, não se falava em outra coisa: todos queriam assistir à reportagem que mostraria sua cidade sendo “passada” na TV.

Chega o tão esperado dia, 10 de novembro de 2014, data em que a cidade de Alagoinha do Piauí entraria para a história. A expectativa era gigantesca, comparável a uma final de Copa do Mundo entre Brasil e Argentina. As televisões foram ligadas bem antes do horário de início

do programa – enquanto ainda se transmitia *A Fazenda*³ – para que não perdesse um só instante do que seria transmitido. Olhos atentos, brilhantes e cheios de expectativas, aguardavam o que seria exibido. No entanto, em questão de segundos, a expectativa se transformou em espanto quando a manchete e o resumo do conteúdo revelaram o tom que a reportagem assumiria, surpreendendo não pelo tema em si, mas pela maneira dura e impactante com que seria apresentada.

A manchete, em letras maiúsculas e em negrito: **REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO REVELA A CORRUPÇÃO NA “CIDADE DOS ANALFABETOS”**, marcou o pontapé inicial das construções discursivas em torno do analfabetismo em Alagoinha do Piauí. A reportagem denunciava supostas fraudes na execução do Programa Brasil Alfabetizado, utilizando o dado de que o município possuía, segundo o Censo de 2010 do IBGE, o maior índice de analfabetismo do Brasil (44%), para sustentar a narrativa de que tais práticas ilegais estariam diretamente ligadas à perpetuação daquele cenário exagerado de analfabetos.

Nas questões relativas ao funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), a matéria televisiva utilizou vídeos, imagens e discursos *sensacionalistas*, ancorados em *estereótipos*⁴ sobre um espaço que historicamente carrega consigo visões pré-estabelecidas por estar localizado na Região Nordeste. Foram construídas representações imagético-discursivas que buscavam caracterizar uma suposta realidade do município de Alagoinha do Piauí, destacando elementos como a seca, a pobreza, a falta de oportunidades e o analfabetismo. Ao longo da exibição, esse enquadramento vai sendo intensificado por meio da seleção de falas, vídeos e imagens que passam a acentuar aspectos depreciativos de Alagoinha do Piauí. É nesse ambiente narrativamente construído que a matéria passa a apresentar as denúncias envolvendo o programa, sugerindo que, diante das duras condições de vida e da fragilidade educacional retratadas, o município figuraria, por consequência, como aquele com o maior índice de analfabetismo do Brasil.

O resultado positivo esperado durante a exibição, tal qual se imagina em uma final de Copa do Mundo entre Brasil e Argentina, transformou-se em um autêntico 7 a 1, como o

³ *A Fazenda* é um reality show brasileiro de confinamento com temática rural exibido pela *Record TV* desde maio de 2009, baseado no formato internacional *The Farm*, criado na Suécia pela produtora Strix Television. No programa, um grupo de celebridades — chamadas de “peões” — é confinado em uma fazenda isolada do mundo externo e acompanhado 24 horas por câmeras enquanto realiza tarefas típicas do meio rural e convive com os desafios da vida cotidiana no campo. Ao longo de cerca de três meses de exibição, os participantes enfrentam dinâmicas de convivência, provas e votações que podem levar à eliminação, até que reste apenas um vencedor, que recebe um prêmio em dinheiro no final da temporada. O formato foi adaptado pela Record com edificações próprias no interior de São Paulo e se consolidou como um dos reality shows de maior audiência da televisão brasileira, caminha para sua 17ª edição e já consagrou diversos vencedores ao longo dos anos (Conheça [...], 2025).

⁴ Os conceitos de sensacionalismo e estereótipo serão discutidos com maior profundidade teórica e metodológica em outra seção do trabalho, especificamente no capítulo 3.

ocorrido entre Brasil e Alemanha no mesmo ano, em 2014. Se todos os brasileiros sentiram vergonha diante do vexame da Seleção Brasileira transmitido mundialmente em 08/07/2014, com Alagoinha do Piauí não foi diferente. Em 10/11/2014, a partir da veiculação da reportagem, o município passou a ser reconhecido nacionalmente como a “cidade dos analfabetos”⁵, com quase metade de sua população classificada como analfabeta.

Na manhã do dia 11 de novembro de 2014, um silêncio pairou sobre a cidade. Os alagoinhenses tentavam assimilar o que havia sido transmitido em rede nacional, em horário nobre. Nos dias que se seguiram, não se falava em outra coisa. A tristeza e a revolta eram visíveis, tanto pela forma como Alagoinha do Piauí foi retratada quanto pela exposição de sua população. Após a exibição em rede nacional, a reportagem gerou significativa repercussão, ultrapassando os limites do município e alcançando diferentes regiões do país. O caso passou a ser comentado em diversos espaços, ampliando a circulação de uma imagem associada ao analfabetismo e reforçando a identificação de Alagoinha do Piauí como “a cidade dos analfabetos”. Imensa foi a zombaria e a visão depreciativa sobre seus moradores, pois, ao encontrarem algum conterrâneo, muitos perguntavam com sarcasmo se havia, de fato, alguém na cidade que soubesse ler.

Nossa investigação apontou o fato de que a construção e divulgação da matéria jornalística envolveu um cuidadoso estudo na seleção de conteúdo, na montagem e na forma de transmissão. Tudo foi pensado para se alcançar um produto final impactante e didático, capaz de gerar comoção, atrair audiência e garantir repercussão. A referida produção midiática veiculada – não cabendo *a priori* julgar se os fatos são “reais” ou foram distorcidos – deixou uma imagem negativa sobre o município. Diante disso, o que foi narrado anteriormente passa a constituir como parte do objeto de estudo deste trabalho que nos propomos a realizar.

⁵ A expressão “cidade dos analfabetos”, associada a Alagoinha do Piauí, tem origem na reportagem exibida pelo programa *Repórter Record Investigação*, da Record TV, em 2014. Logo nos primeiros minutos da matéria, o apresentador afirma: “Boa noite! Treze milhões de brasileiros excluídos, que não sabem ler e nem escrever. A maioria nordestinos e de baixa renda. Como transformar esse exército de analfabetos, em cidadãos capazes de crescer e encontrar novos caminhos? Mas o que será que impede milhões de pessoas a melhorarem de vida? O que estaria por trás do descaso com a educação em nosso país? Nossos repórteres foram conhecer Alagoinha do Piauí, um pequeno município encravado no sertão e **considerado pelo IBGE como a cidade dos analfabetos**. São 7.500 habitantes. Metade da população nunca foi à escola [grifo nosso] (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 01min.17seg. a 02min.06seg.)”. A afirmação sugere que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) teria atribuído formalmente essa denominação ao município, o que não ocorreu. O Censo Demográfico de 2010 limitou-se a divulgar dados estatísticos que indicavam que Alagoinha do Piauí possuía, à época, o maior percentual de pessoas não alfabetizadas do país, sem conferir qualquer título ou rótulo dessa natureza. A expressão, portanto, configura uma construção discursiva da própria emissora, que, ao transformar um indicador numérico em alcunha identitária, produziu um efeito simbólico de forte apelo sensacionalista e estigmatizante, amplamente difundido nos meios de comunicação e incorporado ao imaginário público.

A segunda fonte a ser analisada, exibida quase oito meses após a reportagem da Rede *Record*, foi ao ar em 21 de julho de 2015, no programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo⁶. A matéria apresentou uma abordagem diferente, embora partisse de premissas semelhantes: investigar as denúncias feitas pela *Record TV* sobre irregularidades e corrupção na execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí. Sua postura investigativa pôde ser percebida ao longo da reportagem, que não adotou um viés estigmatizante, mas buscou formas de apurar os indícios que poderiam explicar o elevado número de analfabetos em um município de pequeno porte – o que, à época, contava com 7.341 habitantes, segundo dados do IBGE (2010).

Desde o início da reportagem, observou-se que os moradores demonstraram desconfiança diante da presença de mais uma equipe de televisão. Isso se devia à repercussão negativa da matéria anterior, produzida pela *Record*. Muitos se recusavam a conceder entrevistas, principalmente por temerem que suas falas fossem distorcidas ou que suas participações pudessem lhes causar problemas. Ainda assim, moradores aceitaram falar e forneceram informações importantes, enfatizando que a visão apresentada anteriormente não correspondia à realidade local. Entre caminhos percorridos e evidências trazidas à tona com a colaboração dos entrevistados, a Rede Globo acabou por escancarar os esquemas de corrupção que ocorriam no município, já investigados pela Rede *Record* anteriormente.

Na reportagem do *Profissão Repórter*, da emissora Rede Globo (exibida em 21/07/2015), com a manchete “**Analfabetos do Brasil**”, o objetivo foi mostrar como o Programa Brasil Alfabetizado vinha sendo executado não apenas em Alagoinha do Piauí, mas em diferentes regiões do país, evidenciando locais onde o programa teve êxito e outros onde enfrentou dificuldades. Na referida transmissão, Alagoinha do Piauí foi apresentada como exemplo de onde o programa não teria funcionado adequadamente, sendo destacados tanto o elevado índice de analfabetismo quanto as irregularidades constatadas na execução do projeto. A matéria procurou refletir sobre os motivos pelos quais o programa não obteve sucesso no município, além de questionar de que forma representantes políticos locais se apropriaram dos altos índices de analfabetismo para obter vantagens pessoais ou políticas.

⁶ Em 2015, o programa *Profissão Repórter*, exibido pela Rede Globo, emissora de maior audiência da televisão aberta brasileira, apresentou índices expressivos no cenário nacional. De acordo com os dados de audiência do site *O Planeta TV*, referentes às medições do Ibope para o dia 16 de junho de 2015, a edição do *Profissão Repórter* exibida nessa data registrou média de 12 pontos de audiência na Grande São Paulo, número que demonstra a visibilidade do programa dentro da grade da emissora. No dia da exibição da reportagem analisada, em 21 de julho de 2015, o programa alcançou 9,7 pontos de audiência na Grande São Paulo, conforme dados do Ibope publicados no site *O Planeta TV* nas audiências consolidadas daquela terça-feira, reforçando sua posição de destaque entre os programas jornalísticos do período (Confira [...], 2016).

Para prosseguirmos o enredo em volta do trabalho que pretendemos realizar, se faz pertinente localizar o espaço palco das reportagens televisivas. A cidade de Alagoinha do Piauí – PI está localizada na mesorregião do sudeste piauiense da Região Nordeste. Por sua localização, possui uma distância de 75,1 km da cidade de Picos – PI (um município polo dessa microrregião) e 388,1 km da capital Teresina – PI. Anteriormente, antes da sua emancipação política era distrito do município de Pio IX – PI. No dia 09 de abril de 1986, por meio da lei estadual nº 4.402, consegue se emancipar politicamente e administrativamente, intitulando-se Alagoinha do Piauí (IBGE, 2022)⁷.

Figura 1 - Localização de Alagoinha do Piauí e municípios limítrofes



Fonte: Google Maps

O município de Alagoinha do Piauí faz limite com Monsenhor Hipólito, Pio IX, São Julião, Campo Grande do Piauí e Vila Nova do Piauí, todos situados na região Sudeste do Estado do Piauí. Apesar de compartilhar características socioeconômicas semelhantes com municípios vizinhos, foi Alagoinha do Piauí que se destacou no cenário nacional a partir da divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2010, que a apontaram como o município com o maior índice de analfabetismo do país. Esse dado específico contribuiu para que a cidade se tornasse objeto de reportagens televisivas que abordaram denúncias de irregularidades no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. Acreditamos que essas reportagens, a exemplo da transmitida pela Rede *Record*, não destacou apenas essa cidade em si, mas trouxe traços

⁷ Para mais informações acerca da localização de Alagoinha do Piauí e demais dados, ver a seção secundária 2.2, espaço reservado para um maior aprofundamento de aspectos pertinentes para à realização da pesquisa.

engessados e aceitos sobre a Região Nordeste, tradicionalmente estigmatizada e estereotipada, principalmente se tratando da seca, da fome, da pobreza e de pessoas analfabetas.

Cabe ressaltar no que consiste o referido programa. De acordo com o Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado (2008), o programa foi criado pelo decreto nº 4.834 de 8 de setembro do ano de 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tinha como objetivo a universalização do Ensino Fundamental, promovendo o apoio na alfabetização de jovens com 15 anos ou mais, além de adultos e idosos nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Segundo Ana Cely Duarte Barbosa dos Santos (2014, p. 16), o programa “tem a finalidade de alfabetizar todo território nacional, mas, especialmente, no Nordeste onde 53,3% dos brasileiros são analfabetos”. Entretanto, desafios são enfrentados para que o programa possa funcionar dentro dos critérios e objetivos estabelecidos, pois a exemplo de Alagoinha do Piauí, como denunciado pelas duas reportagens televisivas, o programa funcionava dentro das irregularidades, não tendo atuado como deveria⁸.

A pesquisa proposta tem como objetivo analisar as construções discursivas em torno do analfabetismo na cidade de Alagoinha do Piauí-PI, entre os anos de 2013 e 2016. Para isso, parte-se dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que indicam que 44% da população alagoinhense era analfabeta. Diante desse cenário, propomos investigar de que maneira as reportagens televisivas – *Repórter Record Investigação*, da emissora Rede Record, exibida em 10 de novembro de 2014, e *Profissão Repórter*, da Rede Globo, transmitida em 21 de julho de 2015 – se apropriaram do título que carregava Alagoinha do Piauí, a de cidade que possuía o maior índice de analfabetos do Brasil, segundo o IBGE (2010), em suas matérias jornalísticas. A análise concentrou-se, sobretudo, na postura adotada pela Rede Record, a partir de trechos de entrevistas, imagens e vídeos veiculados e estratégias discursivas mobilizadas na reportagem do programa *Repórter Record Investigação*, com o objetivo de compreender como o município de Alagoinha do Piauí foi representado nacionalmente. A reportagem exibida pela Rede Globo, por sua vez, foi considerada de forma pontual, tendo como foco a abordagem das denúncias de corrupção relacionadas ao Programa Brasil Alfabetizado, sem a mesma atenção aos aspectos discursivos.

Busca-se investigar as denúncias de irregularidades no funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado – expostas pelas emissoras Rede Record e Rede Globo, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente –, destacando os sujeitos envolvidos no esquema de corrupção, como

⁸ Para mais informações sobre o Programa Brasil Alfabetizado, ver a seção terciária 4.1.1.

coordenadores, professores, alunos e lideranças políticas. O objetivo é compreender os interesses por trás das fraudes evidenciadas em rede nacional pelos telejornais. Exploramos como se deu o processo de construção das matérias televisivas, atentando para as frases, imagens, músicas e vídeos utilizados durante as transmissões, a fim de analisar possíveis intencionalidades por parte das emissoras. Buscamos, assim, verificar se houve o uso de discursos sensacionalistas que possam ter atribuído estigmas e estereótipos ao município de Alagoinha do Piauí.

Levando em consideração as motivações que levaram para a escolha deste tema, se faz necessário partirmos de questões norteadoras para nos ajudar a compreender como o Programa Brasil Alfabetizado funcionou na cidade de Alagoinha do Piauí. Se faz pertinente indagar: Como se desenvolveu o Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí na primeira metade da década de 2010? Como foram construídos os discursos nas reportagens para reforçar a imagem de cidade com o maior índice de analfabetos do Brasil? Por que o Programa Brasil Alfabetizado não teve resultados positivos neste município piauiense? Quais relações eram estabelecidas entre os representantes políticos e os moradores do município no ato da distribuição de turmas para serem alfabetizadas? Como os professores conseguiam essas turmas e quais critérios eram utilizados para selecionar os alunos? Em que medida as reportagens da Rede *Record* e da Rede Globo sobre Alagoinha do Piauí se articulam às disputas políticas locais e ao contexto nacional marcado pelo fortalecimento do antipetismo?

No processo de construção e desenvolvimento desta pesquisa, com o objetivo de responder aos questionamentos anteriormente apresentados, serão analisadas as duas reportagens televisivas já mencionadas. No tratamento das fontes audiovisuais, foram realizadas capturas de tela de imagens e vídeos exibidos durante as respectivas transmissões, a fim de subsidiar a análise das representações visuais e narrativas construídas pelas emissoras. Também foram considerados relatos orais⁹ de moradores de Alagoinha do Piauí diretamente envolvidos com a temática, com o intuito de compreender de que forma a população local se apropriou das narrativas jornalísticas que contribuíram para a construção de uma imagem da cidade marcada por elementos como a pobreza, a falta de oportunidades, a seca e o analfabetismo.

Foram examinados relatórios e diários de classe referentes ao Programa Brasil Alfabetizado, com o propósito de averiguar a veracidade das denúncias apresentadas nas reportagens, especialmente aquelas que apontam para a repetição de registros por parte dos

⁹ As entrevistas utilizadas no trabalho foram submetidas ao Comitê de Ética e isto será explicado com mais detalhes nos parágrafos à frente e analisadas no capítulo 4.

professores e a não realização efetiva das aulas previstas. Os dados analisados foram coletados por meio de plataformas digitais, como os portais **R7** e **G1** – canais oficiais das emissoras onde as reportagens estão disponíveis.

De acordo com Marcos Napolitano (2011), no momento da análise das fontes audiovisuais é importante percebê-las em suas estruturas internas de linguagem, como também os mecanismos utilizados de representação do real por intermédio dos seus códigos internos. Na televisão por exemplo, o uso das imagens possui uma força de criar uma realidade dentro de si mesma. Nas coberturas jornalísticas, na grande maioria, o que interessa são os acontecimentos de grande impacto social, com isso “as análises da mídia parecem exigir reflexão acurada sobre o problema não apenas da produção e das questões de linguagem aí envolvidas, mas também sobre o problema da recepção dessas imagens pelos grupos sociais” (Napolitano, 2011, p. 250). Ao analisar as reportagens televisivas, objetivamos entender as possíveis estratégias argumentativas que puderam manipular o consciente e criar efeitos de sentido capazes de convencer o interlocutor.

Ao longo do trabalho, analisaram-se de forma minuciosa os recursos narrativos e imagéticos mobilizados pelas reportagens, tais como as pausas nas falas dos entrevistados, os enquadramentos com aproximações em seus rostos, a exibição de imagens de animais e os registros da vegetação seca, elementos que contribuíram para a construção de determinadas representações sobre o município. Isso porque na junção entre a oralidade e a imagem formarem uma linguagem audiovisual que busca prender o seu público por meio de uma narrativa ilustrativa, na qual o texto muitas das vezes é manipulado para que chegue o mais próximo da língua falada, com o auxílio das representações imagéticas que facilitem a absorção do que está sendo repassado.

Os portais jornalísticos mobilizados nesta dissertação são analisados à luz das contribuições teórico-metodológicas de José d’Assunção Barros (2022), especialmente no que se refere ao uso de documentos digitais como fontes históricas. Compreendidos como “documentos digitais exclusivos”, isto é, produzidos e arquivados apenas no ambiente virtual, esses materiais são tratados não apenas como registros de acontecimentos, mas como espaços ativos de produção discursiva. A análise considera suas especificidades – como circulação ampliada, possibilidade de atualização e enquadramentos editoriais – atentando para os contextos de produção, difusão e recepção das notícias.

A análise das reportagens jornalísticas exibidas pela Rede *Record* e pela Rede Globo fundamenta-se nas contribuições teórico-metodológicas de José d’Assunção Barros (2023) acerca do uso do jornal como fonte histórica. Conforme argumenta o autor, o jornalismo deve

ser compreendido não apenas como um registro factual dos acontecimentos, mas como uma prática social e política que constrói narrativas, seleciona temas, estabelece enquadramentos e atribui sentidos ao real. Embora o autor concentre sua discussão, em grande medida, nos jornais impressos, seus pressupostos metodológicos podem ser estendidos às reportagens veiculadas em programas jornalísticos televisivos, uma vez que estas também atuam segundo lógicas editoriais semelhantes, marcadas por escolhas, interesses e disputas simbólicas.

Para fundamentar metodologicamente o uso das reportagens jornalísticas exibidas na televisão, parte-se da compreensão de que os pressupostos analíticos elaborados para os jornais impressos não se restringem a esse suporte específico. As transformações nos meios de comunicação ao longo do século XX e início do XXI ampliaram os formatos de circulação do jornalismo, sem, contudo, romper com suas lógicas fundamentais de produção, seleção e difusão de discursos. A análise histórica do jornalismo pode ser estendida às reportagens televisivas, uma vez que estas compartilham princípios editoriais, narrativos e políticos semelhantes aos dos periódicos impressos, ainda que atuem por meio de linguagens e recursos próprios. Nesse caso,

Destaco, de passagem, que a mesma lógica que irei aqui descrever para os periódicos impressos é igualmente válida para compreendermos os jornais televisivos, que surgiram a partir da segunda metade do século XX. No final do segundo milênio, a revolução digital também introduziu os jornais virtuais e outros modelos similares, os quais trazem consigo as suas próprias especificidades; mas também estes não deixam de funcionar de acordo com uma lógica similar à que estaremos descrevendo (Barros, 2023, p. 52).

A partir dessa perspectiva, o uso das reportagens televisivas como fonte histórica neste trabalho encontra respaldo teórico consistente, uma vez que, conforme aponta Barros (2023), as diferentes modalidades do jornalismo – impresso, televisivo ou digital – agem segundo lógicas semelhantes de produção de sentidos, ainda que se expressem por linguagens distintas. Esse entendimento permite analisar as reportagens exibidas pela televisão não apenas como registros informativos, mas como construções discursivas atravessadas por escolhas editoriais, enquadramentos narrativos e interesses políticos. O referencial proposto pelo autor oferece sustentação metodológica para a leitura das matérias analisadas, possibilitando compreender como determinados discursos são selecionados, organizados e difundidos no espaço midiático, contribuindo para a formação de representações sociais sobre o município de Alagoinha do Piauí.

As reportagens analisadas nesta dissertação são tratadas como documentos históricos produzidos no tempo presente, cujo conteúdo, forma de apresentação e contexto de exibição

revelam não apenas informações sobre o Programa Brasil Alfabetizado, mas também posicionamentos políticos e estratégias discursivas da mídia. Ainda que tais reportagens estejam atualmente disponíveis em plataformas digitais, o foco da análise recai sobre sua veiculação original na televisão, considerando o alcance, a visibilidade e o impacto produzidos no momento em que foram ao ar.

No presente trabalho, compreendemos o jornal de acordo com Barros (2023, p. 12), na qual o autor salienta que

Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história.

A partir dessa compreensão, as reportagens jornalísticas analisadas são entendidas como produções discursivas que participam ativamente da construção dos acontecimentos e de suas interpretações no espaço público. Ao assumir que o jornalismo age por meio de escolhas editoriais, enquadramentos narrativos e estratégias de visibilidade, afasta-se qualquer noção de neutralidade na veiculação das notícias. As reportagens exibidas pela Rede *Record* e pela Rede Globo são tratadas como agentes históricos, cujos discursos não apenas informam sobre o Programa Brasil Alfabetizado, mas também contribuem para a produção de sentidos sobre políticas públicas, atores políticos e contextos sociais mais amplos. Essa perspectiva metodológica permite analisar de que modo o jornalismo televisivo interfere na história ao selecionar, hierarquizar e interpretar os fatos, articulando denúncias locais a narrativas políticas de alcance nacional.

As fontes orais foram coletadas a partir de entrevistas concedidas por participantes do Programa Brasil Alfabetizado – professores e alunos – com o intuito de realizarmos um contraponto com o que foi mostrado em rede nacional. Utilizamos o uso da metodologia da História Oral, por meio de entrevistas temáticas, com base no que é proposto metodologicamente por Verena Alberti (2011), tendo como um dos objetivos analisar como ocorria o funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado, na cidade de Alagoinha do Piauí.

A História oral, segundo Alberti (2011), é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes que servem para o estudo da história. Está circunscrita na realização de entrevistas com sujeitos que vivenciaram ou testemunharam episódios e eventos do passado e do presente. De acordo com a autora, “as entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido [...]” (Alberti, 2011, p.

175), não se interessando na totalidade da história do indivíduo desde a sua infância até o momento da entrevista, assim, no caso da pesquisa proposta, nos ateremos ao período de participação no programa. Por meio desse campo de estudo, o interessante é justamente ter a possibilidade de realizar um comparativo do ponto de vista dos entrevistados sobre o passado, para assim fazer contraponto com as fontes já existentes, podendo perceber suas divergências, aproximações e a memória coletiva do lugar em estudo acerca do tema.

Pretendíamos fazer entrevistas com coordenadores do programa, com o objetivo de entendermos como funcionava o projeto, entretanto, quando procurados, se negaram, alegando que tinha deixado uma imagem muito negativa, assim não querendo dar esclarecimentos sobre a sua participação. Usamos a entrevista de uma professora do Programa Brasil Alfabetizado no período em estudo com o interesse de compreender como acontecia a seleção de professores para o projeto, além da escolha dos alunos e como eram realizadas as suas aulas. Por fim, os depoimentos de dois alunos que participaram do projeto com o intuito de perceber como ocorria o funcionamento do programa, se as aulas ocorriam normalmente e por quais motivos forneciam seus dados para os alfabetizadores. Por receio de represálias, não iremos utilizar os nomes dos participantes, usaremos nomes fictícios para identificá-los.

O estudo respeitará integralmente as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), tendo sido submetido e aceito na Plataforma Brasil¹⁰, sistema oficial do Ministério da Saúde para tramitação ética de pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os procedimentos foram conduzidos em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 2012, que estabelece princípios éticos fundamentais como respeito à dignidade humana, beneficência, não maleficência, justiça e equidade, norteando pesquisas que envolvem seres humanos de forma geral. Foram observadas as especificidades da Resolução CNS nº 510, de 2016, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, reconhecendo as particularidades desses campos do conhecimento, como o uso de entrevistas, relatos orais e demais procedimentos metodológicos baseados na interação direta com sujeitos. O estudo assegurou que todas as etapas – desde a coleta até a análise e divulgação dos dados – foram realizadas com responsabilidade ética, garantindo aos(as) colaboradores(as) o direito à informação clara, à decisão livre sobre sua participação, ao sigilo de identidade e à validação de seus depoimentos.

As entrevistas foram gravadas em áudio, exclusivamente com autorização prévia dos (as) participantes, e os arquivos foram armazenados em mídia digital externa, protegida por

¹⁰ Ao final do trabalho, após a seção de referências, encontra-se disponível para consulta o comprovante de submissão e aprovação do projeto pelo CEP/UFPI.

senha, com acesso restrito ao pesquisador responsável. Após a transcrição, o conteúdo foi submetido à etapa de validação, na qual cada colaborador(a) decidiu sobre a utilização ou não de seu depoimento integralmente, tendo tido a oportunidade de solicitar ajustes ou supressões. Apenas os dados validados e autorizados foram incorporados ao estudo.

Entre os diferentes autores mobilizados ao longo deste trabalho, Durval Muniz de Albuquerque Júnior ocupa lugar central na discussão sobre o Nordeste e suas representações. A partir da obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (2011), compreende-se que o Nordeste não é apenas um espaço geográfico dado, mas uma construção histórica e discursiva produzida por meio da repetição de imagens, narrativas e símbolos difundidos por diferentes linguagens, como a literatura, a música, o cinema e, de modo especial, a mídia. O autor oferece importantes subsídios para analisar como determinados discursos midiáticos contribuem para a consolidação de estereótipos e estigmas sobre a região e seus habitantes, permitindo compreender a chamada “nordestinização” do Nordeste como um processo de produção simbólica que influencia a forma como o sertanejo e o próprio espaço regional são percebidos socialmente.

Para a discussão sobre o *sensacionalismo* no jornalismo, destacam-se José Cristian Góes (2014) e Ana Luiza Lugão (2010), cujas reflexões oferecem subsídios teóricos para compreender o sensacionalismo como um estilo narrativo orientado pela intensificação emocional e pelo impacto sobre o público. A partir desses autores, analisa-se como determinadas reportagens recorrem a recursos verbo-visuais e narrativos que buscam provocar comoção, empatia e indignação, apresentando os fatos de forma dramatizada e frequentemente homogênea. Suas contribuições permitem problematizar o sensacionalismo não apenas como exagero estético, mas como uma escolha editorial que influencia a construção de sentidos e a fixação de determinadas representações no imaginário coletivo.

O sensacionalismo, para os autores, busca capturar a atenção do telespectador, fazendo uso de uma linguagem carregada, repetitiva e emocionalmente apelativa, que reforça estereótipos e atribui um caráter extravagante aos acontecimentos noticiados. Trata-se, portanto, de uma estratégia narrativa que ultrapassa a simples transmissão de informações e atua na produção de sentidos e de identidades associadas aos sujeitos e lugares representados.

A discussão sobre os *estereótipos*, neste trabalho, apoia-se principalmente nas contribuições de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) e de Eduardo Vinnícius de Sales Alves (2014), cujas reflexões permitem compreender o estereótipo como um mecanismo discursivo e imagético de forte poder simbólico. Para Albuquerque Jr. (2011), a estereotipia atua como uma fala assertiva e repetitiva que fixa identidades, apaga diferenças e produz o

outro a partir de caracterizações simplificadoras, enquanto Alves (2014) destaca a força dos estereótipos visuais, facilmente assimilados e reiterados pela mídia, sobretudo por seu caráter generalizante e frequentemente negativo. Embora não se esgote nesses autores, a abordagem adotada reconhece que suas formulações oferecem bases fundamentais para entender como a mídia mobiliza imagens cristalizadas que reduzem a complexidade social e contribuem para a naturalização de desigualdades.

As produções jornalísticas que recorrem a esse tipo de estratégia contribuem para a construção de representações que, muitas vezes, passam a ser incorporadas pelo imaginário social como expressões da realidade de determinados lugares. Tal prática desperta o interesse do telespectador pelo conteúdo transmitido, ao mesmo tempo em que consolida visões estigmatizadas sobre os sujeitos e espaços retratados. Um dos principais objetivos desse tipo de abordagem é justamente capturar e manter a atenção do público, utilizando-se de uma linguagem exagerada, repetitiva e emocionalmente apelativa, que reforça estereótipos e confere aos acontecimentos um caráter dramático e extravagante.

Os conceitos de *estratégias*, *táticas* e *práticas* utilizadas nesta pesquisa são compreendidos à luz das reflexões de Michel de Certeau (1998), sendo utilizados como ferramentas para interpretar as dinâmicas de ação e poder no contexto do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí. A partir desse referencial, as *estratégias* são associadas aos agentes institucionalizados, como gestores e atores políticos, responsáveis pela formulação, controle e legitimação das ações do programa, enquanto as *práticas* dizem respeito ao cotidiano de atuação dos coordenadores e professores, que mediam as diretrizes oficiais e a realidade local. Já as *táticas* expressam as formas de apropriação e negociação desenvolvidas por esses sujeitos no enfrentamento das limitações estruturais e das pressões políticas, evidenciando como o programa foi vivido e reinventado no dia a dia para além do planejamento formal.

A análise do antipetismo e do papel da mídia na crise política brasileira da década de 2010 dialoga com autores que permitem situar as reportagens examinadas em um contexto mais amplo de reconfiguração do debate público. As contribuições de Angela Alonso (2023) são centrais para compreender as Jornadas de Junho de 2013 como um processo marcado pela disputa de sentidos e pela posterior apropriação conservadora das mobilizações, amplamente mediada pelos grandes meios de comunicação. Esse debate articula-se às análises de José Victor Joly (2023), que discute a diversidade de demandas presentes nas manifestações de 2013 e a disputa política pela condução e pelo significado das mobilizações, evidenciando como diferentes grupos sociais passaram a disputar a hegemonia das ruas. Soma-se a esse referencial a literatura sobre a emergência da nova direita no Brasil, com destaque para André Borges e

Robert Vidigal (2023), cujas análises evidenciam a reorganização das direitas no plano social, cultural e partidário no período pós-2013. Outros autores que discutem mídia, antipetismo e crise política são mobilizados ao longo do primeiro capítulo desse estudo.

A compreensão do cenário político de Alagoinha do Piauí apoia-se nas análises de Ana Geórgia Bezerra (2025), que examina a formação histórica das disputas eleitorais no município e a consolidação de dois grupos políticos antagônicos, conhecidos como o “lado de Braz” e o “lado do PT”. A autora demonstra como essa clivagem estruturou alianças, identidades políticas e dinâmicas eleitorais ao longo do tempo, influenciando os rearranjos partidários e as estratégias locais. Ao dialogar com esse referencial, a pesquisa busca articular as dinâmicas políticas nacionais às especificidades do campo político alagoinhense, contribuindo para a compreensão da recepção e dos efeitos das narrativas midiáticas no contexto local.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado *CONJUNTURA NACIONAL ENTRE 2013 E 2016: crise política, antipetismo e o papel da mídia*, tem como principal objetivo oferecer uma contextualização histórica do período em que as reportagens foram produzidas e veiculadas. Nesse capítulo, analisam-se as condições de produção e transmissão das matérias exibidas pela Rede *Record* e pela Rede Globo, bem como as circunstâncias que envolveram as denúncias relacionadas ao Programa Brasil Alfabetizado e que motivaram a presença das equipes jornalísticas em Alagoinha do Piauí, considerando, em um primeiro momento, sua articulação com o cenário nacional marcado pela crescente disseminação de discursos antipetistas e, em seguida, os possíveis desdobramentos e interesses no âmbito político local. O foco recai sobre autores que auxiliam na compreensão do contexto em que as reportagens foram produzidas, evidenciando o papel desempenhado pela mídia durante os protestos iniciados em 2013, bem como sua atuação na construção de opiniões públicas e narrativas políticas que contribuíram para a consolidação de um ambiente de deslegitimação do governo federal e culminaram no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

O segundo capítulo, intitulado *TRAÇOS DE UMA ALAGOINHA MULTIFACETADA: suas representações e estereotipações em rede nacional por reportagem midiática (2014)*, tem como objetivo analisar os discursos midiáticos sobre a cidade de Alagoinha do Piauí em 2014. Nesse contexto, examinamos como o índice de analfabetismo, que apontava 44% da população como analfabeta segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, foi utilizado para construir narrativas sobre a cidade, localizada no interior do Nordeste brasileiro e no Estado do Piauí. O foco principal é a reportagem exibida pelo programa *Repórter Record Investigação*, da Rede *Record*, em 10 de novembro de 2014.

O terceiro capítulo, intitulado “*O ABC DA CORRUPÇÃO*”: *entre táticas e práticas ilegais desenvolvidas no Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha Do Piauí (2014-2015)*, tem como objetivo analisar o funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) na cidade de Alagoinha do Piauí, em 2014. Buscamos investigar as *estratégias, táticas e práticas* adotadas por diversos atores locais – professores, coordenadores, alunos e lideranças políticas – para compreender como ocorreram as fraudes denunciadas em reportagens exibidas em rede nacional pelas emissoras Rede *Record* e Rede Globo. Essas transmissões jornalísticas destacaram o descaso do poder público municipal com a educação oferecida pelo PBA, alegando que o programa atuava de forma irregular e não apresentava resultados satisfatórios na cidade.

2 CONJUNTURA NACIONAL ENTRE 2013 e 2016: CRISE POLÍTICA, ANTIPETISMO E O PAPEL DA MÍDIA

O acontecimento das Jornadas de Junho demonstra relevo à história da sociedade brasileira em distintos aspectos. Marca uma massificação de protestos e reivindicações sociais há anos não vista, engajando milhões de cidadãos, seja pela participação direta nos atos, o conhecimento e concordância com os seus clamores, ou a mera acepção de sua existência, ainda que em discordância; estas três formas de atuação são exemplos que promovem influência na sociedade e no tempo percorrido, em diferentes níveis (Arrais, 2025, p. 15).

Entre os anos de 2013 e 2016, o Brasil vivenciou uma intensa efervescência política, marcada por protestos populares, denúncias de corrupção, instabilidade institucional e forte atuação da mídia na condução da opinião pública. As manifestações iniciadas em 2013 evidenciaram um ambiente de crescente insatisfação social, que, somado à crise econômica e às disputas entre os poderes Executivo e Legislativo, contribuiu para o desgaste do governo federal. A imprensa passou a desempenhar papel central na difusão de diagnósticos sobre as falhas governamentais, incluindo aquelas relacionadas às políticas educacionais, temática que se tornou recorrente no debate público e midiático do período. Foi nesse cenário de tensão e deslegitimação das políticas sociais dos governos petistas que Alagoinha do Piauí, um pequeno município do semiárido piauiense, emergiu de forma inesperada no noticiário nacional. Com a exibição de reportagens investigativas nas redes *Record* e *Globo*, Alagoinha foi retratada como símbolo do fracasso educacional e administrativo, ganhando o estigma de “cidade dos analfabetos”.

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre o contexto político e midiático em que essas reportagens foram produzidas e transmitidas, buscando compreender se a escolha por

Alagoinha do Piauí se relaciona tanto a fatores locais – como denúncias específicas de irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado – quanto a uma narrativa mais ampla, marcada por disputas ideológicas, sensacionalismo midiático e discursos antipetistas. Pretendemos situar historicamente o momento de exibição das matérias jornalísticas e analisar os interesses que podem ter orientado sua veiculação em rede nacional.

Parte-se da hipótese de que essas reportagens não foram produzidas apenas por interesse informativo ou investigativo, mas também como parte de uma estratégia discursiva mais ampla, voltada à crítica das políticas públicas implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e à construção de uma imagem de ineficiência administrativa associada a essas gestões. Soma-se a essa interpretação a possibilidade de que disputas e interesses de lideranças políticas locais tenham contribuído para a circulação das denúncias e para a chegada da equipe jornalística ao município, especialmente no caso da Rede *Record*. Nessa perspectiva, Alagoinha do Piauí é analisada não como um episódio isolado, mas como expressão de um processo mais amplo de articulação entre mídia, política e memória social.

2.1 Entre ruas e telas: manifestações, polarização e narrativas midiáticas no Brasil contemporâneo (2013-2016)

2.1.1 O crescimento do antipetismo e a ascensão da nova direita

No contexto político que antecedeu à ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, em 2003, as ruas eram tomadas por pessoas alinhadas ou simpatizantes do governo petista, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), setores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), partidos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e grupos de esquerda radical, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Esses coletivos, embora possuísem agendas próprias e divergências internas, viam no governo do PT – especialmente nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e no início do governo Dilma Vana Rousseff – um aliado na luta pela inclusão social, pela reforma agrária, pelo acesso à educação e pela redução das desigualdades estruturais, objetivos esses defendidos pelo presidente Lula.

A socióloga Angela Maria Alonso (2023), em seu livro *Treze: a política de rua de Lula e Dilma*, defende que ao assumir a presidência do Brasil, Lula provocou uma mudança estrutural na dinâmica entre movimentos sociais e o Estado. Isso porque, chegou ao poder com amplo apoio de diversas organizações e movimentos sociais. Era visto como aquele que, em

seu governo, combateria com firmeza a fome, o desemprego e a desigualdade social. Representava a figura capaz de realizar os anseios populares que, por anos, ecoaram nas ruas por meio das manifestações. Lula encarnava o símbolo da ascensão social, da luta dos pobres e excluídos por dignidade e espaço na política institucional. Nesse sentido, como observa Alonso (2023, p. 18):

Trazia a promessa de ascensão social, lembrou, inscrita na sua trajetória “de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e [...] que agora assume o posto de supremo mandatário da nação [...].

Essa narrativa de trajetória pessoal de Lula, do sertão nordestino à Presidência da República, não apenas mobilizou o imaginário popular, mas também fortaleceu sua legitimidade política entre as camadas historicamente marginalizadas da sociedade brasileira. Sua eleição foi percebida como uma conquista coletiva dos setores populares, e a esperança de que um governo verdadeiramente voltado às necessidades do povo finalmente se concretizaria. A simbologia presente em sua história de vida conferiu-lhe um capital político singular, capaz de articular o sentimento de pertencimento de milhões de brasileiros. Nesse sentido, “Lula chegou lá a bordo do estilo de ativismo político que dominaria a política de rua desde a redemocratização” (Alonso, 2023, p. 18).

Os movimentos sociais e o sindicalismo que sustentaram a trajetória política de Lula estavam ligados a um modelo de ativismo de matriz socialista, marcado por símbolos como a cor vermelha, comícios de massa e marchas populares. Esses elementos foram mobilizados estrategicamente ao longo de sua caminhada até a presidência, contribuindo para a construção de sua imagem como representante das classes populares. Ao assumir o governo, Lula passou a enfrentar as exigências da institucionalidade, evidenciando o contraste entre a política de mobilização de rua e as dinâmicas da governabilidade, baseadas em alianças, negociações e compromissos políticos. Nesse contexto,

Os movimentos sociais entusiastas de suas candidaturas e o sindicalismo operário, no qual nascera, eram useiros do estilo de ativismo socialista alastrado ao longo do século XX, com seus símbolos vermelhos, suas marchas e seus comícios. Tudo aquilo de que Lula tanto se serviu na longa estrada para Brasília. Mas, ao se plantar no Planalto Central, descobriria que política de rua é uma coisa e governo é bem outra (Alonso, 2023, p. 18).

Ao assumir a presidência, o PT passou a enfrentar as tensões entre preservar sua identidade vinculada às demandas populares e atuar dentro dos limites institucionais do Estado.

Conforme observa Alonso (2023), lideranças que historicamente ocupavam as ruas – oriundas de movimentos sindicais, comunitários e estudantis – foram gradualmente incorporadas ao governo ou a espaços formais de poder, o que contribuiu para a redução da mobilização direta. Esse deslocamento da ação coletiva para os marcos institucionais gerou frustrações em parte da base social do partido e evidenciou o distanciamento entre a política de rua e as exigências da governabilidade.

Alonso (2023) argumenta que a tentativa de transpor a lógica da mobilização direta para os mecanismos burocráticos do Estado encontrou limites institucionais e contradições políticas, agravadas pelas exigências de governabilidade e pelas alianças com setores conservadores. Esse processo tensionou a promessa de um governo capaz de traduzir a voz das ruas e contribuiu para o esvaziamento parcial da política de rua historicamente dominada pelo PT. Como sintetiza a autora, “ao deixar a rua meio desocupada, esse campo abriu a temporada de competição por seu domínio. A política de rua, que o PT dominara por três décadas, saiu de seu controle e se fragmentou, passou a ser disputada, e a relação movimento-governo se diversificou” (Alonso, 2023, p. 21), evidenciando uma mudança estrutural no campo da mobilização social brasileira, na qual a institucionalização de lideranças e movimentos abriu espaço para a atuação de novos atores políticos e sociais, dando início à fragmentação das mobilizações e à disputa por visibilidade e legitimidade no espaço público.

Com a conclusão do segundo mandato de Lula, em 2010, Dilma Vana Rousseff assumiu a Presidência da República, tornando-se a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo do Executivo brasileiro. Sua chegada representava a promessa de continuidade do projeto petista, mas também marcava o início de um novo ciclo em um cenário político já profundamente tensionado. As ruas, antes dominadas por manifestações favoráveis ao PT, vinham sendo ocupadas por diversos grupos com pautas e ideologias distintas. Alonso (2023, p. 56), observa que:

O reino antes lulista, a rua, foi sendo assoreado pelos dois lados, enquanto zonas de conflito em torno de dissensos morais fundos na sociedade brasileira subiam à superfície, puxadas por reformas efetivadas (que alteraram a balança de poder entre grupos sociais) e mesmo pelas malogradas (que ameaçaram fazê-lo). Quando encerrou o segundo mandato, Lula transmitiu à sua sucessora um caldeirão fervente. Logo transbordaria.

Ou seja, Dilma recebeu um país em ebulição, com disputas latentes e tensões acumuladas, em que os avanços promovidos pelos governos petistas – especialmente nas áreas sociais – começaram a provocar reações contrárias por parte de setores conservadores da

sociedade. Sua liderança foi posta à prova desde o início. Embora sua trajetória como ex-militante de esquerda e sobrevivente da repressão militar indicasse força e resiliência, a nova presidente enfrentava não apenas as cobranças por resultados econômicos e administrativos, mas também o desafio de manter a base social do lulismo coesa diante de crescentes dissensos morais, políticos e ideológicos.

Ao tomar posse, Dilma Rousseff fez questão de rememorar em seu discurso, proferido dia 1º de janeiro de 2011, a trajetória de resistência que marcara sua vida política. Relembrou, emocionada, os tempos sombrios da ditadura civil-militar, período em que foi presa e barbaramente torturada por lutar contra o regime autoritário. Sua fala não foi apenas uma evocação pessoal, mas um gesto carregado de significado histórico e político, afirmando seu compromisso com a democracia, com os direitos humanos e com as liberdades civis, como podemos observar no trecho a seguir:

Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor. Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista e rendo-lhes minha homenagem (Discurso de posse, Dilma Rousseff, Biblioteca da Presidência da República, 1º de jan. 2011 *apud* Alonso, 2023, p. 87).

A menção à ditadura funcionava também como um lembrete do caminho que o país percorrera até ali, reforçando a legitimidade de seu governo como expressão do avanço democrático e da inclusão social. Apesar da força de sua ascensão e da continuidade do projeto petista, o cenário que se desenhava à sua frente era complexo e desafiador. Nesse sentido,

Sem respeitar a passagem de faixa, esta e as outras zonas de conflito abertas nos anos Lula permaneceram inflamadas. E a sociedade mobilizada em torno delas se expandira ao longo dos primeiros oito anos petistas. Dilma encontrou redes cívicas ativas e movimentos organizados prontos para a contestação ao governo, em direções contrárias (Alonso, 2023, p. 88).

A autora revela como o campo de disputas políticas e sociais que havia se intensificado ao longo dos governos de Lula não se dissipou com a transição de liderança, mas se manteve vivo, e até ampliado, no início do governo Dilma. A mobilização social – nutrida por pautas diversas, desde demandas progressistas por direitos sociais até reações conservadoras a mudanças culturais – encontrou em Dilma um novo alvo, mesmo que seu governo fosse, em muitos aspectos, continuidade do anterior. Desse modo,

A equação movimento-Estado se complexificara. Três campos de movimentos se opunham ao governo e entre si, uma triangulação de problemas. A dinâmica relativamente autônoma de cada zona de conflito, com movimentos mobilizados contra e a favor de temáticas particulares, cada qual recrutando seus aderentes nas redes cívicas, conformou um jogo mais intrincado e menos previsível que o jogado no governo anterior. Como no dia da posse, Dilma governaria sob mau tempo (Alonso, 2023, p. 89).

Isso evidencia o quão complexo era a relação entre movimentos sociais e o Estado nos anos iniciais do governo Dilma Rousseff. O governo petista, que antes dialogava prioritariamente com pautas voltadas à redistribuição de renda e à inclusão social, passou a enfrentar uma triangulação conflitiva formada por três zonas principais: a moralidade, a violência e a redistribuição. No campo da moralidade, surgiram movimentos conservadores que contestavam avanços em temas como os direitos LGBTQIAPN¹¹, da legalização do aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção por casais homoafetivos, as políticas de gênero e a laicidade do Estado. Essas posições criaram tensões com a base progressista do governo. Na zona da violência, a juventude periférica e os movimentos por direitos humanos passaram a denunciar abusos policiais e a militarização da segurança pública, expondo contradições nas políticas estatais de repressão. Por fim, a zona da redistribuição já não contava com a mesma coesão de outrora: antigos aliados do lulismo passaram a cobrar mais reformas estruturais, enquanto setores da classe média ascendente demonstravam ressentimento diante da inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Os conflitos não apenas se sobrepunham, mas também geravam disputas internas entre os próprios movimentos sociais, fragmentando o campo político e tornando a rua, antes hegemonizada pelo petismo, um espaço mais difuso e pressionado por múltiplos grupos. Nesse contexto de “mau tempo”, como sugere Alonso (2023) ao mencionar o dia chuvoso da posse, Dilma Rousseff assumiu a presidência diante de redes cívicas mais plurais, ativas e imprevisíveis, menos alinhadas ao governo, o que dificultou a construção de consensos e antecipou o desgaste institucional que culminaria nas manifestações de 2013. Paralelamente, reformas e políticas de inclusão social antes amplamente apoiadas passaram a gerar resistência em setores médios e conservadores, especialmente diante de pautas morais como direitos LGBTQIAPN+, combate ao racismo estrutural e ampliação do acesso à universidade,

¹¹ Conforme a Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+ (2024-2025), a sigla abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais.

insatisfação que ganhou expressão nas *Jornadas de Junho*¹² de 2013, conforme destaca Alonso (2023, p. 25):

Quando espaços antes exclusivos da elite social, como shopping centers e aeroportos, mesclaram-se socialmente, a presença dos “sem modos” foi rechaçada. A estigmatização dos ascendentes escalou de alusões à falta de elegância ao ataque focal aos que acumulavam traços sociais e físicos tidos por negativos: os negros. Queixas contra sua presença se multiplicaram.

As políticas de inclusão social dos governos petistas provocaram reações excludentes de setores da sociedade brasileira diante da ascensão econômica de negros e pobres e de sua presença em espaços antes elitizados, como shoppings, aeroportos e universidades. Esse incômodo manifestou-se em discursos sobre “falta de modos”, “desconforto estético”, debates sobre “mérito” e até em expressões explícitas de racismo, evidenciando a resistência à ruptura do ideal de exclusividade branca e de classe média alta. A ampliação do acesso ao ensino superior por meio de políticas afirmativas, como as cotas, intensificou essas tensões, transformando diferentes espaços sociais em palcos de disputa entre inclusão e manutenção de hierarquias raciais e de classe. Com isso,

O incômodo com a sacudida dos princípios arraigados de hierarquização social se estendeu – além de renda e raça – para o acesso ao diploma. Desde o começo da nação, cursos superiores eram quase exclusivos dos estratos superiores. Alta escolaridade e alta renda eram sinônimos, com as exceções provando a regra. As melhores oportunidades foram apropriadas, geração após geração, pelos mesmos grupos sociais, com filhos de médicos assumindo consultórios paternos e netos de advogados herdando escritórios de reputação consolidada (Alonso, 2023, p. 25-26).

A ampliação do acesso ao ensino superior, por meio de programas como o Prouni, da expansão das universidades federais e das cotas sociais e raciais, abalou a hereditariedade dos diplomas e das profissões de prestígio, um dos pilares da reprodução das elites brasileiras. Historicamente espaço de consagração e distinção social, a universidade funcionava como mecanismo de manutenção das desigualdades, sendo o diploma um marcador que separava “instruídos” de “ignorantes”. Com a entrada de filhos de trabalhadores, empregadas domésticas

¹² Segundo Angela Alonso (2023, p. 11-12), o uso do nome “jornadas de junho” passaria a ser utilizada com frequência quando, no dia 22 de junho de 2013, o filósofo Paulo Arantes sugeriu, em entrevista, essa expressão que acabaria se consolidando. Com isso, ele conectava os protestos brasileiros a duas referências históricas marcantes para a esquerda – a *Comuna de Paris* e o *Mai de 1968*, ambos ocorridos na França, país frequentemente tomado como referência pelos intelectuais brasileiros. A adoção do termo “jornadas” acabou reforçando, mesmo que de forma um tanto inconsciente, a ideia de que as manifestações carregavam um espírito progressista, rebelde e vinculado a uma “nova política”, impulsionada por uma energia transformadora, seja ela de origem local ou inspirada por movimentos emancipatórios de alcance global. Embora a expressão tenha perdurado, a leitura otimista sobre o caráter das manifestações envelheceu rapidamente.

e agricultores, especialmente jovens negros e de baixa renda, esse território exclusivo foi transformado, trazendo à tona o pilar racial da estratificação e alterando expectativas no mercado de trabalho. O incômodo gerado por esse novo perfil de universitário revelou menos uma preocupação com mérito e mais a resistência à ruptura de um pacto histórico de exclusão, alimentando ressentimentos e discursos em defesa da “qualidade” e da “tradição”. Alonso (2023, p. 29), atesta que

As mudanças redistributivas dos governos Lula afetaram o acesso a oportunidades coletivas tanto na educação superior como no consumo de bens socialmente valorizados. O mal-estar de estudantes de setores altos e médios estabelecidos, antes a maioria no ensino superior, se exprimiu inicialmente de modo difuso: “Negro só se for na cozinha do R. U. [restaurante universitário], cotas não!”, apareceu pichado, junto a uma suástica, num muro de frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande Sul, em 2007. Próximo dali, o complemento: “Voltem para a senzala”.

As pichações racistas mencionadas pela autora, evidenciam a hostilidade de setores médios e altos às transformações promovidas pelos governos petistas, especialmente no ensino superior público, que se tornou palco central dessa disputa. A presença de estudantes negros, pobres e oriundos de escolas públicas provocou não apenas manifestações explícitas de racismo, como também um sentimento de perda de privilégio entre aqueles que historicamente monopolizavam esses espaços, revelando a tentativa de reafirmar hierarquias sociais por meio da deslegitimação das políticas afirmativas. Mais do que casos isolados, essas reações expressam um incômodo estrutural com a redistribuição de posições sociais, intensificado pela Lei de Cotas, que ampliou de forma inédita o acesso a nichos de prestígio, contribuindo para o acirramento das tensões sociais e políticas que se tornariam mais visíveis a partir de 2013. Destarte,

[...] o protesto imediato de quem se viu ameaçado. Em agosto de 2012, em Goiânia e Brasília, estudantes de colégios particulares em idade de vestibular se manifestaram contra as cotas nas federais. Eram todos brancos. Os goianos quebraram a monocromia com camisetas verdes e o vermelho do nariz de palhaço. Queriam igualdade de competição, afinal, “é um país muito miscigenado” (Alonso, 2023, p. 110).

As manifestações de 2012 protagonizadas por estudantes brancos de colégios particulares evidenciam como o discurso da “igualdade de competição” foi mobilizado para mascarar a defesa de privilégios. A reivindicação por um suposto mérito universal, descolado das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira, ignora que o ponto de partida nunca foi o mesmo para todos.

A escolha do nariz de palhaço como símbolo do protesto também carrega um significado relevante: colocava os manifestantes no lugar de vítimas de uma suposta injustiça, deslocando a crítica das estruturas históricas de exclusão para o plano emocional da perda de status. Esse tipo de reação expressa o ressentimento de setores médios que, ao se depararem com a entrada de sujeitos historicamente marginalizados nos espaços que antes dominavam, passam a se sentir lesados. Alonso (2023, p. 110) afirma que,

As cotas dividiram a opinião pública. Na imprensa, debate longo e acirrado, no qual muitos intelectuais, atingidos pela mudança do alunado universitário, se posicionaram contra. Para uns, a medida mimetizava os norte-americanos e “racializaria” o Brasil. Outros insistiam que a desigualdade era econômica, tornando inócua a distinção entre brancos e negros. Havia desde quem visse nas ações afirmativas um paliativo até quem nelas enxergasse ameaças ao estado de direito e à qualidade do ensino.

A reação às políticas de cotas raciais nas universidades evidenciou o desconforto de setores privilegiados diante da redistribuição de oportunidades e da reconfiguração do espaço educacional, revelando não apenas divergências conceituais sobre racismo e desigualdade, mas resistências profundas à perda de privilégios historicamente consolidados. O discurso da “meritocracia” e da “igualdade econômica” frequentemente funcionou como estratégia de manutenção dessas hierarquias, enquanto a presença crescente de estudantes negros, periféricos e indígenas tensionava a imagem da universidade como reduto da elite e desafiava mitos de harmonia racial e mobilidade individual. Esse incômodo alimentou um discurso conservador e moralizante que se ampliou nos anos seguintes, intensificando-se nos protestos estudantis de 2012 e ganhando maior projeção nas *Jornadas de Junho* de 2013.

As chamadas *Jornadas de Junho* de 2013, inicialmente organizadas por movimentos como o Movimento Passe Livre (MPL), que reivindicavam a redução das tarifas de transporte público, logo se ampliaram e deram vazão a uma série de reivindicações que refletiam o descontentamento de amplos setores da população com os serviços públicos, a corrupção, a representatividade política e críticas aos gastos com a Copa do Mundo de 2014. À medida que os protestos cresciam, o clima nas ruas começou a mudar, dando lugar a pautas mais difusas e, posteriormente, assumindo um caráter fortemente antipetista.

A ausência de uma liderança centralizada e a ampla cobertura midiática contribuíram para a amplificação de narrativas que deslocaram o foco das reivindicações sociais para uma crítica generalizada à política institucional. O governo federal, então sob a presidência de Dilma Rousseff – a primeira mulher a assumir o cargo do executivo federal brasileiro –, tornou-se alvo

preferencial de setores que passaram a associar os problemas estruturais do país a um suposto fracasso do projeto político petista.

Esse deslocamento discursivo foi acompanhado pela intensificação de um sentimento antipetista, que ganhou força tanto nas ruas quanto nos meios de comunicação. A crítica à corrupção, frequentemente apresentada de forma abstrata e seletiva, passou a agir como um elemento mobilizador, contribuindo para a construção de uma atmosfera de crise permanente. O período entre 2013 e 2016 consolidou-se como um momento de inflexão, no qual a contestação social foi progressivamente apropriada por grupos e discursos que defenderam soluções autoritárias e rupturas institucionais, culminando no processo de impeachment de 2016. Sendo assim, José Victor Joly (2023, p. 56-57), discorre que

Partindo do pressuposto de que os eventos que se iniciaram no Brasil em 2013 tiveram, como mote o aumento das tarifas do transporte público, ficou evidente a diversidade de demandas que se espalharam pelas ruas naquele e nos anos posteriores. Tornando-se o ícone dos movimentos em 2013 e marcando uma nova forma política de agir, o MPL já possuía uma articulação desde os anos 2000 em várias cidades.

As *Jornadas de Junho* não podem ser reduzidas a um evento espontâneo ou desorganizado. Ao destacar a trajetória anterior do MPL, o autor evidencia que havia uma articulação política consolidada, com práticas, estratégias e concepções de ação coletiva construídas ao longo de mais de uma década. Essa perspectiva reforça a ideia de que os protestos de 2013 foram resultado de processos históricos mais longos, e não apenas de um episódio pontual relacionado ao aumento das tarifas.

Nessa mesma direção interpretativa, amplia-se a compreensão das *Jornadas de Junho* como um processo marcado pela agregação progressiva de demandas e pela centralidade da juventude urbana nas mobilizações iniciais. De acordo com Maria Julia Dias Rodrigues (2021, p. 17-18), “o ano de 2013 ficou marcado pelas manifestações que eclodiram contra o aumento tarifário dos transportes públicos, protagonizadas por jovens, sobretudo das capitais e centros urbanos do Brasil, e, ao longo do processo, inúmeras pautas foram se somando ao mote inicial”, o que reforça o caráter dinâmico e cumulativo das reivindicações.

As pautas começaram a se multiplicar e a se tornar mais difusas com o passar do tempo, e a ocupação das ruas passou a incorporar grupos com posicionamentos ideológicos diversos. A socióloga Alonso (2023), destaca como determinadas condutas dos gestores petistas contribuíram para o acirramento das tensões sociais que culminariam nas *Jornadas de Junho*. Segundo a autora, a mobilização ganhou proporções massivas no dia 17 de junho de 2013, quando milhares de pessoas tomaram as ruas em diferentes partes do país, carregando uma

multiplicidade de pautas e, ao mesmo tempo, demonstrando incerteza quanto aos reais motivos da manifestação:

A perplexidade ganhou escala na segunda-feira, 17. Foi quando os protestos ficaram, por primeira vez, enormes, e a centrípeta de demandas, símbolos e atores aturdiu. O desnorтеio capturou até os manifestantes, discrepantes nas explicações sobre a razão de tanta gente nas ruas. Uma ativista contou “um milhão de pautas”? Já um vídeo do Anonymous do dia seguinte resumia o milhão a “cinco causas”, todas relativas à corrupção. Milhão mesmo foi o número de acessos à postagem. A opinião de um protético transformado em “Batman dos protestos” por conta da indumentária era outra: “O Brasil é o pior em retorno de impostos no mundo e é um dos que têm maior carga tributária”. Apesar de arrecadar tanto, o Estado, achava o super-herói, pouco retornava aos pagadores de impostos; “Péssimos salários, não temos empregos, não temos saúde, não temos educação, não temos segurança, não tem estrada, saneamento básico. Quer dizer, falta tudo”. Cada manifestante dava seu verniz à cesta, cheia de demandas variadas e contraditórias (Alonso, 2023, p. 9-10).

A multiplicidade de vozes e reivindicações tornou os protestos vulneráveis a reinterpretções e apropriações políticas em junho de 2013. Ao destacar a confusão discursiva dos protestos, a autora aponta para a ausência de uma pauta unificada, refletindo tanto a diversidade de demandas quanto a fragilidade da mediação política. Enfatizando como diferentes sujeitos atribuíram sentidos distintos à mobilização, desde críticas ao sistema tributário até denúncias de corrupção e ausência de serviços públicos.

Essa nova configuração da política de rua tornou-se mais fluida e imprevisível, marcada pela diversidade de agendas e pela presença crescente de grupos apartidários, conservadores e críticos ao governo petista. Esse processo foi alimentado tanto por movimentos tradicionais decepcionados com o governo quanto por novas organizações, muitas vezes juvenis e descentralizadas, surgidas fora da órbita do PT, resultando em um campo de mobilização fragmentado, no qual o governo deixou de ser aliado das ruas para tornar-se também alvo dos protestos. Com isso,

As manifestações não configuraram um movimento social unificado, mas um ciclo de protestos, composto de muitos movimentos, de orientações distintas, agendas próprias (e mesmo opostas), que foram à rua em simultâneo, numa justaposição. Junho foi um mosaico de diferentes. A única partilha era de alvo, a contestação às políticas dos governos do PT (Alonso, 2023, p. 15).

Essa fragmentação deu novo contorno à política de rua: já não havia um sujeito coletivo claramente identificado, mas múltiplos atores com pautas difusas, muitas vezes contraditórias entre si, que convergiam temporariamente apenas na crítica ao governo. Essa mudança não apenas tornou mais complexa a leitura dos protestos, como também enfraqueceu o potencial transformador das manifestações, que foram sendo progressivamente cooptadas por discursos

despolitizados e por agendas conservadoras, especialmente com a crescente presença da grande mídia e de setores da direita nas ruas.

Nas manifestações, a todo momento, a pergunta: “o que está acontecendo?” era verbalizada repetidas vezes ao longo do mês de junho, tendo sempre repostas improvisadas e sem saber ao certo acerca dos motivos que levariam tantas pessoas as ruas. O “então ex-presidente Lula reduziu a barafunda a anseios redistributivos: “O povo tem o pão e agora quer a manteiga” (Alonso, 2023, p. 10). Essa pluralidade de vozes tornou os protestos suscetíveis a disputas narrativas, o que abriu caminho para a apropriação por diferentes grupos, inclusive os opositores ao governo petista, pavimentando o caminho para o crescimento do antipetismo e da desestabilização política nos anos seguintes. A insatisfação com o governo petista não partiu apenas dos setores conservadores ou da direita tradicional, mas também de grupos à esquerda do próprio partido. Como analisa Alonso (2024, p. 29),

A nova configuração foi cristalizando dois campos de movimentos críticos ao governo do PT pelo lado esquerdo, um controlado por pequenos partidos e movimentos neossocialistas, outro por coletivos autonomistas, avessos a partidos. Mas a competição operou também pelo outro lado, à direita do governo.

Essa constatação evidencia que o PT se viu pressionado por uma dupla frente: de um lado, militantes e organizações que consideravam o partido refém de alianças com o capital e com setores conservadores; de outro, forças conservadoras que viam nas políticas petistas uma ameaça à ordem estabelecida.

A ocupação das ruas assumiu um papel central como forma de expressão política, sobretudo diante da crise de representação que atravessava as democracias contemporâneas. As manifestações passaram a ser entendidas como espaços legítimos de reivindicação e contestação, nos quais diferentes grupos sociais buscavam visibilidade e reconhecimento. Como aponta Joly (2023, p. 62), “a presença das massas populares nas ruas fez que elas se apropriassem dos espaços públicos para demonstrarem um descontentamento com a forma de representação política das “democracias” vigentes”. A rua, portanto, deixou de ser apenas um espaço físico de circulação para se converter em campo de disputas políticas e narrativas concorrentes.

Essa ampliação da participação popular não ocorreu de forma homogênea nem consensual. A pluralidade de demandas e sujeitos envolvidos nas mobilizações contribuiu para um ambiente de instabilidade discursiva, no qual diferentes projetos políticos passaram a disputar a condução e o sentido das manifestações. A ausência de lideranças centralizadas e a

recusa explícita à política institucional favoreceram tanto a ampliação da participação quanto a fragmentação do movimento, abrindo espaço para a emergência de tensões internas e conflitos ideológicos cada vez mais visíveis. Como explica Joly (2023, p. 62),

Porém, as rebeliões, com demandas que “explodiram” no Brasil, contaram com a presença de vários setores da sociedade brasileira. À medida que as esquerdas estavam presentes, a aparição de setores à direita e conservadores também mostraram “as caras”. Iniciava a disputa pela hegemonia das manifestações. Os integrantes do MPL se identificavam como apartidários, descrentes das atuais instituições políticas e desinteressados pela política partidária.

Observa-se um processo de disputa pela hegemonia das manifestações, em que a convivência inicial entre distintos campos políticos gradualmente cedeu espaço a tensões cada vez mais acentuadas. Embora setores de esquerda e movimentos sociais organizados estivessem presentes desde o início, a entrada progressiva de grupos conservadores e de direita alterou significativamente o perfil e os sentidos das mobilizações. A postura apartidária defendida pelo MPL, ao rejeitar a política institucional, acabou por criar brechas para a apropriação das manifestações por atores que passaram a vocalizar discursos antipartidários e antipetistas. Aquilo que se iniciou como um ciclo de protestos marcado por pautas sociais e reivindicações por direitos foi, em parte, capturado por setores conservadores, que reorientaram o descontentamento popular para uma crítica seletiva ao governo federal e às esquerdas, contribuindo para o aprofundamento da polarização política nos anos seguintes.

A partir desse momento, o governo passou a ser alvo de um desgaste ainda mais crescente, inclusive por meio da atuação da grande mídia, que contribuiu para deslocar o foco das críticas, antes direcionadas aos serviços públicos e à precarização urbana, para uma retórica mais agressiva contra o próprio Estado e seus representantes, sobretudo os vinculados ao PT. Esse desvio da narrativa, aliado a uma cobertura sensacionalista e muitas vezes parcial, contribuiu para o fortalecimento do antipetismo e para a deslegitimação das políticas públicas voltadas ao combate das desigualdades sociais. Como atesta Alonso (2023, p. 15):

Junho de 2013 resultou desse processo de longo prazo. O terceiro mandato petista encontrou zonas de conflito abertas, movimentos organizados de contestação, com estilos de ativismo atraentes para membros de redes cívicas antiestatais. A chama foi acesa nos anos Lula, mas as grandes manifestações explodiram no colo de Rousseff. Eclodiu o que cozinhou em fogo lento.

O “cozinhou em fogo lento”, a que se refere a autora, revela não apenas um desgaste progressivo, mas também a construção de uma narrativa que esvaziou as pautas sociais e ampliou o campo de crítica ao Estado, construindo o caminho para o avanço do discurso

antipolítico e conservador nos anos seguintes. O ciclo de protestos iniciado em 2013 tornou-se um elemento central para a compreensão da crise política que se aprofundou nos anos seguintes.

A atuação da mídia tradicional foi central nesse processo ao privilegiar determinadas narrativas em detrimento de outras. Ao enfatizar *slogans*, símbolos nacionais e discursos moralizantes, a cobertura jornalística contribuiu para deslocar o eixo das manifestações das demandas sociais para uma crítica à corrupção. Esse enquadramento favoreceu a consolidação de uma leitura que associava os problemas do país ao PT e, posteriormente, ao governo Dilma Rousseff, reforçando um ambiente de polarização política e deslegitimação do poder instituído. Nesse sentido,

O caráter espontâneo, descentralizado e as variadas demandas que foram se colocando nas ruas possibilitaram a disputa do sentido político das manifestações por diversos grupos políticos e sociais. Pode-se afirmar, entretanto, que as narrativas de combate à corrupção se sobressaíram à diversidade de demandas de junho de 2013, associando a corrupção ao Partido dos Trabalhadores a rejeição ao governo de Dilma Rousseff (PT) foi se intensificando ainda mais (Joly, 2023, p. 60).

A interpretação das *Jornadas de Junho* permite compreendê-las como um espaço de disputa no qual a pluralidade inicial de pautas foi progressivamente reorganizada em torno de narrativas mais simplificadoras. A centralidade adquirida pelo discurso de combate à corrupção não apenas provocou outras reivindicações sociais, como também provocou um deslocamento do debate público, transformando problemas estruturais do Estado brasileiro em responsabilizações personalizadas e partidárias. A diversidade que marcou as mobilizações iniciais foi gradualmente substituída por um enquadramento moralizante que passou a orientar a interpretação dominante dos protestos.

Esse processo contribuiu decisivamente para a consolidação do antipetismo como força política mobilizadora nos anos seguintes. Ao associar reiteradamente corrupção, ineficiência estatal e crise econômica ao governo Dilma, criou-se um ambiente propício à naturalização de soluções excepcionais e à aceitação social de rupturas institucionais. As manifestações de 2013, longe de se encerrarem naquele momento, tornaram-se um marco fundamental para compreender a escalada da crise política que culminaria no impeachment de 2016, evidenciando como disputas discursivas e narrativas públicas foram centrais para a redefinição do cenário político brasileiro.

Na interpretação de Joly (2023, p. 66), “torna-se possível o entendimento de que a volta do conservadorismo no Brasil pegou carona nas pautas de esquerdas em 2013 para ganhar as ruas e para mobilizar a sociedade em prol de suas ideologias”, evidenciando que a fluidez das

demandas e a rejeição generalizada à política institucional criaram condições favoráveis para a ascensão de discursos conservadores.

A multiplicidade de demandas, a ausência de lideranças centrais e o enfraquecimento de identidades políticas consolidadas criaram um terreno fértil para a reentrada de setores que, até então, encontravam-se relativamente afastados da mobilização de rua. Como observa Joly (2023, p. 65), “portanto, junho de 2013 apresentou-se como uma oportunidade para a direita, para a oposição ao PT e para a classe média marginalizada do jogo político reaparecerem naquele cenário dominado pelas esquerdas desde a década de 1980”.

A crítica à corrupção, descolada de análises estruturais, passou a atuar como instrumento de simplificação do conflito político e de mobilização emocional, contribuindo para o enfraquecimento do campo progressista e para a naturalização de soluções de exceção. Os protestos de 2013 não apenas abriram caminho para a intensificação do antipetismo, como também desempenharam papel central na construção das condições simbólicas e sociais que viabilizaram o golpe de 2016, encerrando um ciclo histórico marcado pela hegemonia das esquerdas nas ruas e inaugurando um período de profunda polarização e instabilidade no Brasil.

À medida que as manifestações cresciam em visibilidade, novas forças políticas e sociais, muitas delas contrárias ao governo federal, passaram a ocupar as ruas. A heterogeneidade das pautas e a ausência de lideranças centrais permitiram que grupos conservadores e setores da classe média descontentes com o PT – estimulados pela cobertura midiática – reconfigurassem o cenário das manifestações, transformando-as em um espaço de contestação ao governo. Esse processo contribuiu para a disseminação de um discurso antipetista, que ganhou força com denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras (Operação Lava Jato) e com a crise econômica que se aprofundava. Assim,

A desigualdade perdeu terreno, na imprensa e nas ruas, para a corrupção. Virou esse guarda-chuva moral sob o qual podiam se abrigar os críticos da gestão estatal e os inconformados com a mudança de costumes. Por diferentes razões, a corrupção se tornou uma obsessão nacional (Alonso, 2023, p. 135).

A substituição do debate sobre desigualdade pela centralidade da corrupção no discurso público marca um desvio significativo no imaginário político brasileiro. A partir da segunda metade dos anos 2000 e, especialmente, durante os governos petistas, a corrupção passou a funcionar como um vetor de unificação para diferentes setores sociais descontentes, tanto os que se opunham às políticas redistributivas quanto os que rejeitavam as mudanças culturais em curso. O foco quase exclusivo na moralidade da gestão pública ofuscou as conquistas sociais

recentes e reorientou a atenção da opinião pública para uma agenda punitiva, frequentemente seletiva, que tendia a criminalizar partidos e lideranças progressistas, ao mesmo tempo que naturalizava desigualdades históricas.

Essa mudança no eixo das preocupações públicas foi alimentada por uma intensa cobertura midiática, que construiu uma narrativa em que o Estado aparecia como estruturalmente corrompido e o cidadão como vítima. Nessa lógica, pouco importava que o período lulista tenha promovido a maior inclusão social da história recente: a corrupção passou a ser vista como a raiz de todos os males, e qualquer avanço distributivo era reinterpretado como parte de um projeto populista e fraudulento. Ao reduzir a complexidade dos conflitos sociais a uma batalha entre “éticos” e “corruptos”, essa retórica acabou por deslegitimar não apenas o PT, mas toda e qualquer política que confrontasse privilégios de classe e raça no país. Com isso,

A corrupção ficou onipresente, nas capas de jornais e revistas, na tevê, nos blogs, que tomaram, em maioria, o partido do tribunal contra o governo. A cobertura firmou e difundiu dois enquadramentos. Um era negativo: os políticos eram todos corruptos, mas os petistas eram mais corruptos do que os outros. Toda a imprensa rezou esse rosário, mas a *Veja* merece os louros da focalização no caso da capa de 15 de abril: “Mensalão – A cortina de fumaça do PT para encobrir o maior escândalo de corrupção da história do país”. Junto, ia charge de Joaquim Barbosa com um espetinho de cabeças petistas. Além da cobertura, havia os colunistas. Reinaldo Azevedo retomou a associação entre o PT e os irmãos Metralha no segundo volume do seu *No país dos petralhas* (Alonso, 2023, p. 131-132).

Esse cenário midiático fortemente direcionado contribuiu para consolidar uma visão maniqueísta da política brasileira, em que o PT foi transformado no principal símbolo da corrupção nacional. A espetacularização dos escândalos, particularmente do Mensalão e, posteriormente, da Operação Lava Jato, foi acompanhada por uma retórica agressiva e personalizada, que explorava imagens de punição exemplar e humilhação pública, como a capa da *Veja* mencionada por Alonso (2023). Esse tipo de representação não apenas alimentava o sentimento antipetista como também contribuía para um ambiente de radicalização discursiva, em que o debate político era substituído por *slogans* morais e vingativos. A atuação da grande imprensa, longe de apenas informar, passou a atuar como parte ativa do conflito, assumindo o papel de tribunal midiático e influenciando diretamente a opinião pública e até decisões do Judiciário.

O imaginário coletivo passou a ser moldado por uma narrativa em que a corrupção seria atribuída quase que exclusivamente ao PT. Essa seletividade não apenas escondia outros casos graves de corrupção envolvendo partidos tradicionais como também enfraquecia a

possibilidade de um enfrentamento sério do problema. A crítica à corrupção foi instrumentalizada para desacreditar conquistas sociais, enfraquecer adversários políticos e justificar retrocessos institucionais.

O que começou como um protesto contra o aumento da tarifa do transporte público logo se desdobrou em uma multiplicidade de vozes e bandeiras, muitas das quais passaram a questionar diretamente o governo federal. Dilma, portanto, viu-se no centro de um conflito que não era apenas econômico ou político, mas também simbólico e cultural. Seu governo tornou-se alvo de mobilizações contraditórias: ao mesmo tempo em que era pressionado por reivindicações populares, enfrentava o desgaste provocado por uma nova configuração política nas ruas, na qual os antigos aliados do PT dividiam espaço, e antagonismos, com novos movimentos autônomos, apartidários e até mesmo conservadores. Nesse sentido, “[...] junho começou com protestos em torno de mais e de menos controle moral dos corpos, na reprodução, na sexualidade, no uso de psicotrópicos. Liberdades para um lado, corrupção moral para o outro” (Alonso, 2023, p. 144).

Esse embate moral, que emergia com força nos protestos de junho, escancarava a fragmentação e a polarização dos discursos públicos no Brasil. De um lado, havia grupos progressistas que reivindicavam ampliação de direitos civis, liberdades individuais e reconhecimento da diversidade – sexual, racial, de gênero. Do outro, setores conservadores reagiam com veemência a essas pautas, evocando valores tradicionais e acusando os opositores de promover uma “degeneração” da sociedade. Vale pontuar que,

Os doze primeiros dias de junho aportaram em escala miúda o que se via desde o início do governo Dilma: distintos protestos, sem um movimento ou assunto principal a dominar os outros. Foram 77 focos de mobilização distribuídos por 31 cidades. Concentravam-se em metrópoles (85,5%) (Alonso, 2023, p. 160).

Esse clima de tensão favorecia a escalada da retórica punitiva e a articulação de uma “nova direita”, que se valia da linguagem da indignação para se apresentar como legítima representante do “cidadão de bem” diante de um Estado capturado por minorias e por esquemas de corrupção. É importante pontuar que a direita brasileira passou por processos significativos de reorganização e reformulação de seus ideários e formas de atuação política ao longo das últimas décadas. Essa nova reconfiguração abriu espaço para o surgimento do que a literatura vem denominando de “nova direita no Brasil”, distinta daquela que atuava antes da ascensão dos governos petistas a partir de 2003.

André Borges e Robert Vidigal (2023) destacam que esse processo não foi homogêneo, mas resultou de diferentes dinâmicas sociais, culturais e políticas que ampliaram a oferta de

alternativas conservadoras no país. Segundo os autores, é possível identificar três grandes tendências de reorganização da direita no cenário brasileiro contemporâneo. A primeira dessas reorganizações está associada ao fortalecimento da direita religiosa, especialmente vinculada ao crescimento do protestantismo neopentecostal no Brasil. Como observam Borges e Vidigal (2023, p. 2):

Em primeiro lugar, o crescimento da direita religiosa, associada, sobretudo, ao avanço do protestantismo neopentecostal. [...] Uma série de mudanças progressistas, como a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo pelo STF nos anos 2010 motivou uma reação cultural conservadora liderada pelo clero evangélico.

Esse movimento evidencia como pautas morais e identitárias passaram a ocupar lugar central no discurso político conservador, mobilizando segmentos religiosos em defesa de valores tradicionais e em oposição às agendas progressistas associadas aos governos petistas.

A segunda reorganização da direita brasileira está diretamente relacionada à emergência de novos movimentos sociais de perfil liberal e conservador, especialmente no contexto da crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff. Conforme destacam os autores, “em segundo lugar, a reorganização da direita está diretamente ligada à ascensão de movimentos sociais liberais e conservadores que surgiram na esteira dos protestos em favor do impeachment de Dilma Rousseff entre 2015-2016” (Borges; Vidigal, 2023, p. 2). Esses grupos, em grande parte articulados por meio das redes sociais e com forte presença nas ruas, contribuíram para redefinir as formas de mobilização política da direita, aproximando-a de discursos anticorrupção, antipetistas e de contestação às instituições tradicionais.

Por fim, um terceiro eixo do processo de renovação da direita refere-se às transformações no campo eleitoral e partidário, elemento fundamental para compreender a consolidação institucional desse novo campo político. Diferentemente das direitas tradicionais, fortemente associadas a partidos consolidados e a estruturas políticas mais rígidas e autoritárias – ligadas ao período ditatorial, essa nova direita passou a investir na reformulação de siglas existentes e na criação de novas legendas, buscando romper com a imagem desgastada da política tradicional. Esse processo esteve diretamente ligado à crise de representação que atravessou o sistema partidário brasileiro, intensificada após as Jornadas de Junho de 2013 e aprofundada nos anos seguintes, quando cresceu o sentimento de rejeição aos partidos historicamente estabelecidos. A reorganização partidária tornou-se uma estratégia central para canalizar eleitoralmente o descontentamento social, apresentando-se como alternativa “nova”, “limpa” e supostamente desvinculada das práticas associadas à chamada velha política. Segundo Borges e Vidigal (2023, p. 2-3),

[...] um terceiro elemento que integra o processo de renovação da direita diz respeito ao surgimento de novas alternativas no mercado eleitoral, seja pela reformulação de marcas partidárias já existentes (caso do PSL, Podemos e PSC), seja pela criação de novos partidos (caso do Novo e PRB).

Esse movimento expressa uma tentativa de modernização da direita no plano institucional, buscando ampliar sua competitividade eleitoral, renovar lideranças e dialogar com um eleitorado insatisfeito com os partidos tradicionais.

Em conjunto, essas três reorganizações evidenciam que a nova direita brasileira se constituiu a partir da articulação entre valores morais conservadores, mobilização social antipetista e renovação do sistema partidário. Trata-se de um fenômeno complexo, que combina elementos religiosos, liberais e autoritários e que encontrou nas crises políticas da década de 2010 um terreno fértil para se consolidar. Essa recomposição não apenas redefiniu o campo da direita no Brasil, como também impactou profundamente as disputas simbólicas, eleitorais e discursivas que marcaram o período pós-2013, contribuindo para o rearranjo do sistema político nacional.

A ascensão e a permanência do PT no comando do Executivo Federal ao longo de mais de uma década alteraram de forma significativa o equilíbrio de forças no sistema político brasileiro. A continuidade dos governos petistas, sustentada por vitórias eleitorais sucessivas – Lula e Dilma com duas vitórias consecutivas, respectivamente entre 2003-2006, e entre 2010-2014 –, produziu não apenas transformações nas políticas públicas, mas também impactos profundos na dinâmica da competição política. Ainda que esses governos tenham agido por meio de amplas coalizões, incorporando partidos de perfil conservador, o período foi marcado por um fortalecimento relativo da esquerda no plano institucional, tanto no âmbito nacional quanto nos estados. Esse cenário impôs à direita brasileira o desafio de repensar suas estratégias de atuação, uma vez que os mecanismos tradicionais de oposição e de acesso ao poder mostraram-se insuficientes diante da hegemonia eleitoral petista. A reorganização da direita deve ser compreendida como uma resposta a esse novo arranjo político, no qual a esquerda passou a ocupar posições centrais no Estado e no debate público. Assim sendo,

No caso brasileiro, a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em sucessivas eleições presidenciais disputadas entre 2002 e 2014 trouxe uma série de desafios para a forças de direita. Não obstante o fato de os presidentes petistas terem sido obrigados a formar coalizões amplas e heterogêneas que incluíam parte das forças mais conservadoras, houve um aumento expressivo da representação da esquerda tanto em eleições nacionais quanto estaduais (Borges; Vidigal, 2023, p. 1).

O excerto acima evidencia que o fortalecimento institucional da esquerda durante os governos petistas não eliminou a presença da direita, mas limitou sua capacidade de protagonismo político dentro das formas tradicionais de competição eleitoral. Diante desse cenário, a direita passou a buscar novos caminhos para reconstruir sua influência, investindo em estratégias que extrapolavam o campo institucional, como a mobilização de identidades morais, o uso de discursos antipolíticos e a ocupação das ruas. A crise que se intensificou a partir de 2013 pode ser entendida não apenas como resultado de insatisfações difusas, mas como parte de um processo mais amplo de reação das forças conservadoras à perda de centralidade no sistema político, processo que culminaria na reorganização da direita e na radicalização do conflito político nos anos seguintes.

No caso brasileiro, de acordo com Borges e Vidigal (2023), a consolidação da direita no período posterior aos governos petistas esteve profundamente vinculada a um processo de reorganização do sistema partidário e de reconfiguração das formas de competição política. Diante das transformações sociais promovidas pelos governos do PT – como a ampliação do acesso a políticas públicas, a ascensão social de parcelas historicamente marginalizadas e o fortalecimento de pautas progressistas – a direita precisou reformular suas estratégias de atuação para permanecer relevante no cenário político. Esse processo implicou não apenas mudanças institucionais, mas também uma redefinição discursiva e organizacional, capaz de responder às novas dinâmicas eleitorais e ao desgaste dos partidos tradicionais. A reação da direita não se limitou à oposição parlamentar aos governos petistas, mas envolveu a construção de novas formas de mobilização social e eleitoral, ajustadas a um contexto marcado por crise de representação e crescente desconfiança em relação à política institucional.

Borges e Vidigal (2023) destacam que a emergência da chamada nova direita se diferencia substancialmente da direita tradicional, tanto em suas bases de sustentação quanto em suas estratégias de mobilização. Enquanto a direita tradicional esteve historicamente vinculada a estruturas clientelistas e ao controle de recursos estatais nos diferentes níveis de governo, a nova direita passou a agir a partir de outras lógicas de construção de apoio político, explorando identidades, afetos e discursos morais. Essa mudança revela uma inflexão importante no modo como a direita passou a se inserir no jogo político brasileiro, afastando-se progressivamente da dependência exclusiva de máquinas partidárias e aproximando-se de estratégias de mobilização mais difusas e ideologicamente carregadas. Conforme apontam os autores,

Enquanto a sobrevivência eleitoral da direita tradicional havia dependido em boa medida do acesso aos recursos de patronagem controlados pelos executivos das três esferas de governo, a nova direita se amparou em duas estratégias de mobilização eleitoral. Primeiro, a nova direita evangélica seguiu uma estratégia central no repertório dos partidos e movimentos de direita, politizando de forma efetiva uma identidade transversal às classes sociais – a religião. Em segundo lugar, a direita antipolítica adotou uma estratégia populista valendo-se da oposição populista entre “elite corrupta” e “povo” e apoiando-se em um discurso virulento de demonização do PT e das esquerdas para mobilizar os eleitores (Borges; Vidigal, 2023, p. 6).

O argumento demonstra que a nova direita brasileira soube explorar com eficácia tanto identidades coletivas fortemente enraizadas, como a religião, quanto narrativas populistas de caráter moralizante e antipolítico, capazes de atravessar diferentes estratos sociais. Ao deslocar o conflito político para uma oposição simplificada entre “povo” e “elite corrupta”, e ao eleger o PT e as esquerdas como inimigos centrais desse discurso, a nova direita conseguiu mobilizar afetos, ressentimentos e percepções difusas de injustiça social. Esse movimento não apenas fragilizou os mecanismos tradicionais de mediação política, como também contribuiu para a desconfiança nas instituições democráticas, criando condições favoráveis para a ascensão de lideranças autoritárias e para o aprofundamento da polarização política no Brasil contemporâneo.

A compreensão da ascensão do populismo de direita no Brasil exige atenção às transformações mais amplas ocorridas na sociedade e no sistema político ao longo da última década. O desgaste das instituições representativas, a intensificação da crise de confiança nos partidos e a radicalização do debate público criaram um ambiente favorável à emergência de discursos que se apresentam como antissistêmicos e moralizadores. A política passou a ser cada vez mais atravessada por afetos negativos, como medo, ressentimento e indignação, ao mesmo tempo em que temas culturais e morais ganharam centralidade nas disputas eleitorais. Essas mudanças não podem ser dissociadas das tensões acumuladas durante os governos petistas, nem do impacto das manifestações de 2013, que contribuíram para fragilizar os mecanismos tradicionais de mediação política e abriram espaço para narrativas populistas de direita. Sendo assim, segundo Borges e Vidigal (2023, p. 1),

A ascensão do populismo de direita está associada a importantes mudanças na sociedade e na política brasileiras, que incluem o crescimento das atitudes de desconfiança e rejeição generalizada aos partidos (antipartidarismo), a polarização do eleitorado, e a crescente saliência de temas culturais envolvendo direitos reprodutivos e LGBT, papéis de gênero e educação sexual entre o eleitorado.

Os autores sintetizam como o populismo de direita se alimentou de um ambiente marcado pela crise de representação e pela centralidade de disputas morais, deslocando o eixo

do conflito político de questões estruturais para temas culturais e identitários. Ao explorar o antipartidarismo e a polarização, esse campo político conseguiu mobilizar setores heterogêneos da sociedade, apresentando-se como alternativa às elites políticas tradicionais e às esquerdas. A consolidação do populismo de direita no Brasil não pode ser entendida como um fenômeno isolado, mas como resultado de um processo histórico de longa duração, no qual se articulam crises institucionais, disputas simbólicas e rearranjos no campo político, com impactos profundos sobre a democracia brasileira contemporânea.

A consolidação da nova direita no Brasil deve ser compreendida à luz do aprofundamento da crise de representação política que se intensificou ao longo da década de 2010. O distanciamento crescente entre eleitores e partidos, somado à percepção de ineficácia das instituições democráticas, criou um ambiente de descrença generalizada na política institucional. Esse cenário foi agravado pela combinação entre instabilidade econômica, desgaste do sistema partidário e a ampla circulação de discursos moralizantes no espaço público, fatores que contribuíram para alimentar sentimentos antissistêmicos e favorecer alternativas políticas que se apresentavam como ruptura com a ordem estabelecida. A nova direita encontrou condições favoráveis para ampliar sua base de apoio, explorando o desencanto social e canalizando-o para projetos políticos de viés conservador e autoritário. Nesse sentido,

[...] o sucesso da nova direita brasileira não pode ser dissociado do crescimento das atitudes anti-partidos e antissistema entre os eleitores brasileiros. Sucessivos escândalos de corrupção e uma severa contração econômica entre 2014-2016 contribuíram para a insatisfação generalizada com respeito aos partidos e às instituições representativas brasileiras (Borges; Vidigal, 2023, p. 15-16).

O fragmento indica que o fortalecimento da nova direita esteve diretamente ligado à crise econômica e política, que abalou a confiança nas instituições democráticas. A associação entre partidos e corrupção, amplificada pela mídia e por operações judiciais de grande repercussão, intensificou a rejeição ao sistema político. Discursos antipartidários e antissistêmicos ganharam força, permitindo que lideranças da nova direita se apresentassem como representantes de um “povo” traído. O antipartidarismo tornou-se, assim, elemento central de sua ascensão no Brasil.

Nesse contexto de reconfiguração da direita e de esgotamento das formas tradicionais de mediação política, a ascensão de Jair Bolsonaro em 2018 pode ser compreendida como resultado direto dessas transformações estruturais e discursivas. Bolsonaro soube reunir, de maneira eficaz, tanto a mobilização da direita religiosa quanto o discurso antipolítica descrito por Borges e Vidigal (2023), apresentando-se como um indivíduo que não fazia parte do

sistema, apesar de sua longa trajetória no Congresso Nacional. Ao acionar uma retórica baseada na oposição entre “povo honesto” e “elite corrupta”, associada à demonização do Partido dos Trabalhadores, das esquerdas e das instituições democráticas, sua candidatura encontrou ressonância em um eleitorado marcado pelo desencanto com a política e pela crise de representação. Mais do que um fenômeno individual, o bolsonarismo expressa a convergência dessas estratégias da nova direita, consolidando eleitoralmente um projeto político que se alimentou do antipetismo, da moralização da vida pública e da mobilização de afetos conservadores, inaugurando uma nova fase da direita brasileira no século XXI.

2.1.2 A atuação das mídias sociais na intensificação da crise e a legitimação do antipetismo

No início das *Jornadas de Junho* de 2013, os grandes veículos de comunicação mostraram-se hesitantes diante das manifestações, muitas vezes enquadrando-as como desordeiras ou ilegítimas. À medida que os protestos ganharam dimensão nacional e começaram a incorporar pautas difusas, como críticas à corrupção, aos gastos com a Copa do Mundo e à ineficiência dos serviços públicos, a cobertura midiática passou a assumir outro tom.

Durante as manifestações em várias partes do Brasil, a violência esteve frequentemente presente, muitas vezes provocada por grupos que se infiltravam nos atos com o objetivo de promover desordem. Um exemplo notável foi a atuação dos chamados *black bloc*¹³, que realizavam pichações, invasões e depredações de estabelecimentos públicos e privados, gerando reações violentas por parte das forças policiais. A repressão também atingia manifestantes pacíficos, que se tornavam vítimas do uso excessivo da força, com balas de borracha e gás lacrimogêneo. Em uma das manifestações, durante uma passeata rumo à Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, a pesquisadora Alonso (2023, p. 166) traz para a discussão a entrevista de Sarah de Roure, participante da Marcha Mundial das Mulheres, e Virgínia Barros, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), cujos relatos estão reunidos a seguir:

Do outro lado, surgiram barricadas, e uma líder da Marcha Mundial das Mulheres viu quando o “pessoal começou a botar lixo na rua e a colocar fogo no lixo”. Enquanto cavalaria e choque batiam, havia “uma confusão de gente nas esquinas [...] gente sangrando”. A presidente da UNE ficou no miolo, entre fumaça e estilhaços: “era bomba, bomba, bomba [...] eu não conseguia enxergar direito [...] era gás

¹³ A tática Black Bloc, presente nas manifestações de 2013 no Brasil, consistia em uma forma de ação direta praticada por pequenos grupos que, vestidos de preto e com os rostos cobertos, promoviam a depredação de símbolos do capital e do Estado – como bancos, concessionárias e prédios públicos – e confrontavam diretamente a polícia. Inspirada em protestos internacionais, essa tática visava responder à repressão policial e denunciar a violência estrutural do sistema, mas gerou controvérsias por ser vista por uns como resistência legítima e, por outros, como vandalismo que enfraquecia os protestos pacíficos (Pinto, [2015?]).

lacrimogêneo... a cara ardia. [...] Eu não fazia ideia de que aquilo tava sendo transmitido ao vivo na televisão”.

Esses relatos evidenciam a violência e o caos que marcaram muitas manifestações de 2013, inserindo-se na zona de conflito descrito pela autora. A resposta repressiva do Estado, ao tentar conter atos de vandalismo, acabou intensificando a radicalização dos protestos e a desconfiança nas instituições. A exposição da violência em tempo real impactou a opinião pública, gerando tanto solidariedade aos manifestantes quanto sensação de insegurança. Um movimento de reivindicações plurais passou a ser atravessado por disputas simbólicas e pela crise de representatividade.

À medida que os atos se espalhavam por diferentes regiões do país, a cobertura midiática intensificava seus esforços para dar conta, em tempo real, da multiplicidade de eventos que se desenrolavam nas ruas. As cenas de confronto entre manifestantes e forças policiais, bem como os atos de vandalismo praticados por grupos infiltrados, passaram a dominar o noticiário. A mídia, em busca de audiência e impacto, deu destaque privilegiado às imagens mais chocantes, transformando episódios de violência em espetáculo. O foco recaiu sobre as manifestações que resultavam em conflito, gerando uma narrativa visual centrada no caos, no sangue e na destruição. Como destaca Alonso (2023, p. 166):

A cena inteira, de sangue, quebradeira e caos, circulou no Facebook, em blogs, sites da imprensa e na Tv. Essa audiência assistiu ao vivo a exponenciação da violência, quando a marcha chegou na [Avenida] Paulista, [em São Paulo] com uma bomba de gás a cada sete segundos. Balas de borracha sobraram para transeuntes, observadores, imprensa. As tropas cercaram as ruas do entorno, gerando um circuito fechado, beco sem saída. Todos aprisionados como num labirinto. Dele saíram 235 detidos e 128 feridos, incluídos oito policiais e ao menos três jornalistas.

Esse retrato dramático evidencia o papel da mídia na construção de um clima de pânico coletivo, ao transformar os protestos em um espetáculo de violência transmitido ao vivo. A lógica do sensacionalismo passou a orientar a narrativa predominante, obscurecendo as pautas reivindicatórias dos manifestantes e reforçando uma imagem difusa e negativa dos atos públicos. Nesse contexto, como observa Natalia Pires de Oliveira (2020, p. 31),

Sem surpresa alguma, a grande mídia relacionou o ato ao vandalismo e a vândalos infiltrados no movimento. Enquanto ela criminalizava o movimento em suas reportagens, a violência e a agressividade da polícia militar de São Paulo se intensificaram e tomaram proporções incomensuráveis.

A criminalização midiática agiu, assim, como um dispositivo de legitimação da violência policial, criando um ambiente favorável ao endurecimento das ações repressivas do Estado. Ao rotular os manifestantes como “vândalos”, a mídia contribuiu para desumanizá-los e para justificar o uso desproporcional da força, deslocando a atenção pública das causas estruturais dos protestos para a suposta necessidade de restauração da ordem.

Ao reduzir a complexidade das manifestações à estética do confronto, os meios de comunicação contribuíram para o esvaziamento do movimento e para a legitimação de ações repressivas do Estado. A cobertura jornalística não apenas registrava os acontecimentos, mas também atuava como agente ativo na modelagem da percepção pública sobre os protestos, muitas vezes reforçando estigmas e alimentando discursos de criminalização.

As emissoras de televisão, os jornais e revistas de maior circulação intensificaram a exposição das manifestações, agora destacando cartazes, entrevistas e imagens que apontavam diretamente para o desgaste do governo federal. Houve uma seleção estratégica de conteúdo, em que manifestações críticas ao PT ganhavam destaque, enquanto pautas mais à esquerda, como a luta contra a violência policial ou por transporte público gratuito, eram marginalizadas ou omitidas. A mídia contribuiu para deslocar o eixo das manifestações: de um protesto essencialmente social para uma disputa político-ideológica.

A crescente insatisfação popular durante as *Jornadas de Junho* de 2013 se intensificou também pela forma como os protestos passaram a ser retratados e acompanhados pelos próprios manifestantes. Com o avanço das tecnologias digitais e das redes sociais, surgiram alternativas à cobertura tradicional da grande mídia. Destacou-se a atuação da Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), um coletivo de jornalismo independente que ganhou visibilidade ao transmitir ao vivo os protestos a partir do ponto de vista dos próprios participantes, dando ênfase às cenas de repressão policial e às vozes silenciadas pelos grandes veículos. Dessa maneira,

As imagens do 13 de junho paulistano e secundariamente alternativas, na grande e na internacional. Entraram para a memória visual brasileira. A Mídia Ninja viveu sua glória, com cobertura ao vivo, no miolo do rolo, enquanto a polícia descia o cacete. A cobertura sem edição, nem pauta, em tempo real, no chão da rua, hipnotizou jovens sem paciência para as coberturas tradicionais de tv. Havia repórteres “no Brasil inteiro”. A estrutura tentacular provia material abundante e nacional: “Quando alguém tirava uma foto da Ninja, a gente já tinha um sistema de subir ela no celular e mandar ela em tempo real no MSN ou no chat do Facebook” (Alonso, 2023, p. 168).

Essa nova forma de cobertura jornalística alterou significativamente a maneira como os protestos foram percebidos por parte da população, especialmente entre os jovens. Ao fugir da

mediação editorial das grandes emissoras, a Mídia Ninja contribuiu para uma maior pluralidade de narrativas e para a valorização de perspectivas até então invisibilizadas. Sua atuação também simbolizou uma ruptura na confiança nos meios tradicionais e o fortalecimento de uma comunicação horizontal e colaborativa, específica da era digital.

De acordo com Oliveira (2020, p. 32), “a essa altura, as redes sociais foram bastante utilizadas não só para marcar os locais de encontro dos protestos, mas também para divulgar os acontecimentos em tempo real”. Essa prática permitiu que os próprios manifestantes se tornassem produtores de informação, registrando confrontos, denunciando abusos policiais e ampliando a visibilidade das manifestações para além dos limites impostos pela cobertura tradicional.

As redes cívicas atuaram como um elo fundamental para a mobilização e difusão das manifestações, promovendo conexões em cadeia que possibilitavam a rápida articulação de pessoas e ações. Funcionavam como uma engrenagem descentralizada, mas eficiente, capaz de mobilizar indivíduos e grupos em diversas regiões do país por meio de uma lógica de replicação. Com o auxílio das redes sociais, como o Facebook, esses ativistas organizavam e difundiam informações com agilidade, muitas vezes sem mediação institucional ou liderança centralizada.

Esse novo modo de organização e circulação das informações contribuiu para redefinir profundamente as formas de ação coletiva no início da década de 2010. Diferentemente dos movimentos sociais tradicionais, estruturados em hierarquias e lideranças bem definidas, as mobilizações articuladas pelas redes digitais passaram a agir segundo uma lógica mais fluida, descentralizada e horizontal. A internet tornou-se, assim, um espaço privilegiado de articulação política, no qual identidades coletivas eram construídas, narrativas eram compartilhadas e estratégias de mobilização eram rapidamente difundidas, possibilitando a ocupação simultânea de diferentes espaços urbanos e a ampliação do alcance dos protestos. Rodrigues (2021, p. 114), ao se apropriar dos estudos de Tiana Ellwanger (2018), salienta que

[...] o que caracteriza esses movimentos como originais é o fato de estarem conectados em rede de múltiplas formas, organizando-se no espaço livre da internet e se tornando um movimento sólido ao ocuparem o espaço urbano. As experiências compartilhadas via redes sociais possibilitaram aos movimentos, a partir de 2010, criarem uma dinâmica similar, de ocupações dos espaços públicos, de organização horizontal, o que dá uma certa sensação de que os movimentos estavam de alguma forma conectados em uma rede.

Essa dinâmica em rede favoreceu a construção de um sentimento de pertencimento coletivo, mesmo entre grupos que não mantinham vínculos organização diretos. A circulação constante de imagens, relatos e transmissões ao vivo criou uma percepção de simultaneidade e

conexão entre manifestações ocorridas em diferentes cidades, reforçando a ideia de um movimento amplo e interligado. Ao mesmo tempo, essa forma de organização contribuiu para a ausência de lideranças centralizadas, o que dificultava tanto a repressão estatal quanto a negociação política, mas também tornava os protestos mais suscetíveis à disputa de sentidos e à apropriação por diferentes grupos ideológicos.

O uso das redes sociais também assumiu uma dimensão claramente política ao se colocar como alternativa à cobertura seletiva ou silenciosa da mídia tradicional. As plataformas digitais passaram a funcionar como espaços de denúncia, visibilização e legitimação de práticas de protesto que raramente encontravam espaço nos grandes veículos de comunicação, especialmente aquelas associadas a ações mais radicalizadas ou a críticas diretas ao sistema político e midiático. Com isso,

O uso das redes sociais ainda tem como objetivo fazer um contraponto ao silêncio da mídia tradicional sobre as ações politizadas vindas dos movimentos sociais, como os escrachos, e isso também é uma marca desses novos movimentos sociais que são retroalimentados pela horizontalidade e crítica aos variados establishment, sobretudo o midiático (Rodrigues, 2021, p. 115).

As redes sociais não apenas ampliaram a capacidade de mobilização dos protestos, mas também redefiniram as relações entre movimentos sociais, mídia e espaço público. Ao mesmo tempo em que possibilitaram maior pluralidade de vozes e narrativas, contribuíram para a fragmentação do debate e para a intensificação das disputas em torno das manifestações. Esse ambiente da comunicação, marcado pela horizontalidade, pela rapidez da informação e pela desconfiança em relação aos meios tradicionais, foi decisivo para moldar o ciclo de protestos iniciado em 2013 e para criar as condições que permitiriam tanto a emergência de novas formas de ativismo quanto a posterior captura das mobilizações por discursos conservadores e antipolíticos.

As manifestações ocorridas em 2013 configuraram-se como um marco na história política recente do Brasil, tanto pela sua amplitude territorial quanto pela diversidade dos atores envolvidos. Inicialmente impulsionados por reivindicações ligadas ao aumento das tarifas do transporte público, os protestos rapidamente se espalharam por diferentes regiões do país, adquirindo um caráter nacional e multifacetado. Esse processo evidenciou que as mobilizações extrapolaram demandas pontuais, expressando insatisfações mais profundas relacionadas às condições de vida urbana, à representação política e à gestão dos serviços públicos, o que contribuiu para que 2013 fosse consolidado como um ano emblemático na memória social brasileira. De acordo com Rodrigues (2021, p. 129),

O ano de 2013 ficou marcado na memória dos brasileiros pelas grandes manifestações que pipocaram em diversas capitais, centros urbanos e periferias das cinco regiões do país, e que tiveram como mote a contestação ao aumento das tarifas dos transportes públicos anunciado logo no primeiro bimestre.

Ao longo dos meses seguintes, essas mobilizações ampliaram-se para além dos grandes centros urbanos, alcançando cidades do interior e localidades onde o transporte público possuía papel secundário na dinâmica cotidiana da população. Mesmo em municípios que não haviam promovido reajustes tarifários, ocorreram atos e passeatas, indicando que o aumento das tarifas funcionou como um elemento incentivador de insatisfações já existentes. Esse espalhamento territorial demonstra que os protestos de 2013 foram impulsionados por um conjunto mais amplo de fatores estruturais, revelando um descompasso entre as demandas sociais e a atuação do poder público, o que contribuiu para a massificação e a complexidade do ciclo de protestos ao longo daquele ano.

O crescimento das manifestações em junho de 2013 provocou uma mudança significativa na forma como os protestos eram percebidos e acompanhados pela sociedade e pela mídia. Inicialmente desconsiderados ou tratados com pouca importância, os pequenos movimentos passaram a ocupar o centro das atenções, beneficiando-se da nova visibilidade conquistada nas ruas. Esse processo foi impulsionado, sobretudo, pela adesão de amplos setores sociais e pela cobertura intensa dos veículos de comunicação, que passaram a noticiar diariamente o que acontecia nas manifestações, conferindo-lhes uma legitimidade inédita e estimulando ainda mais a participação popular. Alonso (2023, p. 171), destaca que

A legitimação dos protestos por mídia e sociedade organizada multiplicou a atenção para pequenos movimentos. Antes sem cobertura ou com quase nenhuma, passaram a contar com um minucioso escrutínio, noticiados em detalhe, todo santo dia, do 14 ao fim do mês. A hiperexposição da rua afetou a ela mesma. Estimulou a participação de membros de redes cívicas que até então assistiam de casa e de longe. E abriu a disputa entre os organizados pelo controle da rua.

Esse modelo de articulação e ação ganhou contornos inéditos durante as *Jornadas de Junho* de 2013, consolidando uma nova modalidade de ativismo: leve, móvel e facilmente replicável. Câmeras de celulares comuns tornaram-se instrumentos políticos ao permitir o registro e a transmissão instantânea dos protestos por manifestantes, apoiadores e até mesmo por transeuntes curiosos. As fronteiras entre quem protestava, quem cobria e quem assistia tornaram-se cada vez mais tênues. A capacidade de gerar e circular imagens em tempo real rompeu com o monopólio da grande mídia, criando um campo fértil para o ativismo digital e

para a constituição de uma esfera pública mais horizontal, conectada e participativa. Portanto, “as redes sociais, que já serviam para organização e arregimentação, viraram, então, pátrias de exibição caudalosa e debate frenético dos protestos” (Alonso, 2023, p. 168).

A centralidade das imagens e das redes digitais no interior das *Jornadas de Junho* evidencia que a dimensão comunicacional passou a integrar o próprio repertório de ação coletiva dos manifestantes. O protesto deixou de se restringir à ocupação física das ruas e passou a se desdobrar simultaneamente no espaço virtual, ampliando seu alcance e sua capacidade de mobilização. A circulação incessante de fotografias, vídeos e transmissões ao vivo conferiu aos atos uma dimensão espetacular, na qual visibilidade e engajamento tornaram-se elementos estratégicos para a afirmação das pautas e para a legitimação dos sujeitos envolvidos. De acordo com o historiador Vitor Gabriel Bezerra Arrais (2025, p. 30-31),

Em um contexto de expansão da internet, foi visível a capacidade de espetacularizar os atos, os protestos e as práticas comuns de manifestantes a partir do uso de redes de comunicação para disseminar imagens dos protestos e comunicar as ideias do movimento. Buscava-se reconhecimento social, a despeito de regularmente cobrirem os seus rostos.

A busca por reconhecimento social se tornou um componente central das manifestações contemporâneas. Mesmo quando os manifestantes ocultavam seus rostos – prática associada tanto à proteção quanto à contestação –, a produção e a circulação de imagens funcionavam como mecanismos de afirmação política e pertencimento coletivo. O ativismo digital não apenas ampliou a visibilidade dos protestos, mas também redefiniu as formas de participação e engajamento, reforçando a lógica de uma ação coletiva marcada pela fluidez, pela performatização e pela disputa constante por sentidos. Esse processo contribuiu para intensificar as tensões internas dos movimentos e para ampliar o campo de disputas narrativas, elemento que se mostraria decisivo nos desdobramentos políticos posteriores.

Segundo Arrais (2025, p. 46), a consolidação das mídias sociais como espaço central de circulação de informações nas *Jornadas de Junho* evidenciou o reconhecimento, por parte dos manifestantes, de seu potencial político. As redes tornaram-se arenas de expressão da insatisfação social, por meio da difusão de textos, *slogans*, notícias, memes e vídeos dos protestos. A circulação dessas imagens permitiu não apenas a exposição contínua das manifestações, mas também a construção de uma narrativa alternativa à da mídia tradicional, legitimando demandas coletivas e denunciando a repressão policial e coberturas consideradas parciais. As plataformas digitais passaram a integrar a disputa pelo enquadramento público dos acontecimentos e pela interpretação legítima da crise política.

À medida que os protestos de junho de 2013 ganhavam intensidade, a postura da grande imprensa também passou por uma transformação significativa. Inicialmente cautelosos ou mesmo críticos em relação às manifestações, os principais veículos de comunicação passaram a ampliar a cobertura dos atos e, sobretudo após os episódios de violência policial, a demonstrar uma posição mais favorável aos manifestantes. A mudança de tom se deu, em grande parte, em resposta à indignação popular provocada pelas cenas de repressão desproporcional, que circularam amplamente nas redes sociais e nas transmissões ao vivo. Esse reposicionamento da mídia foi estratégico para preservar sua credibilidade diante de um público cada vez mais mobilizado e conectado. De acordo com Alonso (2023, p. 170),

No [dia] 14 [de junho de 2013], a Globo ampliou a cobertura e tomou lado, segundo seu diretor-geral de jornalismo, com “vídeos que provavam - sem nenhuma chance de erro que naqueles casos a polícia tinha se excedido [...] demos razão completa aos manifestantes”, embora não a todos. “A gente mostrou que os black blocs quebraram tal banco, quebraram tal loja.” Mesmo o moderado Estadão acusou a polícia de produzir “a fúria dos manifestantes”. A Folha, no [dia] 15 [de junho de 2013], foi incisiva no editorial que acusava os policiais de “agentes do caos”: a “PM paulista agiu com inaceitável violência [...] truculência [...] mais grave que o vandalismo [...] dos manifestantes”.

A grande mídia passou a adotar uma retórica dual, que ora legitimava os protestos como expressão da cidadania e da indignação legítima, ora criminalizava determinados grupos, como os black blocs, pela radicalização dos métodos. Essa abordagem ambivalente contribuiu para moldar a opinião pública, conferindo seletivamente visibilidade e legitimidade a certos atores e discursos em detrimento de outros. Ao mesmo tempo, esse processo evidenciou o papel da mídia como agente ativo nas disputas narrativas que atravessavam as ruas naquele momento de inflexão política. Com isso, “a grande mídia, atenta após o dia 13 e a postos para o jogo da Copa das Confederações, foi noticiando tudo ao vivo – o mesmo que já faziam as mídias alternativas e as redes sociais” (Alonso, 2023, p. 183).

No dia 17 de junho, manifestações ocorreram em diversas partes do Brasil, reunindo um número expressivo de participantes. A Rede Globo, maior emissora de televisão aberta do país, acompanhou de forma intensa os protestos, buscando registrar os acontecimentos nos diferentes locais em que ocorriam. Como relata Alonso (2023), durante a cobertura da Copa das Confederações, o jornalista William Bonner, que estava escalado para apresentar o Jornal Nacional, expressou seu desconforto diante da situação: “Estávamos em plena Copa das Confederações [...] e o Bonner estava escalado para fazer a apresentação in loco. No dia 17 ele diz: “Olha, eu não posso estar aqui e o Brasil todo nas ruas. Não faz o menor sentido” [...] e voltou para o Jornal Nacional” (Alonso, 2023, p. 195-196).

A postura do apresentador William Bonner da Rede Globo naquele momento revela um movimento estratégico: ao reconhecer a legitimidade dos protestos e ampliar sua visibilidade, a emissora buscava reposicionar-se diante da opinião pública, que por muitos anos a criticou por sua aliança com o poder vigente. A centralidade das manifestações forçou os principais veículos de comunicação a se adaptarem ao novo cenário, no qual as ruas se tornaram o palco principal do debate político. A cobertura da Globo deixou de lado a neutralidade formal e assumiu um tom mais sensível às demandas populares, ainda que com seletividade na forma de abordagem. A nova postura adotada pela emissora televisiva ajudou a reforçar a legitimidade dos protestos aos olhos da população e contribuiu para o aumento da pressão sobre o governo Dilma Rousseff, marcando um ponto de virada na relação entre mídia, política e opinião pública. Sendo assim, “o JN dera dois minutos e 27 segundos aos protestos no 6 de junho. Na noite do 17, rimou com dezessete minutos e 31 segundos, o que em televisão é uma eternidade. O assunto tomou quinze das 22 matérias da edição” (Alonso, 2023, p. 196).

A efervescência das manifestações no dia 17 de junho de 2013 marcou um ponto de virada na percepção pública sobre os protestos que, até então, vinham ocorrendo de forma dispersa em diferentes cidades. A imprensa, percebendo a força do movimento, intensificou sua cobertura, assumindo um papel central na legitimação e amplificação dos atos. Os noticiários passaram a abrir espaço prioritário para o tema, com entradas ao vivo, análises e imagens impactantes. Essa visibilidade conferida pela mídia teve um efeito multiplicador, estimulando a adesão de novos manifestantes e transformando os protestos locais em um fenômeno nacional. Assim,

Ao longo do [dia] 17 [de junho de 2013], a imprensa noticiou como nunca. A cobertura contínua transmitiu ao país a ideia do evento extraordinário, fora da rotina, que exigia o interesse e convidava à participação, mesmo que na base da adesão cívica curiosa. Essa atenção pública plena foi crucial para converter o que eram até então manifestações locais de tamanho médio em um ciclo nacional de protesto (Alonso, 2023, p. 196).

Esse aparato midiático contribuiu para a escalada dos protestos, não apenas registrando os eventos, mas agindo como incentivador do engajamento popular. O ciclo de mobilizações se fortaleceu, em grande parte, por essa sensação de que algo histórico estava acontecendo, uma espécie de “momento de virada” na política nacional. A transformação da cobertura, de uma postura reservada para uma abordagem de urgência, ajudou a transformar o dia 17 de junho em um marco da crise política em curso, tornando a rua, mais do que nunca, o centro do debate público. Sendo assim, “a Globo cobriu, quase ininterruptamente, até a madrugada do 18,

distinguindo, em cada matéria, na voz de cada repórter e comentarista, os “pacíficos” dos “vândalos”, que manchavam a “festa da democracia”” (Alonso, 2023, p. 197).

A realização da Copa das Confederações, em 2013, atuou como um estimulante fundamental para a ampliação das manifestações, ao projetar as insatisfações sociais para um cenário de visibilidade nacional e internacional. Os protestos que se intensificaram durante o evento passaram a articular críticas não apenas às tarifas de transporte público, mas também à forma como o Estado brasileiro vinha conduzindo seus investimentos. As ruas tornaram-se espaço privilegiado para a denúncia das prioridades governamentais, evidenciando a contradição entre os elevados gastos com megaeventos esportivos e a precariedade dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e mobilidade urbana.

Essa crítica ganhou força justamente no contexto da Copa das Confederações, quando “a população passou a denunciar que os recursos públicos haviam sido destinados à construção de estádios de futebol, contribuindo com os interesses dos grandes capitais, excluindo a população pobre dos eventos esportivos” (Joly, 2023, p. 62). A ampla cobertura midiática, somada à circulação de imagens e discursos nas redes sociais, contribuiu para intensificar o alcance dessas denúncias, reforçando a percepção de um Estado distante das demandas populares. Os protestos durante a Copa das Confederações não apenas ampliaram o ciclo de mobilizações iniciado em junho de 2013, como também aprofundaram a crise de legitimidade do governo federal, inserindo as manifestações em um contexto mais amplo de contestação política.

A análise das manifestações associadas aos megaeventos esportivos no Brasil exige que se considere o contexto de profundas desigualdades estruturais que atravessavam o país naquele momento. A realização da Copa das Confederações e, posteriormente, da Copa do Mundo de 2014, expôs as tensões entre os elevados investimentos públicos destinados à construção de estádios e à infraestrutura exigida pela FIFA e a precariedade dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e transporte. Essa contradição tornou-se visível e cotidiana para amplos setores da população, funcionando como um catalisador das insatisfações sociais que já vinham se acumulando nos anos anteriores e que encontraram, nos megaeventos, um símbolo privilegiado para a contestação política. Sendo assim, a autora Rodrigues (2021, p. 130), discorre que

No ano [de 2013] em que o país receberia a Copa das Confederações, as contradições entre a construção de estádios e a infraestrutura para os megaeventos, especialmente, para a Copa Mundial de Futebol de 2014 com sede no Brasil, contrastava-se com a má qualidade dos serviços públicos básicos, no nível da evidência.

As manifestações que emergiram durante a Copa das Confederações não se limitaram à crítica pontual aos gastos com o futebol, mas passaram a expressar um descontentamento mais amplo com a gestão dos recursos públicos e com a condução política do país. O futebol, tradicionalmente associado à identidade nacional e à celebração coletiva, foi ressignificado como símbolo das desigualdades e das prioridades invertidas do Estado. As ruas tornaram-se, assim, espaços de denúncia, nos quais a realização dos megaeventos passou a ser interpretada como evidência de um projeto político distante das necessidades reais da população, reforçando a percepção de exclusão e injustiça social.

A insatisfação popular foi intensificada pela ampla divulgação de denúncias envolvendo irregularidades nas obras e na organização dos eventos esportivos. As acusações de corrupção, somadas à presença de interesses privados e internacionais na condução da Copa, contribuíram para ampliar o sentimento de revolta e indignação, fortalecendo a adesão aos protestos em diversas cidades do país. Nesse caso,

Os escândalos de corrupção que iam desde desvio de verbas, superfaturamento das obras até os mais diversos tipos de favorecimentos envolvendo políticos e a própria gestão da Fifa potencializaram o sentimento de revolta. Os protestos de 2013 com maior contingente de manifestantes ficaram conhecidos como jornadas de junho e aconteceram durante a Copa das Confederações marcada para os dias 15 a 30 de junho (Rodrigues, 2021, p. 130).

As manifestações contra a Copa das Confederações e, posteriormente, contra a Copa do Mundo, devem ser compreendidas como parte de um ciclo mais amplo de protestos que articulou críticas à corrupção, à má gestão dos recursos públicos e à distância entre o Estado e as demandas sociais. Ao acionar símbolos nacionais, como o futebol e a bandeira brasileira, esses protestos produziram uma potente disputa em torno do significado do nacionalismo e da cidadania. Esse processo não apenas evidenciou as contradições do projeto dos megaeventos no Brasil, como também contribuiu para o aprofundamento da crise política que se consolidaria nos anos seguintes, abrindo espaço para a intensificação do antipetismo e para a reconfiguração do campo político brasileiro no pós-2013.

A tradicional hegemonia do PT nas ruas foi desafiada tanto por antigos aliados quanto por novos adversários, consolidando um ambiente de disputa simbólica e material pelo controle do espaço público e do discurso político, que marcaria profundamente o cenário brasileiro nos anos seguintes. Foi nesse momento, com a invasão do verde-amarelo nas ruas, pela direita, que ficaria claro o reordenamento da mobilização popular, agora liderado pelo lado destro da política brasileira.

Nesse contexto de disputa pelas ruas, a apropriação das cores verde e amarelo passou a desempenhar um papel central na redefinição dos sentidos da mobilização. Historicamente associadas a eventos esportivos e a uma noção difusa de identidade nacional, essas cores foram progressivamente ressignificadas no interior das manifestações, tornando-se marcadores visuais de pertencimento político. A presença massiva de bandeiras do Brasil e camisas da seleção brasileira não apenas diferenciava determinados grupos nas ruas, mas também sinalizava a emergência de um discurso nacionalista que se colocava em oposição às bandeiras vermelhas, aos símbolos partidários e às pautas tradicionalmente associadas à esquerda. Sendo assim,

As bandeiras do Brasil e as camisas da seleção brasileira são símbolos que buscam manifestar o nacionalismo, o amor à nação, à pátria. O “vamos nós, o povo” pressupõe um elemento cívico, ou seja, os representantes políticos são eleitos pelo povo e cabe também ao povo tirá-los quando não governam para ele (Joly, 2023, p. 79).

Esses símbolos nacionais foram mobilizados para sustentar uma narrativa de legitimidade popular e moralidade cívica. Ao se apresentar como expressão direta do “povo”, o uso do verde-amarelo configurou-se como uma simplificação do conflito político, silenciando a pluralidade de interesses e projetos em disputa. O discurso do “vamos nós, o povo” passou a funcionar como um mecanismo de exclusão, no qual aqueles identificados com partidos, movimentos sociais ou pautas progressistas eram gradualmente retratados como inimigos da nação ou usurpadores do espaço público.

Esse processo contribuiu decisivamente para a captura das manifestações por setores conservadores, que passaram a associar o nacionalismo à rejeição do PT e da política institucional de esquerda. O verde-amarelo, antes relativamente neutro, transformou-se em um signo político carregado de antagonismo, reforçando a ideia de que apenas determinados grupos seriam os verdadeiros representantes da pátria. A apropriação desses símbolos não foi apenas estética, mas profundamente política, ao legitimar discursos antipetistas e abrir caminho para a construção de uma identidade coletiva que se apresentava como moralmente superior e autorizada a exigir a retirada de governos eleitos, contribuindo para o ambiente que culminaria no impeachment de 2016.

A grande mídia desempenhou papel central nesse processo ao conferir ampla visibilidade a esse repertório simbólico, reforçando a associação entre verde-amarelo, combate à corrupção e indignação cívica. Ao privilegiar imagens de multidões vestidas com as cores nacionais e ao enquadrar os protestos como expressões espontâneas da vontade popular, os meios de comunicação contribuíram para naturalizar essa estética como sinônimo de cidadania e legitimidade política.

Esse enquadramento operado pela imprensa teve o efeito de legitimar e ampliar as críticas ao governo Dilma em setores mais amplos da sociedade, sobretudo entre a classe média urbana. O descontentamento, que havia nascido em torno de questões específicas, foi sendo canalizado para uma rejeição generalizada ao petismo, favorecendo a emergência de um discurso antipolítica e, em particular, antipetista. Nesse ambiente, construído em grande parte pelo agendamento midiático, a figura da presidenta Dilma passou a ser constantemente associada à incompetência administrativa, à corrupção e ao fracasso econômico. Com a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, longe de apaziguar os ânimos, o ambiente político tornou-se ainda mais polarizado, aprofundando conflitos e radicalizando posições entre apoiadores e opositores do governo.

Antes mesmo da realização das eleições presidenciais de 2014, o cenário político brasileiro já se encontrava profundamente desestabilizado pelos sucessivos escândalos de corrupção revelados no âmbito da Operação Lava Jato. Em seus estudos, Aiane de Oliveira Vieira (2017) analisa como a deflagração dessa operação teve impactos diretos sobre o processo eleitoral, sobretudo ao incidir de maneira desigual sobre a imagem do Partido dos Trabalhadores e da então presidenta Dilma Rousseff. Segundo a autora, “a deflagração da Operação Lava Jato, em plena corrida eleitoral, ocupou os noticiários midiáticos e tornou-se capital político dos partidos de oposição, ferindo ainda mais a imagem da candidata Dilma Rousseff e do PT” (Vieira, 2017, p. 7). A centralidade assumida pela Lava Jato no debate público contribuiu para intensificar o clima de desconfiança em relação ao governo e para reforçar narrativas que associavam o PT, de forma quase exclusiva, à corrupção.

Esse ambiente de forte desgaste político e midiático não impediu, contudo, a vitória eleitoral de Dilma Rousseff, ainda que tenha aprofundado a polarização social e política no país. A eleição de 2014 ocorreu sob um clima de acirrada disputa, marcada por ataques constantes à legitimidade da candidatura petista e pela mobilização da oposição em torno do discurso anticorrupção e antipetista. A reeleição da presidenta não significou estabilidade, mas o início de um segundo mandato atravessado por crises e desafios estruturais. Nesse caso,

Apesar do conturbado cenário político em que se desenvolveu o pleito eleitoral de 2014 e após uma acirrada disputa eleitoral, Dilma Rousseff conseguiu vencer as eleições com 51,64% dos votos e ser reeleita. Apesar das tentativas da oposição de criminalizar a chapa vencedora, a presidenta começou seu segundo mandato com grandes desafios pela frente, dentre eles: combater a corrupção; gerenciar econômica; lidar a crise com uma população dividida entre diferentes ideologias políticas; e trabalhar com um Congresso Nacional considerado o mais conservador desde a redemocratização (Vieira, 2017, p. 7-8).

A reeleição de Dilma Rousseff ocorreu em condições políticas extremamente adversas, nas quais a legitimidade do resultado eleitoral foi constantemente questionada. O segundo mandato iniciou-se, portanto, sob forte pressão institucional, com uma base social fragmentada, oposição mobilizada e um Congresso hostil, fatores que limitaram a capacidade de governabilidade. Esse contexto de fragilidade política, somado ao aprofundamento da crise econômica e à persistência das denúncias de corrupção, criou as condições necessárias para a escalada da instabilidade que culminaria, dois anos depois, no processo de impeachment.

Esse contexto ajuda a compreender o prolongamento do embate político que se seguiu ao pleito eleitoral. De acordo com Vieira (2017, p. 5), os resultados da eleição de 2014 não apenas definiram um vencedor, mas também instauraram um clima de disputa, na medida em que “os resultados eleitorais de 2014 polarizaram “perdedores” e “vencedores” e criaram um clima de terceiro turno, que se prolongou até a votação final do impeachment que destitui Dilma Rousseff em outubro de 2016”. A leitura evidencia que o processo eleitoral não encerrou o conflito político, mas, ao contrário, funcionou como um incentivo para sua intensificação. Com isso,

Consequentemente, os cidadãos que votaram partido/coalizão para o vencedor(a) apresentam mais atitudes positivas acerca do sistema político do que aqueles que votaram para o partido/coalização derrotado(a). Em uma eleição muito polarizada e disputada, como foi a eleição de 2014, há uma tendência dos perdedores se articularem de forma contrária ao governo (Vieira, 2017, p. 5).

A partir dessa perspectiva, é possível compreender como a polarização eleitoral contribuiu para a reorganização das forças oposicionistas e para a ampliação do descontentamento social. A intensa divisão entre vencedores e perdedores do pleito de 2014 extrapolou o campo estritamente eleitoral e converteu-se em mobilização social contínua, inicialmente articulada no ambiente digital. Os setores derrotados nas urnas passaram a questionar não apenas as decisões do governo, mas também a legitimidade do próprio sistema político, alimentando discursos contra o sistema e antipetistas, enquanto grupos favoráveis à reeleição também se organizaram em defesa do governo. As redes sociais tornaram-se espaços privilegiados para a difusão dessas posições, produção de identidades políticas e convocação para manifestações que, posteriormente, transbordaram para as ruas, reforçando a narrativa de crise permanente e de ilegitimidade do governo reeleito.

O período pós-2014 consolidou-se como uma continuidade, e não uma ruptura das tensões iniciadas nas *Jornadas de Junho*. A articulação entre polarização eleitoral, denúncias de corrupção e mobilização social criou condições propícias que viabilizaram o impeachment

de Dilma Rousseff em 2016. As manifestações de 2013 e o acirramento eleitoral de 2014 devem ser compreendidos como momentos interligados de um mesmo processo histórico, no qual a instabilidade política se aprofundou progressivamente, abrindo espaço para a ofensiva contra os governos petistas.

As mobilizações contrárias ao governo petista assumiram papel central na construção de uma narrativa de deslegitimação do mandato presidencial. Ao associar o governo Dilma à corrupção, à ineficiência administrativa e à incapacidade de conduzir o país em meio à crise econômica, esses movimentos reforçaram sentimentos de descrença e insatisfação entre amplos setores da sociedade. Essa dinâmica favoreceu a naturalização do impeachment como uma saída possível – e, para muitos, necessária – para a crise, especialmente entre os grupos que se percebiam como derrotados no processo eleitoral de 2014. Nesse contexto,

Os movimentos sociais que se espalharam em todo o país contestando o governo de Dilma Rousseff e a atuação das elites políticas permitem evidenciar que a ação de tais grupos corroborou a descrença dos cidadãos acerca do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e da capacidade da ex-Presidenta Dilma Rousseff, o que criou um clima de conformação da opinião pública em direção à aceitação do impeachment, especialmente entre aqueles cidadãos que se inseriam no grupo dos “perdedores” da eleição (Vieira, 2017, p. 5).

Isso nos mostra como a articulação entre polarização eleitoral, mobilização social e construção discursiva da crise foi fundamental para a consolidação do impeachment enquanto solução política legitimada socialmente. Longe de ser um processo espontâneo, a deposição de Dilma Rousseff foi precedida por um intenso trabalho de mobilização e convencimento, que agiu tanto nas ruas quanto nas redes, produzindo consensos parciais e deslocando o debate público para uma lógica de antagonismo irreconciliável. O impeachment aparece como culminância de um ciclo de instabilidade política iniciado nas *Jornadas de Junho* de 2013 e aprofundado no pós-eleição de 2014.

Para Vieira (2017, p. 8), a crise política brasileira aprofundou-se significativamente a partir dos desdobramentos da Operação Lava Jato, que passaram a produzir efeitos já nos primeiros meses de 2015. As investigações envolvendo a Petrobras resultaram em mudanças importantes na estrutura da estatal, incluindo a saída de sua então presidenta e de membros da alta direção, ao mesmo tempo em que o tema ganhava centralidade no debate público. Paralelamente, o Congresso Nacional instaurou mecanismos formais de apuração, como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), enquanto o Supremo Tribunal Federal passou a conduzir inquéritos para investigar a participação de agentes políticos no esquema de corrupção. Esses acontecimentos contribuíram para intensificar o desgaste do governo Dilma

Rousseff, ampliando a sensação de instabilidade institucional e alimentando narrativas que questionavam a legitimidade e a capacidade de governança do Executivo.

O aprofundamento da crise política esteve diretamente associado não apenas aos avanços institucionais da Operação Lava Jato, mas também à forma como esses acontecimentos foram amplamente difundidos e interpretados pela mídia. A cobertura jornalística conferiu centralidade às denúncias envolvendo a Petrobras e agentes políticos, transformando as investigações em um tema cotidiano nos noticiários e reforçando a percepção de uma crise permanente. Ao privilegiar narrativas que associavam os escândalos de corrupção ao Partido dos Trabalhadores e à figura da presidenta Dilma Rousseff, os meios de comunicação contribuíram para o desgaste do governo e para a construção de um ambiente de deslegitimação política. A exposição das investigações, aliada à espetacularização dos processos judiciais, alimentou o sentimento de desconfiança em relação às instituições e fortaleceu discursos oposicionistas que encontraram eco nas ruas e nas redes sociais, criando condições favoráveis para a mobilização social em torno do impeachment.

Torna-se fundamental reconhecer que o papel desempenhado pela mídia no contexto da crise política brasileira não se restringiu à cobertura informativa dos acontecimentos, mas configurou-se como um agente ativo na conformação das disputas de poder. Conforme destaca Vieira (2017, p. 6), “[...] ao longo das três últimas décadas, demonstrando que a mídia brasileira tem historicamente participado na eleição e deposição de presidentes em virtude da forma como agenda os diversos contextos políticos, de acordo com os interesses em jogo”. Ao selecionar temas, enfatizar escândalos e atribuir responsabilidades políticas de forma recorrente ao governo petista, a mídia contribuiu para legitimar narrativas de incompetência e ilegitimidade, aprofundando a instabilidade institucional e preparando o terreno para a aceitação social do impeachment.

Nessa mesma perspectiva, Vieira (2017, p. 6) ressalta que “a mídia, por sua vez, é, no contexto brasileiro, um influente intermediário entre a sociedade e o Estado”, ocupando uma posição estratégica na mediação das informações e na construção das percepções políticas. Ao atuar como filtro entre os acontecimentos e a opinião pública, os grandes veículos de comunicação passam a exercer um poder significativo na definição do que é relevante, legítimo ou condenável no debate político. Quando esse intermediário assume uma postura reiteradamente crítica e seletiva, o impacto sobre a confiança social nas instituições torna-se profundo, pois, como observa a autora, “o enquadramento de notícias políticas pela mídia e a constante publicação destas de forma negativa pode contribuir com a descrença do cidadão acerca do governo e do sistema democrático” (Vieira, 2017, p. 6). A narrativa midiática não

apenas informa, mas orienta juízos morais e políticos, influenciando diretamente a forma como a crise é percebida e interpretada pela sociedade.

Pode-se afirmar que a atuação da mídia foi decisiva para a consolidação de um ambiente de deslegitimação do governo Dilma Rousseff e, de maneira mais ampla, do próprio sistema político. A repetição de enquadramentos negativos, associada à centralidade dos escândalos de corrupção no noticiário, reforçou o sentimento de indignação, antipetismo e ceticismo em relação à democracia representativa. Esse cenário favoreceu a naturalização de soluções excepcionais e de discursos que defendiam a ruptura institucional como resposta à crise, contribuindo para a construção de um consenso social em torno da necessidade do impeachment. A mídia não apenas refletiu a crise política, mas participou ativamente de sua produção e aprofundamento, tornando-se um dos pilares centrais da instabilidade que marcou o período.

O avanço das tecnologias digitais e a ampliação do acesso à informação transformaram profundamente as formas de participação política no Brasil contemporâneo. A circulação acelerada de notícias, opiniões e interpretações sobre os acontecimentos políticos passou a ocorrer em múltiplas plataformas, especialmente nas redes sociais, reduzindo a dependência exclusiva dos grandes meios de comunicação tradicionais. Vieira (2017, p. 11), destaca que com

[...] a facilidade de acesso à informação permite que o cidadão adquira informações políticas, e, ao mesmo tempo, oferece-lhe a habilidade de processar essa informação, o que consequentemente contribui para o aumento do seu nível de sofisticação política. Uma vez informados, os cidadãos fazem escolhas, as quais representam os fundamentos da democracia.

Embora esse cenário amplie as possibilidades de engajamento e participação, ele também impõe novos desafios à democracia. A abundância de informações não garante, por si só, uma compreensão crítica e qualificada da realidade política, sobretudo em um ambiente marcado pela desinformação, pela polarização e pelo uso estratégico de narrativas simplificadoras. A chamada “sofisticação política” pode se manifestar tanto na ampliação do debate público quanto na radicalização de posições, evidenciando que o acesso à informação, longe de ser neutro, tornou-se um campo central de disputa política recente no Brasil.

Ao longo do processo que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, a mídia exerceu um papel central na construção dos sentidos atribuídos aos acontecimentos políticos. Para Vieira (2017), os enquadramentos jornalísticos não se limitaram à exposição factual dos eventos, mas atuaram na produção de valorações morais e políticas sobre os diferentes atores

envolvidos. Ao alternar narrativas positivas e negativas, a cobertura midiática contribuiu para consolidar imagens específicas do governo, da presidenta, dos partidos e das instituições, influenciando diretamente a percepção pública sobre a crise política. Esse processo foi particularmente relevante no contexto das manifestações de rua e das denúncias de corrupção, nas quais a mídia assumiu a função de mediadora entre os acontecimentos e a opinião pública. Com isso,

A cobertura das manifestações, ao mesmo tempo que denegriu a imagem dos atores políticos envolvidos no processo, enalteceu figuras que apresentavam uma espécie de “solução moral” para o problema da corrupção, tais como o poder judiciário e o juiz federal Sérgio Moro e até mesmo o então vice presidente Michel Temer. Temer foi enquadrado como uma figura competente e capaz de colocar o país de volta nos trilhos (Vieira, 2017, p. 14).

Esse tipo de enquadramento reforçou uma leitura moralizante da crise, deslocando o debate de suas dimensões estruturais e políticas para uma lógica de responsabilização individual e de expectativa de solução institucional. Ao apresentar determinados atores como símbolos de ordem, competência e moralidade, a mídia contribuiu para legitimar alternativas políticas que se colocavam como ruptura com o governo eleito, ao mesmo tempo em que aprofundava a descrença em relação ao sistema político vigente. A construção midiática da crise não apenas acompanhou o processo de impeachment, mas ajudou a criar um ambiente favorável à sua aceitação social, reforçando a ideia de que a deposição de Dilma Rousseff seria uma solução necessária para restaurar a normalidade política e moral do país.

Parte-se da premissa de que o enquadramento recorrente de notícias negativas pela mídia, aliado à sua publicação excessiva, contribuiu de maneira decisiva para a desilusão do cidadão brasileiro em relação ao governo, à ex-presidente Dilma Rousseff, às instituições políticas e ao próprio sistema democrático. Na análise de Vieira (2017, p. 20), “a imprensa corroborou a construção e desconstrução de verdades em torno do tema, influenciou a formação da opinião pública e mobilizou a população a lutar a favor ou contra a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff”, evidenciando o papel ativo dos meios de comunicação na intensificação da polarização política e na legitimação social do impeachment. Pressuposto,

[...] a mídia, como fonte de informação, adotou um caráter reducionista do tema, pois não apresentou as reais consequências que um processo de impeachment poderia trazer para a nação brasileira. Em outras palavras, imprensa não conseguiu, ou nem mesmo tentou promover o debate público sobre o tema. Em suma, a forma como a mídia enquadrou o impeachment mostra a tentativa de criar um clima de conformação da opinião pública brasileira em torno da aceitação da deposição de Dilma Rousseff (Vieira, 2017, p. 21).

O argumento reforça a compreensão de que o impeachment foi amplamente naturalizado no imaginário social, não como um acontecimento excepcional e traumático para a ordem democrática, mas como uma solução necessária e inevitável para a crise política. Ao deixar de problematizar suas consequências e ao evitar o confronto de argumentos divergentes, a mídia acabou por desempenhar um papel pedagógico às avessas, orientando a opinião pública para a aceitação do afastamento presidencial. A cobertura jornalística contribuiu para legitimar o processo junto à população, enfraquecendo a percepção crítica sobre seus impactos institucionais e aprofundando a crise de confiança nas estruturas democráticas brasileiras.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff deve ser compreendido como o ponto culminante de um ciclo de instabilidade política que se iniciou com as mobilizações de 2013 e se intensificou ao longo dos anos seguintes. A polarização crescente, alimentada por escândalos de corrupção, pela atuação da grande mídia e pela reorganização das forças conservadoras, criou um ambiente de desgaste contínuo do governo petista. O impeachment apresentou-se não apenas como um mecanismo jurídico-institucional, mas como uma solução política para uma crise ampliada por disputas narrativas, pela contestação da legitimidade eleitoral e pela construção de um consenso social em torno da necessidade de afastamento da presidenta. Assim,

No dia 31 de outubro de 2016 o Brasil assistiu à finalização do processo de impeachment da ex Presidenta Dilma Rousseff. Foi o segundo processo de deposição de um presidente da República que a jovem democracia brasileira experimentou em seus 30 anos de história. O Brasil é o único país no mundo que experienciou mais de um processo de impeachment e em tão curto espaço temporal (Vieira, 2017, p. 5).

A recorrência do impeachment em um intervalo tão reduzido aponta para fragilidades estruturais no sistema político e para a normalização de soluções de ruptura como resposta às crises. Mais do que um evento isolado, a deposição de Dilma Rousseff expressa os efeitos acumulados de um processo no qual manifestações de rua, antipetismo, atuação midiática e a ascensão da nova direita se articularam para redefinir os limites da disputa política, produzindo consequências profundas e duradouras para a democracia no Brasil.

Diante do exposto ao longo desta seção, é possível compreender as *Jornadas de Junho* de 2013 como um marco fundamental na reconfiguração do cenário político brasileiro. As manifestações, inicialmente impulsionadas por pautas sociais específicas, foram progressivamente atravessadas por disputas simbólicas, ideológicas e narrativas, abrindo espaço para a emergência de discursos antipetistas e para a reorganização das direitas no país. A rua deixou de ser um território hegemonicamente associado à esquerda e passou a ser

disputada por diferentes projetos políticos, culminando na ascensão de uma nova direita que soube instrumentalizar o descontentamento social, o moralismo anticorrupção e o uso estratégico de símbolos nacionais para mobilizar amplos setores da sociedade.

O papel das mídias revelou-se central nesse rearranjo. Longe de atuar apenas como observadora dos acontecimentos, a grande imprensa exerceu função ativa na construção de enquadramentos que reforçaram a polarização política, selecionaram atores legítimos e ilegítimos e contribuíram para a consolidação de uma narrativa de crise permanente. Ao privilegiar abordagens moralizantes e associar de forma reiterada o PT e o governo Dilma Rousseff aos escândalos de corrupção, a mídia colaborou para o desgaste da confiança nas instituições democráticas e para a formação de um ambiente favorável à aceitação do impeachment como solução política. A deposição de Dilma Rousseff em 2016 deve ser entendida como resultado de um processo acumulativo, no qual manifestações de rua, antipetismo, atuação midiática e reorganização conservadora se articularam de maneira decisiva.

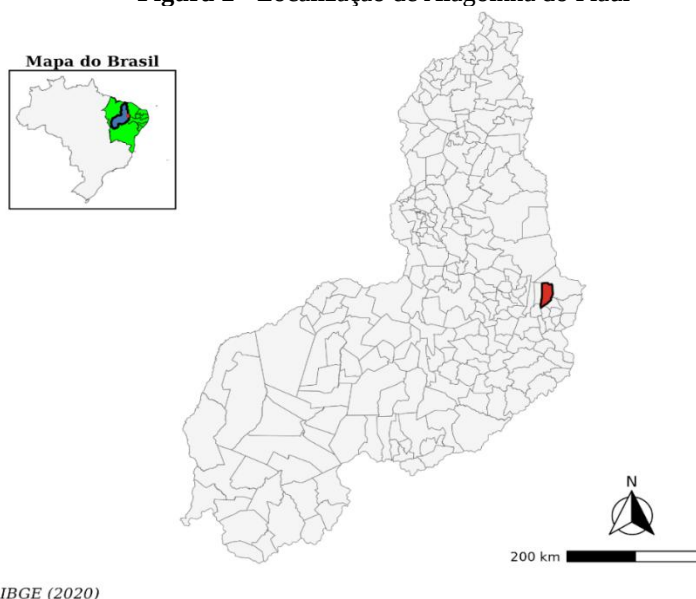
A análise desse contexto mais amplo é fundamental para compreender as disputas discursivas que se desdobram em escala local nos anos posteriores. As reportagens sobre o analfabetismo em Alagoinha do Piauí, exibidas em rede nacional, possivelmente não podem ser dissociadas desse ambiente político e midiático marcado pela busca por denúncias, pela exposição de falhas na gestão pública e pela associação entre políticas sociais e corrupção. Considerando que o programa Brasil Alfabetizado foi criado e implementado durante os governos petistas, é plausível supor que tais narrativas midiáticas dialoguem com essa lógica de deslegitimação mais ampla, na qual políticas públicas passam a ser apresentadas não como conquistas sociais, mas como evidências de ineficiência, desvio ou irregularidade.

2.2 A conjuntura política local em Alagoinha do Piauí: alianças partidárias, gestão municipal e as transformações no pós-exposição midiática (2014-2016)

Nessa conjuntura do cenário nacional, encontra-se a cidade de Alagoinha do Piauí (PI). De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), está localizada no Estado do Piauí, na Região Nordeste do Brasil, integrando a microrregião do Sudeste piauiense – destacada em vermelho no mapa a seguir, Figura 2. O município conquistou sua emancipação política em 1986, desmembrando-se da cidade de Pio IX (PI). Alagoinha do Piauí possui uma área territorial de 535,890 km² e uma população total de 6.819 habitantes, distribuída entre a zona rural, com 2.999 pessoas (44%), e a zona urbana, com 3.820 habitantes

(56%). No que se refere aos indicadores educacionais, 95,81% da população entre 6 e 14 anos é alfabetizada. Considerando o conjunto da população, o município apresenta uma taxa de 33,6% de pessoas analfabetas e 66,4% de alfabetizadas, ocupando a 6ª posição entre os municípios com maior índice de analfabetismo no Estado do Piauí. Nesse ranking, Alagoinha do Piauí deixou de ser a cidade mais analfabeta, sendo ocupado por Floresta do Piauí (PI), que lidera com 34,7% da população em condição de analfabetismo.

Figura 2 - Localização de Alagoinha do Piauí



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), no software R (versão 4.5.2), com uso dos pacotes geobr, ggplot2 e cowplot.

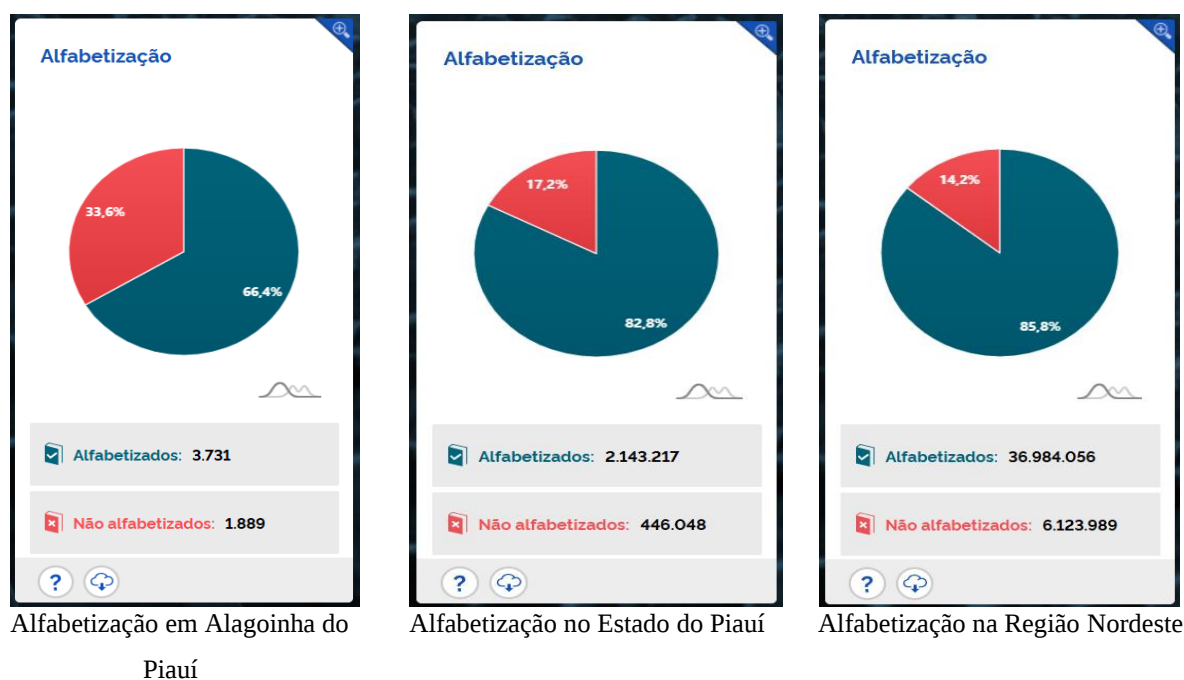
O Estado do Piauí (como visto no mapa acima), conforme dados do IBGE (2022), localiza-se na Região Nordeste do Brasil, fazendo fronteira com os estados do Maranhão, a oeste; Tocantins, a sudoeste; Bahia, ao sul; Pernambuco, a leste; e Ceará, a leste/nordeste. Ao Norte, é banhado pelo Oceano Atlântico, possuindo o menor litoral do Brasil, ficando entre o Maranhão e o Ceará. Sua capital é Teresina (PI), e o território estadual é composto por 224 municípios. Do ponto de vista ambiental, o Piauí apresenta predominância do bioma Cerrado, especialmente nas regiões Sul e Sudoeste, enquanto o bioma Caatinga se concentra nas regiões Sudeste e Centro-Leste, marcadas por clima mais seco.

Já ao norte do estado, destaca-se a área de transição conhecida como Mata dos Cocais, que expressa a diversidade ecológica e paisagística característica do território piauiense. Possui uma população de 3.271.199 habitantes, distribuída em uma área territorial de 151.755,48 km², o que resulta em uma densidade demográfica de 12,99 habitantes por km². No que se refere à escolarização, 2.143.217 pessoas (82,8%) são alfabetizadas, enquanto 446.048 (17,2%) da

população são consideradas analfabetas. O Estado do Piauí apresenta uma das maiores taxas de analfabetismo do Brasil, ficando atrás apenas de Alagoas, que registra o índice de 17,7%.

Abaixo, Figuras 3, 4 e 5, podemos observar os gráficos em relação a alfabetização no município de Alagoinha do Piauí, no Estado do Piauí e na Região Nordeste, respectivamente.

Figuras 3, 4 e 5 – Índices de alfabetização



Fonte: IBGE, 2022.

A comparação entre os três gráficos evidencia diferenças significativas nos índices de alfabetização e analfabetismo entre o município de Alagoinha do Piauí, o Estado do Piauí e a Região Nordeste. Em termos percentuais, Alagoinha do Piauí apresenta uma taxa de analfabetismo de 33,6%, valor expressivamente superior ao registrado no Estado do Piauí (17,2%) e mais que o dobro do índice regional (14,2%). Nos números absolutos, observa-se que o Piauí concentra 446.048 pessoas não alfabetizadas, enquanto a Região Nordeste reúne 6.123.989. Ainda que o Nordeste apresente um contingente absoluto muito maior — em razão de sua dimensão populacional —, proporcionalmente o Estado do Piauí possui um índice mais elevado que a média regional. No caso de Alagoinha do Piauí, a situação se torna ainda mais crítica, pois, apesar de seu reduzido contingente populacional, o município registra um percentual de analfabetismo bastante superior aos recortes estadual e regional, evidenciando a profundidade das desigualdades educacionais no âmbito local.

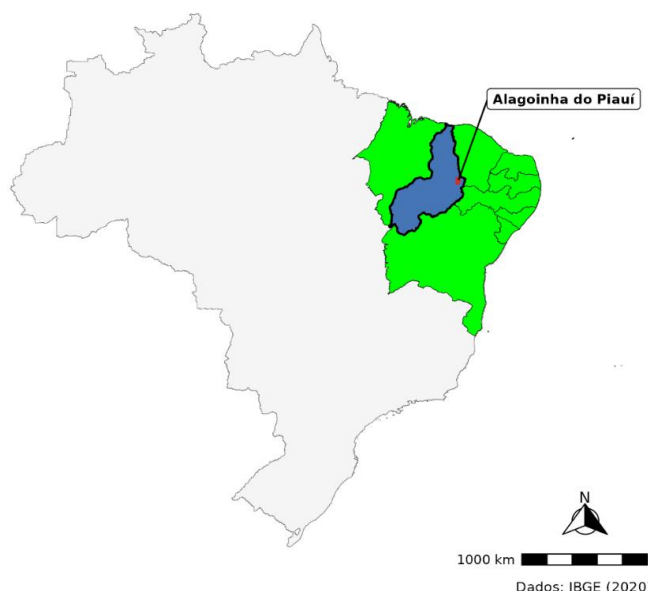
O Brasil é organizado em cinco grandes regiões geográficas, entre as quais se destaca a Região Nordeste, composta por nove estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba,

Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Segundo dados do IBGE (2022), o Nordeste abriga a segunda maior população do país, totalizando 54.658.515 habitantes, distribuídos em uma área de 1.552.175,42 km², com densidade demográfica de 35,21 habitantes por km². No que diz respeito aos indicadores educacionais (Figura 5 acima), a região apresenta 36.984.056 pessoas alfabetizadas (85,8%) e 6.123.989 pessoas analfabetas (14,2%), configurando-se historicamente como a região com os maiores índices de analfabetismo do Brasil desde sua consolidação enquanto divisão geográfica oficial. Essa realidade evidencia desigualdades estruturais persistentes, relacionadas a fatores históricos, socioeconômicos e políticos que marcaram o processo de desenvolvimento regional.

Em termos ambientais, o clima predominante na Região Nordeste é o semiárido, sobretudo na área do Sertão, caracterizado por altas temperaturas e pela irregularidade das chuvas ao longo do ano. O principal bioma da região é a Caatinga, que abriga uma diversidade de espécies vegetais e animais adaptadas às condições de seca prolongada, configurando um ecossistema exclusivo – em sua maioria – do território brasileiro.

A seguir – Figura 6, observa-se, em maiores detalhes, a localização de Alagoinha do Piauí no mapa do Brasil, dentro do Estado do Piauí e da Região Nordeste.

Figura 6 – Mapa do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), no software R (versão 4.5.2), com uso dos pacotes geobr e ggplot2.

Esse panorama histórico, geográfico e educacional teve como objetivo situar o leitor em relação ao espaço de análise desta pesquisa, articulando Alagoinha do Piauí às escalas nacional, regional, estadual e municipal. A apresentação de dados demográficos, territoriais e

educacionais, bem como o uso de mapas, permite compreender que os fenômenos analisados não podem ser interpretados de forma isolada, mas inseridos em dinâmicas mais amplas, marcadas por desigualdades históricas e estruturais. Indicadores como população, distribuição territorial e taxas de alfabetização e analfabetismo funcionam como elementos centrais para a leitura do objeto de estudo, ao relacionar o caso específico do município aos padrões regionais e estaduais, fazendo dos mapas e dados estatísticos instrumentos analíticos fundamentais para a compreensão de suas condições sociais, educacionais e políticas.

A partir deste ponto, as discussões desenvolvidas ao longo do trabalho concentrar-se-ão, com maior ênfase, no município de Alagoinha do Piauí, sem perder de vista suas conexões com a Região Nordeste e com o Estado do Piauí. Esse movimento metodológico possibilita articular o local ao regional e ao nacional, permitindo compreender como políticas públicas, discursos midiáticos e dinâmicas históricas mais amplas se materializam em um contexto específico.

2.2.1 Da emancipação à polarização: a consolidação do “lado de Braz” e do “lado do PT” em Alagoinha do Piauí (1986-2012)

A partir do panorama histórico, geográfico e educacional apresentado, é possível avançar para a análise das dinâmicas políticas de Alagoinha do Piauí. Inserido em um contexto de desigualdades estruturais e altos índices de analfabetismo, o município ganhou visibilidade no debate público nacional entre 2014 e 2015, sobretudo em razão da exposição midiática. Essa projeção ultrapassou os limites locais e impactou a política municipal, influenciando alianças partidárias, discursos eleitorais e a gestão pública. Esta seção discute as transformações no cenário político local antes da exibição da reportagem da Rede *Record* (2014), considerando os rearranjos partidários, a atuação das elites locais e as mudanças ocorridas nos anos que sucederam as eleições municipais, entre 1986 e 2012.

Alagoinha do Piauí, embora se trate de um município de pequeno porte, apresenta, desde a sua emancipação política em relação ao município de Pio IX-PI, um histórico marcado por disputas eleitorais acirradas pelo controle do poder municipal. Conforme analisa a historiadora Ana Geórgia Bezerra (2025), ao longo das eleições municipais que se sucederam à emancipação, consolidaram-se dois agrupamentos políticos antagônicos, dotados de forte influência e prestígio nas corridas eleitorais locais: o chamado “lado de Braz” e o “lado do PT”. Tais denominações passaram a circular de forma recorrente no vocabulário político da população, expressando não apenas filiações partidárias formais, mas, sobretudo, lógicas de

pertencimento político e identitário que foram se fortalecendo e se cristalizando ao longo dos anos no cenário político alagoinhense.

Com o objetivo de facilitar a compreensão da dinâmica política local, foi elaborado o Quadro 01, no qual se apresentam os prefeitos e vice-prefeitos que concorreram às eleições municipais em Alagoinha do Piauí entre 1986 e 2016, que serão analisados ao longo do tópico deste capítulo. A organização dos dados permite visualizar a alternância e a permanência de grupos políticos no poder, bem como identificar os agentes associados ao chamado “lado de Braz” e ao “lado do PT”, categorias amplamente mobilizadas no contexto político do município e relevantes para a análise proposta.

Quadro 1 – Prefeitos e vice-prefeitos que concorreram eleições em Alagoinha do Piauí (1986-2016)

PREFEITOS E VICE-PREFEITOS ENTRE OS ANOS DE 1986 E 2016 EM ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI				
Anos	Candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito	Partidos	Resultados	Lado político
1986	Salomão Caetano de Carvalho e Pedro José Neto	PSD	Eleitos	Até o momento não havia o antagonismo entre o “lado de Braz” e o “lado do PT”
	José Enéas de Sousa e José Coriolano da Luz	PFL	Não eleitos	
	Adão das Chagas Brito e Luís Alves Gonzaga	PFL	Não eleitos	
1988	Braz José Neto e Nicácio Francisco Brito	PDS	Eleitos	
	Benício Brito e Francisco Vidal Policarpo	PMDB	Não eleitos	
1992	Salomão Caetano de Carvalho e Valdemar Jonas da Rocha	PSD	Eleitos	
	José Sebastião Rocha ¹⁴	PT	Não eleitos	
1996	Braz José Neto e Crispino Antônio Rodrigues	PSD/PPB	Não eleitos	Lado de Braz

¹⁴ O vice-prefeito que compôs a chapa de José Sebastião da Rocha nas eleições de 1992 não foi encontrado nos documentos analisados durante a pesquisa sobre os candidatos daquele pleito.

	Manoel Nascimento Rocha e Nicácio Francisco de Brito	PT/PSDB	Eleitos	Lado do PT
2000	Braz José Neto e Valdemar Jonas da Rocha	PPB	Eleitos	Lado de Braz
	Manoel Nascimento Rocha e Nicácio Francisco de Brito	PT/PSDB	Não eleitos	Lado do PT
2004	Braz José Neto e João Deolindo de Carvalho	PPB/PL	Eleitos	Lado de Braz
	Francisco João de Carvalho e Alex Silva Brito	PDT/PT	Não eleitos	Lado do PT
2008	Pedro Otacílio de Sousa Moura e José Adilson Nunes	PSB/PMDB	Não eleitos	Lado de Braz
	Clodoaldo de Moura Rocha e Francisco João de Carvalho	PT/PMDB	Eleitos	Lado do PT
2011	Pedro Otacílio de Sousa Moura e Francisco Leandro de Carvalho	PSB/PTB	Eleitos	Lado de Braz
	Jorismar José da Rocha e Nicácio Francisco de Brito	PT	Não eleitos	Lado do PT
2012	Pedro Otacílio de Sousa Moura e Jorismar José da Rocha	PSB/PT	Eleitos	Junção dos dois lados
	Francisca da Penha Rocha e Eraldo Francisco Dias	PTB/PDT	Não eleitos	Não fazia parte de nenhum dos lados
2016	José Adão de Brito e Janílson Raimundo Neto	PSB/PP	Não eleitos	Lado de Braz
	Jorismar José da Rocha e Cícero Cláudio de Sá	PT	Eleitos	Lado do PT

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2026.

Com a emancipação de Alagoinha do Piauí, em 1986, realizaram-se as primeiras eleições municipais. Segundo Maria Lucimar da Rocha (2018), o pleito foi disputado por chapas formadas por lideranças locais já inseridas na política regional. Concorreram Salomão Caetano de Carvalho e Pedro José Neto, pelo PDS; José Enéas de Sousa e José Coriolano da

Luz, pelo PFL (legenda 1); e Adão das Chagas Brito e Luís Alves Gonzaga, também pelo PFL (legenda 2). A vitória coube a Salomão Caetano de Carvalho (PDS). Apesar da derrota, os candidatos do PFL tiveram participação relevante nas articulações que viabilizaram a emancipação do município, evidenciando o protagonismo dessas lideranças na formação do campo político local.

Nos anos posteriores à emancipação, o cenário político de Alagoinha do Piauí passou por um processo de reorganização e continuidade das lideranças que haviam protagonizado a criação do município. As disputas eleitorais deixaram de ser episódicas e passaram a expressar a consolidação de grupos políticos bem definidos, vinculados tanto a trajetórias individuais quanto a alianças partidárias regionais. A manutenção de figuras ligadas à primeira gestão municipal evidencia a formação de um campo político marcado pela permanência de determinadas lideranças e pela polarização entre projetos que, embora situados no espectro da direita partidária, disputavam o controle simbólico e administrativo do novo município. Segundo Bezerra (2025, p. 49-50),

Dois anos após a primeira eleição municipal, realizou-se o segundo pleito, em 1988, quando se observa a continuidade da disputa entre partidos alinhados à direita, representados por Braz José Neto (PDS) e Benício Brito (PMDB). Braz Neto (PDS) foi eleito com o total de 2050, contra 542 [votos] obtidos por seu adversário (TRE-PI, 1988). Percebe-se, assim, que naquele momento o Braz Neto já se destacava como uma das principais lideranças do grupo político ligado ao primeiro prefeito do município.

A eleição de 1988 confirma a tendência de continuidade política inaugurada no pleito anterior – aliado ao lado da direita, ao mesmo tempo em que evidencia o fortalecimento de um grupo específico em torno de Braz José Neto. Sua expressiva votação não apenas reafirma a hegemonia do PDS naquele momento, como também consolida sua posição enquanto liderança central no grupo político vinculado ao primeiro prefeito do município. Tal resultado contribuiu para a sedimentação de um polo de poder local, que passaria a ser reconhecido e identificado pela população como um dos principais “lados” da política alagoinhense, posteriormente conhecido como o “lado de Braz”.

A existência de candidaturas concorrentes desde o período pós-emancipação revela que o campo político local se formou a partir de disputas recorrentes entre grupos e lideranças, e não de modo consensual. Essas disputas contribuíram para a consolidação de antagonismos duradouros, nos quais os embates eleitorais passaram a expressar identidades políticas locais, dando origem, ao longo do tempo, aos blocos conhecidos como o “lado de Braz” e o “lado do PT”.

A eleição municipal de 1992 marcou um ponto de inflexão no campo político de Alagoinha do Piauí, ao evidenciar a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) como força organizada e competitiva no cenário local. Até então, as disputas eram conduzidas sobretudo por lideranças ligadas a partidos à direita, como o PDS. Conforme destaca Bezerra (2025, p. 52), “na eleição municipal de 1992, concorreram à prefeitura o primeiro prefeito do município Salomão Caetano (PDS) e José Sebastião Rocha (PT), representando a recente inserção do partido no cenário político de Alagoinha do Piauí”. A candidatura petista sinaliza o início de uma nova polarização local, ao disputar espaço com o grupo historicamente dominante e inaugurar projetos políticos distintos no município.

Apesar do avanço representado pela candidatura do PT, o resultado da eleição de 1992 manteve a hegemonia do grupo político ligado ao PDS, evidenciando a força das redes de apoio já consolidadas em torno de Salomão Caetano. No entanto, o desfecho daquele mandato acabou sendo abruptamente interrompido, alterando momentaneamente a dinâmica política local. Essa interrupção ocorreu porque

O candidato Salomão Caetano (PDS) venceu a disputa para o seu segundo mandato, mas acabou não concluindo-o, já que tomou posse dia 1º de janeiro de 1993 e faleceu em 26 de abril do mesmo ano, no Hospital Getúlio Vargas, em Teresina. Com isso, quem assume o cargo é o vice-prefeito Valdemar Rocha, também vinculado ao PDS (Bezerra, 2025, p. 52).

A morte de Salomão Caetano e a ascensão de Valdemar Rocha (PDS) não romperam de imediato com o grupo político dominante, mas provocaram rearranjos internos e intensificaram as disputas locais, ao mesmo tempo em que fortaleceram a presença do PT no município. Esse processo contribuiu para a consolidação do antagonismo entre o “lado de Braz” e o “lado do PT”, que passaria a estruturar de forma duradoura a política local. A eleição de 1996, por sua vez, marcou a primeira alternância efetiva de poder no Executivo municipal, evidenciando o fortalecimento do PT como força política organizada e capaz de disputar e conquistar o comando do município, reconfigurando o equilíbrio de forças até então vigente. Sendo assim,

Na eleição de 1996, o PT conquista a prefeitura pela primeira vez com José do Nascimento Rocha (PT) [Manoel Nascimento Rocha], que derrota o ex-prefeito Braz Neto (PDS). Nesse contexto, começa a se delinear com mais ênfase o conflito político entre os dois grupos: o “lado de Braz” e o “lado do PT”. Essa mudança acompanha tendências nacionais do período, marcadas pela crescente projeção do PT (Bezerra, 2025, p. 55).

A vitória de Manoel Nascimento Rocha (PT) marcou a consolidação de um antagonismo político duradouro em Alagoinha do Piauí. Cabe registrar que, na citação acima de Bezerra

(2025), há um equívoco na identificação do candidato vencedor, tendo sido referido como José do Nascimento Rocha, quando, na realidade, trata-se de Manoel Nascimento Rocha. A partir desse pleito, o embate entre o “lado de Braz” e o “lado do PT” deixou de ser episódico e passou a estruturar de forma contínua o cenário eleitoral local, envolvendo identidades políticas, redes de apoio e lealdades que se reproduziam no cotidiano do município e orientavam as disputas e interpretações da política municipal.

Esse processo local dialoga diretamente com o contexto político nacional dos anos 1990, caracterizado pela ascensão gradual do PT como força competitiva em diferentes escalas do poder. A conquista de prefeituras no interior do país, como em Alagoinha do Piauí, reflete a ampliação de sua presença enquanto projeto político petista e sua capacidade de articular pautas sociais e identitárias em contextos locais específicos. A eleição de 1996 não apenas redefine o campo político municipal, mas também insere Alagoinha do Piauí em um movimento mais amplo de reconfiguração das disputas partidárias no Brasil, antecipando conflitos que ganhariam ainda mais intensidade nos anos posteriores.

A vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição municipal de 1996 ultrapassou os limites de Alagoinha do Piauí e adquiriu significado histórico no cenário político estadual. Após a derrota em 1992, a eleição de Manoel Nascimento Rocha (PT) marcou a primeira vitória petista no Executivo municipal do Estado do Piauí, rompendo com a hegemonia de grupos políticos tradicionais. No plano local, esse resultado redefiniu as formas de exercício do poder; em âmbito estadual, projetou Alagoinha como símbolo da interiorização do PT; e, no contexto nacional, inseriu o município no movimento mais amplo de fortalecimento das forças progressistas na década de 1990. Portanto,

A ascensão de Manoel Nascimento Rocha (PT) ao cargo de prefeito se dá em um período de avanço das forças populares do PT no Piauí, impulsionado por figuras como Wellington Dias, que na ocasião era deputado estadual e presidente do diretório regional do partido. O partido começava a consolidar sua presença nos pequenos municípios, frequentemente em oposição aos grupos tradicionais de poder locais (Bezerra, 2025, p. 56).

A eleição de Manoel Nascimento Rocha (PT) insere-se em um processo mais amplo de reorganização do campo político piauiense, marcado pelo fortalecimento do PT no estado e pela atuação de lideranças como Wellington Dias, que impulsionaram a interiorização do partido e a construção de candidaturas em municípios historicamente dominados por elites tradicionais. Em Alagoinha do Piauí, essa vitória não representou um episódio isolado, mas alterou de forma significativa a dinâmica política local, intensificando a polarização entre o “lado do PT” e o

grupo liderado por Braz Neto, o “lado de Braz”. A partir desse momento, as disputas eleitorais passaram a se estruturar em torno de projetos de poder claramente definidos, consolidando antagonismos duradouros que moldaram a política municipal nas décadas seguintes e influenciaram o cenário que seria impactado, anos depois, pela exposição midiática e pelas transformações do contexto nacional entre 2014 e 2016.

Segundo Bezerra (2025), a vitória de Manoel Nascimento Rocha (PT) nas eleições de 1996 representou uma ruptura com a hegemonia política do grupo ligado ao primeiro prefeito do município, que até então havia se mantido dominante por sucessivas vitórias eleitorais. A ascensão do PT alterou de forma significativa o equilíbrio das forças políticas locais, reorganizando o campo político em dois polos antagonizados – o “lado de Braz”, associado às lideranças tradicionais, e o “lado do PT”, identificado com propostas de renovação política. A partir desse momento, as disputas eleitorais passaram a expressar não apenas diferenças partidárias, mas também conflitos por legitimidade, pertencimento e representação social, estruturando identidades políticas duradouras no cotidiano da população alagoinhense.

A partir da segunda metade da década de 1990, o cenário político de Alagoinha do Piauí passou a se organizar de forma cada vez mais polarizada, estruturando-se em torno de dois agrupamentos que reivindicavam legitimidades distintas. De um lado, encontrava-se o grupo vinculado ao processo de emancipação política do município, que construiu sua identidade a partir do discurso da “independência” e da promessa de progresso local, associada às primeiras gestões municipais. De outro, emergia o Partido dos Trabalhadores como uma oposição efetiva, capaz de romper a longa hegemonia do grupo tradicional e de mobilizar setores da população em torno de uma proposta alternativa de poder, marcada por novos símbolos, lideranças e formas de pertencimento político. Sendo assim,

De um lado o grupo do primeiro prefeito eleito, que representava a “independência” do município e a esperança de melhorias nela inclusa, que com a morte de Salomão Caetano, passou a ser representada por Braz Neto; do outro lado o grupo do PT, a única oposição que conseguiu efetivamente obter êxito enfrentando o grupo tradicionalmente reconhecido no município, tendo como representante Nascimento Rocha (Bezerra, 2025, p. 58).

A divisão política ultrapassou a concorrência eleitoral e assumiu contornos simbólicos no imaginário local. O grupo ligado a Salomão Caetano, depois liderado por Braz Neto, passou a representar a continuidade administrativa, enquanto o PT, sob Nascimento Rocha, consolidou-se como força de oposição e de ruptura com o modelo dominante. A disputa entre

esses dois polos configurou projetos distintos de poder e representação, cujos efeitos se projetaram nas eleições seguintes e moldaram a cultura política de Alagoinha do Piauí.

Segundo Bezerra (2025, p. 60), a chegada de Manoel Nascimento Rocha (PT) ao Executivo municipal de Alagoinha do Piauí deve ser compreendida no contexto mais amplo de fortalecimento das forças petistas no estado. Esse avanço esteve ligado à projeção de lideranças estaduais do partido, como Wellington Dias, então deputado estadual e presidente do diretório regional do PT, que desempenhou papel central no processo de interiorização da legenda. Nos anos seguintes, essa expansão se consolidou com a eleição do primeiro deputado federal petista em 1998 e, posteriormente, com a vitória de Wellington Dias para o governo do Piauí em 2003, inaugurando uma sequência de mandatos no Executivo estadual. Nesse cenário, o PT ampliou sua presença em municípios de pequeno porte, afirmando-se como alternativa aos grupos políticos tradicionais. Alagoinha do Piauí passou, assim, a adquirir prestígio no cenário político regional, evidenciado pela presença de Wellington Dias na posse do prefeito petista, sinalizando a importância estratégica do município nas articulações políticas do partido no estado.

Esse protagonismo foi ainda mais acentuado durante o processo eleitoral de 2000, quando Luiz Inácio Lula da Silva esteve pessoalmente em Alagoinha do Piauí para participar da campanha de reeleição de Nascimento Rocha (PT). Na ocasião, Lula subiu ao palanque local e declarou apoio público ao então prefeito, que disputava o pleito com Braz Neto (PPB), representante do grupo político ligado ao primeiro prefeito do município, Salomão Caetano (PDS). Conforme analisa Bezerra (2025), a presença de Lula não apenas conferiu visibilidade inédita ao município, como também evidenciou que Alagoinha do Piauí se encontrava na rota estratégica do PT em busca do acúmulo progressivo de votos no interior do estado, como podemos observar nas imagens abaixo, Figuras 7 e 8:

Figuras 7 e 8 – Presença de Wellington Dias (PT) e Lula (PT) em Alagoinha do Piauí



Fonte: @alagoinha_do_passado, 28 ago. 2022 *apud* Ana Geórgia Bezerra (2025, p. 59).

Na ocasião, na primeira imagem à esquerda (Figura 7), observa-se Wellington Dias parcialmente encoberto por ramos de plantas decorativas, posicionado ao lado do então prefeito Manoel Nascimento Rocha (PT), que aparece sentado, usando óculos, acompanhado de seu vice-prefeito Nicácio Brito (PSDB). Nascimento direcionam o olhar para Manoel Virgílio, vereador eleito naquele pleito, que discursa ao microfone. A cena sugere um momento de celebração e legitimação política, marcado pela presença de importantes lideranças partidárias, evidenciando o prestígio que a gestão petista de Alagoinha do Piauí alcançara no contexto estadual e nacional.

Na imagem à direita (Figura 8), Nascimento Rocha (PT) aparece discursando em um evento político, provavelmente um comício eleitoral, ao lado de Lula (PT), figura que, àquela altura, despontava como uma das principais lideranças nacionais do Partido dos Trabalhadores e que viria a se eleger presidente da República dois anos depois, em 2002, tomando posse em 2003. A presença de Lula no palanque local reforça a centralidade simbólica de Alagoinha do Piauí para o projeto político petista, bem como o reconhecimento de Nascimento Rocha (PT) como um gestor alinhado às diretrizes e à imagem pública do partido no plano nacional.

Segundo Bezerra (2025), Alagoinha do Piauí ganhou destaque por eleger o primeiro prefeito petista do estado, tornando-se referência para o partido e vitrine das experiências administrativas do PT em pequenos municípios. Nascimento Rocha (PT) chegou a ser citado por Lula como exemplo de gestor petista, projetando a política local para além do âmbito municipal e articulando-a a projetos estaduais e nacionais. Esse capital político e o apoio de lideranças petistas não foram suficientes para garantir a continuidade do grupo no Executivo, pois Nascimento Rocha não conseguiu a reeleição. A vitória de Braz Neto (PPB) evidenciou a força das disputas locais e a capacidade de recomposição do grupo tradicional, reafirmando que, em Alagoinha do Piauí, as dinâmicas políticas municipais nem sempre se subordinavam às articulações provenientes das escalas estadual e nacional.

A vitória de Braz Neto (PPB) marca um ponto decisivo na consolidação do antagonismo político em Alagoinha do Piauí. A partir desse momento, o embate entre os dois agrupamentos deixa de ser episódico e passa a estruturar de forma mais nítida o campo político local. Como analisa Bezerra (2025, p. 63), “com a vitória de Braz Neto (PPB), contra o candidato petista, o antagonismo entre os dois grupos se consolida, após o falecimento de Salomão Caetano (PSD), em 1993, Braz José Neto passa a ser a referência do grupo político do primeiro prefeito”. Braz Neto assume não apenas a liderança eleitoral, mas também o papel simbólico de herdeiro político do projeto inaugurado no processo de emancipação do município, fortalecendo o chamado “lado de Braz” como força hegemônica.

O fortalecimento do grupo político liderado por Braz Neto torna-se mais expressivo quando analisado à luz do descompasso entre o cenário político nacional e a dinâmica eleitoral municipal. Embora o início dos anos 2000 tenha sido marcado pela consolidação do Partido dos Trabalhadores no plano federal, com crescente legitimidade política, essa conjuntura não se traduziu automaticamente em hegemonia eleitoral no âmbito local. Em Alagoinha do Piauí, as disputas políticas continuaram a ser mediadas por vínculos históricos, redes de lealdade e pela centralidade das lideranças tradicionais, elementos que relativizam o peso das siglas partidárias enquanto fator decisivo do voto. Como observa Bezerra (2025, p. 63),

Mesmo em um contexto de governo petista, no cenário brasileiro, a conquista da reeleição de Braz Neto, em 2004 pelo PP, denota que no cenário político municipal o partido que o candidato representa não é o fator determinante para sua vitória. No caso de Alagoinha do Piauí o grupo ao qual pertence possuiu um peso maior.

Essa constatação evidencia que, no plano local, a política age segundo lógicas próprias, nas quais o pertencimento a grupos historicamente consolidados se sobrepõe, muitas vezes, às disputas ideológicas de caráter nacional.

A hegemonia política do “lado de Braz” manifesta-se de forma evidente nos resultados eleitorais de meados dos anos 2000, quando o grupo não apenas preservou o controle do Executivo municipal, como também ampliou sua articulação política. Mesmo em um contexto nacional favorável ao Partido dos Trabalhadores, as disputas em Alagoinha do Piauí permaneceram fortemente condicionadas por lideranças locais, alianças pragmáticas e pelo capital simbólico acumulado pelo grupo ligado ao primeiro prefeito do município. Esse cenário evidencia a centralidade das dinâmicas municipais na definição dos resultados eleitorais, relativizando a influência direta das conjunturas partidárias nacionais. Bezerra (2025, p. 65), discorre que

Foi nesse contexto que Braz Neto, então filiado ao Partido Progressista (PP), conquistou a reeleição, tendo como vice-prefeito João Deolindo de Carvalho, do Partido Liberal (PL). Obteve 2.557 votos, correspondentes a 54,35% dos votos válidos, superando o candidato Francisco João de Carvalho, conhecido como Nini, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que recebeu 2.148 votos (45,65%), conforme dados do portal Notícias Uol (2004). Curiosamente, na eleição seguinte, Nini (PDT) foi eleito vice-prefeito na chapa encabeçada por Clodoaldo de Moura Rocha (PT).

O resultado do pleito reforçou a capacidade do grupo liderado por Braz Neto de se manter competitivo por meio de alianças estratégicas, independentemente das siglas partidárias. A trajetória de Francisco João de Carvalho (Nini), que passou de adversário direto a integrante de uma chapa petista, ilustra o caráter pragmático da política local, marcada por rearranjos e

acordos que frequentemente sobrepujam vínculos pessoais e capital eleitoral à coerência ideológica. A eleição de 2004 reafirmou a força do “lado de Braz” e evidenciou a recomposição constante das alianças como elemento central da dinâmica política de Alagoinha do Piauí.

A reeleição de Braz Neto (PP) em 2004, portanto, deve ser compreendida como a reafirmação de uma hegemonia construída ao longo do tempo e sustentada por um capital político acumulado desde a emancipação do município. Ao vencer novamente o pleito, Braz não apenas assegura a continuidade administrativa de seu grupo, como também reforça sua posição enquanto principal referência política local, consolidando definitivamente o chamado “lado de Braz” como força dominante nas corridas eleitorais de Alagoinha do Piauí. Essa hegemonia se ancora tanto na memória política do primeiro prefeito eleito quanto na capacidade de mobilizar alianças, influências familiares e redes clientelistas que estruturam a vida política municipal.

Apenas em 2008 um candidato do PT voltaria a vencer a corrida eleitoral pela prefeitura de Alagoinha do Piauí, o que confirma que a disputa entre os dois grupos antagônicos não se encerra, mas se reorganiza ao longo do tempo. A permanência dessa clivagem política demonstra que o antagonismo entre o “lado de Braz” e o “lado do PT” ultrapassa conjunturas eleitorais específicas, constituindo-se como eixo estruturante da política local, cujos efeitos se estendem para além das urnas e ajudam a compreender os rearranjos políticos observados nos anos posteriores, especialmente no período pós-exposição midiática do município.

De acordo com Bezerra (2025), as eleições municipais de 2008 em Alagoinha do Piauí foram marcadas pela disputa entre Pedro Otacílio (PSB) e Clodoaldo Rocha (PT) – para o cargo de prefeito, representantes dos dois grupos políticos antagônicos no município, o “lado de Braz” e o “lado do PT”. Ambos, médicos com trajetórias profissionais consolidadas, dispunham de capital econômico semelhante, passível de conversão em capital político. As chapas foram compostas, respectivamente, por José Adilson Nunes (PP) e Francisco João de Carvalho, o “Nini” (PMDB) – pelo cargo de vice-prefeito, enquanto a presença de Wellington Dias na campanha reforçou a articulação do pleito com o cenário político estadual, como podemos observar na imagem a seguir (Figura 9):

Figura 9 – Visita do governador Wellington Dias em apoio à candidatura de Clodoaldo e Nini, nas eleições municipais de Alagoinha do Piauí, em 2008.



Fonte: Arquivo pessoal do Jornalista Jonas Agenor da Rocha *apud* Ana Geórgia Bezerra (2025, p. 89).

Na imagem, observa-se Wellington Dias posicionado ao centro, com os braços erguidos, em gesto de celebração e vitória, segurando as mãos dos dois integrantes da chapa municipal. À esquerda, encontra-se Clodoaldo de Moura Rocha (PT), candidato a prefeito, e à direita, Francisco João de Carvalho (PMDB), candidato a vice-prefeito. O cenário ao fundo revela uma multidão vestida majoritariamente de vermelho, cor associada ao PT, o que reforça visualmente a identidade partidária do evento e a dimensão coletiva da mobilização política.

Do ponto de vista simbólico e político, a presença de Wellington Dias na imagem assume caráter estratégico, ao construir uma narrativa visual de legitimação e aliança com as candidaturas locais. A posição central e o gesto de união agem como mecanismo de transferência de capital político estadual para o âmbito municipal, fortalecendo a chapa e associando o projeto local a uma liderança consolidada. Esse apoio amplia a visibilidade da candidatura, reforça a confiança do eleitorado e contribui para a construção de uma imagem de força e governabilidade, especialmente em um contexto de polarização política no município.

A eleição para o Executivo Municipal de Alagoinha do Piauí, de acordo com Bezerra (2025), foi concluída em 5 de outubro de 2008, resultando na vitória de Clodoaldo de Moura Rocha (PT) para o cargo de prefeito e de Francisco João de Carvalho, conhecido como “Nini” (PMDB), para vice-prefeito. Após dois mandatos consecutivos – totalizando oito anos – de gestão vinculada ao grupo político liderado por Braz, o grupo associado ao Partido dos Trabalhadores retornava ao comando do município, derrotando novamente o tradicional grupo

local, que havia sido superado apenas uma vez anteriormente, na eleição de 1996, quando Nascimento Rocha (PT) saiu vencedor.

Apesar de o “lado do PT” ocupar posição de destaque no cenário político nacional, sua inserção no campo político local mostrou-se mais frágil. As dificuldades para sustentar o comando do Executivo municipal se agravaram após a cassação do mandato petista, associada a denúncias de compra de votos, episódio que enfraqueceu a imagem do partido em Alagoinha do Piauí. Essa fragilidade foi explorada pelo grupo adversário para reforçar sua legitimidade, permitindo que o “lado de Braz” mantivesse vantagem no plano local, evidenciando o descompasso entre a força nacional dos partidos e suas condições de atuação nos municípios.

Após a cassação, a eleição suplementar de 2011 reeditou a polarização entre o “lado de Braz” e o “lado do PT”. Pedro Otacílio (PSB) voltou a representar o grupo tradicional e saiu vitorioso, reassumindo o comando do Executivo municipal até as eleições de 2012. Pelo campo petista, Jorismar José da Rocha (PT) emergiu como nova liderança, embora não tenha obtido êxito naquele pleito. Ainda assim, sua candidatura marcou um processo de recomposição interna do grupo, que se consolidaria nos anos seguintes, culminando com sua vitória para dois mandatos consecutivos, em 2016 e 2020, sinalizando mudanças graduais no equilíbrio das forças políticas locais.

Na eleição municipal de 2012, verificou-se uma configuração política inédita que surpreendeu apoiadores e observadores do cenário local. Os dois grupos que, por décadas, haviam protagonizado disputas acirradas no município – conhecidos como “o lado de Braz” e “o lado do PT” – optaram por uma aproximação inovadora. Essa reconfiguração, possivelmente orientada por cálculos estratégicos, resultou na formação de uma coligação entre forças historicamente adversárias, rompendo, ao menos naquele momento, com a lógica de polarização que estruturava as corridas eleitorais em Alagoinha do Piauí. A junção desses grupos sugere uma leitura pragmática do contexto político, marcada pela busca de estabilidade administrativa, ampliação das bases de apoio e redução dos riscos eleitorais.

Como resultado dessa articulação, foi lançada uma chapa única, composta por Pedro Otacílio (PSB) como candidato a prefeito e Jorismar José da Rocha (PT) como vice-prefeito. Essa aliança teve caráter inédito na história política recente de Alagoinha do Piauí, pois, à exceção da eleição de 1986 – quando houve três chapas concorrentes –, o município sempre vivenciou disputas polarizadas entre esses dois grupos, sem a consolidação de uma terceira via. Após 26 anos, Alagoinha do Piauí se dirigiu, pela primeira vez, a uma eleição de candidatura única. A composição da chapa representou uma estratégia de agregação de capitais políticos distintos, capaz de neutralizar antagonismos históricos e ampliar o alcance eleitoral da

candidatura, evidenciando a flexibilidade das fronteiras entre os grupos locais e a primazia, em determinados contextos, da lógica da cooperação sobre a competição política.

Segundo o portal jornalístico *Riachaonet*¹⁵ (2012), com a manchete: **Convenção oficializa aliança entre situação e oposição em Alagoinha do Piauí**, a formação da chapa única em Alagoinha do Piauí foi justificada publicamente como uma resposta às dificuldades enfrentadas pelo município naquele período. Em seu discurso, o candidato a prefeito Pedro Otacílio (PSB) destacou a importância da ampla coligação para o desenvolvimento local, argumentando que a união política seria fundamental para enfrentar a grave seca, considerada uma das mais severas dos últimos cinquenta anos. Já Jorismar Rocha (PT) – candidato a vice-prefeito –, apresentou sua adesão à aliança como coerente com sua trajetória política, marcada, segundo ele, pelo diálogo, pela preservação de vínculos pessoais e pelo compromisso com os mais humildes, afirmando a intenção de intensificar esse trabalho ao lado do prefeito.

A união entre grupos historicamente adversários foi discursivamente construída como necessária e legítima, não apenas como um arranjo eleitoral, mas como uma convergência em torno do bem comum, ao mesmo tempo em que atenuava, no plano simbólico, a polarização tradicional entre o “lado de Braz” e o “lado do PT”. O redator Romário Mendes (2012), na referida matéria sobre a convenção, destaca que

O candidato a prefeito, Pedro Otacílio, em seu discurso, explicou a importância da ampla coligação para o desenvolvimento de Alagoinha do Piauí e ressaltou a necessidade da união para enfrentar a grande dificuldade que o município está passando devido a seca, uma das piores dos últimos 50 anos.

O candidato a vice-prefeito, Jorismar Rocha, fez um relato de sua trajetória política e afirmou que sempre procurou conservar amizades e trabalhar pelo bem comum. Segundo ele, trabalhar pelos mais humildes foi sempre sua bandeira de luta e pretende intensificar ao lado do prefeito Doutor Pedro Otacílio.

Ainda de acordo com o portal jornalístico *Riachaonet*¹⁶ (2012), em matéria publicada antes da realização da convenção mencionada anteriormente, sob a manchete **Alagoinha do**

¹⁵ O Portal *Riachaonet* é um veículo de comunicação digital criado em 2001 pelo jornalista Evandro Alberto, inicialmente denominado *Jornal do Riachão*, em referência ao rio Riachão, que corta o município de Monsenhor Hipólito (PI), cidade de origem do fundador. Posteriormente, o site ampliou sua atuação para a macrorregião de Picos, realizando cobertura frequente de eventos políticos municipais e operando também como espaço de divulgação institucional e publicitária de órgãos públicos e agentes políticos locais (Quem [...], 2025). A matéria utilizada neste trabalho – referente à convenção que oficializou aliança em Alagoinha do Piauí – apresenta caráter predominantemente informativo-descritivo, enfatizando aspectos positivos do evento e das lideranças envolvidas, sem contrapontos críticos, o que sugere alinhamento à lógica de divulgação institucional comum ao jornalismo político regional. Assim, a fonte é mobilizada como documento representativo das disputas narrativas e posicionamentos políticos em circulação no contexto local.

¹⁶ O enquadramento adotado pelo portal é predominantemente descritivo e favorável à coligação liderada pelo prefeito Pedro Otacílio. A matéria apresenta a formação da chapa única como resultado de “meses de

Piauí vai para a primeira eleição única em 26 anos, o redator Romário Mendes destaca que a possível confirmação da coligação representaria um fato inédito na história política do município. Segundo o autor, “se essa coligação se confirmar, será a primeira vez em 26 anos de Emancipação Política que haverá eleição com candidatura única em Alagoinha do Piauí”, decisão que surpreendeu a população, especialmente por se tratar de um município conhecido por campanhas eleitorais marcadas por forte polarização. A matéria indica que a aliança também se sustentava na ideia de construção de uma política unificada, capaz de neutralizar os antagonismos históricos e inaugurar uma experiência singular de consenso eleitoral no município. Na matéria, Romário Mendes (2012), destaca que

O prefeito Pedro Otacílio, que assumiu a prefeitura há sete meses após vencer uma eleição suplementar, destacou a importância de conscientizar os eleitores da necessidade de por fim a disputa acirrada que poderia terminar em tragédia. “Essa união não será em benefício próprio, é uma coligação para trabalhar por Alagoinha do Piauí melhor”. Explicou o gestor.

A aliança entre Pedro Otacílio (PSB) e Jorismar José da Rocha (PT) pode ser interpretada também como uma estratégia para ampliar o acesso a apoios governamentais nas esferas estadual e federal. Nas eleições de 2012, a Presidência da República era ocupada por Dilma Rousseff (PT) e o Governo do Piauí por Wilson Martins (PSB), aliado do PT, o que tornava a presença de um vice-prefeito petista um elemento facilitador da interlocução política do município com essas instâncias. A composição da chapa extrapolava a lógica da pacificação local, articulando-se a um cálculo pragmático de fortalecimento institucional e de ampliação das possibilidades de obtenção de recursos e investimentos para Alagoinha do Piauí.

Entretanto, quem entraria para a história política de Alagoinha do Piauí foi Francisca da Penha Rocha (PDT), professora da rede pública de ensino, ao lançar sua candidatura em um contexto amplamente desfavorável, logo após a convenção partidária entre os dois grupos tradicionais da cidade. Representando o campo da oposição, Penha enfrentou, de forma corajosa e inédita, a aliança formada pelos dois grupos políticos tradicionais e de maior prestígio no município – o chamado “lado de Braz” e o “lado do PT”. Sua candidatura rompeu com a lógica

conversações”, enfatiza a amplitude partidária da aliança e destaca falas do próprio prefeito e do vice, sem incluir contrapontos, críticas ou vozes dissidentes. A ideia de “união”, “conscientização” e superação de “disputas acirradas” é reforçada pelas declarações reproduzidas, o que contribui para construir a coligação como medida positiva e necessária para o bem do município. Não há ataque ao poder local nem ao governo nacional; ao contrário, o texto sugere alinhamento com o grupo político municipal em evidência, funcionando mais como divulgação da articulação eleitoral do que como cobertura crítica do processo. A ausência de problematização sobre os efeitos de uma candidatura única ou sobre eventuais divergências políticas reforça esse caráter institucional da notícia.

da concentração de poder nas mãos das mesmas elites políticas locais, colocando em disputa uma alternativa que até então permanecia à margem do jogo eleitoral dominante.

De acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI, 2012), Pedro Otacílio (PSB), apoiado por uma ampla coligação composta pelos partidos PSB, PT, PP, PMDB, PTB, PCdoB e PSDB, obteve 2.899 votos (59,76% dos votos válidos), assegurando a vitória no pleito. Em oposição, a professora Penha Rocha (PDT), disputando sua primeira eleição e sem o respaldo das forças políticas tradicionais do município, alcançou 1.952 votos (40,24% dos votos válidos). Embora derrotada nas urnas, sua candidatura revelou-se significativa, sobretudo diante da desigualdade de recursos, alianças e capital político entre os concorrentes.

A votação expressiva de Penha Rocha (PDT) pode ser compreendida como expressão de um voto de protesto diante da formação da chapa única que uniu os dois grupos rivais do município, o “lado de Braz” e o “lado do PT”. Parte do eleitorado não se sentiu representada por essa aliança, seja por rejeição ideológica, identitária ou por resistência a um dos grupos envolvidos. A candidatura de Penha Rocha passou a funcionar como alternativa para os eleitores insatisfeitos com o rearranjo político, canalizando o descontentamento gerado pela supressão da disputa tradicional no município.

De acordo com dados do TRE-PI (2012), o pleito municipal registrou 5.312 votos apurados, dos quais 4.851 foram considerados válidos, correspondendo a 91,32% do total. Chama atenção o número expressivo de votos nulos, que somaram 383 (7,21%), além dos 78 votos em branco (1,14%). Esses percentuais, quando analisados em conjunto, revelam que uma parcela do eleitorado optou por não validar sua escolha em nenhuma das candidaturas apresentadas, comportamento que pode ser interpretado como indício de distanciamento ou recusa em relação às opções políticas disponíveis no pleito.

O índice de abstenção atingiu 906 eleitores, o que corresponde a 14,57% do eleitorado, percentual expressivo para um município de pequeno porte como Alagoinha do Piauí e indicativo de que parte da população não se sentiu representada, especialmente diante da aliança inédita entre grupos políticos historicamente rivais. Somados aos votos nulos e em branco, esses dados podem ser interpretados como formas de manifestação do descontentamento político. Penha Rocha (PDT), mesmo sem amplo apoio partidário ou recursos expressivos, assumiu papel simbólico ao confrontar a união das elites locais, evidenciando fissuras na estrutura de poder vigente e funcionando como expressão de resistência e ampliação dos horizontes da participação política no município.

Este panorama histórico das alianças partidárias estabelecidas ao longo do tempo teve como objetivo situar a polarização política que existiu – e, em certa medida, ainda persiste – em Alagoinha do Piauí. Ao trazer a análise para um contexto mais recente, observa-se que, nas eleições municipais de 2024, ocorreu uma espécie de *replay* da disputa de 2008, novamente protagonizada por Pedro Otacílio (PSD) e Clodoaldo Rocha (PT), com a vitória retornando ao grupo político associado ao chamado “lado de Braz”. Esse movimento evidencia a recorrência dos mesmos atores e clivagens políticas no cenário local, reforçando a ideia de continuidade das estruturas de poder no município.

2.2.2 Entre a aliança e a ruptura: o impacto das reportagens na reconfiguração do campo político local (2014-2016)

A partir dessa contextualização, o foco da análise desloca-se para a gestão que estava à frente do Executivo Municipal no momento da chegada da equipe da Rede *Record* ao município, composta por Pedro Otacílio (PSB), na condição de prefeito, e Jorismar José da Rocha (PT), como vice-prefeito. Esse recorte temporal torna-se fundamental para compreender o contexto político-administrativo no qual se inscrevem as denúncias e representações midiáticas que serão examinadas ao longo do trabalho.

O dia 10 de novembro de 2014 inscreveu-se de forma marcante na história recente e no imaginário social dos alagoinhenses, assim como daqueles que assistiram à reportagem veiculada nacionalmente. Os 45 minutos e 41 segundos da transmissão tornaram-se um marco temporal, espacial e simbólico para os acontecimentos analisados nesta dissertação. A forma como a reportagem foi conduzida e levada ao ar revelou elementos centrais para as análises desenvolvidas nos capítulos finais, sobretudo no que diz respeito às representações construídas sobre o município, o Estado do Piauí, a Região Nordeste e a gestão local do Programa Brasil Alfabetizado. Soma-se a isso a opção metodológica de investigar o contexto de produção das reportagens, a partir de debate suscitado na disciplina Seminário da Linha de Pesquisa II – História, Cidade, Memória e Trabalho, ministrada pelo professor Francisco Alcides do Nascimento, a partir da provocação do colega de mestrado Luiz Sérgio, no sentido de investigar sua possível inserção no movimento mais amplo do antipetismo no Brasil e o papel desempenhado pela mídia nesse processo.

Como exposto anteriormente, nas eleições municipais de 2012, os dois grupos políticos historicamente antagônicos do município optaram por uma aliança inédita, possivelmente orientada pela expectativa de uma eleição de caráter único. A entrada de Penha Rocha (PDT)

no pleito inviabilizou essa configuração, obrigando a coligação a realizar campanha eleitoral, ainda que partisse da percepção de que a candidatura adversária não representaria uma ameaça significativa ao projeto previamente delineado. A apuração das urnas confirmou o êxito da estratégia adotada, com a vitória da ampla coligação formada pelos partidos PSB, PT, PP, PMDB, PTB, PCdoB e PSDB, que saiu vencedora sob o lema “Unidos por uma Alagoinha melhor”.

O lema de campanha “Unidos por uma Alagoinha melhor” expressa a intenção de legitimar a aliança entre grupos historicamente rivais ao apresentar a união como sinônimo de progresso. Ao deslocar o foco do conflito para a ideia de consenso, o *slogan* naturaliza a convergência das elites políticas locais e sugere que a superação das disputas seria condição necessária para o desenvolvimento do município. Dirigido ao eleitorado, esse discurso busca construir a percepção de que a coligação representava a opção mais racional e benéfica, silenciando divergências históricas e ideológicas em nome de um suposto projeto coletivo, ao mesmo tempo em que legitima a concentração do poder político.

O êxito desse grupo não se restringiu aos cargos de prefeito e vice-prefeito, mas se estendeu também ao Legislativo Municipal, uma vez que todos os nove vereadores eleitos – segundo o (TRE-PI, 2012) –, pertenciam às siglas que compunham a coligação governista: Alexsandro Acelino de Brito (PSB), Maria Amélia Lima de Sá (PT), Cícero Cláudio de Sá (PSDB), Maria Esteva Alves (PP), Janílson Raimundo Neto (PSB), Luís Alves Gonzaga (PTB), Francisco Paulo Gomes Fialho (PSB), Rossiny de Sousa Carvalho (PMDB) e Maria Virândia de Souza (PCdoB). A administração municipal no período de 2013 a 2016 foi inteiramente composta por representantes do bloco político vencedor, sob a liderança do prefeito Pedro Otacílio (PSB) e do vice-prefeito Jorismar José da Rocha (PT).

O projeto político local encontrava-se, naquele mandato, amplamente consolidado. Grupos historicamente rivais passaram a atuar de forma unificada, formando um bloco político coeso com maioria expressiva na Câmara de Vereadores. Essa base legislativa garantiu estabilidade ao Executivo Municipal e facilitou a aprovação de projetos e políticas públicas. A governabilidade foi, assim, fortalecida pela redução de entraves institucionais e pela articulação entre Executivo e Legislativo. A composição majoritária da Câmara não foi um aspecto secundário, mas elemento central da estratégia eleitoral e administrativa da chapa vencedora.

Uma das principais preocupações da coligação vitoriosa foi assegurar maioria na Câmara de Vereadores, já que a experiência política local indicava que a falta de apoio legislativo poderia bloquear a agenda do Executivo. A possibilidade de o grupo derrotado controlar o Legislativo representava riscos à aprovação de projetos, orçamentos e ações

administrativas, impondo constantes negociações. A união entre antigos adversários ultrapassou a lógica eleitoral e configurou-se como uma estratégia de poder voltada à estabilidade governamental, à concentração decisória e à neutralização de eventuais focos de oposição institucional durante o mandato.

Quase dois anos após o início do mandato municipal, ocorreu a exibição da reportagem da Rede *Record*, em 10 de novembro de 2014, introduzindo um novo elemento de tensão no cenário político local. Chama a atenção o fato de que os dados do Censo do IBGE de 2010, que indicavam que cerca de 44% da população de Alagoinha do Piauí era analfabeta, já eram de conhecimento público havia alguns anos. Ainda assim, apenas quase quatro anos depois tais informações passaram a ocupar espaço de destaque no cenário midiático nacional, sendo mobilizadas em uma narrativa de denúncia.

No ano seguinte, em 21 de julho de 2015, o município voltou a ser exposto nacionalmente, dessa vez pela Rede Globo, o que permite supor que a reportagem anterior da *Record* tenha funcionado como elemento catalisador para novas investigações e abordagens midiáticas. Essa defasagem temporal e a sucessão das coberturas levantam questionamentos sobre os critérios de seleção da pauta e sobre as circunstâncias políticas e midiáticas que favoreceram a emergência dessas denúncias naquele momento específico.

De modo geral, reportagens de cunho investigativo costumam ser precedidas por denúncias, indícios documentais ou elementos que justifiquem a abertura de uma apuração jornalística, o que permite supor que a veiculação da matéria não tenha ocorrido de forma aleatória ou desvinculada de contextos políticos mais amplos. Ainda que a mídia atue sob o discurso da fiscalização e do interesse público, sua prática se desenvolve em meio a disputas nas quais determinados temas ganham visibilidade conforme conjunturas específicas. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que a vinda da equipe da TV *Record* esteve associada a uma denúncia que não se limitava à publicização de supostas irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado, mas que também pode ter operado como elemento de tensionamento político, contribuindo para a desestabilização da gestão então vigente.

O escândalo envolvendo o programa pode ter funcionado como instrumento de enfraquecimento político, criando condições para a reconfiguração do poder local. Essa hipótese ganha força quando se observa que, no pleito subsequente às reportagens, ocorreu o rompimento da aliança entre o “lado do PT” e o “lado de Braz”, acompanhado por rearranjos partidários que alteraram o equilíbrio das forças políticas no município e contribuíram para a derrota do candidato apoiado por Pedro Otacílio. As reportagens, nesse sentido, parecem ter

ultrapassado a esfera administrativa, incidindo diretamente sobre a dinâmica eleitoral e sobre as disputas pelo controle do poder local.

Considerando que, nos anos seguintes, houve novas reconfigurações políticas, com a formação de alianças distintas e a reorganização de chapas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), não se pode descartar a possibilidade de que as denúncias tenham emergido também como instrumento de tensionamento entre grupos rivais. Ainda que não existam elementos documentais suficientes para afirmar categoricamente tal motivação, o episódio pode ter sido atravessado por interesses eleitorais e rearranjos de poder, o que complexifica a leitura das narrativas midiáticas que se consolidaram em âmbito nacional.

Partindo dessa premissa, levanta-se a hipótese de que a reportagem exibida pela Rede *Record* não emergiu de forma espontânea, mas teria sido impulsionada por interesses locais, vinculados às disputas internas pelo poder político no município. A denúncia, ao alcançar repercussão nacional, pode ter contribuído para a produção de um escândalo midiático capaz de fragilizar a legitimidade da gestão municipal então vigente. A exposição midiática pode ser interpretada como um instrumento de desestabilização política, capaz de fragilizar alianças previamente consolidadas e de reconfigurar o campo de forças locais, ainda que não seja possível afirmar de maneira conclusiva a intencionalidade dos atores envolvidos.

Essa leitura não pretende estabelecer uma relação causal direta entre a exibição das reportagens e os rearranjos políticos observados no município, o que extrapolaria os limites empíricos da pesquisa. Ao considerar os desdobramentos posteriores à exposição midiática – como a ruptura da aliança que sustentava a gestão municipal e a migração de agentes políticos influentes para o campo do Partido dos Trabalhadores –, é possível situar as reportagens como parte do contexto discursivo e político no qual essas transformações se tornaram possíveis. A exposição nacional do município, ao produzir desgaste da gestão e reordenar percepções públicas sobre legitimidade, governabilidade e responsabilidade política, contribuiu para redefinir os custos e benefícios das alianças locais, incidindo sobre o campo político não como causa direta, mas como elemento constitutivo das condições em que as disputas se reorganizaram.

Com a ruptura da aliança entre PT e PSB, o Partido dos Trabalhadores voltou a ocupar posição central no cenário político local, alimentando a expectativa de retomar o comando do Executivo Municipal nas eleições de 2016. Para a disputa pelo cargo de prefeito, o partido lançou Jorismar José da Rocha (PT), político com trajetória já consolidada no município, tendo exercido o mandato de vereador e ocupado o cargo de vice-prefeito, além de ter concorrido nas

eleições municipais suplementares de 2011. À época, Jorismar era percebido como uma liderança em ascensão, gozando de boa aceitação junto a parcelas do eleitorado local.

Além de sua trajetória política, a candidatura contou com o apoio de lideranças relevantes nos âmbitos local, estadual e nacional, como Manoel Nascimento Rocha, ex-prefeito e primeiro médico formado de Alagoinha do Piauí, Clodoaldo Rocha, também ex-prefeito e médico com forte inserção no município, além do então governador do Piauí, Wellington Dias, da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse respaldo foi amplamente explorado no material de campanha, sobretudo nos santinhos distribuídos à população, nos quais a associação imagética entre essas lideranças e a coligação atuavam como estratégia de transferência de capital político e de legitimação da candidatura de Jorismar José da Rocha.

Para o cargo de vice-prefeito, o grupo político vinculado ao Partido dos Trabalhadores contou com a participação de Cícero Cláudio de Sá (PRP), conhecido popularmente como Cícero de Alberto, denominação associada ao nome de seu pai, Alberto Antônio de Sá. À época, Cícero vinha de uma vitória eleitoral como vereador no pleito anterior, o que lhe conferia visibilidade e capital político recente. Sua trajetória política também estava fortemente relacionada ao legado familiar, uma vez que seu pai, Alberto Antônio de Sá, havia sido eleito vereador por três mandatos no município, consolidando o nome da família no cenário político local.

A escolha de Cícero de Alberto para compor a chapa como candidato a vice-prefeito pode ser interpretada à luz dessa herança política familiar, marcada por uma presença duradoura e por significativa influência social no município. Trata-se de uma família numerosa, com ampla rede de relações e reconhecimento junto ao eleitorado, fatores que contribuem para a construção de visibilidade e legitimidade política. A indicação de Cícero parece atender à estratégia de ampliação das bases de apoio da chapa, agregando capital político proveniente de grupos tradicionalmente alinhados a outros campos partidários.

Destaca-se ainda que Cícero Cláudio de Sá figurou entre os agentes políticos que migraram para o campo do PT, rompendo com uma trajetória familiar historicamente vinculada ao chamado “lado de Braz”, legenda pela qual seu pai sempre disputou eleições. Não apenas ele, mas seu pai e membros de sua família passaram a apoiar publicamente a chapa associada ao PT. Pode-se supor que essa mudança de alinhamento esteja relacionada a expectativas de ganhos políticos e simbólicos, sobretudo pela possibilidade de ascensão a um cargo mais elevado no Executivo Municipal, como o de vice-prefeito. Contudo, tal interpretação

permanece no campo das hipóteses, devendo ser compreendida como parte das reconfigurações estratégicas observadas no cenário político local naquele período.

Do lado da situação, o cenário político mostrou-se menos favorável à continuidade do grupo no poder, sobretudo pelo fato de seu principal líder, Pedro Otacílio (PSD), encontrar-se impedido de concorrer novamente ao cargo de prefeito, em razão de já ter exercido dois mandatos consecutivos. Essa limitação contribuiu para a fragilização do campo situacionista, que passou a enfrentar dificuldades na construção de uma candidatura com capital político equivalente ao de seu principal articulador.

Diante desse contexto, optou-se pelo lançamento da candidatura de José Adão de Brito (PSD), comerciante estabelecido na sede do município, mas sem trajetória em disputas eleitorais locais ou atuação política de destaque. Sua escolha pode ser interpretada como resultado das circunstâncias impostas à situação, uma vez que a ausência de lideranças mais competitivas restringiu as opções do grupo. Ainda que não apresentasse um histórico político consolidado, José Adão teria aceitado a candidatura possivelmente em função da influência e do apoio do grupo então no poder, que buscava manter sua hegemonia no Executivo Municipal por meio de um nome alinhado aos seus interesses.

Para o cargo de vice-prefeito pela chapa da situação, foi escolhido Janílson Raimundo Neto (PP), figura com trajetória consolidada no cenário político de Alagoinha do Piauí. À época, Janílson exercia o mandato de vereador e acumulava sucessivas vitórias eleitorais desde o pleito de 2008, o que lhe conferia visibilidade, experiência institucional e reconhecimento junto ao eleitorado local. Sua permanência no Legislativo Municipal ao longo de diferentes legislaturas sugere a manutenção de um capital político significativo, construído tanto por sua atuação parlamentar quanto por sua inserção nas redes de sociabilidade política do município.

A escolha de Janílson Neto (PP) para compor a chapa pode ser interpretada à luz de sua trajetória política e de suas conexões com lideranças tradicionais do município. Embora não houvesse vínculo familiar direto com o ex-prefeito Braz Neto, Janílson era publicamente apoiado por ele em suas candidaturas, o que o colocava como figura alinhada ao grupo político historicamente identificado como “lado de Braz”. Tal apoio pode ter contribuído para consolidá-lo como um possível sucessor dentro desse campo de forças, especialmente considerando suas vitórias anteriores como vereador, que reforçavam sua projeção no cenário local. Essa proximidade política com Braz Neto funcionava, portanto, como capital simbólico relevante, associando sua imagem a uma liderança já reconhecida no município e fortalecendo sua legitimidade junto ao eleitorado vinculado ao grupo situacionista.

Nas eleições subsequentes de 2016 e 2020, Janílson Raimundo Neto manteve-se competitivo, sendo novamente eleito vereador pelo campo político associado ao “lado de Braz”, o que evidencia a continuidade de sua força eleitoral no município. Diante desse histórico, é possível supor que sua escolha como candidato a vice-prefeito tenha sido motivada justamente por esse conjunto de fatores – influência política, prestígio local e capacidade de mobilização eleitoral –, considerados estratégicos para fortalecer a chapa da situação e ampliar suas chances de sucesso no pleito municipal.

O cenário eleitoral estruturou-se em duas chapas com projetos e trajetórias distintas. Pelo Partido dos Trabalhadores, concorreram Jorismar José da Rocha (PT), à prefeitura, e Cícero Cláudio de Sá (PRP), à vice, articulando uma liderança em ascensão, com experiência no Legislativo e no Executivo, e um representante de família tradicional na política local. Pela situação, a chapa foi composta por José Adão de Brito (PSD) e Janílson Raimundo Neto (PP), combinando um candidato sem trajetória prévia no Executivo com uma liderança consolidada no Legislativo, vinculada ao “lado de Braz”. Essas formações revelam estratégias diferenciadas de construção política, ancoradas na articulação entre experiência, capital familiar e alianças locais.

Com a formação das chapas, observaram-se movimentações políticas significativas no cenário local. Além de Cícero Cláudio de Sá (PRP), que migrou para um partido até então não apoiado por sua família, destaca-se José Adilson Nunes (PMDB), liderança de grande representatividade no município, que havia sido vice na chapa de Pedro Otacílio em 2008 e possuía trajetória consolidada no Legislativo. Movimento semelhante ocorreu com Luís Alves Gonzaga (PRP), o Luisão, uma das principais lideranças políticas locais, que passou a integrar o grupo adversário. Vereador mais votado em quatro pleitos consecutivos (2012–2024), Luisão acumulou expressivo capital eleitoral, assim como sua esposa, Maria de Lourdes da Silva (PTB), a Lurdinha, eleita vereadora em 2008 e posteriormente presidente da Câmara Municipal, cargo também ocupado por ele em legislaturas seguintes (TRE-PI, 2008, 2012, 2016, 2020 e 2024).

Francisco Leandro de Carvalho (PRTB) seguiu lógica semelhante ao aderir à chapa do PT, apesar de já ter integrado, como vice-prefeito, a chapa vitoriosa liderada por Pedro Otacílio (PSD) na eleição suplementar de 2011, além de ter exercido mandato de vereador em 2004 e figurado como suplente em 2020, sendo eleito por média em 2024. Já Samuel Antônio de Sá (PCdoB) e Verílson Virgílio de Sousa (PRP) participaram, ambos, de sua primeira disputa eleitoral, mas integraram a chapa em razão de pertencerem a famílias numerosas e de prestígio político no município. No caso de Verílson Virgílio, destaca-se ainda o histórico familiar, uma

vez que seu irmão, Emanuel Virgílio, *in memória*, foi eleito vereador em 1996, pelo grupo político liderado por Manuel Nascimento Rocha (PT). Esses nomes compuseram o conjunto de vereadores eleitos pela chapa do PT em 2016, garantindo maioria na Câmara Municipal (TRE-PI, 2016).

Pelo lado da situação, liderada pela chapa composta por José Adão (PSD) e Janílson (PP), foram eleitos para a Câmara Municipal Carlos José de Carvalho (PP), George Gregório de Oliveira Rocha (SD), Josivaldo de Carvalho Rocha (PPS) – conhecido como Josivaldo da Castanha – e Maria Solinauba das Mercês (PP). Esta última teria sido indicada e apoiada pelo ex-prefeito Braz Neto, seu pai, conseguindo se eleger em terceiro lugar para o cargo de vereadora, o que, ao que tudo indica, pode estar relacionado ao capital político por ele acumulado ao longo de gestões anteriores. Esses nomes passaram a compor a base de sustentação política do grupo governista no Legislativo municipal, reforçando a continuidade do projeto político vinculado à gestão em exercício (TRE-PI, 2016).

Vale ressaltar que, em sua maioria, tratava-se de vereadores que disputaram, em 2016, a sua primeira eleição em corridas eleitorais, mas que já alcançaram expressiva adesão eleitoral. Destaca-se, nesse contexto, Josivaldo da Castanha, que obteve a segunda maior votação entre os vereadores eleitos, ficando atrás apenas de Luisão, com uma diferença de 49 votos. A eleição desses parlamentares evidencia a força das alianças partidárias e familiares historicamente consolidadas no município – especialmente pelo chamado “lado de Braz” – bem como a capacidade de articulação da chapa majoritária em garantir representatividade no âmbito legislativo, ainda que não tenha conseguido eleger a maioria na Câmara de Vereadores (TRE-PI, 2016).

No pleito municipal de 2016, o resultado para os cargos de prefeito e vice-prefeito foi marcado por uma disputa bastante equilibrada. De acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI, 2016), a chapa encabeçada por Jorismar José da Rocha (PT) saiu vitoriosa, obtendo 2.597 votos válidos, o que correspondeu a 51,06% do total. Já o candidato da situação, José Adão de Brito (PSD), alcançou 2.489 votos, somando 48,94% dos votos válidos. Ao todo, o município contou com 6.142 votantes; desse total, os votos válidos corresponderam a 5.086 (93,56%), enquanto os votos em branco somaram 50 (0,92%) e os votos nulos totalizaram 300 (5,52%), evidenciando um cenário de acirrada competição eleitoral, com 108 votos de maioria da chapa vencedora.

Após a análise dos dados e do rearranjo político entre as duas coligações, bem como das rupturas que se consolidaram ao longo do período, é possível perceber que a estratégia adotada pelo grupo oposicionista se mostrou eficaz. O êxito se evidencia no fato de a situação ter sido

derrotada por meio da formação de uma nova aliança política, capaz de agregar atores historicamente rivais e de saber usar do desgaste da gestão então vigente. Esse movimento revela que a recomposição das forças políticas locais foi decisiva para o resultado eleitoral, sobretudo em um cenário marcado por disputas internas e pela reconfiguração das lealdades partidárias.

No que se refere à suposta denúncia que antecedeu e tensionou o cenário político local, hipótese que pode ter partido tanto de atores que romperam com a coligação governista quanto de sujeitos externos às relações eleitorais, o Partido dos Trabalhadores demonstrou capacidade de se apropriar politicamente desse contexto. A legenda articulou apoios estratégicos e conquistou o respaldo de lideranças antes distantes de seu campo político, convertendo instabilidades em capital eleitoral. Essa leitura eficaz da conjuntura local se refletiu no pleito seguinte, quando o grupo manteve a chapa majoritária e obteve nova vitória em 2020. Na ocasião, o PT enfrentou e derrotou a candidatura liderada por Pedro Otacílio (PP), com Josivaldo de Carvalho Rocha (PP) como vice, evidenciando a consolidação desse rearranjo político no município.

Com a análise da conjuntura local no período posterior à exposição midiática, não se pode desconsiderar que tenha ocorrido uma denúncia em torno do funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado, a qual, para além de seu conteúdo administrativo, pode ter atuado como elemento de tensionamento político, inserindo-se em disputas internas pelo poder municipal e contribuindo para fragilizar a legitimidade da gestão então vigente. Em uma escala mais ampla, é possível considerar que o interesse das reportagens ao se deslocarem até Alagoinha do Piauí não se restringia ao caráter informativo, mas também à incorporação do episódio a uma narrativa midiática que articulava acontecimentos pontuais à ideia de esgotamento do projeto político do Partido dos Trabalhadores. Esse enquadramento torna-se mais inteligível quando situado no contexto nacional posterior às *Jornadas de Junho*, discutido na seção anterior, momento em que a mídia assumiu papel central na difusão de discursos críticos ao governo federal. Observa-se, a partir de então, a conformação de um ambiente de crescente deslegitimação das políticas associadas ao partido, contribuindo para a consolidação de um cenário político que culminaria no processo de impeachment de Dilma Rousseff.

3 TRAÇOS DE UMA ALAGOINHA MULTIFACETADA: SUAS REPRESENTAÇÕES E ESTEREOTIPAÇÕES EM REDE NACIONAL POR REPORTAGEM MIDIÁTICA (2014)

As reportagens sobre o Nordeste não são feitas para descobrir algo novo a seu respeito, mas reafirmar a sua imagem já estabelecida, que significa, ao mesmo tempo, reforçar a imagem construída para São Paulo, para o Sul (Albuquerque Jr., 2011, p. 354).

Ao longo da história do Brasil, o Nordeste foi sendo construído socialmente por meio de discursos que ora o marginalizam, ora o enaltecem, moldando uma imagem carregada de estereótipos e contradições. Desde antes mesmo de sua “invenção” como região geográfica, o espaço nordestino foi atravessado por representações que enfatizam a seca, a pobreza, o analfabetismo, a violência e outras mazelas, reforçadas por narrativas sensacionalistas que reduzem sua complexidade a um lugar de carência e atraso. Essas construções não apenas simplificam a realidade vivida, mas servem a interesses políticos, midiáticos e econômicos que agem sobre o território e sua população, obscurecendo suas múltiplas identidades e potencialidades. O Nordeste emerge como um campo de disputa, em que forças externas buscam estereotipar e fixar sentidos, enquanto movimentos internos resistem, reafirmam e reconstróem os modos de ser nordestino.

As reportagens televisivas desempenham um papel central na perpetuação de imagens cristalizadas sobre o Nordeste, ao apresentarem matérias que reiteram características previamente aceitas e vendidas como verdades absolutas sobre a região. Ao enfatizarem aspectos como a miséria, a escassez de recursos, o analfabetismo ou a dependência de programas sociais, essas narrativas midiáticas reforçam uma lógica de inferiorização do Nordeste frente a outras regiões do país. Em muitos casos, os sujeitos nordestinos são retratados como passivos, vítimas de um destino imutável, reforçando a ideia de um espaço estagnado no tempo. Essa abordagem ignora a historicidade e a diversidade dos povos nordestinos, contribuindo para uma representação homogeneizante à manutenção de desigualdades estruturais. Os meios de comunicação tornam-se agentes na construção e na disseminação de um imaginário social que marginaliza a região ao mesmo tempo em que a consome como espetáculo.

É nesse contexto que tomamos como objeto de investigação a reportagem do *Repórter Record Investigação*, da Rede Record de televisão, para analisar como teria se dado a sua construção imagético-discursiva, homogeneizando e estereotipando o espaço ao qual Alagoinha do Piauí estaria localizada, na Região Nordeste e no Estado do Piauí, mobilizando

representações cristalizadas, frequentemente apresentadas como verdades inquestionáveis, ainda que apropriadas e ressignificadas de diferentes maneiras pelo público.

3.1 O sertão e a seca como fenômenos do Nordeste: do rapto às características inexistentes em outras regiões do Brasil

As mídias, em seus mais variados artefatos, se apresentam como parte importante na vida e na formação cultural de milhares de brasileiros nos momentos de descanso, quando se busca informação, entretenimento e lazer. No Brasil, um dos meios mais utilizados para se informar ainda é a televisão, considerada um dos meios mais confiáveis por grande parte dos sujeitos (Batista, 2023, p. 54).

Naquele dia 10 de novembro de 2014, quando o brasileiro ligou a TV e sintonizou na Rede *Record*, estava sendo transmitido uma matéria sobre um esquema de corrupção em uma das regiões mais carentes do país. Antes mesmo de citarem acerca de qual espaço estavam mostrando já era possível supor que poderia ser da Região Nordeste. Pois, ao iniciar o seu programa, o apresentador Domingos Meirelles¹⁷ narrou: “o bê-á-bá da exploração numa das regiões mais carentes do país. Do sertão castigado pela seca e pela fome, nossos repórteres desvendam um ambicioso esquema de desvio de verba” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 00min.20seg. a 00min.32seg.). Pegando como base as características descritas, imagens e vídeos mostrados, além da forma exagerada – quando ia sendo mostrado os pontos fortes da reportagem que seriam transmitidos –, já era sabido que a matéria jornalística seria em volta de um lugar do Nordeste.

É importante refletir sobre como o sertão nordestino tem sido reiteradamente representado pela grande mídia, sobretudo por meio de reportagens que reforçam um olhar estigmatizante e reducionista. Ao retratar a região a partir de elementos como seca, fome, miséria, analfabetismo e violência, muitas matérias jornalísticas constroem um imaginário que cristaliza essas condições permanentes, desconsiderando as dinâmicas sociais, culturais e políticas que atravessam o território. Trata-se de discursos que se ancoram em características vendidas como verdades absolutas, e que, ao serem amplamente divulgados, contribuem para a fixação de um Nordeste “carente” e “atrasado”, reforçando uma lógica de inferiorização em relação ao restante do país. Esses enquadramentos, muitas vezes sensacionalistas, não apenas

¹⁷ Domingos João Meirelles é jornalista, escritor e repórter investigativo com ampla trajetória na imprensa brasileira. Formado em Jornalismo, destacou-se por seu trabalho em grandes veículos de comunicação, como a Rede Globo, Rede Manchete e a Record TV, onde atuou como apresentador do programa *Repórter Record Investigação*. É conhecido por sua atuação no jornalismo investigativo, especialmente em coberturas de crimes, corrupção e questões sociais. Ao longo de sua carreira, recebeu diversos prêmios, incluindo o Prêmio Esso de Reportagem, um dos mais importantes do jornalismo nacional.

ignoram as transformações vividas pelos sujeitos que habitam esses espaços, como também reafirmam a posição subalterna do sertão nos debates nacionais, obscurecendo as resistências, saberes e expressões culturais que ali se manifestam cotidianamente.

Para a realização do estudo, faz-se necessário delimitar a qual *sertão* nos referimos, uma vez que essa palavra possui múltiplos significados e origens, com características e particularidades distintas. De acordo com Natã Silva Vieira (2007, p. 15), “diversos sertões diferenciam-se fortemente, pois estão situados em espaços geograficamente distintos, e a sua integração política, econômica e cultural no país ocorrem de forma absolutamente diversas”. O sertão abordado ao longo deste trabalho, conforme define o geógrafo Fadel David Antonio Filho (2011), corresponde ao semiárido do Nordeste brasileiro, uma região que apresenta especificidades próprias e cuja população é comumente designada como sertaneja. Independentemente da região em que se localize, o termo sertão carrega historicamente um sentido de inferioridade em relação ao litoral, estando impregnado de estereótipos que o marginalizam e lhe impõem características homogêneas, ignorando suas diversidades internas. Essa representação cristalizada contribui para a manutenção de discursos que desqualificam o sertão e seus habitantes, reforçando desigualdades em relação aos habitantes de outros espaços.

A oposição entre sertão e litoral não se limitou a uma diferenciação espacial, mas estruturou modos de pensar e representar o país. Como destaca Albuquerque Jr. (2021, p. 32), a “[...] distinção de sertão e litoral estruturou toda uma produção cultural e intelectual, que terminou por fazer do sertão e do ser sertanejo um atributo exclusivo das gentes nascidas no interior do Nordeste”. O sertão passa a ser compreendido não apenas como um espaço físico, mas como uma identidade marcada por representações históricas que o colocam em posição de subalternidade.

Na historiografia brasileira, o *Sertão* é frequentemente compreendido em oposição ao *Litoral*, sendo concebido como um espaço interiorano, afastado das zonas de ocupação. Conforme aponta Antonio Filho (2011, p. 85), no campo da Geografia, “o sertão no Brasil corresponde à vastíssima zona interiorana, que começou a ser penetrada ainda no século XVI, logo depois da chegada dos colonizadores, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, particularmente na Região Nordeste”. O sertão passou a ser representado como uma região, um espaço ou um território situado para além da faixa litorânea, marcado pela distância dos centros administrativos e econômicos, sendo inicialmente concebido como um espaço “desabitado” ou “a ser ocupado”.

Ao destacar que a reportagem se referia a “uma das regiões mais carentes do país” e a “um sertão castigado pela seca e pela fome”, o repórter Domingos Meirelles busca, já nos

primeiros instantes da matéria, captar a atenção do público por meio de uma narrativa carregada de dramaticidade. Essa estratégia discursiva é intensificada pelo uso de uma entonação marcada pela indignação, acompanhada de imagens cuidadosamente selecionadas para reforçar o conteúdo verbal. Uma das primeiras cenas exibidas, conforme ilustrado na Figura 10, apresenta um vaqueiro conduzindo sua boiada. Os contrastes foram mudando a todo instante entre os ambientes retratados – de um lado, era possível ver o estúdio moderno e tecnologicamente equipado da emissora de televisão, símbolo de prestígio e profissionalismo jornalístico; de outro, a cena de um vaqueiro em meio à poeira do entardecer. Essa escolha estética visa não apenas ambientar o espectador, mas também intensificar o estereótipo de uma região marcada pela rusticidade, atraso, sofrimento e marginalização histórica.

Figura 10 – Vídeo exibido na reportagem do *Repórter Record Investigação*, com vaqueiro e boiada, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 00min.20seg. a 00min.32seg.

O vídeo exibido em rede nacional não foi gravado especificamente em Alagoinha do Piauí, mas utilizado com o propósito de caracterizar o espaço onde se desenvolveria a reportagem – na Região Nordeste. A escolha do recurso visual de um vaqueiro conduzindo uma boiada, exibido na abertura do programa jornalístico da Rede *Record*, foi intencional, com o objetivo de simbolizar uma das figuras mais emblemáticas do sertão nordestino: o vaqueiro, considerado um símbolo cultural e de resistência da região. O sertão nordestino, desde a primeira metade do século XX, é representado por uma herança sociocultural que remonta a valores e tradições construídos ao longo dos séculos. Seu isolamento geográfico e histórico

contribuiu para a preservação de traços coloniais, que ainda se manifestam tanto nos costumes e crenças locais quanto nas estruturas econômicas e políticas da região.

Nessa conjuntura, o vaqueiro ocupou uma posição de grande prestígio na sociedade sertaneja, sendo assim “o sertanejo espelha-se no vaqueiro, símbolo de força, virilidade, coragem e resistência” (Queiroz et al., 2019, p. 1147). A figura do vaqueiro está intimamente vinculada ao sertão, representando o trabalhador que desbrava as terras e incorpora o “mito do herói na labuta diária”. Na cultura sertaneja, o vaqueiro é reconhecido como representação da coragem – “o cabra duro” –, da bravura e da destreza no desempenho das atividades cotidianas nas fazendas. Vaqueiro e sertão se entrelaçam, uma vez que, conforme aponta Vieira (2007, p. 3), “o sertão geográfico aparece como um espaço de dureza, de sentimentos reprimidos e da exploração sobre o trabalhador do campo”. Tanto o sertão quanto o vaqueiro são elementos constitutivos da identidade atribuída ao Nordeste brasileiro. No contexto do desenvolvimento da pecuária, o sertão passou a ser desbravado e utilizado como território produtivo, e o vaqueiro tornou-se peça fundamental nesse processo, contribuindo diretamente para a expansão territorial voltada à criação de gado e, conseqüentemente, para o aumento da produção regional.

A inserção da imagem de um vaqueiro conduzindo uma boiada, logo na abertura da reportagem da Rede *Record*, não se deu de forma aleatória ou neutra. Trata-se de uma escolha estratégica que busca mobilizar um imaginário social consolidado sobre o Nordeste brasileiro, utilizando a figura do vaqueiro como representação emblemática da região. O vaqueiro, tradicionalmente associado ao sertão, simboliza resistência, bravura e rusticidade, sendo constantemente exaltado como um herói do cotidiano nordestino. Segundo Vieira (2007, p. 9), “o vaqueiro, é um dos principais sujeitos históricos na trama das relações culturais, sociais, políticas e econômicas travadas na região”.

Ao apresentar essa imagem logo no início da matéria, os produtores da reportagem recorrem a um recurso visual que reforça estereótipos históricos e culturais sobre o Nordeste, preparando o telespectador para compreender os conteúdos que virão a seguir dentro de uma moldura já conhecida e amplamente difundida. O vaqueiro é acionado como um signo que sintetiza a identidade regional – dura, marcada por desafios naturais e sociais – e, ao mesmo tempo, reafirma uma narrativa que frequentemente associa o Nordeste à precariedade e à resistência.

A insistência na representação de um Nordeste reduzido à pobreza, à rusticidade e à simplicidade extrema não é um fenômeno recente; ao contrário, trata-se de um imaginário social que foi sendo sedimentado ao longo do tempo e constantemente atualizado pela mídia, sobretudo por meio de imagens que reiteram essa visão limitada e estigmatizante. Essas

construções visuais e narrativas acabam fixando no senso comum a ideia de um povo permanentemente marcado pela carência material e pelo atraso cultural, desconsiderando a complexidade histórica, social e simbólica que caracteriza a região. Como destacam Vanessa Silva Oliveira e Robéria Nádia Nascimento Araújo (2011, p. 2), “a figura do nordestino de miserável, pobre e matuto se perpetuou durante toda a história e permanece como se pode ver em toda a mídia, principalmente no jornalismo televisivo que mostra imagens as quais fortalecem o conceito do que é o imaginário”.

A observação das autoras evidencia um ponto central para compreender a força dessas representações: elas não apenas descrevem o Nordeste, mas moldam a forma como o Nordeste é percebido nacionalmente. Ao afirmar que a imagem do “miserável, pobre e matuto” se perpetua e é reiterada pela mídia televisiva, Oliveira e Araújo (2011) chamam atenção para o caráter performativo dessas narrativas, que criam e recriam estigmas historicamente associados à região. A repetição de enquadramentos que destacam a precariedade, a seca ou a suposta ignorância da população não reflete simplesmente uma realidade, mas participa ativamente da sua construção simbólica. Essa dinâmica reforça o que diversos estudiosos apontam: o Nordeste, mais do que um espaço geográfico, é produzido discursivamente por imagens que reduzem sua complexidade a estereótipos facilmente reconhecíveis pelo público, perpetuando desigualdades e políticas que atravessam a história do país. Sendo assim, Albuquerque Jr. (2011, p.31), afirma que

O Nordeste e o nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, não são produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente.

Essas representações não surgem por acaso ou por mera imprecisão narrativa, mas fazem parte de um sistema histórico de poder que produz e legitima determinadas imagens sobre o Nordeste e seus habitantes. Quando o autor afirma que o Nordeste e o “nordestino miserável” são invenções resultantes de relações de poder, ele evidencia que tais discursos operam como instrumentos políticos, criando identidades que servem a interesses específicos. A reportagem não apenas reproduz estereótipos, mas atualiza uma tradição discursiva que transforma o Nordeste em um “outro” dentro do próprio país, um espaço a ser explicado, corrigido ou exibido como exemplo de atraso. É nesse fluxo de produção de sentidos que a inserção do vaqueiro na matéria ganha maior densidade: ele não é apenas um elemento cultural, mas um marcador histórico utilizado para reafirmar uma narrativa construída fora da região,

capaz de reduzir sua complexidade a imagens simplificadoras que naturalizam a desigualdade e reforçam a lógica de dominação simbólica. Para Albuquerque Jr. (2011, p.30),

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.

Ao discutir o funcionamento dos estereótipos, Albuquerque Jr. (2011) evidencia que eles não se limitam a representações equivocadas ou simplificadas, mas constituem mecanismos discursivos robustos, capazes de afirmar verdades sobre o outro com a força de uma autoridade incontestável. Quando o autor define a estereotipia como uma “fala arrogante” e “assertiva”, construída para estabilizar percepções e evitar questionamentos, ele aponta para um processo que reduz a complexidade do grupo representado e silencia suas múltiplas experiências em nome de uma identidade homogênea e conveniente. O estereótipo não é apenas uma forma de descrever, mas de produzir sujeitos.

Afinal, como reforça o próprio autor, “o estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado ao criar uma realidade para o que toma como objeto” (Albuquerque Jr., 2011, p.30). Ao adotar imagens repetidas como a do vaqueiro, da seca, da pobreza naturalizada ou do atraso estrutural, a reportagem televisiva não apenas reflete um imaginário social, mas contribui ativamente para mantê-lo vivo, reforçando no público e nos próprios nordestinos a internalização de uma identidade produzida de fora, marcada pela desvalorização e pela inferiorização.

A permanência dos estereótipos no imaginário social se fortalece, sobretudo, pela facilidade com que determinadas imagens são assimiladas e repetidas. Quando a mídia reproduz figuras prontas, como o sertanejo miserável, a paisagem seca ou a criança vulnerável, ela não apenas reforça um repertório visual já sedimentado, mas também facilita a leitura automática desses conteúdos pelo público. Isso ocorre porque, como observa Eduardo Vinnícius de Sales Alves (2014, p. 28),

[...] os estereótipos visuais são de fácil assimilação. É possível reconhecer imagens e ideias simplistas sobre diversos aspectos da sociedade, formando símbolos imagéticos que caracterizam e, mais que isso, estigmatizam a visão de determinado lugar, nacionalidade, etnia, sexo etc.

Ao recorrer a esses enquadramentos simplificados, a reportagem participa de um processo de reprodução simbólica que reduz a realidade a códigos visuais já esperados, eliminando nuances e reforçando leituras cristalizadas sobre o Nordeste e sua população.

Essa lógica reforça ainda mais o caráter negativo que muitos estereótipos carregam, pois eles operam como classificações generalizantes que tendem a enquadrar grupos inteiros a partir de um único traço ou suposta característica essencial. A matéria da Rede *Record*, ao enfatizar constantemente a pobreza, o atraso e o analfabetismo, demonstra como essas imagens reducionistas podem ser mobilizadas para construir categorias depreciativas que moldam a percepção sobre um povo ou território. Afinal, como destaca Alves (2014, p. 27), “o fato é que muitos estereótipos têm tendência negativa por ser uma convicção que generaliza um grupo”. A representação midiática deixa de ser um exercício de descrição da realidade e passa a atuar como prática de homogeneização, na qual a diversidade de experiências e identidades é comprimida em um conjunto fixo de traços estigmatizantes.

Ao reforçar essas imagens negativas, a reportagem da Rede *Record* não apenas reafirma estereótipos historicamente construídos, mas também contribui para consolidar percepções desfavoráveis que impactam diretamente a forma como a população nordestina é vista e tratada socialmente. A estereotipia, nesse sentido, torna-se instrumento de poder, capaz de moldar identidades, orientar políticas públicas e influenciar práticas sociais e institucionais. A simplificação da realidade, quando repetida em grande escala pela mídia, produz efeitos concretos, porque limita a compreensão do público, alimenta preconceitos e naturaliza desigualdades. Conclui-se, portanto, que o estereótipo não é apenas uma imagem falsa ou incompleta: ele é um dispositivo ativo de construção social, que desumaniza, inferioriza e constrange aqueles que são constantemente enquadrados por ele. Compreender seu funcionamento é fundamental para desestabilizar narrativas que insistem em reduzir o Nordeste a um roteiro de sofrimento e atraso.

A construção narrativa da reportagem televisiva evidencia, de forma recorrente, os elementos estereotipados que historicamente moldaram a imagem do Nordeste: resistência, seca, pobreza e atraso. Esses atributos são reforçados tanto verbal quanto imagetivamente ao longo da matéria. A figura do vaqueiro aparece em três momentos distintos da reportagem, ambos carregados de intencionalidades. Na primeira aparição, como visto anteriormente, o vaqueiro é inserido como emblema de uma região castigada pela estiagem e pela miséria, reforçando a ideia de um Nordeste estático, isolado no tempo e na modernidade.

No segundo momento, já no município de Alagoinha do Piauí, a imagem é retomada em circunstância semelhante. Enquanto a repórter narra o fechamento de uma escola da zona rural,

a câmera registra a passagem de um vaqueiro conduzindo uma boiada por uma estrada de terra, emoldurada por galhos secos que sugerem que o cinegrafista estava parcialmente oculto na vegetação (Figura 11). A escolha estética da cena – o ângulo da escola fechada ao fundo, o contraste entre os galhos secos e o movimento do gado – remete a uma tentativa de dramatização da paisagem sertaneja, compondo um quadro visual que reforça a precariedade e o isolamento do lugar. Essa estratégia não é neutra: ao articular o fechamento da escola à imagem do vaqueiro em meio à aridez do cenário, a reportagem associa diretamente a ausência de infraestrutura educacional ao imaginário do atraso rural, contribuindo para cristalizar representações reducionistas e homogeneizadoras sobre o semiárido nordestino.

Figura 11 – Vaqueiro conduzindo boiada em Alagoinha do Piauí, cena exibida pelo *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7

11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 07min.10seg. a 07min.17seg.

Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2021) aponta que o conceito de “sertão” é frequentemente utilizado para designar o “outro” – o outro da cidade, da civilização, do litoral. Diversas produções intelectuais, especialmente aquelas vinculadas ao movimento regionalista em diferentes partes do Brasil, contribuíram para a apropriação do termo sertão como uma característica intrínseca da Região Nordeste. Essa construção discursiva consolidou uma representação do sertão como um espaço marcado por carências e distanciado dos centros considerados civilizados ou desenvolvidos. O que se observa é um processo de regionalização do conceito, no qual o Nordeste passa a ser identificado quase que exclusivamente a partir dos atributos atribuídos ao sertão. Sendo assim,

O sertão é sempre definido pela relação com o outro espaço, que é a sua negação, então, o sertão é o “não” do litoral. O sertão é essa fronteira sempre em movimento. Quase sempre, quando você chega ao sertão ele anda mais para frente, quando você chega lá ele deixa de ser sertão. Então, o sertão é sempre atirado mais para adiante. À medida que a fronteira vai se movendo, a fronteira é móvel, ela vai caminhando de Leste para Oeste, no caso do Brasil, o sertão vai sendo empurrado cada vez mais para o interior (Albuquerque Jr., 2021, p. 309).

A apropriação da categoria “sertão” pelo discurso regionalista do Nordeste implicou na construção de uma representação segundo a qual as demais regiões do Brasil estariam desprovidas dessa realidade geográfica e cultural. Uma condição anteriormente disseminada por diferentes partes do território nacional passou, a partir de 1969, a ser institucionalizada como uma sub-região específica da Região Nordeste. Segundo as análises de Albuquerque Jr., a consolidação e a materialização da apropriação do sertão pelo Nordeste teriam se dado por meio da divisão oficial da Região Nordeste em quatro sub-regiões, entre as quais uma passou a ser designada como o sertão nordestino. Com isso, “essa subdivisão, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se deu em 1969. Ao lado da Zona da Mata, do agreste e do meio norte, o sertão passou a figurar oficialmente como uma parte da Região Nordeste” (Albuquerque Jr., 2019, p. 32).

Nesse processo de institucionalização e ressignificação territorial, o sertão deixa de ser compreendido como uma abstração geográfica indefinida – associada, desde o período colonial, às margens da civilização – para se tornar um espaço que pertenceria especificamente ao Nordeste. A categoria ganha contornos mais precisos, sendo territorializada e convertida em signo identitário da região. Essa redefinição não apenas delimita um recorte espacial, mas também cristaliza um conjunto de significados culturais associados ao sofrimento, à resistência e à aridez. Como afirma Albuquerque Jr. (2011, p. 134),

O sertão deixa de ser aquele espaço abstrato que se definia a partir da ‘fronteira da civilização’, como todo o espaço interior do país, para ser apropriado pelo Nordeste. Só o Nordeste passa a ter sertão e este passa a ser o coração do Nordeste, terra da seca, do cangaço, do coronel e do profeta.

Essa reconfiguração discursiva do sertão como núcleo simbólico da identidade nordestina também se articula com a crescente produção cultural que, ao longo do século XX, passou a dar forma, voz e visibilidade à região. De acordo com Albuquerque Jr. (2011, p. 134), “o espaço nordestino vai sendo dotado de uma visibilidade e de uma dizibilidade; desenhado por um agrupamento de imagens rurais ou urbanas, do litoral ou do sertão, domadas em sua diversidade pelo trabalho integrativo de poetas e escritores”. Essa observação evidencia que o sertão não foi apenas delimitado institucionalmente, mas também elaborado esteticamente:

escritores, cineastas, músicos e artistas selecionaram certas imagens recorrentes, o sol inclemente, a dureza da terra, a religiosidade popular, a violência e o cangaço, e as transformaram em referências culturais amplamente difundidas. Esse processo, ao mesmo tempo em que construiu uma memória coletiva compartilhada, também reduziu a complexidade da região a um repertório limitado, facilmente reconhecível e reproduzido, preparando o terreno para que produtos midiáticos, como a reportagem analisada, continuassem a se apoiar nessas mesmas imagens para narrar o Nordeste no presente.

Na construção da identidade nordestina, muitas apropriações e ressignificações foram produzidas ao longo do tempo. O território habitado por sertanejos passou a ser retratado, no discurso regionalista, como um espaço onde a civilização ainda não havia chegado, justamente por não estar sob o domínio de pessoas brancas. Desse modo, “ser sertanejo foi se tornando, ao longo do século XX, sinônimo de ser nordestino e de viver o drama das secas periódicas” (Albuquerque Jr., 2019, p. 32). Atribuíram-se aos sertanejos características como rudeza, primitivismo, violência e ignorância, traços que passaram a ser entendidos exclusivamente como àqueles que habitavam o sertão. Para Albuquerque Jr. (2021, p. 310):

O discurso regionalista nordestino, entre os vários milagres que ele conseguiu realizar, está o de se apropriar da categoria sertão, da mesma forma que se apropriou da categoria seca. Nenhuma área do Brasil tem seca, as outras áreas do Brasil têm estiagem. A seca é exclusivamente do Nordeste.

Observa-se que os próprios escritores nordestinos foram, em muitos casos, responsáveis por reforçar, em suas obras, visões que ainda hoje persistem e moldam o imaginário coletivo acerca da região. Essas representações contribuíram para a consolidação de estereótipos que associam o Nordeste à seca e ao sertão, elementos que, desde o século XX, foram incorporados ao imaginário nacional como marcas identitárias da região. A partir da intensificação das ações estatais voltadas ao combate à seca no semiárido nordestino, consolidou-se uma relação entre os termos “sertão”, “seca” e “semiárido”, que passaram a ser utilizados como sinônimos, referindo-se não apenas a uma localização geográfica, mas também a uma condição social e cultural carregada de significados. Nessa conjuntura, as outras regiões do Brasil passariam a não existir mais sertão e, sim, interior. Com isso, como aponta Marcelo Bolshaw Gomes e João Pedro Ramalho Martins (2022, p. 3),

[...] a consolidação do Nordeste como uma nova região ganhou força no movimento regionalista das décadas de 1920 e 1930 e deu-se por meio da produção de acadêmicos e artistas ligados às áreas da Sociologia, História, Literatura, Pintura e Música e, posteriormente, com o Cinema – em especial o Cinema Novo dos anos 1960.

A construção simbólica do Nordeste como um território marcado pela adversidade climática e pela marginalidade social não ocorreu de forma espontânea, mas foi sendo sedimentada ao longo do século XX por meio de diversas práticas discursivas e culturais. A partir do momento em que sertão, seca e semiárido passaram a operar como categorias quase indissociáveis, esses termos adquiriram uma força explicativa capaz de moldar tanto a percepção externa quanto a autopercepção das populações da região. Essa fusão conceitual colaborou para a naturalização de problemas complexos, como desigualdade, abandono estatal e concentração fundiária, que passaram a ser entendidos como características intrínsecas do “Nordeste”, e não como resultado de processos históricos. Ao mesmo tempo, esse imaginário consolidado reforçou a ideia de que apenas o Nordeste possui “sertão”, enquanto outras regiões seriam apenas “interior”, isentas da carga simbólica de atraso, aridez e resistência que marcou o território nordestino.

Nesse contexto de invenção e difusão de representações, as expressões artísticas e intelectuais desempenharam papel fundamental na fixação de tipos, cenas e atmosferas que passaram a definir a região no imaginário nacional. Escritores, cineastas, pintores, músicos e pesquisadores contribuíram para elaborar uma estética do Nordeste, fazendo circular imagens que, ao mesmo tempo em que denunciavam injustiças e revelavam a dureza da vida sertaneja, também ajudavam a cristalizar figuras e cenários como sinônimos da própria identidade regional. A repetição desses elementos ao longo das décadas, seja no romance regionalista, na música popular ou nas telenovelas, produziu uma matriz simbólica de grande força, na qual a seca, a violência e os personagens arquetípicos do coronel, do beato e do cangaceiro se tornaram signos facilmente reconhecíveis, ainda que muitas vezes distantes da diversidade real da região. Desse modo,

Alguns dos elementos consagrados nessas produções foram a seca, o sol forte, a violência e figuras como o coronel, o beato e o cangaceiro. Tais imagens tornaram-se referência, sendo reproduzidas, modificadas, adaptadas por produtos das mais diversas linguagens, como o próprio cinema e a ficção televisiva (Gomes; Martins, 2022, p. 3).

A permanência e a circulação desses signos ao longo das décadas contribuíram para que determinadas imagens passassem a agir quase como um vocabulário visual obrigatório quando se representa o Nordeste. Produções jornalísticas contemporâneas continuam a recorrer a esse repertório simbólico, atualizando-o em novos formatos, mas preservando sua lógica essencial: a de associar a região a elementos de sofrimento, aridez e atraso. A mídia televisiva,

especialmente, apropria-se dessas figuras cristalizadas não apenas como cenários, mas como dispositivos narrativos capazes de orientar a interpretação do público. Ao retomar ícones consagrados – como a seca extrema, o sol inclemente ou a paisagem que evoca resistência e privação – programas jornalísticos reforçam a continuidade de um imaginário regional já sedimentado, criando um ambiente discursivo propício para a recepção de abordagens sensacionalistas. É nesse contexto que a reportagem analisada insere suas primeiras imagens, mobilizando signos amplamente reconhecidos pelo público para enquadrar a narrativa que será desenvolvida a seguir.

Nesse movimento de atualização e permanência de símbolos, é importante reconhecer que as representações sobre o sertão nordestino não permaneceram estáticas ao longo do tempo. Embora persistam imagens tradicionais que reforçam o sofrimento, a aridez e a precariedade, outros elementos passaram a compor esse repertório simbólico, coexistindo com signos associados à modernidade e às transformações sociais ocorridas na região. Como apontam Gomes e Martins (2022, p. 4), ao trazerem as reflexões de Gislene Moreira (2018), as produções contemporâneas sobre o sertão mostram que

[...] as imagens construídas acerca do local, seus habitantes e culturas passaram por uma diversificação, na qual os elementos tradicionalmente relacionados a esse espaço convivem com signos associados à modernidade. Além disso, o próprio termo “sertão” ganhou companhia da palavra “semiárido”, cujos usos variam de acordo com os agentes políticos e econômicos ligados a essas produções.

Essa observação permite compreender que o imaginário do sertão não apenas se reproduz, mas também se reinventa conforme novas disputas simbólicas e interesses discursivos emergem. Se, por um lado, permanece o uso de signos tradicionais que vinculam o Nordeste à seca, à pobreza e ao isolamento, por outro, a incorporação do termo “semiárido” revela tentativas de reconfigurar essa paisagem simbólica, aproximando-a de políticas de desenvolvimento, gestão de recursos hídricos e agendas econômicas contemporâneas. Isso demonstra que o sertão é também um campo de negociação conceitual, no qual velhas e novas imagens coexistem, tensionam-se e se ressignificam. Mesmo diante dessas mudanças, a mídia televisiva ainda privilegia representações que reforçam o drama, a carência e a excepcionalidade climática, o que mostra como a lógica do estereótipo segue operando de modo eficaz na construção de narrativas sobre a região, sobretudo em reportagens que apostam na força emocional de imagens marcadas pela escassez e pela resistência.

O sertão, a seca, a fome e o semiárido nordestino estiveram em constante evidência ao longo da exibição da reportagem. Ao enfatizar que se tratava de um “sertão castigado pela seca

e pela fome”, o apresentador Domingos Meirelles contribui para a consolidação de uma imagem estigmatizada da região. Essa narrativa foi reforçada por meio de recursos visuais que ilustravam tais características, como se observa na Figura 12. Nessa imagem, é evidenciada a morte de um mandacaru – planta símbolo de resistência da Região Nordeste –, atribuída à estiagem prolongada e à escassez d’água.

Figura 12 – Mandacaru em Alagoinha do Piauí, exibido na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 04min.29seg. a 04min.30seg.

O mandacaru, tradicionalmente associado a resiliência diante da aridez do solo e da escassez de chuvas, assume, nesse contexto, um papel simbólico ao representar os impactos ambientais da seca, sugerindo que nem mesmo esse cacto, símbolo de resistência nordestina, teria conseguido sobreviver àquela realidade. A imagem de sua morte em um ambiente seco e inóspito – cercado por árvores caídas e excrementos de fezes de animais – projeta não apenas um cenário difícil para a fauna e flora, mas também podemos evocar, de maneira metafórica, a condição de vulnerabilidade social e econômica atribuída à população sertaneja. Trata-se de uma construção midiática que reforça a ideia de um povo submetido a privações extremas, vivendo em um espaço hostil e desassistido pelo poder público. A representação do mandacaru morto extrapola sua função estética, operando como um dispositivo visual de reforço aos estigmas historicamente associados ao semiárido nordestino.

Segundo Albuquerque Jr. (2011), a seca tornou-se elemento central na construção da identidade do Nordeste, sendo frequentemente concebida como característica natural e permanente da região. Essa percepção contribuiu para a formulação da ideia de um meio

homogêneo, que, por extensão, teria produzido um povo igualmente homogêneo. Essa representação foi amplamente difundida pelo chamado *Romance de 30* – vertente da segunda geração do Modernismo brasileiro – que instituiu um conjunto de imagens recorrentes sobre a paisagem sertaneja. Como sintetiza o autor, consolidou-se a imagem de um “Nordeste do fogo, da brasa, da cinza e do cinza, da gralharia negra e morta, do céu transparente, da vegetação agressiva, espinhosa, onde só o mandacaru, o juazeiro e o papagaio são verdes” (Albuquerque Jr., 2011, p. 139). Ao se repetir em diferentes obras do período, essa estética da aridez reforçou a ideia de um espaço imutável, seco e reiterativo, supostamente igual em qualquer época do ano.

Por meio da leitura de Albuquerque Jr. (2011), é possível entendermos que o Nordeste nem sempre é mostrado tal como ele é, mas sim como ele foi nordestinizado ao longo dos tempos por autores, meios de comunicação e reportagens. Pois, por meio das diversas formas de linguagens – a literatura, a música, o cinema, a pintura, o teatro, a produção acadêmica – criaram um espaço que produz sentido a uma comunidade imaginada, já que essas formas de linguagens representam não somente o real, mas fundam algo real. O Nordeste passa a ser utilizado como uma maquinária de reprodução de discursos que representam um espaço, com a repetição de imagens e textos.

Os discursos que produzem uma determinada imagem do Nordeste não se limitam a seleções arbitrárias de aspectos culturais, mas atuam como mecanismos de produção de sentido que, ao longo do tempo, foram legitimados e naturalizados. A repetição das mesmas imagens, sempre de sofrimento, estiagem e luta pela sobrevivência, cria uma espécie de gramática visual que passa a definir o que o público entende como representação legítima do sertão. Nesse repertório imagético consolidado, a seca emerge como um elemento central e recorrente das narrativas, sobretudo quando apresentada de forma dramática e espetacularizada. Como observam Gomes e Martins (2022, p. 13), “a maioria das obras caracteriza a seca como um fenômeno natural, destacando os elementos visuais associados: a vegetação retorcida e esbranquiçada, os animais raquíticos em busca de água, os reservatórios vazios ou enlameados, o solo rachado, a parca oferta de alimento”. Tais descrições e enquadramentos reforçam aquilo que Albuquerque Jr. denomina de “maquinária discursiva”, capaz de manter viva uma imagem homogênea da região, independentemente das mudanças sociais, econômicas e culturais que a atravessam.

Ao reproduzir esse conjunto de signos, as reportagens televisivas atualizam um imaginário sedimentado, reafirmando estereótipos já reconhecidos nacionalmente. A força dessa estética reside justamente na familiaridade que ela desperta: quando o público vê cenas

de estiagem severa, animais debilitados ou paisagens áridas, é imediatamente conduzido a uma leitura automática da realidade nordestina como sinônimo de carência, abandono e desamparo. É dentro dessa lógica que elementos simbólicos, como a vegetação ressequida ou práticas cotidianas associadas à sobrevivência – caso do transporte de água em animais – são mobilizados como indícios de uma região permanentemente à margem.

Cria-se um ambiente discursivo que prepara o telespectador para interpretar as cenas seguintes como parte de uma narrativa já conhecida, o que fortalece a eficácia emocional das imagens. É justamente nesse ponto que a reportagem insere registros como o do homem transportando água em um cavalo (Figura 13), acionando recursos visuais que funcionam como portas de entrada para a leitura estereotipada do sertão, o que aproxima diretamente o argumento da cena anteriormente analisada: a morte do mandacaru, símbolo máximo de resistência.

Figura 13 – Homem transportando água em um cavalo, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 00min.20seg. a 00min.24seg.

Nessa conjuntura, com o intuito de reforçar a imagem da seca, da vulnerabilidade socioeconômica e da desassistência por parte do poder público, a reportagem exibiu a cena de um homem transportando água em um cavalo, utilizando tambores ou ancas, seja para o próprio consumo, seja para o sustento de seus animais. O uso desse recurso visual, logo nos primeiros minutos da transmissão, atua no sentido de consolidar uma representação já cristalizada no imaginário popular das demais regiões do país. Trata-se de uma visão construída e difundida

historicamente, anterior inclusive à consolidação da Região Nordeste como unidade geográfica e política, e que ainda hoje alimenta estereótipos sobre os modos de vida e as condições sociais dos habitantes do sertão nordestino.

O uso da imagem da seca como recurso visual na reportagem não é meramente ilustrativo, mas compõe uma estratégia narrativa que busca sensibilizar e mobilizar emocionalmente o espectador. Ao mostrar paisagens áridas e vegetação ressequida, a matéria reforça um imaginário histórico sobre o Nordeste como uma região permanentemente marcada pela escassez e pelo sofrimento. Nesse processo, a seca é apresentada como um espetáculo visual que pretende comprovar, de forma imediata, a precariedade da vida local, desconsiderando as nuances socioeconômicas e as dinâmicas complexas que atravessam o fenômeno. Esse enquadramento midiático se alinha ao que observa Camila Gabrielle Oliveira de Farias (2022, p. 78), ao afirmar que “a seca passa a ser noticiada como uma realidade aumentada, sem levar em conta as particularidades, a história, o contexto e as especificidades de cada local”. Ao adotar esse recorte generalizante, a reportagem não apenas simplifica o fenômeno, mas também o transforma em um marcador identitário que reforça estereótipos e perpetua leituras reducionistas sobre o semiárido e seus habitantes.

A recorrência da seca como tema jornalístico revela não apenas a força desse fenômeno no imaginário nacional, mas também a forma como sua representação costuma ser construída a partir de recortes seletivos e dramatizados. Ao escolher enfatizar elementos como a terra seca, o gado magro, a falta d'água e a desesperança das populações sertanejas, os telejornais tendem a reforçar uma leitura naturalizada da miséria, como se ela fosse consequência direta e inevitável do clima, e não de políticas públicas insuficientes, desigualdades históricas ou processos de abandono estatal. Essa lógica narrativa desloca a responsabilidade do campo político-estrutural para o campo natural, apresentando a seca como entidade autônoma e quase punitiva, apagando a agência humana e as dinâmicas sociais que moldam seus impactos. Essa perspectiva se harmoniza com a reflexão de Farias (2022, p. 100), segundo a qual,

A seca é um assunto coberto por muitos veículos de comunicação, que possuem uma abrangência nacional. [...] é possível perceber que em muitas situações, esta cobertura ocorre de uma forma que culpabiliza o clima, apontando para questões como falta de água, morte dos animais e a apresentação de um local precário.

Ao adotar esse enquadramento, a mídia não apenas perpetua uma imagem homogênea e estigmatizada do semiárido, mas também contribui para reforçar estereótipos históricos que associam o Nordeste a um espaço de sofrimento permanente. Essa representação impacta

diretamente a forma como outras regiões percebem a realidade nordestina, alimentando discursos que justificam desigualdades ou atribuem ao território um destino de carência inevitável. No caso de Alagoinha do Piauí, a reportagem analisada se apropria dessa lógica ao dramatizar a educação, a pobreza e a seca como fatores intrinsecamente conectados, sem considerar a complexidade que estrutura tais fenômenos. A narrativa jornalística, ao mesmo tempo em que pretende denunciar injustiças, acaba replicando visões reducionistas que invisibilizam as resistências locais, os avanços comunitários e a multiplicidade de experiências que compõem o cotidiano do sertão.

Tais representações visuais operam como elementos que reiteram um discurso de vulnerabilidade estrutural, contribuindo para a construção de um Nordeste homogêneo e estigmatizado. Essa abordagem, ao invés de problematizar as causas sociais, políticas e econômicas da seca e suas consequências, naturaliza a precariedade, projetando-a como uma condição imutável do território e de seus habitantes. O recurso visual da seca não apenas informa, mas conforma um modo de ver e compreender o sertão, que é constantemente reafirmado pela mídia.

Interessante observar que, anteriormente, utilizamos os verbos *informar* e *conformar*. Do ponto de vista filológico, os vocábulos *informa* e *conforma* compartilham o mesmo radical (*form-*), oriundo do latim *forma*, que remete à ideia de configuração, figura, aparência. Ambos possuem o sufixo verbal - *ar*, indicando ação, mas diferenciam-se pelos prefixos: *in* - (para dentro, introdução) e *con*- (junto, em comum). *Informar* (*informare*, em latim) significa, originalmente, “dar forma a algo”, “moldar”, enquanto *conformar* (*conformare*) designa “dar a mesma forma”, “ajustar a um modelo estabelecido”.

No contexto da análise, o recurso visual da seca não apenas *informa*, no sentido de transmitir dados ou imagens sobre a realidade, mas também *conforma*, isto é, molda e padroniza um modo de ver e compreender o sertão, cristalizando representações que são reiteradas pela mídia. Essa reflexão filológica evidencia como a própria língua expressa relações de poder: a mídia não apenas comunica, mas impõe formas de pensar, configurando identidades e reforçando estigmas por meio de uma linguagem que articula discurso e imagem. Assim, etimologicamente, *informar* não é apenas transmitir dados neutros, mas imprimir uma forma no pensamento do outro; *conformar*, por sua vez, implica fazer coincidir essa forma com um padrão previamente legitimado.

Ao afirmar que a reportagem não apenas *informa*, mas *conforma*, evidenciamos que a mídia opera um duplo movimento: primeiro, introduz uma forma interpretativa sobre o sertão, apresentando imagens, sons e narrativas que parecem descrever a realidade; em seguida, alinha

essa percepção a um imaginário já consolidado, no qual o Nordeste é associado à seca, à pobreza e à vulnerabilidade. As imagens da estiagem, portanto, não apenas comunicam um fato climático, mas conformam a visão do espectador a uma lógica histórica de estigmatização, reforçando identidades fixas e discursos hegemônicos. Esse processo revela que, na linguagem jornalística, informar e conformar são operações indissociáveis, inscritas na materialidade do discurso.

A partir disso, compreende-se que a televisão age como um dos principais dispositivos contemporâneos de atualização e circulação das tradições nordestinas. Ao combinar recursos técnicos, narrativos e estéticos, o audiovisual recupera elementos visuais e simbólicos historicamente associados ao Nordeste e os reinsere na pauta pública, como se fossem sempre atuais e reveladores de uma realidade permanente. A mídia televisiva não apenas retoma imagens, sons e signos que compõem a memória cultural da região, mas os reorganiza de modo a conferir-lhes um novo frescor interpretativo, reafirmando a continuidade de uma gramática visual que atravessa décadas. Trata-se de um processo em que o passado é reativado no presente, de forma seletiva e estratégica, para consolidar visões já sedimentadas sobre o sertão, a seca e as condições de vida no semiárido. Segundo Cláudio Cardoso de Paiva (2006, p. 6),

Através dos audiovisuais podemos flagrar os estilos da vida social e política, a religiosidade e a carnavalização, as formas assumidas pela acelerada hibridação entre o popular, o folclórico, o massivo, que distinguem a paisagem nordestina marcada por grandes diversidades, constituindo um conjunto multiforme das identidades individuais e coletivas.

Essa dinâmica evidencia que o audiovisual não se limita a repetir imagens estereotipadas, mas articula diferentes camadas culturais que compõem o imaginário nordestino. Ao mobilizar elementos como religiosidade, musicalidade, práticas populares, modos de vida rurais e cenas do cotidiano, a televisão produz uma síntese que mistura tradição e contemporaneidade, reforçando tanto padrões cristalizados quanto expressões diversificadas da identidade regional. Essa combinação de registros, ora dramáticos, ora folclorizados, ora realistas, contribui para manter viva a ideia de um Nordeste múltiplo, reconhecível e, ao mesmo tempo, constantemente reinventado pela mídia. É essa complexidade de representações audiovisuais que foi destacada na citação anterior, a qual evidencia a forma como os produtos televisivos captam e reorganizam diferentes dimensões da vida nordestina.

Essa lógica de atualização estética e simbólica se materializa de forma evidente na reportagem analisada, que mobiliza recursos audiovisuais para reforçar e atualizar representações já consagradas do sertão nordestino. A câmera percorre lentamente a paisagem

árida, destacando o solo seco, a vegetação ressequida e, de maneira emblemática, o mandacaru morto, planta que tradicionalmente simboliza resistência, mas que aqui atua como a expressão mais evidente da crise provocada pela seca.

Do mesmo modo, a cena do homem transportando água em recipientes improvisados, conduzidos sobre o lombo de um cavalo, reativa um repertório visual amplamente difundido, acionando a memória coletiva do público acerca da vulnerabilidade hídrica e das desigualdades socioeconômicas da região. Associados à trilha sonora de tonalidade melancólica e aos enquadramentos dramáticos empregados pela narrativa televisiva, esses elementos contribuem para compor uma atmosfera que reafirma, estetiza e intensifica a imagem do Nordeste como território de sofrimento e resistência, dialogando diretamente com a lógica mencionada por Paiva (2006) sobre a capacidade dos audiovisuais de condensar e reorganizar múltiplos elementos das identidades nordestinas.

Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2019) destaca que a associação entre o sertão e o discurso regionalista nordestino não surgiu de forma espontânea, mas foi construída com base em práticas institucionais e discursos anteriores à própria formulação do conceito de Nordeste como região. Antes mesmo da consolidação dessa identidade regional, quando ainda se utilizava a designação “Norte” para essa área do país, já se delineavam representações sobre o sertão. Essas representações foram moldadas por narrativas que o vinculavam a determinadas experiências históricas, personagens e situações recorrentes, criando, assim, uma imagem do semiárido como território típico do futuro Nordeste. Nesse sentido,

Além da temática da seca, que seria responsável por dar ao sertão certa paisagem – marcada pela terra gretada, pela caatinga seca e esgalhada, por um sol abrasador, uma luz branca e intensa, pela presença das cactáceas –, esses discursos associarão o sertão a três outras temáticas: o coronelismo, com seu complementar jaguncismo, o cangaço e o messianismo (Albuquerque Jr., 2019, p. 26).

A incorporação da ideia de sertão ao imaginário nordestino só foi possível graças à intensa produção cultural que deu sustentação a essa associação. Obras literárias, manifestações artísticas e um vasto acervo audiovisual desempenharam papel central na consolidação dos vínculos representativos entre o Nordeste e o sertão, ajudando a fixar essas imagens na memória coletiva. As inúmeras obras produzidas pelos intelectuais da época ajudaram a definir características próprias do sertão enquanto espaço nordestino, com uma paisagem própria e distinta das demais regiões do Brasil, sendo as secas e a caatinga, elementos que se definiriam enquanto parte de uma cultura própria da Região Nordeste.

A persistência dessas representações históricas sobre o sertão faz com que a mídia contemporânea continue a mobilizar um repertório amplamente sedimentado no imaginário social brasileiro. Ao retratar cidades do semiárido, frequentemente recorre a imagens e narrativas que reforçam a ideia de um Nordeste eternamente marcado por falta, sofrimento e atraso. Esse processo não apenas atualiza estereótipos produzidos há mais de um século, como também contribui para que essas imagens se naturalizem, transformando-se em referências imediatas sempre que a região é mencionada. A reportagem sobre Alagoinha do Piauí, ao destacar elementos como seca, precariedade e baixa escolaridade, mobiliza justamente esse repertório simbólico, fazendo com que a cidade seja interpretada a partir de signos pré-estabelecidos, que pouco dialogam com sua realidade social. Nesse caso, segundo Fabiano Eloy Atílio Batista (2023, p. 60),

[...] quando se refere à região Nordeste, de maneira empírica, está enraizada, em grande parte do imaginário da sociedade brasileira, a imagem da seca, da fome, do sofrimento, do analfabetismo e, principalmente, da migração, que é potencializada nos retratos construídos pela mídia.

Ao reforçar imagens estigmatizadas sobre o Nordeste, o discurso midiático não apenas descreve a região, mas ajuda a construir uma leitura específica sobre ela. A reportagem, ao destacar a seca, a pobreza e o analfabetismo, simplifica uma realidade muito mais ampla e complexa, transformando questões históricas, como desigualdade acumulada, fragilidade das políticas públicas e limitações orçamentárias, em características apresentadas como se fossem próprias do território e de sua população. Essa forma de narrar desloca a responsabilidade de aspectos estruturais para os habitantes, sustentando interpretações que tendem a culpabilizar o povo nordestino pelos problemas que enfrenta.

Essa dinâmica reforça uma leitura que continua a enxergar o Nordeste por meio de categorias como atraso, carência e sofrimento, dificultando a visibilidade de experiências positivas, iniciativas comunitárias e projetos que transformam, no cotidiano, a vida das pessoas. Ao adotar enquadramentos repetitivos e reducionistas, a mídia cria uma sensação de homogeneidade que desconsidera a diversidade interna da região e reduz suas múltiplas realidades a uma única narrativa marcada por dificuldades. Consolidam-se interpretações que naturalizam desigualdades e fortalecem perspectivas que, em vez de explicar as raízes dos problemas sociais, acabam por legitimar estigmas historicamente reproduzidos. Sendo assim,

Na contemporaneidade, a mídia brasileira tem sido um palco difusor e propagador das mais diversas expressões da “questão social” em nosso território. Entretanto, em vez

de reconhecer as desigualdades, a mídia as acentua, contribuindo para uma série de processos discriminatórios, vexatórios e culpabilizatórios presentes nas diversas relações sociais (Batista, 2023, p. 54).

Os enquadramentos utilizados na reportagem analisada demonstram como práticas jornalísticas podem ativar, reforçar e atualizar imaginários históricos sobre o Nordeste e o sertão, contribuindo para a manutenção de estereótipos e estigmas que atravessam gerações. Ao privilegiar imagens de seca, pobreza e abandono, a mídia não apenas informa, mas também molda percepções e produz efeitos que influenciam diretamente a maneira como a região é vista no restante do país. Reafirma-se a necessidade de uma abordagem jornalística que considere a complexidade histórica, social e cultural do semiárido, rompendo com narrativas simplistas que fortalecem desigualdades e obscurecem a multiplicidade de realidades vividas pelas populações nordestinas.

A relação entre a mídia e o Nordeste brasileiro tem sido marcada por uma recorrente tentativa de capturar imagens estigmatizantes que reforçam uma visão simplificada e excludente da região. Elementos como a seca, a pobreza, o analfabetismo, a violência e figuras como o vaqueiro são frequentemente utilizados em reportagens que assumem um tom sensacionalista, com o objetivo de causar impacto e sensibilizar o público espectador. Essas representações não apenas cristalizam estereótipos históricos, mas também desconsideram a complexidade social, cultural e política dos contextos locais, contribuindo para a manutenção de uma narrativa de marginalização e atraso. Ao selecionar determinados símbolos como representativos do Nordeste, a mídia constrói um discurso que tende a reafirmar desigualdades e a consolidar uma imagem da região como “outra” em relação ao restante do país.

Torna-se evidente que a atuação da mídia não se limita à simples veiculação de acontecimentos, mas envolve um processo ativo de seleção, organização e apresentação da realidade. As reportagens constroem enquadramentos específicos que orientam a percepção do espectador, definindo o que é relevante, o que deve ser enfatizado e quais sentidos devem ser atribuídos aos eventos narrados. No caso das representações sobre o Nordeste, essa dinâmica se torna ainda mais explícita, pois a mídia opera a partir de códigos visuais e discursivos já sedimentados, reatualizando referências históricas, culturais e emocionais que moldam a forma como o público compreende a região. O discurso midiático não apenas reflete uma realidade pré-existente: ele participa ativamente de sua produção, estabelecendo modos de ver e interpretar o mundo que se legitimam pela própria autoridade do fazer jornalístico. De acordo com Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior e João Carlos Correia (2014, local. 4),

A imagem que a mídia constrói da realidade é resultado de uma atividade profissional de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte do espetáculo mundano e o público. [...] consideramos que a mídia não só transmite, mas prepara e apresenta uma realidade dentro das normas e das regras do campo jornalístico.

O jornalismo não atua como mero espelho da realidade, mas como instância que modela e orienta sua interpretação. Ao preparar e apresentar os fatos segundo normas próprias do campo midiático, os profissionais da comunicação atribuem sentidos específicos ao que é mostrado, influenciando diretamente a forma como o público percebe determinados grupos sociais. Nas reportagens que tratam do Nordeste, esse processo se evidencia a recorrência de imagens da seca, de cenas de precariedade e de discursos que enfatizam carências estruturais. Tais escolhas não são neutras: elas refletem critérios internos da prática jornalística, que privilegia aquilo que é percebido como impactante, dramático ou facilmente reconhecível.

Compreender o papel do jornalismo na construção de imagens sobre o Nordeste implica reconhecer que a mídia atua por meio de enquadramentos que não apenas organizam a narrativa, mas também produzem sentidos sobre o que é mostrado. A reportagem transforma fragmentos da realidade em uma narrativa coerente e inteligível, selecionando elementos que dialogam com expectativas culturais já estabelecidas. Esses enquadramentos permitem que o público reconheça os signos apresentados – como a seca, a pobreza ou a “vida dura” no sertão – como parte de um repertório familiar, mesmo quando não correspondem à complexidade do cotidiano vivido pelas populações locais. A mediação jornalística se torna fundamental: ela aproxima o espectador de cenários distantes, mas o faz por meio de escolhas discursivas e visuais que moldam profundamente a forma como esses lugares serão percebidos. Júnior e Correia (2014, local. 4), discorrem que

O que a mídia apresenta não é nem espelho nem janela da realidade e não poderia ser de outra maneira, uma vez em ambos as metáforas não são levadas em conta. No entanto, elas são essenciais para a mídia em particular na produção da notícia. A linguagem permite “fazer presente” uma diversidade de objetos que se acham ausentes do “aqui e agora”.

O jornalismo não pretende oferecer ao espectador uma visão direta ou transparente da realidade, mas sim uma construção que depende de dispositivos discursivos capazes de trazer ao presente aquilo que não está fisicamente diante do público. Esse caráter mediado é especialmente relevante nas representações sobre o Nordeste, uma vez que a distância geográfica é suprida por imagens e narrativas que fazem presente um conjunto limitado de signos que já foram amplamente difundidos pela cultura nacional. A mídia não apresenta apenas

o que ocorreu, mas constrói uma experiência sensorial e simbólica que transporta o espectador a um espaço legitimado por décadas de repetição de estereótipos. É nesse processo que cenas como animais magros, solo rachado ou mandacarus secos se tornam dispositivos eficazes para ativar um imaginário consolidado, reafirmando discursos hegemônicos sobre o sertão mesmo quando outras realidades coexistem e permanecem invisibilizadas.

Se, na reportagem, houve espaço para a figura do vaqueiro, para o mandacaru seco e para a cena da água sendo transportada em tambores com o auxílio de animais, a caatinga, durante a estiagem do mês de novembro, também teve seu momento de destaque e visibilidade na televisão brasileira. As tonalidades acinzentadas da vegetação revelam uma realidade marcada pela aridez e pelas dificuldades impostas pela seca, que, embora severa, compõe de forma indissociável o imaginário, a cultura e a geografia do Nordeste. A estiagem, mais do que um fenômeno climático, é parte constitutiva da vida sertaneja, moldando modos de existência e narrativas históricas da região. Na Figura 14, é exibido um vídeo que percorre estradas de chão, intercalando imagens da paisagem árida com registros da flora típica do lugar, compondo uma estética que reforça a dureza do cotidiano nordestino durante esse período.

Figura 14 – Vídeo da zona rural de Alagoinha do Piauí, exibido na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 02min.45seg. a 02min.47seg.

A exibição do vídeo que percorre a vegetação durante o período seco reforça uma imagem recorrente do sertão nordestino: a de uma terra castigada, marcada pela escassez e pela resistência. O cenário retratado é o da caatinga, bioma tipicamente nordestino, que se estende por grande parte do semiárido brasileiro. Suas características singulares – como a vegetação

espinhosa, arbustiva, de folhas pequenas ou caducas – revelam adaptações biológicas que respondem às longas estiagens e ao solo raso e pedregoso.

Durante o período seco, o verde dá lugar a tons de cinza e marrom, conferindo à paisagem um aspecto de morte aparente, quando, na verdade, trata-se de uma estratégia de sobrevivência das plantas. Ao ser apresentada na reportagem, essa paisagem da caatinga não apenas ambienta a narrativa da seca, mas também contribui para a construção de um imaginário visual sobre o Nordeste, muitas vezes centrado na ideia de precariedade. Contudo, a caatinga é também espaço de vida, de resistência humana e ecológica, cuja complexidade muitas vezes é reduzida a um símbolo de carência nos meios de comunicação.

A escolha dos enquadramentos utilizados pela reportagem para retratar a paisagem da caatinga não é aleatória; pelo contrário, ela cumpre uma função narrativa ao intensificar a sensação de aridez e de abandono. A câmera percorre a vegetação seca, aproximando-se de galhos retorcidos – com aparência morta –, mostrando a poeira que sobe ao transitar pelas estradas de terra e do difícil acesso a parte interiorana do município, compondo uma estética visual que privilegia o drama climático em detrimento da complexidade ecológica do bioma. Essa aproximação produz um efeito emocional imediato, reforçando no telespectador a impressão de um ambiente inóspito e esgotado. Ao mesmo tempo, os planos mais abertos utilizados na matéria procuram oferecer uma visão panorâmica do território, aparentemente objetiva, mas igualmente carregada de significados. Esses movimentos de câmera revelam que a reportagem age não apenas com imagens, mas com um conjunto de escolhas técnicas que moldam a percepção do público sobre o sertão e sobre a realidade social da região. Júnior e Correia (2014, local. 5), ao se reportarem ao autor Tuchmann (1980), explicam

[...] que os telejornais utilizam ângulos determinados na produção das reportagens com enquadramentos que buscam conferir significados sociais às relações espaciais. Uma imagem mais próxima procura enfatizar aspectos mais dramáticos da matéria, ocorrendo o contrário quando a imagem é mais geral, o que procura transmitir uma espécie de reprodução da realidade, é como se essa estivesse sendo mostrada de uma forma objetiva tal como é, produzindo um efeito de real.

A reflexão retomada pelos autores evidencia como o telejornalismo constrói sentidos ao manipular distâncias, ângulos e enquadramentos, organizando o olhar do telespectador de forma deliberada. Quando a reportagem opta por aproximar a câmera dos elementos mais secos e deteriorados da caatinga, ela não está apenas registrando uma paisagem, mas orientando a leitura do espectador para o drama da estiagem, produzindo uma sensação de urgência e sofrimento. Por outro lado, quando utiliza planos mais abertos, cria a ilusão de neutralidade,

sugerindo que a realidade está sendo mostrada “tal como é”. Esse jogo entre proximidade e distanciamento constitui um mecanismo fundamental na construção do “efeito de real”, no qual a narrativa jornalística se apresenta como objetiva, mesmo quando atua por meio de escolhas estéticas profundamente carregadas de intencionalidade. A reportagem constrói uma imagem do sertão que, embora baseada em elementos concretos, é também resultado de uma mediação que enfatiza aspectos específicos em detrimento de outros.

Essa lógica de construção visual adotada pela reportagem se articula a um padrão mais amplo de enquadramentos midiáticos que selecionam, recortam e interpretam a realidade de acordo com determinadas prioridades narrativas. Ao enfatizar elementos que reforçam a precariedade, a seca e a vulnerabilidade social, o telejornalismo não apenas informa, mas também orienta o olhar do espectador para sentidos previamente estabelecidos sobre o sertão nordestino. Essa prática, ao invés de oferecer uma leitura plural e contextualizada, apoia-se em escolhas discursivas que tendem a reforçar representações já sedimentadas na sociedade brasileira. A reportagem não age de maneira neutra, mas dentro de um sistema de produção simbólica que privilegia determinadas interpretações em detrimento de outras, contribuindo para a manutenção de visões estigmatizadas sobre pessoas e territórios. Portanto, são

Orientadas pelos interesses da classe dominante, as diversas mídias se inscrevem dentro da “ordem social”, apresentando em suas narrativas uma série de estratégias, lógicas de enquadramentos e discursos, que propagam estigmas, preconceitos e estereótipos sobre determinados sujeitos, situações e locais (Batista, 2023, p. 55).

Compreender o funcionamento dessas narrativas midiáticas implica reconhecer que elas não se limitam a reproduzir desigualdades, mas participam ativamente de sua manutenção por meio de escolhas discursivas que reiteram estigmas históricos. Quando a mídia utiliza enquadramentos que reiteram imagens de atraso, abandono ou incapacidade, ela contribui para a construção de fronteiras simbólicas que diferenciam territórios e populações, estabelecendo hierarquias sociais naturalizadas. No caso da reportagem analisada, esse processo se manifesta na repetição de elementos visuais e narrativos que posicionam o sertão e seus habitantes como sujeitos sempre à margem, desviando a atenção de fatores estruturais e reforçando percepções preconcebidas. O discurso midiático funciona como um instrumento de legitimação de visões hegemônicas sobre o Nordeste, produzindo efeitos sociais que extrapolam o conteúdo da reportagem e alcançam o imaginário coletivo.

A representação da seca na reportagem não pode ser compreendida apenas como registro documental, mas como um discurso visual que mobiliza estereótipos históricos e reforça

estruturas simbólicas já sedimentadas sobre o Nordeste. Ao recorrer ao repertório imagético amplamente difundido – o solo rachado, a vegetação cinzenta, os galhos secos – o telejornal atualiza signos que há décadas agem na construção de uma identidade nordestina associada à escassez e ao sofrimento. Esses elementos, ainda que ancorados em realidades climáticas e socioeconômicas, são apresentados de forma reiterada e descontextualizada, produzindo uma narrativa que tende a simplificar e homogeneizar as experiências vividas pelas populações da região. O sertão, portanto, surge menos como um espaço heterogêneo e dinâmico e mais como um cenário fixo, congelado no tempo, cuja função é reafirmar uma estética da carência.

Ao analisar a forma como a reportagem constrói visualmente esse território, torna-se possível perceber que a seca é transformada em elemento central da narrativa, funcionando quase como personagem protagonista. A insistência em determinados enquadramentos e símbolos produz uma visão que ultrapassa a mera informação jornalística e adentra o campo da fabricação de sentidos. Esse discurso não apenas conforma a percepção do telespectador, mas participa da continuidade de um imaginário nacional que ainda enxerga o Nordeste a partir de lentes estreitas e estigmatizantes. Encerrar essa análise significa reconhecer que o telejornalismo, ao mesmo tempo em que informa, cria, molda e reafirma representações, contribuindo para a manutenção de visões que impactam diretamente a forma como a região é percebida social, política e culturalmente.

3.2 Entre estereótipos e sensacionalismo: Alagoinha do Piauí na “mira” da Rede *Record* de televisão (2014)

A mídia televisiva possui a tendência em “naturalizar” fatos e acontecimentos, em prol de alavancar a audiência, que atribuem aos sujeitos certas responsabilidades por suas mazelas e dificuldades. Nesse processo, exhibe em suas narrativas uma visão micro da sociedade como algo pontual; isentando e deixando de compreender uma visão macro e estrutural, que diz respeito a um sistema de relações que possui uma ampla complexidade (Batista, 2023, p. 54).

A partir da narração de Domingos Meirelles, conforme citado na seção anterior, observa-se que, nos primeiros instantes da reportagem, não há indicação explícita sobre qual cidade ou Estado seria o foco da matéria. O que se vê inicialmente são imagens associadas ao Nordeste, como a seca, a pobreza, o analfabetismo e a falta de oportunidades. A ausência de uma localização precisa e a ênfase em estereótipos regionais evidenciam uma escolha intencional dos recursos visuais e discursivos empregados na montagem e edição da reportagem.

Nessa direção, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011) observa que as reportagens sobre o Nordeste, na grande maioria, não buscam produzir novos entendimentos sobre a região, mas tendem a reafirmar imagens já consolidadas, reforçando, simultaneamente, representações construídas para outras regiões do país. A seleção cuidadosa dos elementos exibidos, portanto, não apenas orienta a recepção do público, como também reforça um imaginário social sobre o Nordeste previamente consolidado no discurso midiático. A combinação entre imagem e narração, ao constituir uma linguagem verbo-visual, atua como dispositivo de legitimação das representações veiculadas, reforçando estereótipos e contribuindo para a manutenção de uma representação hegemônica e reducionista do Nordeste.

É possível compreender que a estratégia de ocultar, nos instantes iniciais da reportagem, a localização exata dos acontecimentos não se dá por acaso, mas faz parte de um recurso narrativo que reforça a ideia de um Nordeste homogêneo e indistinto, em que problemas sociais são tratados como traços universais da região. Ao construir um ambiente baseado em signos como a terra seca, os rostos marcados pela pobreza e a ausência de políticas públicas eficazes, a reportagem não apenas perpetua estereótipos, mas também dilui as especificidades locais, nesse caso, de Alagoinha do Piauí, em uma representação estigmatizada.

Tal recurso midiático contribui para o fortalecimento de uma divisão geográfica em que o Nordeste figura como o “outro” do país moderno e desenvolvido, reiterando, conforme Albuquerque Jr. (2011), a hierarquização territorial que opõe um Norte subalternizado a um Sul idealizado. A reportagem, ao apelar para imagens já naturalizadas do sertão e da miséria, não apenas comunica uma realidade, mas também a interpreta, edita e enquadra de acordo com expectativas prévias, alimentando uma narrativa que confirma visões consolidadas em vez de questioná-las.

O uso da linguagem verbo-visual – articulando imagem, trilha sonora emotiva e um discurso sensacionalista – atua como um mecanismo eficaz para capturar a atenção do público, suscitando empatia e choque, mas também reafirmando uma representação cristalizada do sertão como lugar de desamparo. Em uma das partes de um dos trechos da matéria, Domingos Meirelles declara: “o bê-á-bá da exploração numa das regiões mais carentes do país. Do sertão castigado pela seca e pela fome [...]” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 00min.20seg. a 00min.32seg.), frase como essa não apenas dramatizam a realidade, mas historicizam e regionalizam desigualdades existentes em um dado espaço. Ao invés de provocar uma reflexão crítica sobre as desigualdades estruturais e as responsabilidades políticas, o discurso da reportagem tende a deslocar o problema para o campo da cultura e da geografia,

perpetuando uma lógica de alteridade em que o Nordeste aparece como o “outro” do Brasil moderno.

Essa prática midiática, ao selecionar e reiterar símbolos associados à precariedade e à carência, contribui para a fixação de uma identidade regional pautada pela dor, pelo sofrimento e pela incapacidade. A repetição de imagens de crianças descalças, casas de barro, pessoas analfabetas e lavouras secas, por exemplo, não apenas reforça o imaginário de um Nordeste estagnado no tempo, mas também produz uma representação generalizante, que ignora as diversidades econômicas, culturais e sociais existentes entre os estados e municípios da região. Reportagens que se pretendem denunciar frequentemente deslizam para a espetacularização da miséria, priorizando o choque visual e emocional em detrimento de uma análise contextualizada dos problemas. A mídia atua não apenas como um espelho da realidade, mas como agente ativo na produção de sentidos sobre o Nordeste, com escolhas narrativas que influenciam a forma como a região é percebida nacionalmente.

Ao analisar a reportagem do seu começo ao fim e pegando como base a forma que foi narrada, podemos perceber que faz parte de uma construção sensacionalista, isto é, fazem o uso de atributos que buscam chocar e escandalizar acerca do transmitido. De acordo com Ana Luiza Lugão (2010), nas matérias sensacionalistas, o objetivo principal é provocar impacto no público, fazendo com que as pessoas se envolvam emocionalmente com o conteúdo apresentado. O intuito é levá-las a se colocar no lugar dos personagens retratados, experimentando as emoções transmitidas e sentindo indignação diante dos acontecimentos narrados. Para alcançar esse efeito, a linguagem, o texto, as imagens, os vídeos e os discursos ao longo da narrativa são cuidadosamente elaborados para chocar e causar forte impacto. Tais características existentes na matéria da Rede *Record* e presente em jornais de cunho sensacionalista, se faz pertinente fazer um paralelo com o pensamento de Lugão (2010, p. 12), ao afirmar que o

O sensacionalismo é um tipo de postura editorial adotada regular ou esporadicamente por determinados meios de comunicação, que se caracteriza pelo exagero, pelo apelo emotivo e pelo uso de imagens fortes na cobertura de um fato jornalístico. Exagero de tal fato exibido com muitas cenas emotivas e de certa forma generalizando o tema exibido.

Observa-se que a construção narrativa da reportagem da Rede *Record* recorre ao sensacionalismo como estratégia para capturar a atenção do público e conduzi-lo a uma experiência emocional intensa. A narração marcada por um tom alarmista, associada à trilha sonora dramática, às imagens de sofrimento e abandono, bem como à escolha de palavras com

forte carga afetiva, são elementos que, conforme aponta Lugão (2010), têm como principal objetivo provocar impacto e emocionar o telespectador. Ao apresentar os personagens em situação de vulnerabilidade extrema, a reportagem não apenas relata uma realidade, mas dramatiza os acontecimentos, convidando o espectador a se colocar no lugar dos sujeitos retratados, muitas vezes em uma posição de pena ou indignação.

A repetição de cenas comoventes, a ausência de contextualização histórica e social mais aprofundada e a generalização da problemática como uma marca essencial do Nordeste contribuem para reforçar *estigmas*¹⁸ já naturalizados sobre a região. O discurso jornalístico sensacionalista não apenas informa, mas performa uma realidade editada, articulada para gerar comoção e reafirmar desigualdades entre o Nordeste retratado e outras regiões do país.

A partir dessa compreensão do sensacionalismo como estratégia narrativa recorrente, é importante reconhecer que tal prática não pode ser reduzida a um fenômeno simples ou homogêneo. O sensacionalismo não é uma categoria fixa, mas um conjunto de procedimentos que se adaptam às características de cada meio de comunicação. Em alguns casos, manifesta-se de maneira mais explícita; em outros, assume formas mais sutis, ainda que igualmente eficazes na produção de impacto emocional. A mídia contemporânea evidencia que o sensacionalismo varia conforme o formato, o público-alvo, os interesses editoriais e as limitações técnicas de cada veículo, assumindo feições diferentes no jornalismo impresso, nos programas televisivos, nas plataformas digitais ou nas redes sociais. Compreender suas múltiplas expressões é fundamental para analisar como diferentes linguagens constroem narrativas e efeitos de sentido específicos, sobretudo quando o tema envolve regiões historicamente estigmatizadas, como o Nordeste.

Embora o jornalismo sensacionalista impresso e o sensacionalismo televisivo compartilhem o mesmo objetivo central, atrair audiência por meio do choque, da emoção e do impacto imediato, ambos atuam com recursos, linguagens e limitações técnicas distintas. No jornalismo impresso, o exagero se constrói sobretudo por meio da palavra escrita e da imagem estática: títulos garrafais, adjetivações intensificadas, descrições minuciosas, manchetes alarmantes e fotografias muitas vezes sangrentas ou perturbadoras. O impacto é criado pelo

¹⁸ Neste trabalho utiliza-se o conceito de *estigma* conforme desenvolvido por Erving Goffman (2004), entendido não como um atributo negativo em si mesmo, mas como uma marca social produzida na relação entre indivíduos e grupos. Para o autor, trata-se de um “atributo profundamente depreciativo”, cujo sentido depende do contexto relacional que o transforma em sinal de desvalorização. Assim, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman, 2004, p. 6). Nessa perspectiva, o estigma não reside na característica em si, mas no enquadramento social que a converte em marca de inferiorização – dinâmica particularmente relevante para compreender a construção midiática de identidades regionais e sociais.

contraste visual do texto, pelo uso gráfico do espaço e por escolhas linguísticas que dramatizam os fatos. O impresso oferece ao leitor um ritmo de leitura próprio, permitindo reler, pausar ou descartar informações, o que faz com que o sensacionalismo opere por meio da repetição de estereótipos e da força do discurso escrito para fixar determinadas imagens sociais.

Já no telejornalismo, o sensacionalismo assume outra configuração, muito mais dependente da performance audiovisual. Vídeos, sons, trilhas dramáticas, depoimentos emocionantes, enquadramentos estratégicos, edição acelerada e a própria presença do repórter como narrador-testemunha criam uma dimensão espetacular que intensifica a capacidade de afetar o telespectador. A televisão trabalha com a urgência e com o tempo reduzido, exigindo narrativas rápidas e altamente impactantes, que priorizam a imagem e o som como motores de sentido. O consumo também é distinto: enquanto o impresso permite leitura individual e pausada, o audiovisual entrega uma experiência imediata e coletiva, desenhada para capturar atenção e emocionar antes mesmo da compreensão racional do conteúdo. Diante dessas diferenças estruturais, torna-se fundamental recorrer a autora Márcia Franz Amaral (2005), que ajuda a compreender o funcionamento e os mecanismos próprios do jornalismo popular, oferecendo um arcabouço teórico capaz de explicar como essas estratégias sensacionalistas, embora diversas, se articulam para produzir efeitos de dramatização, exagero e simplificação dos fenômenos sociais.

Embora o termo “sensacionalismo” seja amplamente utilizado para criticar determinados modos de produzir notícia, é essencial reconhecer que essa prática não ocorre de forma uniforme nem pode ser reduzida a um rótulo simplista. Cada veículo adota estilos narrativos próprios e mobiliza estratégias específicas para provocar emoção, captar atenção ou enfatizar determinados acontecimentos. O sensacionalismo não pode ser entendido como uma categoria única e fixa, mas como um conjunto variado de procedimentos que surgem e se transformam conforme as demandas do mercado, as expectativas do público e as possibilidades técnicas de cada meio. É nessa perspectiva que se insere a reflexão de Amaral (2005, p. 2):

Entendemos que o sensacionalismo é historicamente recorrente e manifesta-se em vários graus e de diversas maneiras, por isso não devemos tratar do fenômeno *in totum*. Rotular um jornal de sensacionalista é enfatizar, de uma maneira geral, que ele se dedica a provocar sensações, prática hoje generalizada.

Essa observação amplia a discussão ao evidenciar que o sensacionalismo não é um desvio isolado, mas um componente estrutural da lógica midiática, incorporado às rotinas e aos modos de ver e narrar a realidade. Amaral (2005) nos permite compreender que a reportagem

da Rede *Record* não se diferencia apenas pelo conteúdo exibido, mas principalmente pelo modo como esse conteúdo é estruturado para mobilizar emoções e reforçar determinadas interpretações sociais. Em vez de tratar o sensacionalismo como característica exclusiva de veículos populares ou programas “de baixa qualidade”, a autora sugere que ele está disseminado na própria cultura jornalística, sendo acionado sempre que há interesse em intensificar a percepção do espectador sobre um problema. No caso de Alagoinha do Piauí, a matéria não apenas utiliza recursos sensacionalistas, mas os articula de forma sistemática para produzir um efeito de urgência e escândalo em torno do analfabetismo no município.

Ao destacar que o sensacionalismo se manifesta em “vários graus”, Amaral (2005) chama atenção para o fato de que nem toda reportagem que apela à emoção o faz de maneira irresponsável. O problema, portanto, não está na emoção em si, mas na ausência de contextualização crítica, na seleção enviesada de imagens e na escolha de narrativas que reforçam estereótipos e desigualdades históricas. A reportagem analisada se insere nesse contexto ao mobilizar imagens de sofrimento e abandono sem apresentar elementos estruturais que expliquem a formação social, política e econômica do problema, contribuindo para a manutenção de uma visão reducionista do Nordeste. Sendo assim,

Muitas vezes, ao taxarmos um jornal ou programa de sensacionalista, também revelamos uma noção equivocada da atividade jornalística, uma visão problemática dos aspectos culturais que a envolvem e uma compreensão simplista que reduz os jornais e programas populares à manipulação, degradação ou interesse comercial (Amaral, 2005, p. 2).

A passagem acima amplia ainda mais a crítica ao demonstrar que classificar determinada reportagem como sensacionalista não pode servir de justificativa para deslegitimar automaticamente todo o trabalho jornalístico. A autora alerta para o risco de uma leitura reducionista que coloca os veículos midiáticos em uma posição de vilões unilaterais, ignorando que o sensacionalismo também é fruto de expectativas culturais, disputas de audiência, tradições narrativas e padrões de consumo do próprio público. No caso da Rede *Record*, não se trata apenas de manipular informações, mas de responder a um modelo de televisão que privilegia impacto, velocidade e dramatização, aspectos que atravessam o campo jornalístico como um todo.

Ao aplicar essa reflexão à análise da matéria sobre Alagoinha do Piauí, percebe-se que o problema não está apenas na escolha estética da reportagem, mas no alinhamento dessa estética com uma longa tradição de narrativas que associam o Nordeste à carência, ao atraso e ao sofrimento. A reportagem mobiliza elementos sensacionalistas não porque se distancie da

prática jornalística, mas porque atua dentro de uma lógica que historicamente legitima certas representações regionais em detrimento de outras. Compreender o sensacionalismo nesse contexto exige olhar para além da superfície das imagens e reconhecer como a mídia, enquanto instituição cultural, negocia sentidos e produz realidades que repercutem diretamente na forma como regiões como o Nordeste são percebidas nacionalmente.

A entendimento do sensacionalismo exige examinar como certas técnicas narrativas passam a organizar a própria lógica da produção jornalística, moldando enquadramentos, ritmos e efeitos de sentido. Ao problematizar a lógica interna que sustenta o sensacionalismo, Amaral (2005) enfatiza que ele não se reduz apenas ao uso do exagero ou da emoção, mas corresponde a um modo de organizar o discurso que privilegia determinados efeitos sobre o espectador. A autora, ao se apropriar dos estudos de Rosa Nívea Pedroso (2001) acerca da imprensa sensacionalista, destaca que

Entre as regras definidoras da prática ou do modo sensacionalista de produção do discurso de informação estão a intensificação, o exagero e a heterogeneidade gráfica; a valorização da emoção em detrimento da informação; a exploração do extraordinário e do vulgar; a valorização de conteúdos ou temáticas isoladas e sem contextualização; a produção discursiva na perspectiva trágica, erótica, violenta, ridícula, insólita, grotesca ou fantástica; a gramática discursiva fundamentada no desnivelamento sócio econômico-cultural entre as classes hegemônicas e subalternas, entre outras (Pedroso, 2001 *apud* Amaral, 2005, p. 5).

A enumeração apresentada por Pedroso (2001), retomada por Amaral (2005), evidencia que o sensacionalismo atua como uma gramática específica de construção do real, sustentada por escolhas que ampliam a dramaticidade, recortam a complexidade e intensificam aspectos emocionais em detrimento da contextualização. Trata-se de um modo de narrar que funciona “por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação e construção do real social” (Pedroso, 2001 *apud* Amaral, 2005, p. 5). No caso da reportagem sobre Alagoinha do Piauí, é possível identificar vários desses procedimentos: a repetição de imagens de miséria, a ausência de explicações históricas, o uso de exagero na narração, a música de tensão, a ênfase no extraordinário, tudo isso cria uma atmosfera que não só informa, mas produz um clima emocional que atua sobre o espectador. Esses mecanismos não são aplicados de forma aleatória, mas fazem parte de uma lógica de edição que busca transformar fatos cotidianos em narrativas dramáticas capazes de provocar choque e captar audiência.

Ao tratar a situação como um escândalo isolado, deslocado de suas condições estruturais – políticas educacionais, desigualdades históricas, abandono estatal – a reportagem reforça a ideia de que o problema é próprio da cultura local, do sertão, do Nordeste. A gramática sensacionalista contribui para reforçar fronteiras simbólicas entre o Nordeste e o restante do país, construindo um retrato que desumaniza os sujeitos retratados e os transforma em personagens de uma narrativa trágica e estereotipada. Incorporar a leitura de Amaral (2005) e Pedroso (2001) permite compreender que a reportagem não apenas exibiu fatos, mas operou um conjunto específico de estratégias discursivas para moldar a percepção do telespectador, reforçando sentidos já naturalizados sobre a região.

A utilização de imagens, vídeos e declarações marcantes e exageradas, durante a transmissão da matéria jornalística televisiva, contribui significativamente para atrair a atenção do público e despertar suas emoções, gerando maior envolvimento com o conteúdo mostrado. O sensacionalismo em matérias televisivas – como visto no *Repórter Record Investigação* – torna-se uma estratégia comum adotada por muitos telejornais para aumentar a audiência durante suas transmissões, indo de encontro aos estudos de José Cristian Góis (2014, p. 38) que defende que “[...] o perfil sensacionalista de alguns produtos da imprensa mantém uma lógica central desse formato: a prioridade de seleção e narração verbo-visual exagerada de acontecimentos aberrantes”. Quem de fora do município de Alagoinha assistisse ao exibido, acreditaria no roteiro montado e construído com o auxílio das imagens e vídeos idos ao ar, já que um dos intuitos é vender a notícia para o seu público.

Os discursos midiáticos não apenas informam sobre determinados territórios, mas produzem sentidos sobre eles. No caso de cidades situadas no Nordeste brasileiro, é recorrente a mobilização de enquadramentos que enfatizam carências e dramaticidades, construindo imagens marcadas pela repetição de estigmas. Ao privilegiar elementos capazes de provocar choque e indignação, parte da cobertura jornalística aproxima-se do sensacionalismo, entendido por Góis (2014, p. 34) como uma prática noticiosa centrada na seleção e repetição de recursos narrativos e imagéticos dramáticos, voltados à produção de impacto emocional na audiência.

É no jornalismo popular que o sensacionalismo fica mais evidente, justamente pelo apelo emocional, exagero dramático e priorização de conteúdos que impactem de forma imediata o telespectador. Esse tipo de jornalismo, ao buscar proximidade com o público, frequentemente recorre a estratégias de intensificação narrativa e visual, enfatizando acontecimentos que fogem à normalidade e explorando elementos de choque. Em vez de apresentar os fatos de maneira contextualizada, o jornalismo popular tende a construir narrativas que reforçam estereótipos e simplificações, assumindo como eixo central a emoção

em detrimento da análise crítica. Ao analisar a reportagem da Rede *Record*, torna-se evidente que sua estética e sua lógica discursiva alinham-se a esse modelo, privilegiando o sensacionalismo como forma de atrair e manter a audiência. Amaral (2005, p. 3), discorre que

Muitas críticas aos exageros e às distorções da imprensa popular, pertinentes do ponto de vista ético, caem no outro extremo de imaginar possível uma notícia límpida que faça os fatos transparecerem tal como aconteceram. Ora, as notícias não emergem naturalmente do mundo real para o papel, não são simplesmente o reflexo do que acontece. São redigidas a partir de formas narrativas, pautadas por símbolos, estereótipos, frases feitas, metáforas e imagens.

A reportagem da *Record* não apenas distorce ou exagera determinados fatos, mas atua dentro de uma lógica narrativa própria, na qual símbolos, metáforas e imagens já cristalizados sobre o Nordeste são mobilizados como recursos estruturantes da notícia. Ao reconhecer que nenhuma produção jornalística é neutra ou direta, a autora evidencia que o jornalismo popular assume, com ainda mais força, a construção de narrativas que se aproximam do melodrama e do grotesco. Conforme afirma Amaral (2005, p. 3), “o discurso informativo pode se inspirar em determinadas formas narrativas e, no segmento popular, formas narrativas com características melodramáticas, grotescas e folhetinescas são mais comuns”, o que se torna plenamente visível na cobertura do *Repórter Record Investigação*. A matéria sobre Alagoinha do Piauí utiliza trilhas sonoras tensas, cortes rápidos, enquadramentos dramáticos e descrições impactantes não apenas para informar o público, mas para afetá-lo e capturá-lo emocionalmente, reforçando uma leitura maniqueísta dos fatos e intensificando a sensação de escândalo.

O recurso a essas formas narrativas do jornalismo popular faz com que a reportagem reduza a complexidade dos fenômenos investigados – o analfabetismo e a corrupção no PBA – a um enredo melodramático, no qual personagens são apresentados como vítimas absolutas e a região aparece como cenário de uma tragédia anunciada. A escolha estética de reforçar contrastes, enfatizar situações extremas e reiterar imagens de miséria contribui para construir uma representação uniforme e estigmatizada do Nordeste. Essa prática não apenas molda a percepção do telespectador, mas também interfere no modo como os sujeitos retratados são compreendidos socialmente, reforçando uma fronteira simbólica entre “o Nordeste pobre e atrasado” e “o Brasil moderno”.

Ao observar o funcionamento do jornalismo popular, torna-se evidente que o sensacionalismo não se limita ao exagero explícito ou ao uso de imagens chocantes. Ele pode assumir formas mais sutis, que se manifestam por meio de estratégias narrativas voltadas à aproximação com o público, muitas vezes operando na fronteira entre informação e

entretenimento. A ênfase em histórias individuais, a dramatização de situações cotidianas e a valorização de personagens comuns funcionam como mecanismos para criar identificação emocional com o espectador. No caso da reportagem sobre Alagoinha do Piauí, percebe-se nitidamente esse movimento: a matéria não apenas denuncia um problema social, mas constrói um roteiro dramático que transforma os sujeitos em protagonistas de uma tragédia, reforçando vínculos afetivos que garantem a participação emocional da audiência. Amaral (2005, p. 4-5), destaca que

Muitos produtos jornalísticos populares contornam o estilo “espreme que sai sangue”, e usam outros recursos para conectarem-se com o público popular como o entretenimento, o assistencialismo, o denunciismo, a prestação de serviços e a superexposição das pessoas comuns e das celebridades.

O jornalismo popular não se limita à exploração da violência explícita; ele se organiza por diferentes estratégias narrativas que convertem a notícia em espetáculo. A matéria da Rede *Record* ilustra precisamente essa lógica ao mobilizar elementos de denunciismo, superexposição de sujeitos vulneráveis e dramatização emocional das cenas captadas. A narrativa, ao personalizar os casos de analfabetismo e convertê-los em histórias de sofrimento individual, desloca a discussão das estruturas sociais responsáveis pelo problema para um campo emocional, no qual o telespectador é convidado a sentir mais do que compreender. Essa estratégia reforça a dimensão performática do jornalismo sensacionalista, aproximando-o do entretenimento e afastando-o de uma abordagem crítica e contextualizada dos fatos. Nesse caso,

É evidente que tudo o que é de interesse jornalístico é também de interesse humano, já que ao jornalismo cabe dar conta da realidade pública. Entretanto, nem tudo que é de interesse humano necessariamente toma a forma de interesse público. Muitas vezes, o segmento popular da grande imprensa enfatiza matérias de interesse humano que, ao serem personalizadas e descontextualizadas, assumem a função de entretenimento e espetacularização (Amaral, 2005, p. 8-9).

A transformação de temas de “interesse humano” em produtos de entretenimento ajuda a compreender a abordagem adotada na matéria sobre Alagoinha do Piauí. Ao converter o analfabetismo em uma narrativa dramática individualizada – exibindo rostos, depoimentos fragmentados e ambientes de pobreza – a reportagem despolitiza o fenômeno e o desloca para o plano do espetáculo. Os sujeitos retratados deixam de ser compreendidos como cidadãos afetados por políticas públicas insuficientes e passam a figurar como personagens de uma história trágica, convocando sentimentos de pena, indignação ou choque. O jornalismo popular se distancia do interesse público, que exige contextualização, análise histórica e compreensão

estrutural, e se aproxima do interesse emocional imediato, reforçando estigmas e contribuindo para a manutenção de narrativas reducionistas sobre o Nordeste.

Ao reconhecer que a reportagem atua dentro dessa lógica de personalização e espetacularização, torna-se possível compreender com maior clareza como a mídia contribui para a construção de representações estigmatizadas e homogêneas sobre Alagoinha do Piauí e o Nordeste como um todo. A escolha de focar em indivíduos isolados, de filmar seus rostos, de enfatizar suas falas mais emocionais e de associá-las a imagens de seca, pobreza e abandono, reforça uma narrativa que transforma problemas estruturais em dramas pessoais. O jornalismo popular, ao privilegiar esse tipo de abordagem, não apenas molda o olhar do público, mas fabrica sentidos sobre a região, consolidando fronteiras simbólicas e reproduzindo desigualdades históricas a partir de imagens e discursos que parecem naturais, mas são profundamente construídos.

As narrativas midiáticas de caráter sensacionalista buscam apresentar uma visão uniforme e tratada como verdade absoluta, intensificando e exagerando a forma de expressão, seja na linguagem, na semântica ou no discurso. Utilizam-se de estratégias que capturam a atenção do público, combinando oralidade e imagens para criar uma linguagem audiovisual por meio de narrativas ilustrativas. Nesse sentido, “[...] o sensacionalismo é um formato historicamente presente no jornalismo, acessível aos meios e que pode ser analisado sob quatro perspectivas: conteúdo, narrativa, estética/suporte e condição mercadológica” (Góes, 2014, p. 12).

Os jornais que utilizam o sensacionalismo em suas produções procuram fixar no imaginário dos espectadores uma percepção de realidade como se fosse incontestável, despertando o interesse pelo conteúdo transmitido. Nesse caso,

[...] pode-se encontrar a cobertura sensacionalista, em menor ou maior grau, com maior ou menor tom, também na considerada imprensa de referência. Há casos dramáticos e de impacto, que em razão do exagero e dos contornos na cobertura cotidiana, migraram em vários momentos para o sensacionalismo [...] (Góes, 2014, p. 12).

Com base na análise do autor, pode-se concluir que o sensacionalismo não é exclusivo da mídia de menor prestígio, mas também permeia veículos de comunicação considerados de referência. Mesmo veículos renomados, em determinadas circunstâncias, podem recorrer ao exagero e à dramatização em suas coberturas, imprimindo um tom sensacionalista a eventos de grande impacto. Através de imagens, vídeos e discursos veiculados em rede nacional, os telespectadores passam a possuir uma percepção de “verdades” sobre esse espaço. Contudo, é

importante ressaltar que essas “verdades” apresentadas na reportagem são construções desenvolvidas ao longo do tempo e não exclusivas da cidade ou do cenário nordestino, podendo ser encontradas em outras regiões e municípios brasileiros. Durante a transmissão, não houve um esforço em evidenciar a diversidade existente, mas sim em destacar aspectos que poderiam causar choque ao público.

A cobertura sensacionalista não se limita à escolha de determinados temas ou acontecimentos, mas se estrutura a partir de formas narrativas específicas que orientam a construção da notícia e a relação com o público. Trata-se de um modelo de comunicação que privilegia o impacto imediato, recorrendo a recursos expressivos capazes de despertar emoções intensas e provocar identificação ou indignação no espectador. A linguagem utilizada tende a se afastar do registro informativo tradicional, aproximando-se de uma oralidade marcada por exageros e simplificações, enquanto as imagens assumem papel central na produção de sentidos, funcionando como elemento-chave para reforçar a dramaticidade da narrativa e intensificar o apelo sensorial da cobertura.

A compreensão do sensacionalismo como prática construída historicamente permite identificar que suas raízes estão associadas a determinados formatos narrativos e editoriais que exploram intensamente o impacto emocional. Em seus estudos sobre jornalismo popular, Natália Martins Flores e Ada Cristina Machado da Silveira (2010) revelam como, ao longo do tempo, determinados veículos passaram a adotar estratégias específicas para atrair o público, sobretudo por meio da exploração de temas policiais, linguagem marcada pela informalidade e forte apelo visual. Esses elementos, organizados dentro de uma lógica melodramática, constituem uma base expressiva reconhecida na formação de um estilo sensacionalista que, embora tenha se transformado, ainda influencia a produção jornalística contemporânea. Portanto,

O sensacionalismo, então, se relacionava aos veículos que se dedicavam a provocar sensações por meio da valorização da cobertura policial e a utilização de fotos chocantes, fontes e cores chamativas e uma linguagem composta por palavras chulas e gírias, elementos que caracterizariam a matriz melodramática (Flores; Silveira, 2010, p. 149).

Ao analisar tal caracterização, percebe-se que muitos dos mecanismos descritos por Flores e Silveira (2010) encontram ressonância nas estratégias utilizadas pela reportagem da Rede *Record* sobre Alagoinha do Piauí. Embora não se trate de um jornal impresso policial ou de um produto estritamente popular, a matéria mobiliza elementos exclusivos dessa matriz melodramática, como a ênfase no extraordinário, a seleção de imagens chocantes, a

dramatização da narrativa e o uso de linguagem marcada por intensidade emocional. A reportagem adapta esses recursos ao formato televisivo, explorando trilhas sonoras tensas, enquadramentos que acentuam a vulnerabilidade dos personagens e falas que buscam produzir comoção imediata.

Na reportagem em análise, não se percebe um esforço por parte do veículo de comunicação em representar a complexidade e a diversidade social, cultural e econômica existente no município de Alagoinha do Piauí. Ao contrário, observa-se uma insistência na exposição de aspectos que reforçam o estigma da miséria, da precariedade e da falta de desenvolvimento, como forma de capturar a atenção do público. Essa estratégia está diretamente alinhada com o que afirma Albuquerque Jr. (2011, p. 312), ao destacar que “importa pouco a diversidade da realidade nordestina e todas as nuances, o que interessa são aquelas imagens e temas que permitam tomar este espaço como aquele que mais choca, aquele capaz de revelar nossas mazelas e, ao mesmo tempo, indicar a saída correta para elas”. A reportagem não busca retratar o Nordeste como um território plural, mas sim como um espaço homogêneo, marcado por carências extremas que exigem intervenções externas. Esse processo de dramatização acaba por desconsiderar as resistências locais, as estratégias de sobrevivência e as experiências singulares que também compõem a realidade da região, produzindo um discurso que reforça estereótipos históricos.

O que se observa, portanto, é que a matéria veiculada não tem como foco principal a análise aprofundada dos fatores históricos, sociais e educacionais que envolvem o analfabetismo em Alagoinha do Piauí, mas sim a construção de um roteiro emocionalmente carregado, voltado à venda da notícia como produto de consumo midiático. A combinação entre a força das imagens e a narrativa cria um efeito de verdade que tende a ser aceito sem questionamento pelo público externo ao contexto retratado. Espectadores que desconhecem a realidade local são levados a interpretar o conteúdo como representação fiel da totalidade, o que reforça estigmas regionais e contribui para a cristalização de uma imagem negativa do município e, por extensão, do Nordeste.

A visão que foi vendida pela Rede *Record* em rede nacional acerca do Nordeste faz parte de uma construção histórica engessada e aceita como uma verdade absoluta. Antes mesmo da sua invenção no plano discursivo e político não existia uma identidade bem delimitada até mesmo sobre a ideia de Norte. O Nordeste será criado por meio de uma disputa segmentada entre Norte e Sul, isto é, uma disputa ideológica por meio de discursos e imagens que passam a caracterizar o espaço que daria a sua origem. Carrega consigo representações e estereotipações consolidadas acerca do espaço que cederá lugar a Região Nordeste. Albuquerque Jr. (2011, p.

81), nos apresenta que “o Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área”.

Compreende-se que a reportagem da Rede *Record* se insere em uma longa tradição de construção do Nordeste, na qual a seca ocupa papel central como elemento organizador de discursos que reiteram a inferiorização da região. Como aponta Albuquerque Jr. (2011), o Nordeste é uma invenção discursiva forjada a partir de eventos como a grande seca de 1877, que desencadeou uma série de representações associando a região à miséria, à fome e à incapacidade de superação de seus problemas. A matéria televisiva, ao reproduzir imagens da terra árida, da escassez de recursos e da população empobrecida, sem oferecer uma contextualização, colabora diretamente para a perpetuação desse imaginário.

O que se observa, portanto, é a continuidade de uma prática discursiva que transforma a seca – fenômeno natural e recorrente, mas também historicamente negligenciado pelas políticas públicas – em marcador identitário de uma região construída como problema nacional. A reportagem não apenas se vale dessas imagens para comover, mas também reafirma a ideia de que o Nordeste é, por natureza, um espaço de sofrimento, reforçando assim fronteiras que opõem um Brasil moderno e desenvolvido a um outro Brasil, atrasado e carente, constantemente exposto ao olhar assistencialista e exótico da mídia.

A narrativa construída pela reportagem da Rede *Record* dialoga diretamente com esse processo histórico de transformação da seca em marcador social, político e emocional do Nordeste. Ao insistir em imagens de terra seca, pobreza extrema e abandono, a matéria reforça a noção de que a estiagem não é apenas um fenômeno climático, mas a lente pela qual toda a vida nordestina deve ser interpretada. Essa leitura ignora a diversidade do semiárido, os avanços locais e as múltiplas formas de convivência com o clima, optando por uma estética que reduz a região a um espaço de calamidade permanente. A própria noção de seca deixa de ser tratada como evento natural complexo e passa a ser sinônimo de sofrimento, fome e inviabilidade social, exatamente a chave histórica que moldou a percepção nacional sobre o Nordeste. Desse modo, a historiadora Kátia de Araújo Silva (2025, p. 127), discorre que

[...] a seca de 1877-1879 transformou não somente a paisagem rural e urbana, mas a sociedade piauiense. A partir de então, a seca não simbolizou apenas o chão rachado, animais mortos, vegetação e rios secos, mas sobretudo, os problemas sociais que ela ocasionou como a fome, migração, mortes e miséria.

Ao retomar essa interpretação, percebe-se que a reportagem atualiza e reforça sentidos que vêm sendo repetidos há quase um século e meio, reforçando no imaginário nacional a associação entre seca e incapacidade estrutural. A seleção de imagens que remete à fome, à migração e à precariedade ecoa justamente os significados atribuídos historicamente à estiagem de 1877, apresentados por Silva (2025) como marco central na construção da identidade social do Nordeste. Em vez de problematizar a permanência da vulnerabilidade como resultado de políticas públicas insuficientes ou de desigualdades históricas, a reportagem reitera a visão de um sertão imóvel, preso ao passado e incapaz de se reinventar. Perpetua-se um enquadramento que, ao invés de ampliar a compreensão sobre o território, reforça estigmas que continuam alimentando a leitura do Nordeste como região fadada à carência e ao sofrimento, demonstrando como a mídia segue atualizando velhas narrativas sob novas formas audiovisuais.

Quando tiveram a ideia da construção de uma identidade para o Brasil, vários discursos passaram a ser construídos no plano discursivo por meio dos regionalistas, aqueles encarregados por escrever de forma que refletisse e/ou representasse os diversos espaços que compunham o país. A partir desse momento, haverá diversos discursos que procurariam observar o Brasil em toda a sua complexidade, e isso seria por intermédio de regionalistas de diferentes áreas do país, a exemplo do Norte e Sul, que começariam a analisar o seu próprio espaço, mostrando características que os diferenciavam, diagnosticando e promovendo um distanciamento entre as áreas do país.

O regionalismo difundido entre Norte e Sul contribuiu para cristalizar uma visão hierarquizada do território brasileiro, na qual o Nordeste passou a ser construído discursivamente como espaço inferior, atrasado e marcado por características tidas como negativas. Elementos como clima, vegetação, hábitos culturais, modos de vida e até a composição racial foram mobilizados para explicar, de forma determinista, a suposta incapacidade da região de se desenvolver. Esse olhar estigmatizante antecede inclusive a própria invenção do Nordeste como categoria política e identitária, pois já no período em que se falava no “Norte”, consolidava-se a percepção de que seus problemas seriam resultado direto de suas condições naturais.

Como aponta Silva (2025, p. 57), “a região norte passava constantemente por secas periódicas e, como os problemas estruturais não eram resolvidos, a província continuou a enfrentar não somente um problema climático, mas também social”. Ao mesmo tempo, o Sul foi gradualmente associado ao progresso, à modernidade e ao padrão civilizatório desejável, tornando-se símbolo de superioridade dentro desse discurso. Tudo o que se distanciava do modelo sulista era imediatamente interpretado como sinal de atraso, estranhamento ou

bizarrice, alimentando um imaginário nacional que reduzia a complexidade do Nordeste à sua condição ambiental e às adversidades históricas enfrentadas por suas populações.

O Nordeste passa a ser representado não por sua diversidade cultural, histórica ou social, mas por uma seleção de elementos que serviriam para justificar sua suposta inferioridade frente ao modelo hegemônico construído a partir do Sul e Sudeste do país. A produção desse imaginário desigual foi sendo consolidada por meio de discursos políticos, científicos, literários e, mais recentemente, midiáticos, que reiteram estereótipos de atraso, miséria e dependência.

A reportagem analisada não constitui apenas um produto midiático isolado, mas integra um processo histórico mais amplo de construção discursiva das identidades regionais. A forma como o Nordeste é narrado e exibido dialoga com um legado regionalista que o consolidou como espaço de carência, atraso e exotismo. Em vez de promover uma compreensão mais complexa das desigualdades sociais – como o analfabetismo –, a matéria reforça estereótipos herdados e os apresenta como verdades, esvaziando a historicidade dessas problemáticas e desconsiderando fatores estruturais, como a concentração fundiária e o descaso das políticas públicas. Ao privilegiar o sofrimento e a carência, apaga ainda dimensões como resistência, criatividade e diversidade cultural. Os meios de comunicação, sobretudo quando orientados por uma lógica sensacionalista, não apenas informam, mas produzem sentidos sobre o território e seus sujeitos, atuando na manutenção de desigualdades com implicações políticas, econômicas e sociais.

É por meio de tais atribuições e imposições aceitas e difundidas sobre este espaço ao qual Alagoinha do Piauí está inserida – localizada no Estado do Piauí e na Região Nordeste –, que a reportagem se apropriou para construir uma narrativa que pudesse ser vendida e aceita pelos consumidores de informações. A partir da reprodução cinematográfica em volta da seca e da falta de oportunidade presente naquele lugar, a história da cidade mais analfabeta do país começava a ser construída. Mostrando escolas fechadas, vegetação seca, estradas de difícil acesso e a corrupção que acontecia no programa Brasil Alfabetizado e no Mais Viver – que tinham a finalidade de alfabetizar jovens e adultos –, mas em virtude das fraudes que aconteciam na execução, o dinheiro que deveria ser utilizado era desviado por parte dos integrantes.

Na Figura 15, observa-se a captura de tela de um vídeo exibido durante a reportagem, em que são projetadas imagens de crianças brincando em um terreno enquanto correm atrás de galinhas. Essa cena, embora à primeira vista possa parecer espontânea, carrega uma intencionalidade significativa dentro da narrativa construída pela matéria. A escolha por exibir esse tipo de imagem reforça a representação de uma vida simples, marcada por elementos

considerados rústicos, o que, no contexto da reportagem, contribui para a construção de um imaginário social que associa a população local à precariedade e ao atraso.

Figura 15 – Crianças brincando em Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 15min.25seg. a 15min.31seg.

A brincadeira das crianças, em um espaço desprovido de infraestrutura, é enquadrada como evidência de um modo de vida que mesmo sendo na cidade foge aos padrões urbanos e modernos, sendo utilizada, assim, para reafirmar a exclusão e o abandono social da comunidade retratada. Trata-se de uma estratégia visual que não apenas mostra uma realidade, mas a interpreta e a direciona a partir de um recorte específico, reforçando estereótipos culturais sobre o sertão nordestino e seus habitantes.

A emissora da Rede *Record* em seu programa *Reporter Record Investigação* foi utilizando de imagens e vídeos que pudessem vender a sua notícia, atestando que esta cidade da Região Nordeste e do Estado do Piauí vivia uma realidade a parte dos outros lugares; como se a população fosse predominante pobre e analfabeta em virtude da sua localização e do desprezo do poder público municipal. A exemplo da Figura 15, se pararmos para analisá-la, revela intenções por trás da reportagem, especialmente ao mostrar um vídeo de crianças brincando em condições adversas. Apresentar a pobreza e a simplicidade de uma cidade e de seu povo leva o telespectador a enxergar essa realidade como única e incontestável.

Para além da narrativa construída pela reportagem, é necessário considerar alguns indicadores socioeconômicos e educacionais do município, a fim de situar essa representação em um contexto mais amplo. De acordo com o IBGE (2010), o município de Alagoinha do

Piauí apresentava um PIB per capita de R\$ 3.378 e um PIB total de cerca de R\$ 24,8 milhões, evidenciando condições econômicas bastante modestas naquele ano. No setor agrícola, especialmente por meio da cajucultura – que, à época da reportagem, constituía a principal fonte de renda do município –, Alagoinha do Piauí destacava-se na produção regional. Conforme dados do IBGE (2010) relativos à produção agrícola municipal, referentes aos anos de 2009 e 2010, o município alcançou o maior volume de castanha de caju de sua série histórica, com 2.860 toneladas anuais. A produção foi cultivada em uma área de 7.150 hectares, apresentando rendimento médio de 400 quilos por hectare e gerando um valor bruto estimado em R\$ 2.288.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais).

Em termos educacionais, à época da reportagem, segundo dados do IBGE (2010), a taxa de alfabetização entre crianças de 6 a 14 anos era de 93,6%, enquanto 44% da população era considerada analfabeta. Atualmente, de acordo com o IBGE (2022), 95,81% da população nessa mesma faixa etária encontra-se alfabetizada, e a taxa de analfabetismo no município é de 33,6%.

No que se refere ao IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2011 a meta projetada era de 3,7, tendo o município alcançado o índice de 3,5. Em 2013, o distanciamento em relação à meta tornou-se ainda mais expressivo: diante de um índice projetado de 3,9, o resultado obtido foi de 3,2. Em 2014, período da exibição da reportagem da Rede *Record*, não houve divulgação de dados pelo INEP. Já em 2015, a meta projetada era de 4,2, sendo alcançado o índice de 4,6. Atualmente, a meta projetada foi de 5,1, tendo o município atingido 5,3.

Quanto aos Anos Finais do Ensino Fundamental, em 2011 o município superou a meta estabelecida de 2,9 ao alcançar o índice de 4,0. Em 2013, contudo, observa-se um recuo nos indicadores, pois, diante de uma meta projetada de 3,4, o resultado alcançado foi de 2,7. No ano de 2014 não foi divulgado os dados. Em 2015, o cenário voltou a se alterar positivamente, com o IDEB atingindo 4,0 e superando a meta projetada de 3,7. Em 2023, o índice alcançado foi de 5,7, ultrapassando o projetado de 4,5, o que sugere avanços consistentes nos resultados educacionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental, ao menos segundo os parâmetros mensurados pelo IDEB. Esses dados indicam um cenário mais complexo do que aquele sugerido pela reportagem, o que reforça a necessidade de analisar como a narrativa televisiva transforma situações específicas em explicações generalizantes.

No vídeo, a repórter Heleine Heringer comenta: “Vidas humildes e de muita batalha, por aqui as brincadeiras são sempre assim” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 15min.27seg. a 15min.31seg). A afirmação produz um efeito de generalização sobre as formas de lazer das crianças em Alagoinha do Piauí, ao sugerir que a cena apresentada pode ser tomada como representativa do cotidiano infantil no município. Uma situação específica é

convertida em possível síntese explicativa de uma realidade social mais ampla, reforçando uma leitura homogênea das experiências locais. A mídia adota uma abordagem sensacionalista ao tratar da pobreza de uma cidade do Nordeste, em consonância com uma tradição de enquadramentos que historicamente associam a região a imagens de carência e limitação. A questão, portanto, não reside na veracidade da cena exibida, mas na transformação desse fragmento em chave interpretativa da totalidade social.

Embora a reportagem apresente determinada cena como se fosse representativa das formas de lazer das crianças em Alagoinha do Piauí, outras experiências também compõem o cotidiano do município. Registros de diferentes espaços de convivência e recreação evidenciam a presença de alternativas de lazer frequentadas por moradores da cidade, tanto na zona urbana quanto em áreas próximas à zona rural. Entre esses locais encontram-se o Clube Recreativo Vale do Sol, a Chácara Recanto dos Sonhos, a Churrascaria e Pizzaria Cristóvão e a Quadra Poliesportiva da U. E. Jonas Nicolau da Rocha, espaços que oferecem atividades recreativas, esportivas e de socialização, frequentados por crianças, jovens e famílias da comunidade. A seguir, Figuras 16, 17, 18 e 19, apresentam-se, respectivamente, as imagens dos espaços mencionados anteriormente¹⁹.

Figuras 16, 17, 18 e 19 – Clube Recreativo Vale do Sol, Chácara Recanto dos Sonhos, Churrascaria e Pizzaria Cristóvão e a Quadra Poliesportiva U.E Jonas Nicolau da Rocha.



Fonte: Arquivo pessoal de José Clecionarton Teixeira (2019, 2020, 2021, 2026).

A presença desses espaços evidencia que as práticas de lazer no município não se restringem às situações apresentadas na reportagem, revelando uma realidade social mais

¹⁹ Os espaços mencionados, especialmente aqueles que dispõem de piscinas, apresentam fácil acesso à população, uma vez que são abertos ao público para momentos de lazer e recreação. Em alguns casos, o uso das piscinas pode implicar a cobrança de um valor simbólico. Além disso, esses locais podem ser alugados para eventos ou frequentados individualmente, mediante pagamento pelo consumo. A quadra poliesportiva, por sua vez, permanece aberta ao longo da semana, sendo utilizada livremente por crianças, adolescentes e demais moradores da cidade.

diversa do que aquela sugerida pela narrativa televisiva. Essa abordagem midiática não apenas simplifica a realidade local, mas também contribui para a perpetuação de estigmas históricos associados ao Nordeste e aos seus habitantes. Ao selecionar determinadas imagens e falas que enfatizam a pobreza e a simplicidade como características predominantes, a reportagem constrói um discurso que reforça a alteridade do sertanejo, representado como sujeito exótico, limitado e preso a um modo de vida básico. Essa narrativa ignora a complexidade social e cultural do município de Alagoinha do Piauí, desconsiderando, por exemplo, iniciativas locais de educação e cultura que poderiam oferecer uma representação mais equilibrada do espaço. A fala da repórter, ao afirmar com naturalidade que “as brincadeiras são sempre assim”, traduz uma postura que não busca compreender, mas confirmar uma imagem previamente concebida.

Após a exibição do vídeo que mostrava as duas crianças brincando em frente à residência onde moravam (visto na Figura 15), a repórter aparece sentada no chão, na calçada da casa, com um caderno e uma caneta em mãos, solicitando que uma das crianças escrevesse algumas palavras (Figura 20).

Figura 20 – Entrevista com crianças de Alagoinha do Piauí, exibida no *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7

11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 15min.32seg. a 15min.57seg.

Durante essa cena, a narração em *off*, feita pela própria jornalista, afirma: “O pequeno Carlos Daniel é um menino alegre. Gosta de correr e de estudar. Aos 6 anos, vai todos os dias para a escola. A alegria do pequeno garoto esconde uma triste história de família. Os avós são analfabetos. Os pais e o irmão também” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 15min.32seg. a 15min.57seg). Essa fala evidencia o uso de recursos narrativos carregados

de dramaticidade e sentimentalismo, característicos do jornalismo sensacionalista. A estrutura da narrativa promove uma alternância entre o destaque inicial das qualidades positivas da criança – alegria, disposição e gosto pelos estudos, e a rápida transição para um discurso de privação e tristeza, deslocando o foco do menino para a condição de sua família. O efeito desse recurso é claro: cria-se uma ruptura emocional que visa provocar comoção no espectador e reforçar estigmas associados à pobreza e ao analfabetismo.

Além da narrativa verbal, a imagem também desempenha papel central na construção desse cenário de carência. As cenas exibem elementos visuais que sugerem simplicidade e vulnerabilidade: as crianças são mostradas inicialmente correndo atrás de galinhas – atividade que, embora comum em contextos rurais, é apresentada de forma a acentuar a rusticidade da vida local – e, em seguida, são enquadradas sentadas em frente à casa, em uma posição que sugere passividade, com um dos meninos segurando uma galinha como se fosse um animal de estimação, roendo as unhas e apenas de cueca. Esses enquadramentos, aliados a mudança de entonação na voz, reforça a ideia de um lugar parado no tempo, carente de recursos, e marcado por uma população que vive à margem dos direitos básicos – sobretudo o direito à educação. A reportagem reafirma, visual e discursivamente, a imagem de Alagoinha do Piauí como um espaço de atraso, naturalizando desigualdades e produzindo um efeito de verdade a partir da seleção intencional de cenas que corroboram um discurso previamente construído.

Após a cena envolvendo as crianças, a repórter adentra o interior da residência, onde se encontrava a mãe, acompanhada de seu irmão, também identificado na reportagem como analfabeto (Figuras 21 e 22). Nesse momento, a narrativa jornalística desloca o foco do espaço externo para o ambiente doméstico, intensificando a exposição da intimidade familiar.

Figuras 21 e 22 – Entrevista com a mãe de crianças de Alagoinha do Piauí, exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 15min.58seg. a 16min.10seg.

A repórter inicia a interação com um questionamento direto: “A senhora sabe escrever Alagoinha?”. Diante da solicitação, a entrevistada escreve o nome do município e entrega o papel, sendo imediatamente corrigida pela jornalista, que afirma: “E, tá faltando um A, né? De ALAGOINHA!”, isso por ter escrito “Algoinha”. A correção é feita de forma pública e enfática, produzindo uma situação de constrangimento visível, evidenciada pela postura corporal da entrevistada, que baixa a cabeça e responde, de maneira hesitante: “[...] é mesmo, né? É que eu fico confusa... tem hora” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 15min.57seg. a 16min.10seg).

A cena prossegue com a repórter mantendo um olhar fixo e inquisitivo, aprofundando o enquadramento emocional ao perguntar: “A senhora tem horas, assim, que a senhora fala: “ai, gostaria de saber escrever melhor?”. A resposta da entrevistada: “Hunrum, gostaria...” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 15min.57seg. a 16min.10seg), é dada em tom baixo, acompanhada de gestos que expressam vergonha. Essa sequência revela o uso consciente de recursos narrativos que exploram a fragilidade do sujeito entrevistado, transformando a dificuldade de escrita em espetáculo midiático. Ao invés de contextualizar historicamente o analfabetismo ou problematizar as falhas estruturais das políticas públicas, a reportagem opta por personalizar o problema, individualizando a responsabilidade e reforçando uma imagem de incapacidade associada aos moradores do município. A cena não apenas informa, mas constrói uma narrativa marcada pelo apelo emocional, pela exposição da vulnerabilidade e pela reafirmação de estigmas sociais, elementos centrais da lógica sensacionalista que atravessa a reportagem.

A imagem construída pela reportagem não esgota a realidade educacional do município. Ao privilegiar a exposição da dificuldade individual, a narrativa silencia outros indicadores e trajetórias que tensionam a representação homogênea de Alagoinha do Piauí como “cidade dos analfabetos”. Dados oficiais do IBGE evidenciam um cenário mais complexo do que aquele apresentado pela reportagem. De acordo com os dados do IBGE (2010), o número de pessoas com ensino médio completo e ensino superior incompleto era de 523, enquanto aquelas com ensino superior completo somavam 136. Em 2010, o acesso ao ensino superior ainda não se mostrava tão ampliado, razão pela qual é pertinente trazer os dados do último Censo, realizado em 2022, que evidencia não apenas o ingresso no ensino superior, mas também de pessoas que passaram a integrar níveis mais elevados de formação, como mestrado, doutorado e pós-doutorado.

No Censo do IBGE (2022), registra-se que o total de pessoas com ensino médio completo e ensino superior incompleto passou para 752, enquanto aquelas com ensino superior completo alcançaram 413. Esse aumento pode estar relacionado às políticas públicas implementadas no período posterior a 2010, entre as quais se destaca a Lei nº 12.711 – Lei de Cotas –, sancionada em 29 de agosto de 2012, que instituiu a reserva de 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. Esses dados indicam não apenas o aumento do acesso ao ensino superior, mas também a consolidação de trajetórias acadêmicas que alcançam níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado, desafiando a imagem de estagnação educacional sugerida pela narrativa televisiva.

Para além dos indicadores quantitativos, é possível identificar trajetórias individuais que materializam essa expansão educacional. Como não foi possível identificar a quantidade de pessoas formadas nas respectivas áreas de formação, optou-se por afunilar a análise para aquelas que seguiram na pós-graduação. Citam-se Maria Lucimar da Rocha e Ana Geórgia Bezerra, ambas graduadas em História e mestras em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI; Maria Edwirges de Jesus Sá e José Clecionarton Teixeira são graduados em História e mestrando em História do Brasil pela mesma instituição. Matheus Osvaldo da Silva Luz é graduado em Nutrição e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade, ambos pela UFPI. Ambos os pesquisadores possuem capítulos publicados em livros, bem como artigos publicados em e-books e anais de eventos. A exemplo de Maria Lucimar, possui artigo publicado em revista científica.

Luzia Maria de Sousa Carvalho Policarpo é bacharela em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com estudos voltados para a Arqueologia das Práticas Mortuárias. É mestra em Bioarqueologia, na área de Arqueologia Pré-Histórica, também pela UFPI, e doutora em Bioarqueologia, na mesma área, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), tendo realizado intercâmbio universitário na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), no México. Jackellyny Dassy do Nascimento Carvalho é graduada em Matemática pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Concluiu o mestrado e o doutorado em Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo realizado doutorado-sanduíche na Université de Lorraine, na França. Tanto a Dra. Luzia Maria de Sousa Carvalho Policarpo quanto a Dra. Jackellyny Dassy do Nascimento Carvalho foram aprovadas no pós-doutorado.

Entre os autores com obras publicadas, destaca-se Maria Assunção da Rocha, autora de *Areia Branca: ontem e hoje*. A obra dialoga com a tradição da literatura de cordel e aborda

aspectos históricos relacionados ao processo de colonização, especialmente a chegada dos colonos às terras que viriam a constituir o município de Alagoinha do Piauí, articulando memória local e narrativa histórica (Sousa, W., 2019). Honorato Lima, Getúlio Brito e Samuel Nascimento são autores de *Apontamentos para Genealogia da Família Brito*, livro que reconstrói a trajetória da família na região, discutindo a chegada dos colonizadores, bem como costumes, práticas religiosas, formas de lazer e modos de vida que marcaram a formação sociocultural local (Sousa, I., 2019).

Também integra esse conjunto de produções a obra *Agruras do Sertão*, de Firmina Arrais, estruturada em contos e crônicas que retratam a vida do sertanejo, suas tradições, crenças, fé, carências e experiências de abandono (Sousa, 2022). As crônicas assumem caráter reflexivo, convidando o leitor a pensar sobre a realidade contemporânea e as consequências das ações humanas. Já Maria Fidélia da Rocha Brito publicou *A magia do 7*, livro composto por rimas, trovas e quadras, reunindo mais de 800 estrofes distribuídas em 140 páginas. A narrativa toma o número sete como protagonista, explorando-o a partir de dimensões como folclore, religião e conhecimentos gerais, evidenciando o universo simbólico e místico que permeia sua construção literária (Weide, 2022). A existência dessas trajetórias acadêmicas e produções literárias evidencia que Alagoinha do Piauí não pode ser reduzida a uma identidade marcada exclusivamente pelo analfabetismo. Ao contrário, trata-se de um espaço atravessado por disputas simbólicas, no qual coexistem vulnerabilidades estruturais e expressivas experiências de formação intelectual e produção cultural.

É precisamente essa complexidade que a reportagem desconsidera ao construir sua narrativa. A cena descrita acima evidencia uma estratégia recorrente do jornalismo sensacionalista, na qual a exposição da dificuldade individual é convertida em espetáculo, produzindo constrangimento público e reforçando estigmas sociais. Ao solicitar que a mãe escreva o nome do próprio município e, em seguida, corrigir publicamente o erro, a repórter desloca a situação do campo informativo para o da humilhação. O enquadramento da câmera, aliado ao tom inquisitivo das perguntas e à insistência sobre a suposta “confusão” da entrevistada, constrói uma narrativa que transforma o analfabetismo em falha pessoal, dissociando-o de suas determinações históricas, sociais e políticas. A postura corporal da mulher – cabeça baixa, voz hesitante e respostas curtas – não apenas revela desconforto, mas também funciona como elemento visual que intensifica a assimetria de poder entre repórter e entrevistada, reforçando a posição subalterna atribuída àquela personagem na narrativa televisiva.

A sequência de perguntas dirigidas à mãe das crianças evidencia o uso do apelo emocional como recurso narrativo, ao expor a vergonha e o desejo não realizado de alfabetização para comover o espectador. Ao questionar se ela “gostaria de saber escrever melhor”, a repórter não amplia o debate sobre as condições estruturais de acesso à educação, mas desloca o foco para uma dimensão individual do problema. Essa estratégia contribui para naturalizar o analfabetismo como traço associado a determinados sujeitos e territórios, especialmente no Nordeste, reforçando estereótipos historicamente construídos. A cena, assim, transforma a entrevistada em evidência visual de um discurso prévio, no qual pobreza e analfabetismo aparecem como características próprias da população local, apagando as complexas determinações sociais e políticas envolvidas.

Ao tratar especificamente do município de Alagoinha do Piauí, a reportagem amplia seu enquadramento e passa a inserir o caso local em uma narrativa regional e nacional sobre o analfabetismo. Ao longo do programa, o Nordeste é constantemente acionado como referência explicativa, e a figura do vaqueiro – já analisada na seção anterior – reaparece pela terceira vez, agora em posição estratégica. Na última exibição dessa imagem, o vídeo inicial da reportagem é retomado e colocado novamente em evidência: um vaqueiro conduzindo uma boiada sob o sol forte, em uma paisagem árida, que antecede a transição para dados estatísticos (Figuras 23 e 24).

Figuras 23 e 24 – Imagens exibidas na reportagem do *Repórter Record Investigação*, representando o vaqueiro e sua boiada, e o mapa do Brasil com dados educacionais, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 21min.32seg. a 22min.03seg.

Enquanto a primeira imagem é exibida (Figura 23), a repórter narra: “A população é a que mais sofre com o analfabetismo. Os piores índices vêm de lá” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 21min.32seg. a 22min.03seg). Em seguida, a reportagem corta para

o mapa do Brasil (Figura 24), no qual os estados com maiores e menores taxas de analfabetismo são destacados em cor vermelha. Nesse momento, a jornalista afirma:

A maior taxa é registrada em Alagoas, estado em que 21,7%, não leem e nem escrevem. Maranhão é o segundo pior, 19,9%, seguido pelo Estado do Piauí, 19,7%. Quando descemos o mapa, encontramos os melhores índices do país. Santa Catarina tem a menor taxa, apenas 3,5% da população é analfabeta. São Paulo e Rio de Janeiro ficam na segunda posição, 3,7% (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 21min.32seg. a 22min.03seg).

A articulação entre a imagem do vaqueiro e a exibição do mapa do Brasil não ocorre de forma aleatória, mas compõe uma estratégia narrativa que associa visualmente o Nordeste aos piores indicadores sociais do país. Ao anteceder os dados estatísticos com a figura do vaqueiro, símbolo historicamente vinculado ao sertão, ao trabalho árduo e à rusticidade, a reportagem constrói uma leitura que naturaliza o analfabetismo como resultado direto de uma suposta condição regional. O uso recorrente dessa imagem reforça a ideia de que a precariedade educacional seria inerente ao espaço nordestino, funcionando como uma explicação quase automática para os índices apresentados. O dado numérico deixa de ser apenas informativo e passa a ser interpretado à luz de um repertório imagético e simbólico previamente acionado.

Ao contrastar, no mesmo movimento narrativo, os estados do Nordeste com os do Sul e Sudeste – apresentados como detentores dos “melhores índices” – a reportagem aprofunda uma lógica comparativa que reforça desigualdades regionais historicamente construídas. O deslocamento do olhar “para baixo do mapa”, como verbalizado pela repórter, não apenas organiza espacialmente os dados, mas também hierarquiza os territórios, estabelecendo uma oposição clara entre atraso e desenvolvimento. Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro surgem como referências de sucesso e modernidade, enquanto Alagoas, Maranhão e Piauí são enquadrados como espaços de fracasso educacional. O mapa deixa de ser um instrumento neutro de visualização de dados e passa a atuar como recurso discursivo que consolida estereótipos regionais, reforçando a imagem do Nordeste – e, por extensão, de Alagoinha do Piauí – como um lugar marcado pela carência, pela exclusão e pela incapacidade estrutural de superar o analfabetismo.

Após analisar como imagens, narrativas e escolhas estéticas reforçam representações estigmatizadas sobre Alagoinha do Piauí, é possível compreender que o impacto dessas construções não se limita ao momento da transmissão. Os telejornais, devido ao seu alcance massivo e à autoridade cultural que ocupam no cotidiano brasileiro, moldam tanto o repertório informativo quanto o imaginário social dos espectadores. As reportagens não apenas

apresentam fatos, mas também orientam a forma como o público interpreta temas como pobreza, analfabetismo e Nordeste. É justamente nesse ponto que se evidencia o poder do telejornalismo enquanto instância produtora de sentidos, capaz de selecionar recortes específicos da realidade e transformá-los em referências centrais para a compreensão dos acontecimentos. Sendo assim,

A agenda diária de cobertura dos fatos pelos noticiários influencia a agenda pública. As conseqüências desse agendamento e do enquadramento dos acontecimentos feito pelos noticiários sugerem que eles não só nos propõem sobre o que é que devemos pensar, como também nos propõem como pensar (Júnior; Correia, 2014, local. 2).

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que o telejornalismo exerce um papel decisivo na construção de agendas e sentidos sobre determinados espaços sociais. Ao priorizar certos acontecimentos, como a pobreza, a carência estrutural e o analfabetismo, e ignorar outros, como iniciativas comunitárias, políticas públicas ou aspectos culturais, a reportagem delimita o modo como Alagoinha do Piauí deve ser vista pelo telespectador. Essa seleção orienta o olhar do público e estabelece fronteiras simbólicas entre “o normal” e “o atrasado”, “o moderno” e “o arcaico”. Isso ocorre porque, como afirma, Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (2007, local. 1), “os telejornais fazem enquadramentos, constroem molduras, e como artistas desenham as cidades da televisão”. No caso analisado, a moldura construída reforça uma leitura homogênea e hierarquizada do Nordeste, negligenciando a complexidade social e histórica do município.

Compreender o telejornalismo como um campo que seleciona, hierarquiza e enquadra acontecimentos implica reconhecer que a produção da notícia é atravessada por múltiplas etapas e critérios que moldam profundamente o resultado final. Não se trata de uma reprodução direta da realidade, mas de um processo que envolve escolhas técnicas, discursivas e culturais que definem o que será mostrado e como será mostrado. No caso da reportagem sobre Alagoinha do Piauí, esse processo se revela na alternância entre momentos de contextualização superficial e descontextualização profunda, evidenciada pela ênfase em cenas dramáticas e pela omissão de aspectos estruturais que poderiam complexificar a compreensão do problema. A forma como a notícia é construída deriva de práticas profissionais e códigos internos do telejornalismo que influenciam diretamente a percepção do público. Desse modo,

O processo de produção da notícia é extremamente complexo e envolve desde a captação, elaboração/redação/edição, uma audiência interativa. Envolve momentos de contextualização e descontextualização dos fatos. É resultado da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as

regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens, da enunciação jornalística e das práticas jornalísticas (Júnior; Correia, 2014, local. 3).

A combinação entre enquadramento, seleção de fatos e processos internos da produção jornalística revela como o telejornalismo pode atuar na consolidação de representações estigmatizadas sobre determinados territórios. A reportagem sobre Alagoinha do Piauí evidencia justamente isso: ao privilegiar imagens de pobreza, narrativas melodramáticas e generalizações sobre a vida cotidiana no município, ela presta um serviço que ultrapassa a simples transmissão de informações. O que se constrói é uma versão convertida em verdade, legitimada pela autoridade da televisão e reproduzida no imaginário social como um retrato fiel da realidade.

Ao introduzir a cidade de Alagoinha do Piauí na reportagem, a jornalista caminha por uma das ruas da área urbana enquanto fornece informações demográficas básicas, destacando o número total de habitantes e a distribuição populacional entre zona urbana e rural (Figura 25).

Figura 25 – Repórter Heleine Heringer caminhando por rua de Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 05min.07seg. a 05min.35seg.

Nesse momento, ao caminhar por uma das ruas da cidade, a repórter narra:

Alagoinha do Piauí tem pouco mais de 7 mil habitantes. A cidade é bem pequeninha. Aqui [na zona urbana] moram cerca de 2.500 pessoas. A maior parte das famílias está mesmo na zona rural, que aqui eles chamam de interior. É um município típico do sertão do Piauí, mas que ganhou destaque no mapa com um triste título: de município com a maior taxa de analfabetismo do país (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 05min.07seg. a 05min.35seg).

A escolha de algumas palavras pela repórter – como “bem pequeninha”, “interior” e “típico do sertão do Piauí”, – carrega um tom de simplificação para tentar caracterizar o local, sendo elementos comuns no discurso midiático sobre cidades do interior nordestino. Além disso, a maneira como os dados são articulados contribui para reforçar uma imagem de atraso associada ao município, não apenas pela menção ao “triste título” de maior taxa de analfabetismo, mas pela própria ambientação da cena, que sugere um lugar isolado, parado no tempo e carente de desenvolvimento.

Logo após a introdução com dados demográficos do município de Alagoinha do Piauí, observa-se uma mudança de cenário na reportagem: das imagens iniciais de uma rua com calçamento, casas rebocadas e pintadas, transita-se para a exibição de uma escola construída com taipa e barro, onde estariam sendo ministradas aulas (veja as Figuras 26 e 27).

Figuras 26 e 27 – Imagens ilustrativas durante apresentação de dados demográficos de Alagoinha do Piauí, exibidas na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 05min.36seg. a 05min.54seg.

Importa destacar que a referida escola não pertence ao município de Alagoinha do Piauí, embora tenha sido utilizada como recurso imagético quando se discutiam os índices educacionais da cidade. Essa afirmação se baseia em uma pesquisa de campo realizada anteriormente, durante a elaboração do TCC II, na qual foram mapeados todos os colégios construídos no município, bem como identificadas as unidades que permaneceram em funcionamento e aquelas que foram desativadas ao longo dos anos. No referido estudo, nenhuma das escolas catalogadas se enquadra na imagem apresentada durante a reportagem, o que permite concluir que tal representação não corresponde à realidade local. Essa sobreposição de imagens, associando visualmente a precariedade da escola de taipa aos dados de

analfabetismo local, reforça a construção de uma narrativa sensacionalista, pautada na indução emocional do espectador e na produção de um efeito visual²⁰.

É importante salientar que a reportagem não informa a localização da escola exibida nas imagens, não sendo possível identificar de qual região, estado ou cidade ela pertence. É possível, no entanto, que se trate de algum lugar da Região Nordeste, já que construções de barro e taipa são comumente associadas a essa região e frequentemente utilizadas pela mídia como representação visual da pobreza nordestina. Trata-se, portanto, de uma escola exemplo, localizada em um lugar qualquer do Brasil, utilizada unicamente como recurso visual para intensificar o impacto da narrativa. Ao associar essa imagem à discussão sobre o analfabetismo em Alagoinha do Piauí, sem esclarecer sua real origem, a reportagem contribui para reforçar um estereótipo de abandono e miséria educacional que não corresponde, necessariamente, à realidade do município. Essa estratégia evidencia o uso de elementos descontextualizados para provocar uma resposta emocional no público, criando uma imagem mais dramática e negativa da cidade do que os dados, por si só, poderiam transmitir.

A repórter, nesse contexto, afirma que “o IBGE contabiliza apenas pessoas com mais de 15 anos, já que essa é a idade ideal para concluir o Ensino Fundamental. Entre 5.631 moradores acima dos 15 anos, 2.500 não sabem ler e nem escrever” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 05min.36seg. a 05min.54seg.). Números que, na reportagem, aparecem também por extenso, recurso utilizado para tornar a informação mais clara, didática e enfatizar a dimensão expressiva do número de analfabetos, como visto nas imagens acima. O uso desse dado estatístico, ainda que correto, ganha contornos dramáticos quando articulado com imagens que não pertencem ao contexto real do município em questão. Essa prática, além de comprometer a veracidade da informação, contribui para enfatizar estigmas atribuídos ao sertão nordestino, vinculando-o a uma imagem de atraso. Ao não distinguir claramente o espaço geográfico, a reportagem atua na reiteração de uma representação generalizante e reducionista da realidade nordestina, desconsiderando as especificidades locais e as transformações pelas quais esses territórios têm passado.

Ao observar a lógica que estrutura a reportagem sobre Alagoinha do Piauí, percebe-se que o discurso jornalístico opera sob a tensão entre informar e atrair audiência. Embora apresente dados sobre o analfabetismo e a situação socioeconômica do município, a matéria mobiliza estratégias de envolvimento emocional, como a intensificação do drama e a seleção de cenas impactantes, priorizando a emoção em vez da contextualização. Assim, o telejornal

²⁰ Mais adiante, será realizada uma discussão acerca das escolas que ainda se encontram em funcionamento e daquelas que foram desativadas.

não apenas informa, mas busca seduzir e reter o público, mesclando credibilidade informativa e dramatização. É nessa interseção que o sensacionalismo se intensifica, influenciando a forma como a realidade é interpretada.

Na Figura 28, observa-se o momento em que a repórter explora escolas desativadas no município de Alagoinha do Piauí, enfatizando, de maneira dramatizada, o cenário de abandono encontrado em uma das unidades escolares, Galdino Francisco de Sá, localizada no povoado Baixa, zona rural do município, em que eram ofertados o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental até o 4º ano. A imagem evidencia um ambiente deteriorado, sem qualquer infraestrutura, com livros antigos espalhados pelo chão, reforçando visualmente a ideia de negligência e descaso com a educação.

Figura 28 – Visita à escola desativada na zona rural de Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 06min.14seg. a 07min.09seg.

Ao adentrar uma das salas de aula de uma escola municipal desativada, a repórter descreve o cenário com uma entonação carregada de indignação e lamento: “Aqui é uma sala, abandonada... E a cena triste de ver: com certeza um lugar que não tem aula já há meses, possivelmente até anos. Tem alguns livros didáticos. Ó, pedaços de livros didáticos aqui. Tudo estragado” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 06min.14seg. a 07min.09seg). A escolha do enquadramento visual intensifica a sensação de abandono e deterioração, estabelecendo uma imagem que reforça o argumento da negligência institucional com a educação pública. A narração, conduzida de forma enfática, atua como elemento

dramatizador, guiando a percepção do telespectador e moldando uma leitura emocional do espaço escolar representado.

A cena é construída de modo a produzir um efeito de choque, sugerindo que o abandono da escola simboliza o fracasso de toda a estrutura educacional da cidade. Ao finalizar a visita, já do lado de fora da escola, com a passagem de um vaqueiro conduzindo uma boiada, como visto na Figura 11 da seção anterior do capítulo, a repórter retoma a narração em tom de questionamento e denúncia: “como pode uma cidade que precisa tanto de educação, ter uma escola abandonada assim?” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 07min.10seg. a 07min.17seg.).

Essa pergunta, dirigida de forma retórica, mobiliza o espectador a compartilhar a indignação da narradora. A construção discursiva sugere que a cidade vive um retrocesso inaceitável, e que tal quadro revela uma falência institucional que compromete o futuro de seus habitantes. A abordagem ignora os processos administrativos e legais que levaram ao fechamento de escolas rurais em diversos municípios, como consequência de readequações às diretrizes educacionais, à redução de matrículas em áreas interioranas ou à centralização de serviços. Em vez de contextualizar as transformações pelas quais o sistema educacional local passou, a reportagem opta por uma estética do abandono, que apela ao sentimentalismo para justificar um diagnóstico alarmista e descontextualizado do número de analfabetos no município. Essa estratégia não apenas reforça estereótipos sobre o sertão e sua população, mas também inviabiliza uma compreensão mais crítica e complexa das dinâmicas educacionais envolvidas.

É importante observar que a própria reportagem apresenta uma diferença nas imagens. A escola abandonada mostrada na Figura 28 é um prédio de cimento e tijolo, com estrutura de alvenaria, enquanto a escola exibida no início da matéria (Figuras 26 e 27) é uma construção de taipa. Isto é, não se trata do mesmo tipo de edificação, o que enfraquece a associação sugerida pela reportagem. Esse detalhe indica que, mesmo entre as escolas desativadas, não havia edificações feitas de barro ou taipa no município. A própria matéria acaba demonstrando que as unidades escolares, inclusive as que foram fechadas, seguiam um padrão construtivo convencional. Quanto ao encerramento das atividades dessa escola específica, registros da Secretaria Municipal de Educação de Alagoinha do Piauí apontam que o fechamento ocorreu em razão do processo de reorganização da rede, relacionado à diminuição do número de matrículas na zona rural e à concentração dos estudantes em escolas nucleadas. O fechamento não pode ser interpretado automaticamente como abandono da educação, mas como parte de uma reestruturação administrativa do sistema educacional local.

A forma como a reportagem constrói visualmente a cena da escola abandonada dialoga diretamente com a lógica dos enquadramentos utilizada pelos telejornais para orientar a percepção do espectador. A alternância entre planos fechados, exibindo detalhes agravados, como livros rasgados e jogados pelo chão, paredes descascadas e objetos deteriorados, e planos mais abertos, usados para sugerir uma visão panorâmica e aparentemente objetiva do espaço, não ocorre de modo neutro. Trata-se de um procedimento que direciona o olhar do público, intensificando ou suavizando certos significados conforme o objetivo narrativo da matéria. Essa manipulação dos ângulos, contribui para a construção de sentidos sociais atribuídos às imagens exibidas.

Essa lógica dos enquadramentos também revela como a reportagem reorganiza a realidade local ao selecionar determinados elementos e silenciar outros. A escolha dos planos, dos cortes e da sequência das imagens faz com que determinados aspectos ganhem destaque, enquanto outros desaparecem quase por completo, produzindo uma narrativa visual que não apenas informa, mas orienta o olhar do telespectador. A escola abandonada, por exemplo, deixa de ser apresentada como um espaço cuja desativação pode estar ligada a decisões administrativas, mudanças demográficas ou políticas públicas específicas, tornando-se, na narrativa da reportagem, um exemplo absoluto do fracasso educacional da cidade.

O recorte funciona como uma espécie de filtro que transforma um fragmento da realidade em representação totalizante. O que é mostrado e o modo como é mostrado não apenas reforçam estereótipos sobre abandono e precariedade, mas também contribuem para redefinir o significado social da escola e, por extensão, da própria cidade. Ao acionar tais escolhas estéticas e narrativas, a reportagem constrói sentidos que transcendem o espaço filmado e se projetam sobre a imagem pública do município, produzindo uma leitura que privilegia a carência e fragiliza qualquer compreensão mais ampla das dinâmicas educacionais existentes. Com isso,

[...] o enquadramento das notícias organiza a realidade cotidiana e é parte importante dessa por causa do caráter público que é uma característica essencial da notícia. Complementa afirmando que a notícia não só define, redefine, constitui e reconstitui significados sociais; mas também define e redefine, constitui e reconstitui maneiras de fazer coisas: os processos existentes e as instituições (Tuchmann, 1980 *apud* Júnior; Correia, 2014, local. 5).

Dessa forma, compreender o papel dos enquadramentos é fundamental para analisar reportagens como a do *Repórter Record Investigação*. Ao manipular ângulos, planos, tonalidades e ritmos narrativos, o telejornal não apenas registra fatos, mas produz versões específicas da realidade que moldam o imaginário coletivo. No caso de Alagoinha do Piauí, o

enquadramento reforça uma narrativa de abandono e atraso que, embora encontre elementos reais, é intensificada pela seleção estratégica de imagens, falas e efeitos visuais. A reportagem se insere em um processo mais amplo de construção midiática do Nordeste como espaço carente, contribuindo para a consolidação de estigmas históricos e dificultando leituras mais plurais e contextualizadas sobre a região.

Inicialmente, segundo José Clecionarton Teixeira (2023), o município de Alagoinha do Piauí dispunha de 18 escolas, das quais 15 estavam localizadas na zona rural e apenas 03 na zona urbana, sendo uma destas vinculada à rede estadual de ensino. Contudo, a Lei n.º 12.960, de 27 de março 2014, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passando a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 2014).

Dessa forma, a legislação retirou o poder unilateral do gestor público para a desativação de unidades escolares, condicionando a decisão ao diálogo institucional e à avaliação pedagógica e social, tornando o fechamento uma medida de caráter excepcional e não meramente administrativa ou econômica. Em Alagoinha do Piauí, esse processo resultou na redução do número de escolas rurais para apenas quatro: a Unidade Escolar Francisco Teodoro de Brito, localizada no Povoado Serra Velha; a Unidade Escolar Joaquim José da Silva, na comunidade São João; a Unidade Escolar Joaquim Domingos de Sousa, na localidade Serra Azul II; e a Unidade Escolar João Francisco de Sousa, na comunidade Amarelo Ferrado I. Abaixo, nas Figuras 29, 30, 31 e 32, apresentam-se, respectivamente, as imagens dos colégios citados.

Figuras 29, 30, 31 e 32 – Fotos das escolas que continuam em funcionamento na zona rural



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2026.

Em sua investigação, Teixeira (2023) aponta que na zona urbana, mantiveram-se em funcionamento as três escolas centrais: a Unidade Escolar Alencar Mota (Rua Sérgio Fialho), a Unidade Escolar Eneas Policarpo (Rua São Miguel) e a Unidade Escolar Jonas Nicolau da Rocha (Rua Manoel Policarpo). Abaixo, apresentam-se, respectivamente, as imagens das mesmas (Figuras 33, 34 e 35).

Figuras 33, 34 e 35 – Escolas que funcionam na zona urbana.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2026.

As unidades escolares desativadas na zona rural foram, em sua maioria, reaproveitadas temporariamente como postos de saúde, passando a oferecer atendimentos médicos periódicos à população local. Essa mudança ocorreu em decorrência das demandas por assistência básica em comunidades do interior do município, enquanto não havia unidades próprias destinadas a esse fim. Posteriormente, com a construção de Unidades Básicas de Saúde em algumas

localidades, os atendimentos passaram a ser concentrados nesses novos espaços, tornando desnecessária a utilização das antigas instalações escolares.

A transição, embora represente um avanço na infraestrutura de saúde, evidencia também um processo de descontinuidade na função pública desses prédios, que, ao deixarem de servir à educação e, depois, à saúde, acabaram gradualmente fechados e sujeitos à degradação física. Abaixo, podemos observar nas imagens apresentadas a seguir, as escolas registradas – identificadas nas Figuras 36, 37, 38, 39, 40 e 41 – encontravam-se desativadas no contexto da reportagem. Esses registros permitem visualizar suas estruturas e contribuem para a análise desenvolvida²¹.

Figuras 36, 37, 38, 39, 40 e 41 – Escolas fechadas na zona rural de Alagoinha do Piauí



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2026²².

Do ponto de vista social, o fechamento definitivo dessas escolas implica uma perda significativa para as comunidades rurais, uma vez que as unidades escolares não cumpriam apenas uma função pedagógica, mas também eram espaços de socialização, memória e identidade local. Sua desativação, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma

²¹ Registra-se que não foi possível fotografar todas as 18 unidades escolares mencionadas na pesquisa, uma vez que parte delas não existe fisicamente. Conforme informações obtidas em campo, algumas estruturas foram desativadas e posteriormente desmontadas, tendo seus materiais (como telhas, caibros e outros componentes) reaproveitados pela própria população, com autorização das autoridades locais à época. A escola Galdino Francisco de Sá, localizada no povoado Baixa, zona rural do município, exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação* (2014), por exemplo, já havia sido demolida quando da realização desta pesquisa. Essa circunstância explica a ausência de registros fotográficos de determinadas edificações citadas.

²² Os registros fotográficos dessas unidades escolares contribuem para problematizar a imagem do colégio exibido na reportagem, apresentado como construção precária de taipa e barro (Figuras 26 e 27), como se representasse as estruturas educacionais do município. As escolas existentes à época, contudo, eram edificadas em tijolo, com reboco e cobertura de telhas, não correspondendo ao padrão construtivo mostrado na matéria. As fotografias constituem fontes que questionam e desconstroem a representação visual exibida na reportagem, marcada pela generalização.

medida administrativa ou técnica, mas como parte de um processo mais amplo de desmonte das políticas públicas voltadas ao campo, que tende a reforçar as desigualdades entre as zonas urbana e rural. Esse contexto contribui para a intensificação do êxodo rural e para a marginalização de populações que já enfrentam barreiras no acesso à educação, à saúde e a outros direitos sociais básicos. Ao não considerar esses aspectos, abordagens midiáticas que exploram unicamente o abandono das escolas acabam por ignorar a complexidade estrutural envolvida, reproduzindo uma visão simplista e sensacionalista da realidade.

A análise dessa reorganização permite refletir sobre os impactos da política de nucleação escolar em municípios do semiárido nordestino, como Alagoinha do Piauí. Embora a medida vise garantir a qualidade do ensino por meio da centralização de recursos e da concentração de alunos em unidades com melhor infraestrutura, ela também implica o aumento da distância entre os estudantes e as instituições escolares, especialmente em territórios de difícil acesso e baixa oferta de transporte escolar. Esse cenário contribui para o afastamento progressivo da população rural da escola, dificultando o acesso à educação básica em virtude da distância que teriam de se locomover. Ao abordar o fechamento das escolas sem esse devido contexto, a reportagem omite as dinâmicas estruturais que atravessam o sistema educacional no interior do país, reforçando, de forma reducionista, a ideia de negligência e abandono como causas isoladas do problema.

Ao longo da reportagem, o roteiro construído priorizou apenas a exibição de escolas fechadas, sem contextualizar os fatores administrativos que poderiam explicar a desativação dessas unidades. Essa escolha narrativa induz o espectador a associar diretamente a precariedade das instituições escolares ao elevado índice de analfabetismo no município, como se essa fosse a única variável possível. Trata-se de uma estratégia discursiva que desconsidera a complexidade do problema educacional, ignorando, por exemplo, as desigualdades regionais no financiamento da educação pública, os impactos de políticas federais e estaduais ao longo do tempo, bem como as condições socioeconômicas que afetam o acesso e a permanência dos alunos na escola. Ao focar exclusivamente na exposição do abandono, a reportagem reforça uma lógica que transforma um problema estrutural em espetáculo, contribuindo mais para a estigmatização da cidade e de seus habitantes do que para um debate público qualificado sobre a educação no semiárido piauiense.

Ao longo do tempo, múltiplos discursos foram construídos sobre o Nordeste, especialmente por meio de reportagens que enfatizam problemas sociais e retrocessos presentes em diferentes partes do país, mas frequentemente atribuídos de maneira particular à região. No caso de Alagoinha do Piauí, a reportagem da Rede *Record* seguiu essa lógica ao destacar a seca,

a vegetação ressequida, animais magros, estradas de difícil acesso e escolas fechadas, compondo uma narrativa que tende a produzir no imaginário dos telespectadores a ideia de uma realidade única e absoluta. Essa generalização reforça estigmas históricos ao associar o Nordeste a atraso, pobreza e precariedade educacional, desconsiderando a complexidade e a diversidade das dinâmicas sociais que atravessam suas cidades.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender que a função central do jornalismo é informar o público, oferecendo elementos que permitam a construção de um entendimento mais amplo sobre a realidade – afinal, “o jornalismo tem como principal finalidade informar e isso é feito por meio das notícias” (Farias, 2022, p. 48). No caso da reportagem da Rede *Record*, essa função informativa foi, em certa medida, tensionada por uma narrativa que privilegia o impacto emocional. Em vez de apresentar a complexidade dos processos educacionais e administrativos envolvidos no fechamento das escolas, a cobertura optou por reforçar signos de precariedade, conduzindo o espectador a uma interpretação limitada e estigmatizante da cidade.

Essa opção narrativa se torna ainda mais evidente quando analisamos o modo como a reportagem trabalha a dimensão emocional da cobertura. Em diversos momentos, o conteúdo apresentado atua dentro de um registro que privilegia afetos negativos e dramatização, refletindo aquilo que Farias (2022, p. 57) observa ao afirmar que “isso representa dizer que em muitas ocasiões a cobertura midiática é focada para emoções negativas, conflito, estresse após um trauma e até mesmo, uma vitimização, que reforça alguns aspectos sensacionalistas”. É justamente esse tipo de abordagem que aparece na matéria sobre Alagoinha do Piauí, onde a narrativa é estruturada de modo a provocar indignação, pena e choque – sentimentos que ajudam a fixar no imaginário do telespectador uma visão distorcida e reducionista da realidade. Ao priorizar esse tipo de construção emocional, a reportagem reforça práticas sensacionalistas que obscurecem os fatores estruturais da desigualdade educacional e reproduzem discursos estereotipados sobre o Nordeste. Farias (2022, p. 67-68), defende que

[...] as notícias que são negativas apresentam maior consonância com pré-imagens dominantes, ou seja, imagens que já estão consolidadas, ou um aspecto de cobertura que se já se sabe como realizar. No dia a dia do jornalista, que precisa lidar com o imediatismo, isso pode ser um fator que o ajuda no ganho de tempo.

A análise permite compreender por que reportagens como a da Rede *Record* tendem a reforçar imagens já cristalizadas sobre o Nordeste. Ao recorrer a signos previamente reconhecidos – seca, abandono, miséria, analfabetismo –, o telejornal aciona percepções

consolidadas no imaginário nacional e evita investigações mais profundas que exigiriam tempo, complexidade e problematização. Essa prática, além de facilitar o processo produtivo, reforça padrões narrativos que transformam a região em um cenário pronto para ser reutilizado sempre que se deseja produzir impacto imediato.

Produções jornalísticas que recorrem a essa estratégia tendem a criar no imaginário coletivo a impressão de que representam fielmente a realidade de determinado lugar, ao mesmo tempo em que buscam cativar a audiência por meio de uma linguagem por vezes exagerada e repetitiva, capaz de reforçar estereótipos e dramatizar acontecimentos. Nessa dinâmica, a confiança socialmente atribuída ao jornalismo desempenha papel central na consolidação dessas narrativas como verdades aceitas. Historicamente reconhecido como mediador da realidade, o telejornal apresenta fragmentos de diferentes contextos e experiências, ampliando o repertório perceptivo do espectador e fortalecendo sua autoridade simbólica. Como observa Farias (2022, p. 22), “o jornalismo tem a capacidade de trazer diversas experiências e amostras do mundo, seja em diferentes cidades, estados ou países, fazendo com que as pessoas conheçam diferentes vivências”. Nesse processo, o público tende a aderir à versão apresentada como retrato do real, mesmo quando a narrativa é atravessada por seleções, cortes e dramatizações.

Essa confiança depositada pelos telespectadores é profundamente influenciada pela posição institucional do jornalismo como fonte legitimada de informação. A credibilidade do telejornal se sustenta justamente na impossibilidade de os indivíduos acompanharem diretamente tudo o que acontece ao seu redor; dessa forma, a mídia assume o papel de mediadora entre o mundo e o público, filtrando e narrando os acontecimentos por meio de seus próprios critérios. Assim,

[...] é possível compreender que a credibilidade é um ponto fundamental em uma instituição de jornalismo, pois o público não consegue verificar tudo que ocorre ao seu redor, assim como se cada notícia apresenta veracidade. O jornalismo ganha força exatamente porque consegue suprir demandas informativas que não estão ao alcance de todos (Farias, 2022, p. 22).

A partir dessa compreensão, torna-se evidente que a credibilidade funciona como um capital simbólico essencial para a atuação da mídia, permitindo que determinadas narrativas circulem como verdades inquestionáveis. Essa mesma credibilidade, quando associada a práticas sensacionalistas, intensifica o impacto dos enquadramentos, pois o público tende a aceitar as imagens e discursos apresentados sem questionar seus mecanismos de construção. Reportagens como a realizada sobre Alagoinha do Piauí atuam em uma zona de tensão: ao mesmo tempo em que informam, produzem sentidos sociais que ultrapassam os fatos e moldam

percepções coletivas sobre regiões inteiras. Reconhecer essa dinâmica é fundamental para compreender como estigmas regionais são reforçados e perpetuados, muitas vezes sob a aparência de uma narrativa jornalística neutra e objetiva.

A força dos enquadramentos utilizados pela reportagem se intensifica porque, no telejornalismo, “a imagem é um fator que apresenta uma relevância muito forte, ao contrário dos outros meios de comunicação” (Farias, 2022, p. 40). É justamente esse peso da imagem que potencializa a construção de sentidos e a fixação de estereótipos, uma vez que aquilo que é mostrado passa a adquirir status de evidência irrefutável aos olhos do telespectador. Ao apresentar cenas de abandono, precariedade e pobreza como se fossem expressões totais e homogêneas da realidade local, a reportagem não apenas informa, mas orienta a percepção pública de modo a naturalizar desigualdades e reforçar leituras já cristalizadas sobre a região. A combinação entre a montagem imagética e o tom dramatizado da narrativa produz um efeito de verdade que reduz a complexidade do território nordestino a um conjunto de signos de carência, reforçando, assim, uma leitura unilateral da realidade.

Esse efeito se intensifica porque a lógica do telejornalismo exige clareza imediata e comunicação direta, o que favorece a simplificação de realidades complexas. Como observa Farias (2022, p. 39), isso “representa dizer que a notícia de televisão tem que ser tão clara, que somente em uma única transmissão, o telespectador precisa compreender a mensagem em sua totalidade”. Em função dessa exigência de compreensão instantânea, fatos multifacetados tendem a ser reduzidos a elementos facilmente reconhecíveis – como pobreza ou abandono – reforçando leituras estigmatizadas. No caso de Alagoinha do Piauí, essa dinâmica contribui para apresentá-la como símbolo de decadência educacional e social, apagando especificidades locais e processos históricos mais amplos. A clareza televisiva, assim, frequentemente privilegia o impacto em detrimento da contextualização.

Na construção narrativa da reportagem que trata Alagoinha do Piauí como a “cidade dos analfabetos”, a repórter Heleine Heringer assume uma postura quase performática, lançando-se em uma espécie de expedição em busca de sujeitos capazes de ler e escrever. A dramatização é evidente: sob o sol forte e enfrentando as dificuldades do terreno, ela percorre ruas e espaços da cidade à procura de alguém que pudesse redigir e interpretar um bilhete simples. Essa jornada, apresentada como repleta de obstáculos, reforça o tom sensacionalista e espetacularizado da matéria, ao transformar uma atividade cotidiana – ler e escrever – em um desafio quase impossível de ser realizado. Após diversas tentativas, a repórter encontra Ronny, um comerciante local de frutas, verduras e legumes, conforme ilustrado nas Figuras 42 e 43.

Figuras 42 e 43 – Momento em que a repórter aborda comerciante em Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 19min.48seg. a 20min.05seg.

Ao ser abordado, Ronny é convidado a escrever a seguinte mensagem: “6 milho vai ficar pronto às 17:00h. Assina: Ronny” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 19min.48seg. a 20min.05seg.), Figuras 42 e 43. Ele realiza a tarefa prontamente, mesmo demonstrando surpresa diante da abordagem. A cena, carregada de simbolismo, não apenas dramatiza a situação, mas também constrói uma narrativa que reduz a complexidade do analfabetismo à ideia de um povo completamente alheio à leitura e à escrita, ignorando os múltiplos fatores socioeconômicos e culturais que envolvem o tema. Em seguida, inicia-se uma nova etapa da reportagem, na qual a repórter parte em busca de alguém que fosse capaz de ler o bilhete escrito, dando continuidade à construção de uma narrativa que busca, acima de tudo, provocar impacto emocional no telespectador.

Na Figura 44 a seguir, observa-se um dos momentos em que a repórter aborda um morador de Alagoinha do Piauí como parte da tentativa de “completar a missão” de encontrar alguém capaz de ler o bilhete previamente escrito por Ronny. A abordagem, entretanto, revela-se sem sucesso, já que o senhor entrevistado afirma não saber ler nem escrever. Esse episódio reforça a lógica dramática adotada pela reportagem, na qual cada recusa ou negativa é tratada como uma confirmação do diagnóstico alarmante anunciado: o da “cidade dos analfabetos”.

Figura 44 – Repórter aborda homem para leitura de bilhete em Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 20min.22seg.

A sucessão de insucessos é explorada como um recurso narrativo que busca sensibilizar emocionalmente o telespectador, enquanto reforça o estigma de uma população privada de habilidades básicas de letramento. Ao optar por evidenciar repetidamente casos de analfabetismo individual, a reportagem desconsidera os processos históricos que condicionam o acesso à educação em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, econômicas e geográficas. Em vez de promover uma análise crítica das políticas públicas educacionais e de seus desdobramentos em zonas rurais e semiáridas, como é o caso de Alagoinha do Piauí, o telejornal opta por uma abordagem sensacionalista, que converte a dificuldade de acesso à educação formal em um espetáculo de ignorância coletiva.

A sequência em que a repórter tenta encontrar alguém que consiga ler o bilhete escrito por Ronny reforça ainda mais a intenção de dramatizar o analfabetismo como um traço absoluto da identidade local. A repetição das negativas, os rostos confusos e a insistência da jornalista em abordar diferentes moradores da cidade tornam-se elementos centrais para sustentar a narrativa de uma população completamente alheia ao letramento. Essa estratégia narrativa não apenas simplifica uma problemática historicamente complexa, marcada por desigualdades estruturais e políticas públicas ineficazes, como também contribui para reforçar estigmas sobre o povo nordestino.

A ausência de contextualização histórica, educacional e social no tratamento do tema reitera um imaginário antigo e atrasado, que posiciona o Nordeste como o “outro” do país moderno e desenvolvido. Ao colocar a habilidade de ler um bilhete como critério de dignidade

social e como métrica do atraso de uma cidade, a reportagem desconsidera, de forma reducionista, os avanços educacionais da região e as realidades diversas entre campo e cidade. Trata-se, portanto, de uma narrativa cuidadosamente roteirizada para produzir impacto e indignação, em detrimento de uma compreensão crítica e respeitosa da realidade local.

Após tentativas frustradas de encontrar alguém que soubesse ler o bilhete, a repórter finalmente aborda uma moradora – representada na Figura 45 – que demonstra conseguir realizar a tarefa. Diante do êxito, a repórter celebra o momento com entusiasmo visível, parabenizando a mulher com um aperto de mão e afirmando: “ó, a senhora está de parabéns...”. Em seguida, conclui com a frase: “E a alegria fica estampada no rosto dessa mulher... Em terra de muitos analfabetos, quem sabe ler tem motivo para sorrir” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 22min.51seg. a 23min.05seg.). Essa conclusão, que remete a uma espécie de premiação pela habilidade de ler o bilhete, revela muito mais sobre a construção narrativa da reportagem do que sobre a realidade local. O uso de expressões como “zerar a missão” e a dramatização da vitória sugerem um enquadramento lúdico e ao mesmo tempo condescendente, em que o ato de ler é transformado em uma raridade quase heroica dentro do contexto apresentado.

Figura 45 – Leitura de bilhete por moradora de Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 22min.51seg. a 23min.05seg.

A construção narrativa reforça a lógica da excepcionalidade: quem sabe ler torna-se um ponto fora da curva, um destaque em meio a um cenário generalizado de ignorância. Essa forma de abordagem, ao mesmo tempo que celebra um acerto, reforça o estigma coletivo da cidade,

criando uma falsa dicotomia entre os “que sabem” e os “que não sabem” ler, ignorando os fatores estruturais que historicamente contribuíram para os índices de analfabetismo na região. A repórter assume uma postura paternalista ao parabenizar com certo tom de surpresa a mulher alfabetizada, como se essa capacidade fosse inesperada naquele contexto. Essa estratégia midiática, comum em narrativas sensacionalistas, não se compromete com a análise crítica das causas do analfabetismo, mas com a reafirmação de estereótipos sobre a população nordestina, muitas vezes reduzida à pobreza, à ignorância e à falta de oportunidades.

A recompensa da repórter por ter conseguido realizar a missão do bilhete é marcada pela cena em que ela consome o milho previamente mencionado, exatamente no horário estipulado, às 17:00h, Figura 46. A ação é acompanhada da frase: “com a saga do bilhete, chega a hora da recompensa...” (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 23min.26seg. a 23min.30seg.), sugerindo que o desfecho da jornada investigativa se dá com um prêmio, como em uma narrativa ficcional de aventura. Nesse instante, os holofotes voltam-se integralmente para a repórter, que surge em cena sorridente enquanto degusta o alimento, reforçando a ideia de superação de um desafio em meio a um cenário hostil e retratado como arcaico.

Figura 46 – Repórter comendo milho em Alagoinha do Piauí, cena exibida na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 23min.31seg.

Essa encenação, marcada por uma construção narrativa altamente dramatizada, revela o tom sensacionalista adotado ao longo da reportagem, em que a realidade social de um município nordestino é reduzida a um roteiro de obstáculos, superações e recompensas. O consumo do milho, portanto, adquire um valor simbólico, representando a conclusão de uma trajetória

marcada pela ignorância que supostamente existe no local. Ao se colocar como protagonista de uma missão quase épica, a repórter reforça a imagem de Alagoinha do Piauí como um lugar estagnado no tempo, habitado por sujeitos à margem do conhecimento formal e da própria sorte.

Vale ressaltar que a escolha do alimento também não é aleatória. O milho, embora seja originário do continente americano e amplamente consumido em todo o Brasil, possui um significado cultural especialmente forte na Região Nordeste. Lá, ele transcende a função alimentar e se transforma em símbolo de identidade cultural, sendo elemento central nas festas juninas, na culinária tradicional e na memória afetiva do povo nordestino. A cena em que a repórter consome o milho após conseguir que alguém lesse corretamente o bilhete, espécie de “missão cumprida”, adquire um valor simbólico. A repórter, ao comer o milho ao final da jornada, parece celebrar não apenas o êxito da tarefa, mas também reforçar visualmente uma imagem estereotipada e romantizada do Nordeste: o milho como marcador de rusticidade, simplicidade e, ao mesmo tempo, de vitória sobre o analfabetismo. A ação reforça uma narrativa carregada de significados culturais e afetivos, mas também atravessada por construções simbólicas externas que reforçam uma visão homogênea e folclorizada da região.

Em uma produção audiovisual, especialmente em reportagens televisivas com forte apelo visual e narrativo, nenhum elemento é escolhido de maneira aleatória. As cores, os enquadramentos, a iluminação e os figurinos cumprem funções fundamentais que contribuem para reforçar a mensagem que se pretende transmitir. Os usos e desusos das cores agem como estratégias discursivas silenciosas, mas eficazes, na construção de significados. No caso da reportagem em análise, observamos que a repórter veste um casaco de cor alaranjada e uma calça cinza – combinação que, ao ser inserida no cenário árido e empoeirado do sertão nordestino, contribui para intensificar a atmosfera de estiagem e escassez.

As tonalidades escolhidas evocam, de modo metafórico, a paleta de cores típica das representações da seca: o laranja remete ao calor escaldante e à terra ressecada; o cinza, à aridez, à poeira e à melancolia. O figurino da repórter não apenas se integra ao ambiente retratado, mas também atua como um reforço visual da narrativa construída, uma narrativa que, ao acentuar os marcadores da seca e da precariedade, contribui para consolidar um imaginário já estigmatizado sobre o semiárido nordestino. É importante destacar que tais escolhas estéticas não são neutras: elas atuam como dispositivos de enunciação que orientam o olhar do telespectador, induzindo interpretações específicas e reforçando sentidos previamente associados à região, como o atraso, a pobreza e o sofrimento.

Nas imagens mostradas e analisadas até o momento é notório a forma dramática utilizada durante a reportagem. O foco principal do presente capítulo não é com o objetivo de

falar que a reportagem está mentindo, mas analisar como ela teria se apropriado de características e métodos encontrados em jornais de carácter sensacionalistas. A exemplo da passagem exposta anteriormente é possível perceber que teve intencionalidades e finalidades ao fazerem todo este cortejo para encontrar alguém que soubesse ler e escrever o bilhete. A frase verbalizada pela repórter e a sua comemoração ao encontrar essa senhora que soubesse ler, é carregada de emoção e sentimentalismos, procurando emocionar e vender a história da cidade mais analfabeta do país para os seus telespectadores.

A abordagem construída pela reportagem reforça como o telejornalismo pode moldar percepções e significados sobre territórios e populações ao selecionar, enfatizar e articular determinados elementos simbólicos. Ao transformar gestos comuns – como a tentativa de ler um bilhete – em um espetáculo melodramático, a narrativa midiática atua na produção de sentidos que ultrapassam a cena apresentada, influenciando diretamente o modo como o público entende a realidade retratada. A repetição de estereótipos e a valorização de imagens de carência constituem um repertório imagético facilmente reconhecível pelos telespectadores, o que facilita sua assimilação como verdade. A reportagem não apenas descreve, mas ajuda a consolidar discursos que reforçam identidades regionais estigmatizadas, sobretudo quando o Nordeste é apresentado como cenário ideal para narrativas de atraso, simplicidade e sofrimento. Com isso,

Como a mídia contribui para representação do mundo, boa parte do que conhecemos e que temos contato vem a partir do nosso conhecimento obtido pelos meios de comunicação, seja na internet, televisão ou jornal. Não estamos afirmando com isso que o ambiente midiático, sobretudo o televisivo, seja o responsável pela criação ou consolidação de um estereótipo acerca da seca no Nordeste (Farias, 2022, p. 77).

A mídia não cria sozinha os estereótipos, mas os reforça e reatualiza constantemente ao mobilizar representações já sedimentadas no imaginário social. No caso de Alagoinha do Piauí, a reportagem da Rede *Record* atua exatamente nesse ponto de interseção entre discursos herdados e novas narrativas midiáticas: ela não inventa do zero a associação entre Nordeste, seca e pobreza, mas reorganiza esses elementos dentro de um roteiro capaz de gerar identificação imediata com o público. Essa construção discursiva, ao mesclar emoção, estigma e imagens cuidadosamente selecionadas, contribui para manter vivas interpretações reducionistas sobre a região, dificultando a elaboração de leituras mais complexas e contextualizadas sobre suas múltiplas realidades sociais e culturais.

A matéria televisiva da TV *Record* moldou narrativas que inseriam os personagens de sua reportagem em um contexto governamental que exigia superação constante. Com a exibição

de imagens, vídeos e discursos depreciativos sobre Alagoinha do Piauí, surgiram denúncias relacionadas ao Programa Brasil Alfabetizado e ao Mais Viver. Ficando evidente, então, que as condições de vida precárias e a falta de acesso a uma educação de qualidade contribuíram para que o município fosse rotulado como a cidade com o maior índice de analfabetismo do Brasil.

Mesmo que a reportagem da Rede *Record* tenha repassado uma visão sensacionalista durante a matéria jornalística, não quer dizer que reflete a realidade da cidade como um todo e de forma homogênea. Nessa perspectiva, é problemático a utilização de imagens que são facilmente encontradas em determinado espaço, já que se trata de uma questão social vivenciada e encontrada em várias partes do território brasileiro.

Ao longo da análise da reportagem, torna-se evidente que o sensacionalismo não funciona apenas como recurso estético, mas como uma estratégia discursiva que orienta a forma como a realidade é selecionada, enquadrada e consumida pelo público. Ao privilegiar imagens e narrativas que reforçam uma visão homogênea do semiárido, a cobertura da Rede *Record* mobiliza estereótipos históricos – como a associação do Nordeste à seca, à pobreza, ao atraso e ao analfabetismo – e os transforma em evidências visuais que parecem incontestáveis. Esse processo reativa estigmas profundamente enraizados, contribuindo para consolidar fronteiras simbólicas dentro do próprio país e reforçando desigualdades que não são apenas materiais, mas também discursivas. Conclui-se, portanto, que compreender como esses estereótipos e estigmas são articulados na produção jornalística é fundamental para desestabilizar narrativas simplificadoras e promover leituras mais críticas, complexas e contextualizadas sobre Alagoinha do Piauí e sobre o Nordeste como um todo.

4 “O ABC DA CORRUPÇÃO”: ENTRE TÁTICAS E PRÁTICAS ILEGAIS DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO EM ALAGOINHA DO PIAUÍ (2014-2015)

Corrupção envolve infração, violação de regras, convenções ou leis, que somente serão denunciadas se os outros (não-participantes) considerarem tais violações suficientemente sérias e importantes para serem reveladas e expressarem uma vigorosa desaprovação daqueles atos. Portanto, a articulação pública do discurso denunciatório é a condição final para que uma corrupção se transforme em um escândalo (Chaia; Teixeira, 2001, p. 64).

A corrupção não se configura como algo novo, mas como uma prática que com o passar dos tempos e contextos sociais vem ganhando novas especificidades. Desde a formação dos Estados e das instituições públicas, na grande maioria, busca-se tentar desviar o interesse coletivo pelo privado, promovendo irregularidades e percas para a população. No contexto do Brasil, com o passar dos séculos, a corrupção vem ganhando novas “caras”, contornos próprios, fazendo a união entre a herança colonial, patrimonialismo e as fragilidades institucionais. Mesmo com mudanças nos mecanismos e formas de praticá-la, continua com um mesmo viés: se apropriar de bens de forma indevida; decisões públicas ou cargos com fins individuais; um comportamento que estaria desviando da normal legal, ética e comportamental do ser humano.

No presente capítulo, abordamos a temática da corrupção em um contexto mais recente, especificamente entre os anos de 2014 e 2015, período marcado por intensas manifestações populares contra práticas ilícitas na gestão pública, com ênfase em áreas como educação e saúde. Esse cenário foi fortemente influenciado pela intensificação do ativismo social que ganhou projeção nacional a partir das *Jornadas De Junho* de 2013, durante o governo da então presidente Dilma Vana Rousseff. As manifestações, inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas do transporte público, rapidamente se ampliaram para incluir novas pautas, entre elas a exigência por maior transparência e o combate à corrupção nos mais variados setores do Estado, como visto no capítulo 1 da dissertação.

A mídia e os meios digitais exerceram um papel central na amplificação das denúncias e na mobilização da opinião pública. A cobertura jornalística, em muitos casos marcada por uma estética sensacionalista, transmitiu em tempo real os protestos, escândalos e ações judiciais, contribuindo para a criação de um ambiente de deslegitimação das instituições públicas. No recorte aqui analisado, a atuação da imprensa não apenas deu visibilidade às denúncias relacionadas ao Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, como também colaborou para a construção de narrativas que associaram o analfabetismo à ineficiência

administrativa e à corrupção. Esse fenômeno midiático evidencia o entrelaçamento entre informação, emoção e política na produção das representações públicas sobre os problemas sociais brasileiros.

As denúncias de corrupção no Programa Brasil Alfabetizado, veiculadas pela TV *Record* e pela Rede Globo, podem ser compreendidas dentro de um processo mais amplo de deslegitimação do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que se intensificou a partir de 2013. Ao enfatizar supostas irregularidades em programas sociais federais, como no caso de Alagoinha do Piauí, as reportagens contribuíram para associar o partido à má gestão e à corrupção, ampliando a desconfiança em relação às políticas públicas voltadas às populações vulneráveis. Nesse contexto de crescente polarização, tais exposições midiáticas podem integrar um movimento de desgaste político que antecedeu e ajudou a legitimar o processo de impeachment de 2016.

4.1 Memórias, denúncias e evidências: a execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí (2014 -2015)

4.1.1 Entre ditos e silêncios: memória, testemunho e narrativa midiática sobre o Programa Brasil Alfabetizado

Caminhando pela cidade, a repórter Heleine Heringer, com encontros e desencontros, cheiros, gostos e sons que poderiam ser encontrados, passa a construir a história da cidade de Alagoinha do Piauí e transmitir em rede nacional. Se no início foi repassado uma visão difícil e dura, que não poderia piorar, os minutos foram se passando e novas atrocidades foram sendo colocadas em foco. Durante a transmissão da reportagem da Rede *Record* vários personagens foram aparecendo durante a trama, a exemplo dos coordenadores, professores, alunos, moradores e políticos do município.

A memória de um acontecimento passa a ser construída em rede nacional por meio das falas dos entrevistados que ganham voz durante a reportagem do *Repórter Record Investigação*, exibida pela emissora Rede *Record*. Denúncias, desabafos e contradições entre os depoentes foram constantemente colocados em evidência, contribuindo para a elaboração de uma narrativa marcada por tensões e disputas de sentido. Em 2014, a memória coletiva dos moradores de Alagoinha do Piauí foi ressignificada, sendo apresentada em rede nacional sob um tom próximo ao de uma delação premiada, à medida que revelações sobre supostas fraudes e práticas ilícitas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado ganharam destaque.

As entrevistas conduzidas pelos repórteres, ainda que sigam propósitos distintos daqueles dos historiadores, também agem a partir de pistas e indícios que ajudam a sustentar determinadas versões dos fatos. Enquanto os jornalistas têm como objetivo imediato de informar e impactar o público com relatos que confirmem a veracidade das denúncias, os historiadores, por sua vez, buscam compreender os sentidos atribuídos aos acontecimentos ao longo do tempo, atentando-se para os contextos, silenciamentos e disputas que envolvem a construção da memória.

O repórter, de modo geral, está orientado pela lógica da notícia e pelo imediatismo da informação, buscando declarações impactantes que sustentem a pauta ou fornecem uma narrativa já em construção, o historiador, ao se utilizar da entrevista como ferramenta metodológica, preocupa-se com a escuta atenta, com a contextualização do depoente e com o entrecruzamento das memórias individuais com os processos históricos mais amplos. A História Oral, nesse sentido, não se limita à coleta de informações, mas visa à construção de sentidos a partir das múltiplas vozes e experiências. A abordagem historiográfica preza por uma ética da escuta e por um compromisso com a complexidade do vivido, o que a distingue profundamente da lógica televisiva pautada pela urgência, simplificação e, por vezes, pelo espetáculo.

Fernando Catroga (2009), discorre sobre a relação entre a produção historiográfica e a memória, considerando que ambas lidam com o passado, mas com propósitos distintos. Nesse caso, “a primeira visa, sobretudo, atestar a fidelidade do narrado, enquanto a segunda é movida por uma finalidade verídica que necessita da comprovação para certificar suas interpretações” (Catroga, 2009, p. 43-44). O historiador que trabalha com fontes orais precisa exercer um olhar crítico sobre os relatos memorialísticos, uma vez que esses constituem representações do que está ausente, e por isso são continuamente ressignificados. A memória parte do presente e, ao revisitar o passado, tanto revela quanto oculta aspectos da experiência vivida, sendo, portanto, seletiva, afetiva e construída de acordo com as necessidades do momento em que é evocada.

Aqueles que se propõem a trabalhar com História Oral enfrentam inúmeras dificuldades ao longo do processo de pesquisa. Uma delas ocorre quando o depoente opta por silenciar ou esquecer determinados acontecimentos vivenciados. No conto *Funes, o Memorialista*, de Jorge Luis Borges (2008), o autor explora os limites da memória e do esquecimento. O personagem Irineu Funes, após sofrer um acidente, passa a lembrar-se de absolutamente tudo o que viveu, sendo incapaz de esquecer qualquer detalhe. Esse “dom”, que à primeira vista poderia ser visto como extraordinário, transforma-se em um fardo: Funes torna-se prisioneiro de suas próprias lembranças, incapaz de generalizar, abstrair ou mesmo viver plenamente o presente, pois sua

mente permanece constantemente ocupada pelo acúmulo infinito de recordações. Borges, assim, nos provoca a refletir sobre os efeitos da memória absoluta e, por consequência, sobre o esquecimento como uma necessidade humana. O silêncio e o esquecimento, no âmbito da História Oral, não devem ser compreendidos apenas como lacunas ou falhas do relato, mas como dimensões constitutivas da experiência humana e da própria construção da narrativa.

Tomando o texto de Borges como exemplo, percebemos que, ao buscar depoimentos sobre um tema específico, podemos nos deparar com pessoas que preferem esquecer certos episódios de sua trajetória – por causa de traumas ou de algo considerado vergonhoso, secreto ou perigoso –, recusando-se a rememorar ou a compartilhar suas experiências. Trabalhar com a memória de um sujeito por meio de relatos orais nos permite desenvolver reflexões e questionamentos profundos a respeito de como os indivíduos selecionam o que lembrar e o que silenciar. A História Oral não é apenas uma técnica de coleta de informações, mas uma via de acesso às múltiplas formas de representação do passado, carregadas de afetos, traumas, omissões e ressignificações.

Como salienta Paolo Rossi (2010, p. 36), “[...] toda vez que tocamos no tema da memória, somos chamados também para o tema do esquecimento”. No caso desta pesquisa, observamos os silenciamentos em torno da atuação do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, tanto nas entrevistas veiculadas pelas reportagens televisivas quanto nas realizadas posteriormente às transmissões. A memória, nesse contexto, está intrinsecamente relacionada ao momento histórico-cultural vivenciado pelos entrevistados. As denúncias de fraudes no PBA foram levadas ao ar pela Rede *Record* em 2014 e pela Rede Globo em 2015, mas os contatos para as entrevistas desta pesquisa ocorreram apenas em 2022²³. Esse intervalo de tempo evidencia como as experiências e vivências do presente influenciam na forma como o passado é rememorado, ora provocando esquecimentos e apagamentos, ora ressignificando fatos. Fica evidente que a memória não é um repositório fixo de lembranças, mas um processo dinâmico e seletivo, em que recordar está inevitavelmente ligado ao ato de esquecer.

A utilização de testemunhos orais como fonte histórica requer uma escuta atenta não apenas ao que é dito, mas também ao que é silenciado, deformado ou romantizado pelos sujeitos entrevistados. É fundamental compreender que o valor do depoimento oral não reside apenas em sua pretensa objetividade ou exatidão factual, mas também nas representações que mobiliza

²³ As entrevistas utilizadas neste trabalho foram realizadas em 2022, destinadas à pesquisa de TCC (Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal do Piauí / Campus Senador Helvídio Nunes de Barros). Confira o trabalho: TEIXEIRA, José Clecionarton. **Discursos midiáticos:** construções discursivas em torno do analfabetismo em Alagoinha do Piauí (2014 - 2015). Picos: UFPI, 2023. (Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2023)

e nos sentidos atribuídos pelo narrador ao seu passado. A memória, como construção subjetiva e seletiva, pode revelar tanto sobre os eventos vividos quanto sobre a forma como são elaborados no presente. É nessa perspectiva que Philippe Joutard (2000, p. 34-35) defende que:

Sem contradição nem provocação, estou, de fato, convencido de que tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas vinculam, são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificam exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real do que do próprio real (mesmo em um nível intelectual bem elevado). O que os historiadores positivistas consideram radicalmente como o ponto fraco do testemunho oral não apenas nos permite compreender melhor o “vivido” dos testemunhos, mas também conhecer os motores da ação.

Torna-se possível compreender que os testemunhos orais não devem ser tratados apenas como documentos que comprovam verdades factuais, mas como manifestações subjetivas de experiências vividas e elaboradas a partir de contextos históricos, sociais e afetivos específicos. A memória, nesse sentido, funciona como um filtro pelo qual o passado é narrado, e suas lacunas, exageros ou distorções são pistas valiosas para se entender os sentidos atribuídos aos acontecimentos pelos sujeitos. Omissões ou contradições nos depoimentos não invalidam o conteúdo da fala, mas, ao contrário, evidenciam as disputas por significado e os mecanismos pelos quais os indivíduos reelaboram suas vivências, muitas vezes para se proteger, se justificar ou se posicionar. Logo, o historiador que trabalha com fontes orais precisa estar atento não apenas ao que é dito, mas também à forma como é dito e ao que é evitado, pois, como lembra Joutard (2000), essas estratégias narrativas revelam os “motores da ação” e contribuem para a compreensão das representações construídas sobre o real.

Entre ditos e não ditos, entre concessões e negações de entrevistas, no momento da escolha e seleção de entrevistados, muitas recusas foram postas durante as análises e investigações que pretendemos realizar. No ano de 2022, tivemos o contato com alguns moradores que deram depoimentos acerca da sua participação no programa, entre eles João e Maria, alunos do PBA, e Josefa, professora do PBA. Ambos, participantes da etapa que se encerrou no ano de 2014. Durante as entrevistas deram informações cruciais acerca de suas participações, elencando estratégias e táticas que eram desenvolvidas, sendo depoimentos utilizados no presente trabalho.

Por temor de possíveis represálias, é importante destacar que os nomes mencionados pelos depoentes nesta pesquisa são fictícios. Essa medida foi adotada porque os entrevistados não autorizaram o uso de seus nomes reais, considerando os temas abordados e as declarações feitas durante os relatos como sensíveis e comprometedoras. As transcrições das entrevistas

foram realizadas com o máximo de fidelidade ao que foi efetivamente dito e à forma como foi falada, respeitando as expressões, pausas, hesitações e entonações características da oralidade. Conforme orienta Regina Abreu Delgado (2010, p. 29), no momento da transcrição:

Será a primeira versão dos depoimentos, buscando reproduzir, com fidelidade, tudo que foi dito, sem cortes nem acréscimos. As passagens pouco claras devem ser colocadas entre colchetes; dúvidas, silêncios e hesitações, identificadas por reticências; risos devem ser identificados com a palavra *riso* entre parêntese; negrito deve ser utilizado para palavras e trechos de forte entonação. Deve-se também atentar para a pontuação, procurando-se assim não alterar o sentido das palavras e das frases.

É imprescindível que o pesquisador se mantenha atento aos aspectos éticos e técnicos no momento da transcrição e da análise dos depoimentos, evitando qualquer forma de distorção, julgamento ou ridicularização das falas dos entrevistados. O compromisso com o respeito à dignidade dos sujeitos da pesquisa é fundamental, sobretudo quando se trata de narrativas marcadas por experiências de vulnerabilidade, denúncias de irregularidades e memórias muitas vezes dolorosas. O tratamento dado às entrevistas orais deve considerar não apenas o conteúdo informativo, mas também o contexto emocional e social de quem compartilha suas vivências.

A entrevista, conforme destaca Alessandro Portelli (2010, p. 210), é uma prática dialógica, pois “[...] tem o passado como assunto e brota do encontro de um sujeito que chamarei de narrador e de outro sujeito que chamarei de pesquisador”. Isso significa que a construção do relato oral ocorre em um espaço de interação, onde o passado é evocado a partir de provocações feitas por alguém que está em busca de compreender determinados aspectos históricos. Por esse motivo, é fundamental que o pesquisador se prepare previamente, elaborando um roteiro de entrevista que sirva como guia para conduzir a conversa de forma coerente com os objetivos da pesquisa. No caso específico deste trabalho, o roteiro buscou direcionar os depoimentos à temática da participação no Programa Brasil Alfabetizado, em Alagoinha do Piauí.

No processo que sucedeu as entrevistas, percorremos diferentes etapas: na pré-entrevista, realizou-se o momento de aproximação e preparação, em que os objetivos da pesquisa foram apresentados, as dúvidas esclarecidas e um ambiente de confiança estabelecido; na entrevista, utilizou-se um roteiro semiestruturado, que permite tanto a condução a partir de perguntas previamente elaboradas quanto a abertura para narrativas espontâneas dos(as) colaboradores(as); na pós-entrevista, ocorreu o tratamento do material por meio da transcrição, da textualização e da transcrição, visando preservar o estilo narrativo e os sentidos atribuídos pelos(as) entrevistados(as); e, por fim, na etapa de validação, os(as) colaboradores(as) tiveram

acesso ao texto final da entrevista para sugerir correções, supressões ou complementações, garantindo que suas vozes fossem respeitadas e representadas de forma ética.

A narrativa produzida pelo entrevistado, portanto, não é algo espontâneo ou neutro: ela está intrinsecamente ligada às perguntas formuladas, ao contexto da entrevista e à própria relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado. Em outras circunstâncias ou diante de outros interlocutores, o relato poderia ser diferente, omitindo ou destacando aspectos distintos. Isso reforça a ideia de que a memória é seletiva, dinâmica e situada, sendo constantemente reconstruída a partir das experiências presentes.

A História Oral se revela como um instrumento valioso para acessar vozes que muitas vezes são silenciadas nos registros oficiais. Permite que memórias individuais, vivências subjetivas e experiências cotidianas venham à tona, ampliando o espectro de fontes disponíveis ao historiador. A entrevista oral, nesse contexto, é não apenas um método de coleta de informações, mas uma prática interpretativa, que dá visibilidade a sujeitos históricos frequentemente marginalizados e cuja fala, sem a mediação de um pesquisador comprometido, talvez jamais fosse registrada ou considerada relevante para a construção da narrativa histórica.

Torna-se pertinente explicitar os objetivos e as finalidades do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, política pública instituída pelo governo federal com foco na alfabetização de jovens, adultos e idosos, lançado em setembro de 2003, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2024), em relação ao funcionamento do PBA, o programa tem como objetivo central a superação do analfabetismo no país, contribuindo para a ampliação do acesso à escolarização básica e para a universalização do ensino fundamental. Desenvolvido em todo o território nacional, o Brasil Alfabetizado é implementado em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com prioridade para localidades que apresentam elevados índices de analfabetismo.

No que se refere à sua operacionalização, o programa se estrutura a partir da atuação de alfabetizadores voluntários – preferencialmente professores da rede pública – que desempenham funções como alfabetizadores, coordenadores de turmas ou tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esses profissionais recebem bolsas mensais como forma de incentivo à participação nas ações de alfabetização, o que evidencia o caráter indutor da política pública, baseada no apoio financeiro federal e na execução descentralizada nos municípios (FNDE, 2024).

A concepção do Programa Brasil Alfabetizado está diretamente vinculada a princípios que orientam sua forma de implementação e alcance territorial. Estruturado a partir da

descentralização das ações, da participação dos entes federativos e da parceria entre União, estados e municípios, o programa foi pensado para agir de maneira capilarizada, adaptando-se às realidades locais. Essa configuração institucional buscava, em tese, garantir maior eficiência no combate ao analfabetismo, ao direcionar esforços e recursos para as regiões historicamente mais afetadas por esse problema, sobretudo aquelas marcadas por desigualdades socioeconômicas persistentes. Segundo Albiane Oliveira Gomes (2010, p. 15),

Pautado nos princípios da descentralização, da participação e da parceria, o PBA é desenvolvido em todo o território nacional, embora deva ter atuação mais intensa nos 1.928 municípios com taxas de analfabetismo igual ou superior a 25%, com prioridade na região Nordeste, que concentra 90% dos municípios com os maiores índices de analfabetismo de jovens e adultos do país.

A priorização de municípios com elevados índices de analfabetismo revela a intenção do programa de atuar de forma focalizada, concentrando suas ações nos territórios considerados mais vulneráveis. A ênfase conferida à região Nordeste, frequentemente apresentada nos documentos oficiais como o principal espaço de incidência do analfabetismo de jovens e adultos no país, evidencia tanto o reconhecimento das desigualdades regionais quanto a tentativa de enfrentá-las por meio de políticas públicas específicas. Essa mesma lógica de descentralização e focalização, ao transferir grande parte da execução para os municípios, também expôs fragilidades nos mecanismos de acompanhamento e fiscalização, aspecto que se torna central para a análise das irregularidades identificadas em Alagoinha do Piauí.

O Programa Brasil Alfabetizado pode ser compreendido não apenas como uma iniciativa técnica de combate ao analfabetismo, mas como uma política pública historicamente situada, inscrita em um determinado projeto de Estado e de sociedade. Ao propor ações voltadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos, o programa expressa uma opção do governo federal no enfrentamento das desigualdades educacionais, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais. Como destaca Gomes (2010, p. 15), “a educação, enquanto prática social, é um fenômeno historicamente situado e em constante transformação, de modo que em cada momento histórico reflete a opção política das nações singulares por uma determinada forma de proteger seus cidadãos”. O Brasil Alfabetizado se insere em um contexto mais amplo de políticas educacionais que buscam afirmar a educação como direito social, ainda que sua implementação revele limites e contradições, como evidenciado no caso de Alagoinha do Piauí.

Desde sua implementação, o PBA foi concebido como uma política pública de grande alcance, articulada à estratégia do Estado brasileiro de enfrentamento do analfabetismo em escala nacional. Diferentemente de iniciativas pontuais ou regionalizadas, o programa assumiu

uma dimensão abrangente, buscando alcançar diferentes realidades sociais e territoriais do país. Essa amplitude conferiu visibilidade institucional ao programa, projetando-o como uma das principais ações governamentais voltadas à alfabetização de jovens e adultos no início do século XXI, tanto no cenário nacional quanto no internacional, como demonstram os reconhecimentos recebidos e os investimentos mobilizados desde seus primeiros anos de execução. De acordo com Gomes (2010, p. 78),

[...] o BRASIL ALFABETIZADO é de abrangência nacional e desde o primeiro ano de implementação abarcou todo o território nacional, o que lhe atribuiu o Prêmio UNESCO de Educação. Nesse mesmo ano atendeu a mais de um milhão de jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade e aplicou um total de R\$ 175 milhões.

A partir desses dados, observa-se que o programa foi estruturado como uma política de grande envergadura, tanto em termos de alcance populacional quanto de volume de recursos públicos investidos. A magnitude do programa e o reconhecimento institucional não garantiram, de forma automática, a efetividade homogênea de suas ações nos diferentes contextos locais. Ao contrário, como evidencia o caso de Alagoinha do Piauí, a execução descentralizada do Brasil Alfabetizado expôs limites relacionados à fiscalização, ao acompanhamento e à avaliação dos resultados, revelando tensões entre o desenho nacional da política e sua materialização nos municípios. A análise do programa exige não apenas o reconhecimento de sua importância histórica e social, mas também uma reflexão crítica sobre as condições institucionais que possibilitaram a reprodução de irregularidades e fragilidades em sua implementação.

De acordo com o FNDE (2024), o Programa Brasil Alfabetizado é direcionado a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, adultos e idosos que se encontram em situação de analfabetismo. O programa estabelece como públicos prioritários as pessoas privadas de liberdade, bem como populações historicamente marginalizadas, a exemplo dos sujeitos do campo e das comunidades quilombolas, reconhecendo as desigualdades sociais e territoriais que atravessam o acesso à educação básica no Brasil.

No que se refere à adesão e à gestão do programa, podem participar do Brasil Alfabetizado as secretarias de Educação dos estados, do Distrito Federal e as prefeituras municipais, responsáveis pela execução das ações em âmbito local. Cabe à Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (SEALF/MEC) analisar o Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa) apresentado pelos entes federativos e calcular o montante de recursos financeiros a ser transferido ao longo de cada ciclo do programa. Essa estrutura evidencia o

papel central do MEC na definição, acompanhamento e financiamento das ações, ainda que a implementação ocorra de forma descentralizada (FNDE, 2024).

Quanto à destinação dos recursos, o FNDE (2024) estabelece que os valores repassados ao PBA devem ser utilizados exclusivamente em despesas de custeio. A seguir, apresentam-se as ações em que esses recursos podem ser utilizados:

- formação dos voluntários, tanto na etapa inicial como na continuada;
- aquisição de material escolar;
- aquisição de material para o alfabetizador;
- aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente aos alfabetizandos;
- transporte para os alfabetizandos;
- aquisição ou reprodução de materiais pedagógicos e literários, para uso nas turmas; e
- reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos e reprodução de certificados para os beneficiários do Programa (Programa [...], 2024).

Essa normatização busca assegurar que os recursos públicos sejam aplicados diretamente nas condições materiais e pedagógicas necessárias ao funcionamento das turmas e à efetivação do processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos. Ao delimitar de forma objetiva as despesas permitidas – como a formação dos voluntários, a aquisição de materiais didáticos, a oferta de alimentação e o transporte dos alfabetizandos – o Programa Brasil Alfabetizado estabelece parâmetros que visam minimizar desvios de finalidade e garantir que os investimentos alcancem, de fato, os sujeitos atendidos. No caso de Alagoinha do Piauí, as denúncias de irregularidades na execução do programa indicam um distanciamento entre a normatização prevista e a prática efetivada no âmbito municipal.

A existência de relatórios padronizados, a suspeita de turmas inexistentes e o consequente bloqueio dos repasses evidenciam fragilidades no controle e na fiscalização, comprometendo a transparência e a credibilidade da política pública em um contexto marcado por elevados índices de analfabetismo. A correta aplicação dos recursos e o acompanhamento sistemático das ações financiadas mostram-se elementos centrais não apenas para a eficiência do programa, mas para sua própria legitimidade enquanto estratégia de enfrentamento do analfabetismo.

4.1.2 Irregularidades administrativas e denúncias na execução do Programa Brasil Alfabetizado

Por meio do roteiro construído na reportagem do *Repórter Record Investigação*, com sujeitos em destaque que poderiam consolidar o narrado como uma verdade sobre aquele espaço, é importante destacar que há diferentes camadas de personagens, cada qual com suas particularidades, vivências e níveis de influência no município. Esses sujeitos se tornam peças fundamentais na construção de uma narrativa vendável ao público nacional, contribuindo para a legitimação do discurso apresentado pela mídia. Em um enredo marcado pelo sensacionalismo e pela busca por “vilões” e “vítimas”, a presença dessas figuras locais fornece uma aparência de autenticidade e proximidade ao espectador, conferindo credibilidade ao conteúdo exibido.

Dentre esses personagens, destaca-se a repórter Heleine Heringer, que percorre diversos espaços da cidade em busca de evidências e depoimentos que sustentem as denúncias de corrupção no Programa Brasil Alfabetizado. Sua postura, quase como a de um andarilho incansável, reforça a ideia de uma investigação jornalística obstinada, que se empenha em “desvendar” os escândalos escondidos no interior do país. Nesse processo, a jornalista é abordada por um morador da cidade, Francisco Brito (*in memoriam*), conhecido como Chico Paturi, que se dispõe a denunciar supostas irregularidades na execução do programa em Alagoinha do Piauí. Seu testemunho, concedido de forma espontânea, é utilizado pela reportagem como um ponto de partida para sustentar as acusações feitas ao longo da matéria, depoimento esse que dará início ao debate que objetivamos realizar no presente capítulo.

Abaixo, Figura 47, encontramos um fotógrafo, de nome Francisco Brito, um sujeito de coragem como comentado pela repórter, provavelmente por ter tido a ousadia, de forma espontânea, por vir em rede nacional e sem desfoque em sua face para comentar acerca de um assunto polêmico e delicado no município.

Figura 47 – Entrevista com o fotógrafo Francisco Brito, em Alagoinha do Piauí, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7

11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 07min.31seg. a 09min.11seg.

Na fala de Francisco Brito ele ressalta que não acredita que Alagoinha teria todo esse índice de analfabetismo, alegando que isso acontecia em virtude de práticas ilegais que eram realizadas por moradores do município durante a execução do programa. No trecho abaixo, fio condutor da nossa análise, prestaremos os devidos cuidados em relação algumas afirmações, tais como: “eu não sou analfabeto”, “deputado fulano de tal deu uma bolsa de escola para mim”, “você pode dar o seu nome aqui pra gente sem ser analfabeto?”, “aí vai lá e dou meus dados... sou analfabeto, sem ser analfabeto”. Por meio desses excertos acima, encontrados na sua fala e, descrita na íntegra logo a seguir, iremos adentrando na nossa análise em volta do funcionamento do PBA, pegando como parâmetro as declarações feitas por Francisco Brito aos envolvidos que poderiam realizar tais ações.

Vocês querem falar é que a educação de Alagoinha é péssima, que é um lugar mais atrasado... é negatividade, é mentira! É mentira! **Eu não sou analfabeto.** Eu sou cinegrafista que nem vocês. Eu sou fotógrafo que nem vocês. Mas chega aquele vizinho meu e... Chico! **Deputado fulano de tal deu uma bolsa de escola pra mim** e tal, **você pode dar o nome aqui pra gente como analfabeto?** Aí vai lá e dou meus dados, CPF... **Sou analfabeto, sem ser analfabeto.** E Alagoinha passando a ter o cadastro da cidade mais analfabeto do país sendo mentira, que não é isso. Sendo vergonha para o nosso município, porque na realidade não tem nada a ver [grifo nosso] (*Repórter Record Investigação*, 2014, 07min.31seg. a 09min.11seg.).

Por meio do depoimento de Francisco Brito é possível entender algumas *estratégias*, *táticas* e *práticas* que foram desenvolvidas em Alagoinha do Piauí durante o funcionamento do programa. A exemplo de pegarem os nomes de pessoas alfabetizadas para conseguirem formar

as turmas, como também elas virem por meio dos deputados, que depois seriam distribuídas para os vereadores do município e, a posteriori, entre os professores e coordenadores. Na transmissão jornalística foi apontado que isso realmente acontecia com frequência.

Na Figura 48 a seguir, destacamos o vereador Luís Alves Gonzaga²⁴, popularmente conhecido por Luisão, eleito 4 vezes consecutivas, em primeiro lugar, em todas as corridas eleitorais disputadas em Alagoinha do Piauí. Escolhido para comentar acerca do funcionamento do programa por ser visto enquanto uma figura sábia e conhecedora dos habitantes e da realidade da cidade.

Figura 48 – Entrevista televisiva com o vereador Luís Alves Gonzaga, em Alagoinha do Piauí, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 28min.04seg. a 29min.03seg.

Na transmissão jornalística, o depoente narra com detalhes e exemplos como funcionaria o programa no município, indo ao encontro do que foi dito por Francisco Brito. Luisão, durante o seu depoimento afirma que a grande maioria dos participantes do programa são alfabetizados. Em sua analogia feita, de 1000 participantes, talvez não encontrassem 300 analfabetos, como pode ser visto na legenda acima da captura de tela.

A realidade descrita por Francisco Brito converge com as investigações já realizadas acerca do programa. Em 2022, ao entrevistarmos participantes do Programa Brasil

²⁴ Luís Alves Gonzaga, à época, exercia o mandato de vereador pela situação e ocupava a presidência da Câmara Municipal, em razão de ter obtido o maior número de votos no pleito eleitoral. No contexto analisado na seção secundária 2.2, estava filiado ao PTB e integrava o grupo político que defendia a construção de uma candidatura única em 2012. Após a exposição midiática do município, passou a compor a chapa do PT, migrando para o grupo antagônico ao qual anteriormente não pertencia, já que integrava a base de apoio de Braz. Pelo novo agrupamento político, elegeu-se vereador por três legislaturas consecutivas, alcançando, em ambas, a primeira colocação.

Alfabetizado, encontramos relatos semelhantes, sobretudo no que diz respeito à prática recorrente de alfabetizadores coletarem nomes de pessoas já alfabetizadas para compor as turmas. Esse procedimento foi mencionado como algo presente ao longo dos anos de funcionamento do PBA em Alagoinha do Piauí, inclusive na etapa encerrada em 2014, ano da denúncia realizada pela Rede *Record*.

Esse cenário torna-se ainda mais compreensível quando se considera a configuração demográfica do município. À época, Alagoinha do Piauí contava com 7.341 habitantes²⁵, segundo o Censo do IBGE (2010), o que, por se tratar de uma cidade de pequeno porte, facilitava a execução dessas práticas. Em um contexto no qual praticamente todos se conhecem, a busca por nomes para formação de turmas ocorria de forma direta, muitas vezes de casa em casa, apoiada em redes de proximidade e relações pessoais.

Abaixo, Figura 49, a repórter vai atrás de Maria Solinauba das Mercês²⁶, supervisora do programa para fazer algumas perguntas, dentre elas sobre a prática de pegarem nomes de pessoas alfabetizadas. Na fala, fica nervosa e entra em contradição, alegando que não sabe dessa prática, mas logo em seguida relata que já ouviu falar e que acontecia antes, mas agora “achava que não acontecia mais”.

Figura 49 – Entrevista televisiva com Maria Solinauba das Mercês, supervisora do Programa Brasil Alfabetizado, em Alagoinha do Piauí, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7

11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 29min.14seg. a 30min.15seg.

²⁵ À época, a grande maioria da população vivia no campo. De acordo com o IBGE (2010), a zona urbana era composta por 2.669 habitantes, enquanto a zona rural contava com 4.680 pessoas. No último Censo (IBGE, 2022), o quadro se inverteu: do total de 6.819 habitantes, 2.999 residiam na zona rural e 3.820 na zona urbana.

²⁶ Maria Solinauba das Mercês exercia a função de supervisora do programa à época e era filha de Braz Neto. Por integrar o grupo político situacionista, é plausível que sua nomeação para o cargo tenha sido favorecida por vínculos de parentesco e proximidade política. Após a exposição midiática do município, candidatou-se ao cargo de vereadora nas eleições de 2016, sendo eleita em terceiro lugar pela sigla PP, com apoio de seu pai e pelo grupo político conhecido como “lado de Braz”.

Durante seu depoimento, foi possível perceber diversas hesitações ao tentar explicar sobre a possível prática de irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado. A entrevistada entrou em contradição em diferentes momentos e, visivelmente nervosa, perdeu o fio do raciocínio por várias vezes. Esse nervosismo se revelou por meio de gaguejos, pausas prolongadas, olhares constantes para uma pessoa que a acompanhava durante a entrevista, Valdênia Rocha, demonstrando insegurança quanto ao que poderia ou não ser dito naquele momento de tensão, que envolvia não apenas sua imagem, mas também possíveis implicações legais.

Esses indícios permitem supor que, apesar de conhecer a realidade dos fatos, a depoente optou por não se comprometer. Sua fala oscilava entre a negação da prática e o reconhecimento indireto de que tais ações já teriam ocorrido, especialmente quando afirma que “já ouviu falar” que isso acontecia no passado, mas que, segundo ela, “hoje em dia não acontece mais”. Esse tipo de declaração aponta para um possível silenciamento estratégico, motivado por medo, autopreservação ou lealdade a pessoas envolvidas. A estrutura narrativa da entrevista revela, assim, mais pelo que é omitido ou dito com cautela do que pelas afirmações diretas.

Após a veiculação da reportagem do *Repórter Record Investigação* (2014), que denunciava irregularidades e indícios de fraude na execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, o caso ganhou repercussão nacional e passou a mobilizar instâncias formais de fiscalização. Entre os órgãos acionados, destacou-se o Ministério Público Federal (MPF), responsável por conduzir apurações diante das acusações que envolviam fraudes em relatórios, possível desvio de recursos públicos e má gestão local do programa. No ano seguinte, em 2015, o programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo, deu continuidade à cobertura do caso. Na ocasião, a jornalista Mayara Teixeira²⁷ entrevistou a procuradora federal Maria Clara Lucena²⁸ (Figura 50), que apresentou informações sobre o andamento das investigações e detalhou elementos que evidenciavam a existência de esquemas de corrupção vinculados à operacionalização do programa no município.

²⁷ É formada em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP) e atua como repórter no programa *Profissão Repórter*, da TV Globo, há oito anos. Participou também da produção do documentário *extremistas.br*, exibido na plataforma Globoplay. É mestre pela Universidade de Columbia, em Nova York, com especialização na produção de documentários, e fellow do programa de bolsas do Pulitzer Center.

²⁸ Maria Clara Lucena Dutra de Almeida é Procuradora da República no Ministério Público Federal. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007), especialização em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina e mestrado em Direito, Ciências, Instituições e Desenvolvimento pela Universidade Católica de Brasília. Atua na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional e Direito Penal, desenvolvendo atividades voltadas à promoção da justiça, defesa dos direitos fundamentais e fortalecimento das instituições democráticas.

Figura 50 – Entrevista televisiva com a Procuradora Federal Maria Clara Lucena, exibida pelo *Profissão Repórter*, em 2015.



Fonte: G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 07min.57seg. a 08min.27seg.

Durante entrevista concedida ao *Profissão Repórter* (2015), a procuradora federal Maria Clara Lucena esclareceu que os indícios apontavam para um esquema recorrente de desvio de verbas públicas destinadas à alfabetização de jovens e adultos. Entre os principais elementos analisados pelo MPF estavam os relatórios idênticos produzidos por diferentes professores, a inclusão de nomes de pessoas já alfabetizadas nas listas de beneficiários e a ausência de comprovação efetiva das atividades pedagógicas nas comunidades.

O município de Alagoinha do Piauí, segundo dados do IBGE (2010), é recordista em número de analfabetos do Brasil, com 44% da população local sem saber ler ou escrever, fato que teria chamado atenção de duas emissoras televisivas de grande visibilidade e audiência no cenário nacional – Rede *Record* e Rede Globo. Segundo a procuradora federal Maria Clara Lucena,

Muito provavelmente esse índice constatado pelo IBGE não condiz com a realidade. Trata-se, muito provavelmente, de um número que é utilizado também para a prática de fraudes, porque essa verba relativa ao Brasil Alfabetizado é proporcional ao número de analfabetos do município (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 07min.57seg. a 08min.27seg.).

Com base no excerto apresentado, observa-se que a procuradora federal direciona suas investigações para indícios de possíveis fraudes na execução do programa, motivadas, sobretudo, pelo número elevado de pessoas analfabetas em um município de pequeno porte, com menos de oito mil habitantes. Segundo os dados apontados, o índice divulgado é

considerado desproporcional à realidade da cidade. Essa discrepância poderia ser explicada pelo interesse da gestão municipal em inflar os dados de analfabetismo, com o objetivo de atrair maiores volumes de recursos federais destinados à execução do programa. Conforme esclarecido por Maria Clara Lucena, os repasses financeiros do governo federal eram realizados com base na quantidade de pessoas cadastradas como analfabetas. Isto é, quanto maior o número de inscritos nessa condição, maior seria o montante recebido para a implementação do programa no município.

A jornalista Mayara Teixeira relata, ao apresentar alguns pontos do município, que “por ser o município com o maior número de analfabetos, no ano passado [2014] Alagoinha tinha também o maior número de alfabetizadores. Eram 42 alfabetizadores, que ganhavam R\$ 400 por mês, além dos 08 coordenadores, que recebiam R\$ 600 mensais” (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 08min.29seg. a 08min.45seg), como visto na (Figura 51).

Figura 51 – Dados apresentados na reportagem televisiva exibida pelo *Profissão Repórter*, em Alagoinha do Piauí, em 2015.



Fonte: G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 08min.29seg. a 08min.45seg.

A partir dos dados apresentados, torna-se evidente o possível interesse da gestão local em elevar os números de pessoas analfabetas, uma vez que isso garantiria o envio de maior volume de recursos federais para a execução do programa. Considerando os valores repassados durante a reportagem, tem-se que o município recebia, mensalmente, R\$ 16.800 destinados ao pagamento dos 42 alfabetizadores e R\$ 4.800 para os 08 coordenadores, totalizando R\$ 21.600 mensais voltados à alfabetização de jovens e adultos.

A reportagem *Repórter Record Investigação* apresentou dados que divergem daqueles divulgados pelo *Profissão Repórter*, da Rede Globo, especialmente no que se refere ao número de profissionais envolvidos na execução do Brasil Alfabetizado no município de Alagoinha do Piauí. Enquanto a matéria exibida pela Rede Globo aponta a existência de 42 alfabetizadores e 8 coordenadores, a jornalista Heleine Heringer, da Rede *Record*, informa que o município contava com 77 alfabetizadores e 19 coordenadores, todos remunerados com recursos provenientes do governo federal, conforme os critérios do programa. Esses dados podem ser vistos na íntegra por meio da fala da repórter e nas capturas de telas a seguir (Figuras 52 e 53):

O Brasil Alfabetizado pertence ao governo federal. A verba é direcionada aos estados e municípios. A secretaria de educação, seleciona os coordenadores e professores, e fazem o acompanhamento. E, Alagoinha do Piauí, são 19 coordenadores que ganham 600 reais por mês, e 77 alfabetizadores que tem que ter pelo menos o Ensino Médio completo, e ganham 400 reais por mês (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 25min.27seg. a 25min.57seg.).

Figuras 52 e 53 – Dados sobre Alagoinha do Piauí, exibidos pelo *Repórter Record Investigação*, em 2014.



Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 25min.27seg. a 25min.57seg.

Ao observar os números divulgados pela Rede *Record*, percebe-se que o volume de recursos movimentado seria ainda mais expressivo do que aquele apresentado pela Rede Globo. Considerando os valores informados na reportagem de 2014, o pagamento mensal de 77 alfabetizadores, ao custo de R\$ 400 cada, totalizaria R\$ 30.800, somados aos R\$ 11.400 referentes à remuneração de 19 coordenadores, que recebiam R\$ 600 mensais. O montante destinado mensalmente ao município ultrapassaria R\$ 42.000, valor significativo quando relacionado ao tamanho da população local e ao número de pessoas oficialmente classificadas como analfabetas.

Essa discrepância numérica não deve ser compreendida, neste trabalho, apenas como uma contradição factual entre duas emissoras concorrentes, mas como um elemento revelador

da complexidade do fluxo de recursos públicos e da própria falta de transparência na gestão e divulgação das informações relacionadas ao programa. Ainda que os dados apresentados pelas reportagens não coincidam, ambos convergem ao evidenciar um contingente elevado de profissionais envolvidos em um município de pequeno porte, o que reforça a centralidade do debate sobre os repasses orçamentários e os critérios de distribuição dos recursos federais destinados à alfabetização de jovens e adultos.

Ainda que as reportagens apresentem dados distintos, ambas produzem um mesmo efeito discursivo: a construção de Alagoinha do Piauí como um espaço marcado por anormalidade administrativa e estatística, no qual os índices de analfabetismo e a quantidade de recursos recebidos aparecem como desproporcionais à realidade demográfica do município. Essa narrativa contribui para sustentar a hipótese de que a elevação do número de pessoas cadastradas como analfabetas poderia estar associada à ampliação dos repasses financeiros, uma vez que o programa baseava seus critérios de financiamento na quantidade de beneficiários inscritos.

Mais do que identificar qual dos dados se aproxima da realidade administrativa do município, interessa a esta pesquisa compreender como a circulação dessas informações, ainda que contraditórias, contribuiu para consolidar uma narrativa nacional sobre Alagoinha do Piauí, associando o município a práticas de desvio, ineficiência e fraude na execução de políticas públicas de alfabetização. A análise comparativa das reportagens, portanto, permite evidenciar não apenas a dimensão orçamentária do Programa Brasil Alfabetizado, mas também os sentidos históricos produzidos pela mídia ao representar o interior nordestino como espaço de irregularidade e exceção.

Após a exposição dos dados relativos ao número de coordenadores e alfabetizadores vinculados ao Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, a reportagem do *Repórter Record Investigação* amplia o foco da investigação ao deslocar a atenção para a dimensão orçamentária do programa. Nesse momento, a narrativa jornalística passa a enfatizar não apenas quem eram os sujeitos envolvidos na execução da política pública, mas, sobretudo, quanto estava sendo investido para garantir seu funcionamento, evidenciando os valores destinados à manutenção das atividades, à formação dos educadores e às demais despesas operacionais, (Figuras 54 e 55).

Figuras 54 e 55 – Dados acerca do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, exibidos na reportagem do *Repórter Record Investigação*, em 2014.



Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 39min.13seg. a 39min.50seg.

Esse movimento discursivo reforça a lógica investigativa da reportagem, ao sugerir que a compreensão dos possíveis problemas do programa exige a análise dos fluxos financeiros que o sustentavam, preparando o espectador para a apresentação de dados numéricos que buscam demonstrar a magnitude dos recursos aplicados no município. A seguir, podemos observar a fala da jornalista na íntegra no momento em que os dados foram exibidos.

Para atender a todos os analfabetos do município, por ano, mais de 75 mil reais [R\$ 75.200,00], são destinados para a formação de educadores, compra de material escolar e alimentação. E orçamento nem traz os gastos com os salários. São mais de 320 mil reais por ano. Com todo esse investimento o programa teria alfabetizado mais de 3 mil pessoas [3084], nos últimos 7 anos. A pergunta que fica: com quanto uma população inteira, se quer entende o que tantos números significam, pra onde vai todo esse dinheiro?! (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 39min.13seg. a 39min.50seg.).

A divulgação desses números cumpre um papel central na construção do argumento investigativo da reportagem, ao evidenciar um possível descompasso entre o volume de recursos investidos e os resultados apresentados. Ao mencionar valores elevados e quantitativos expressivos de pessoas supostamente analfabetas, a narrativa jornalística busca provocar no espectador um sentimento de estranhamento e desconfiança, sugerindo que os investimentos realizados não se converteram, de forma proporcional, em transformações efetivas na realidade educacional do município.

Ao destacar separadamente os gastos com salários e as demais despesas do programa, a reportagem reforça a ideia de que os recursos federais movimentavam um montante significativo para uma cidade de pequeno porte. Associada à forma como esses dados são apresentados – por meio de uma sequência de valores – totais anuais e questionamentos retóricos –, a narrativa constrói a imagem de uma população alheia à complexidade do

orçamento público, estabelecendo uma assimetria entre gestores e moradores e legitimando a atuação da mídia como instância mediadora e tradutora das informações.

Mais do que informar, a reportagem age como uma pedagogia do escândalo, na qual os números assumem uma dimensão simbólica e são mobilizados para sustentar uma narrativa de suspeição. A análise dos dados orçamentários apresentados pela Rede *Record* permite compreender como o discurso jornalístico articula valores e resultados para produzir sentidos específicos sobre a execução do Programa Brasil Alfabetizado, associando Alagoinha do Piauí a práticas de ineficiência administrativa e possíveis irregularidades, ao mesmo tempo em que desloca o debate de uma reflexão estrutural sobre as políticas educacionais para uma lógica de responsabilização local.

Na fala da repórter, com base no documento apresentado, é informado que, ao longo de sete anos de funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, 3.084 pessoas teriam sido atendidas pela iniciativa. Entretanto, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, o município possuía uma população total de 7.341 habitantes, dos quais aproximadamente 44% eram classificados como analfabetos, o que correspondia a cerca de 3.230 pessoas que não sabiam ler nem escrever. Observa-se que, mesmo após anos de execução do programa e de investimentos contínuos em ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos, o número de pessoas em situação de analfabetismo permanecia elevado, representando quase a metade da população municipal.

Diante dessa aparente incongruência entre o quantitativo de pessoas supostamente alfabetizadas e a permanência de altos índices de analfabetismo, impõe-se o questionamento acerca da efetividade do programa no contexto local. Tal contraste, explorado pela narrativa jornalística, não apenas suscita dúvidas sobre os resultados da política pública, como também reforça a necessidade de uma análise sobre os critérios de contabilização dos beneficiários e sobre as condições reais de implementação do Brasil Alfabetizado no município.

A reportagem do *Repórter Record Investigação* amplia o debate ao incluir a posição oficial do Ministério da Educação, por meio da entrevista com a então secretária Macaé dos Santos²⁹ (Figura 56).

²⁹ Macaé Maria Evaristo dos Santos é professora, assistente social e política mineira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), com trajetória destacada na área da educação e dos direitos humanos. Graduada em Serviço Social pela PUC Minas (1990) e mestre em Educação pela UFMG (2006), atua como professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte desde 1984, onde exerceu funções de coordenação e direção escolar. Foi Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte (2004–2012), Secretária de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC (2013–2014) e Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais (2015–2018). Atualmente, é Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania e deputada estadual licenciada. Primeira mulher negra a ocupar as secretarias municipal e estadual de Educação em Minas Gerais, Macaé Evaristo construiu sua carreira voltada à promoção da inclusão, da diversidade, da educação indígena e da igualdade racial.

Figura 56 – Entrevista televisiva com Macaé dos Santos, secretária do Ministério da Educação, em 2014.



Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 40min.40seg. a 41min.02seg.

A inserção dessa voz institucional cumpre uma função estratégica na narrativa, ao deslocar o foco da esfera exclusivamente municipal para o âmbito federal, sugerindo que as irregularidades denunciadas ultrapassavam a gestão local e exigiam a intervenção direta do governo central. A reportagem passa a enfatizar os mecanismos de controle e fiscalização do Programa Brasil Alfabetizado, indicando que a existência de denúncias junto ao Ministério Público desencadearia medidas administrativas imediatas por parte do Ministério da Educação, especialmente no que se refere à suspensão dos repasses financeiros. A secretária relata que

Quando o Ministério da Educação recebe algum tipo de denúncia, sobre a gestão do programa, é... imediatamente o ministério toma uma medida. Primeiro, de bloqueio de repasse de recurso para esta municipalidade ou para esta gestão que pode ser também uma gestão estadual. E, a partir daí são tomadas as providências cabíveis (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 40min.40seg. a 41min.02seg.).

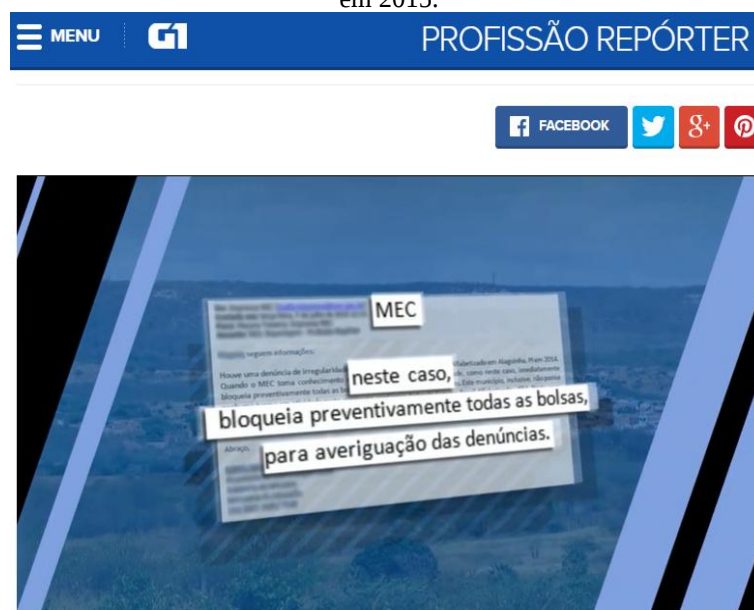
A sua fala reforça a ideia de que o bloqueio dos recursos constituía uma resposta padrão do Estado diante de suspeitas de irregularidades, funcionando como um instrumento de contenção e investigação. Ao afirmar que, diante de qualquer denúncia, os repasses eram imediatamente interrompidos até a apuração dos fatos, o discurso institucional legitima a suspensão do programa em Alagoinha do Piauí como uma consequência direta das denúncias veiculadas, e não como uma decisão arbitrária.

A reportagem constrói uma narrativa de responsabilização que associa a interrupção do Programa Brasil Alfabetizado no município à existência de indícios de má gestão, reforçando,

junto ao público, a percepção de que as denúncias apresentadas possuíam respaldo técnico e administrativo. Ao mesmo tempo, essa abordagem contribui para naturalizar a suspensão da política pública como medida necessária, silenciando os impactos dessa decisão sobre a população local e deslocando o debate dos efeitos sociais do programa para uma lógica predominantemente punitiva e investigativa.

Na reportagem exibida pelo *Profissão Repórter*, a Rede Globo também recorreu à apresentação de documentos oficiais como estratégia de legitimação das denúncias de irregularidades envolvendo o PBA em Alagoinha do Piauí. Nessa direção, a emissora exibiu um *e-mail* encaminhado pelo Ministério da Educação à própria produção do programa, em resposta aos questionamentos formulados pela reportagem acerca das denúncias levadas ao Ministério Público. No conteúdo da mensagem, o órgão federal informava as providências adotadas diante de indícios de irregularidades na execução do programa no município (Figura 57).

Figura 57 – E-mail enviado pelo Ministério da Educação (MEC) à emissora do programa *Profissão Repórter*, em 2015.



Fonte: G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 16min.04seg. a 16min.09seg.

A divulgação desse documento na reportagem reforça o caráter investigativo da narrativa jornalística, ao incorporar uma fonte institucional escrita que busca confirmar, em termos administrativos, as informações veiculadas, justificando, assim, a suspensão das atividades do programa e o bloqueio dos repasses financeiros. Logo a seguir, podemos ler o e-mail que foi enviado e transmitido em rede nacional:

Houve uma denúncia de irregularidades na execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha, PI em 2014. Quando o MEC toma conhecimento de qualquer indício de irregularidade, como neste caso, imediatamente bloqueia preventivamente todas as bolsas, para averiguação das denúncias. Este município, inclusive, não possui nenhuma turma em atividade neste momento, conforme dados do Sistema Brasil Alfabetizado-SBA. Neste caso, somente após a averiguação *in loco* será autorizada a ativação de novas turmas. Foram encaminhados ofícios ao secretário estadual de educação do PI e ao prefeito municipal de Alagoinha. Abraço (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 16min.04seg. a 16min.09seg).

O conteúdo do *e-mail* encaminhado pelo Ministério da Educação à equipe de reportagem do *Profissão Repórter* confirma, em termos administrativos, a existência de denúncias de irregularidades na execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí no ano de 2014, além de detalhar as medidas adotadas pelo órgão federal diante desses indícios. Ao afirmar que o bloqueio das bolsas ocorre de forma preventiva sempre que o MEC toma conhecimento de qualquer irregularidade, o documento reforça uma lógica de atuação baseada na suspensão imediata dos repasses como estratégia de controle e averiguação. Essa postura institucional contribui para legitimar a interrupção do programa no município, apresentando-a como um procedimento técnico e padronizado, e não como uma ação excepcional direcionada exclusivamente a Alagoinha do Piauí.

Ao informar que o município não possuía, naquele momento, nenhuma turma em atividade, conforme os dados do Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), o *e-mail* evidencia os impactos das denúncias sobre a continuidade da política pública no âmbito local. A exigência de uma averiguação *in loco* como condição para a reativação das turmas revela o grau de desconfiança instaurado em relação à gestão municipal e estadual, ao mesmo tempo em que desloca o debate para a esfera burocrática e investigativa. O documento não apenas confirma a suspensão do programa, mas também reforça a narrativa midiática que associa Alagoinha do Piauí a um espaço de irregularidade administrativa, silenciando, em grande medida, as consequências sociais da paralisação do Brasil Alfabetizado para a população que dependia dessa política educacional.

Como desdobramento direto das denúncias veiculadas e das medidas administrativas adotadas pelo Ministério da Educação, o Programa Brasil Alfabetizado deixou de ser efetivado em Alagoinha do Piauí, resultando na interrupção de uma política pública voltada especificamente à alfabetização de jovens, adultos e idosos no município. A suspensão do programa implicou um período prolongado de ausência de ações federais direcionadas a esse público, evidenciando como os efeitos das denúncias ultrapassaram o campo investigativo e incidiram diretamente sobre a garantia do direito à educação. Somente anos depois, em 2024, o município passou a contar com a implementação do Programa Alfabetiza Piauí – iniciativa

do governo do Estado do Piauí (SEDUC-PI), que, até o presente momento, vem sendo executado de forma regular, sinalizando uma retomada das políticas educacionais, ainda que sob outra configuração e sem apagar os impactos gerados pela descontinuidade do Brasil Alfabetizado.

4.1.3 Confrontos públicos e evidências documentais: a materialização das irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado

Durante a reportagem do *Profissão Repórter*, da Rede Globo, em 2015, que abordava o analfabetismo no Brasil, destacou-se em sua cobertura jornalística a cidade que liderava o *ranking* do maior índice de analfabetismo no país, Alagoinha do Piauí. Em uma das passagens gravadas no município, a repórter Mayara Teixeira buscou informações sobre a execução do programa de alfabetização, dirigindo-se à Prefeitura Municipal, onde entrevistou o então secretário municipal de educação, Márcio Ribeiro³⁰ – Figuras 58 e 59. Na ocasião, o gestor foi questionado acerca de indícios de irregularidades, como a presença de pessoas já alfabetizadas matriculadas no programa e a recorrência de relatórios padronizados entre professores e coordenadores, o que levantava suspeitas quanto à veracidade das informações prestadas e à eficácia da política pública no município.

Figuras 58 e 59 – Entrevista com o Secretário Municipal de Educação de Alagoinha do Piauí, em 2015.



Fonte: G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 09min.54seg. a 10min.11seg.

³⁰ À época das reportagens, Márcio Ribeiro exercia o cargo de secretário de Educação de Alagoinha do Piauí e era casado com uma filha de Braz, fazendo parte da liderança política local. Como Braz apoiou a candidatura vitoriosa no pleito municipal, é possível interpretar a nomeação como parte das negociações que estruturaram essa aliança, funcionando também como forma de retribuição política.

No referido trecho da reportagem, a jornalista Mayara Teixeira afirma que o Programa Brasil Alfabetizado é de responsabilidade federal, mas que caberia ao município fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alfabetização dos alunos. Munida de documentos e depoimentos de moradores que denunciavam irregularidades na execução do programa em Alagoinha do Piauí, a repórter procurou esclarecimentos junto ao então secretário municipal de Educação, Márcio Ribeiro. Ao ser questionado sobre a existência de relatórios idênticos, tanto naquela edição do programa quanto em anteriores, o secretário declarou: “a gente tinha dificuldade com relação à fiscalização, mas o município... o secretário sempre cobrou dos coordenadores e dos professores que realmente é... faziam é... essa fiscalização pra poder funcionar o programa normalmente” (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 09min.54seg. a 10min.11seg.). Seu depoimento é marcado por hesitações, contradições e afirmações ambíguas, revelando fragilidade argumentativa. Tanto os documentos apresentados – como os relatórios – quanto os testemunhos dos moradores indicavam uma realidade distinta daquela descrita pelo gestor. Após a fala do secretário, a repórter Mayara Teixeira contrapôs diretamente sua justificativa, afirmando que, de fato, tal fiscalização não ocorria:

Mas isso não foi feito. Porque por exemplo, quando a gente conversa com pessoas aqui na praça mesmo, muitas delas dizem que receberam convites pra fazer parte dessas turmas, e que no final não tinham aula e assim, vizinhos! O vizinho vai lá e pede pra colocar o nome na lista. A secretária não sabia disso? (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 10min.12seg. a 10min.28seg).

Ao ser confrontado pela repórter, o secretário municipal de Educação limitou-se a afirmar que desconhecia tal prática. O diálogo se tornou mais tenso diante da insistência da jornalista, que, em tom de questionamento, indagou: “tem alguns relatórios aqui de desempenho dessas turmas. Isso foi feito por quem? Pelos professores ou é um relatório da secretaria?” (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 10min.30seg. a 10min.37seg.). Imediatamente, o secretário Márcio Ribeiro respondeu que, por se tratar de um município de pequeno porte, era comum que os professores se reunissem diariamente e, por meio de conversas, chegassem a resultados semelhantes, uma vez que havia um modelo de relatório a ser seguido. A justificativa, no entanto, indica a possibilidade de o próprio secretário estar ciente da padronização excessiva dos documentos, prática que, ao que tudo indica, tornava os relatórios praticamente idênticos entre os diferentes profissionais envolvidos no programa.

A postura adotada pelo secretário pode ser interpretada como uma estratégia de mascaramento institucional, comum em contextos nos quais há a tentativa de manter a aparência de regularidade administrativa diante de denúncias públicas. Ao justificar a padronização dos

relatórios com base em encontros informais entre os professores e coordenadores e no uso de um modelo previamente estabelecido, o gestor desloca a responsabilidade direta da gestão para uma prática supostamente coletiva e espontânea. Esse tipo de discurso, frequentemente observado em situações de exposição midiática, visa minimizar a gravidade da denúncia e diluir a responsabilização.

Ao alegar desconhecimento de irregularidades e, simultaneamente, fornecer uma explicação que confirma a homogeneização dos documentos, o secretário revela contradições que enfraquecem sua credibilidade. A análise desse episódio permite compreender como determinadas narrativas institucionais são mobilizadas para sustentar a legitimidade de programas públicos mesmo diante de evidências de má execução, colocando em xeque a transparência e a efetividade das políticas voltadas à promoção da cidadania, como é o caso do Brasil Alfabetizado.

A partir da narrativa apresentada na reportagem, torna-se evidente a existência de contradições no depoimento do Secretário Municipal de Educação. Inicialmente, ele afirma desconhecer a prática denunciada, mas, em seguida, reconhece dificuldades no processo de fiscalização, alegando, no entanto, que havia cobrança por parte da gestão para que professores e coordenadores atuassem com transparência a fim de garantir o funcionamento adequado do programa. Posteriormente, justifica a semelhança entre os relatórios com o argumento de que, por se tratar de um município pequeno, havia facilidade de comunicação entre os docentes, o que possibilitava a padronização dos registros.

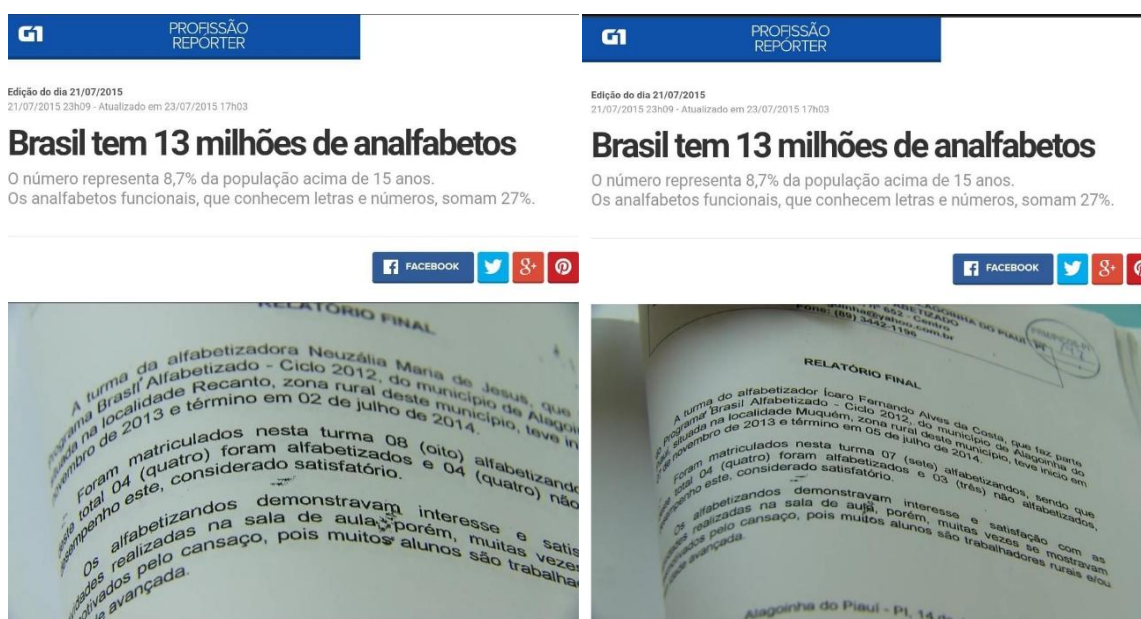
Essa sequência de declarações contraditórias suscita questionamentos: se, conforme suas próprias palavras, a fiscalização ainda ocorria, ainda que de forma precária, como seria possível que relatórios praticamente idênticos fossem aceitos sem contestação? Considerando a sua posição de autoridade e responsabilidade administrativa no contexto do Programa Brasil Alfabetizado, é plausível supor que o secretário, por cautela ou receio de exposição, tenha optado por omitir informações relevantes sobre o real funcionamento do processo de fiscalização no município.

Através das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, constatou-se que alfabetizadores e coordenadores formavam turmas fictícias, sem, de fato, ministrarem aulas. O motivo, segundo apurado, seria que muitos dos supostos alunos cadastrados como analfabetos já sabiam ler e escrever. A procuradora Maria Clara Lucena (2015) esclarece: “Eles davam seus nomes apenas para fazer número. Para que esses alfabetizadores e coordenadores pudessem formar turmas e, assim, receber suas bolsas” (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 08min.46seg. a 09min.09seg). Em seguida, ao apresentar uma pasta contendo diversos

relatórios finais, a procuradora afirma: “Me chamaram a atenção esses relatórios finais, são todos exatamente iguais. É muito difícil, é praticamente impossível [que isso ocorra naturalmente]” (G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 09min.15seg. a 09min.23seg). Tais declarações reforçam as evidências de práticas irregulares e fraudulentas na execução do PBA em Alagoinha do Piauí, culminando na suspensão de suas atividades no município.

A procuradora Maria Clara Lucena exibiu alguns relatórios que evidenciavam a existência de documentos com conteúdo idêntico. Esses mesmos relatórios foram apresentados ao secretário municipal de Educação, Márcio Ribeiro, pela repórter Mayara Teixeira, com o objetivo de confrontar as declarações prestadas pelo gestor. As indagações e respostas trocadas entre a jornalista Mayara Teixeira e o então secretário, bem como a entrevista com a procuradora federal, fornecem subsídios relevantes para aprofundar a investigação e a análise acerca do funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado no município de Alagoinha do Piauí. A seguir, nas Figuras 60 e 61, apresentam-se dois documentos mencionados, utilizados como exemplo na reportagem.

Figuras 60 e 61 – Relatórios exibidos pela Procuradora Federal Maria Clara Lucena, em 2015.



Fonte: G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 10min.31seg. a 10min.38seg.

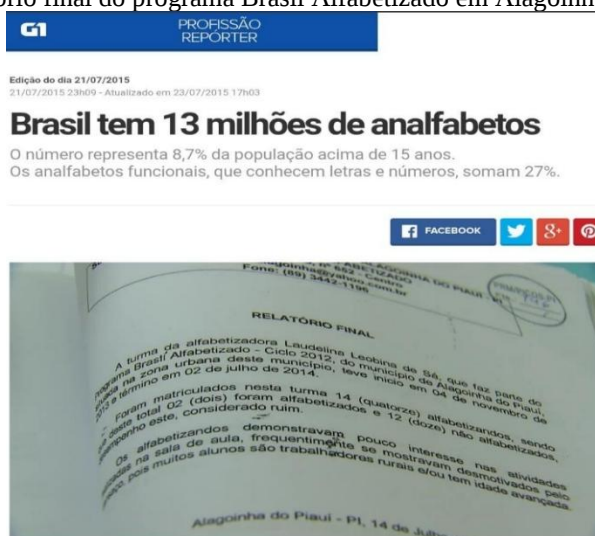
Ao analisar os dois relatórios selecionados entre outros exibidos durante a transmissão jornalística, é notável a semelhança entre eles, com variações mínimas, limitando-se ao número de alunos matriculados, à data de encerramento da etapa e à quantidade de alfabetizandos que teriam sido ou não alfabetizados. Na primeira turma, Figura 60, sob responsabilidade da alfabetizadora Neuzália Maria de Jesus, o início das atividades ocorreu em 2012, com término

em 02 de julho de 2014. As aulas foram realizadas na zona rural, especificamente na localidade Recanto, com um total de oito alunos matriculados. Destes, apenas quatro teriam sido alfabetizados ao final da etapa, enquanto os demais permaneceram analfabetos. Chama atenção o fato de que, mesmo com apenas metade da turma alcançando a alfabetização, o desempenho tenha sido classificado como satisfatório.

A segunda turma, Figura 61, conduzida pelo alfabetizador Ícaro Fernando Alves da Costa, diferia apenas na data de encerramento da etapa, registrada em 05 de julho de 2014. Também ocorrida na zona rural, na localidade Muquém, contou com sete alfabetizando, alcançando o mesmo resultado da turma anterior: quatro alunos alfabetizados e três sem sucesso no processo. Ambos os relatórios se encerram com observações semelhantes, destacando que os alfabetizando demonstravam interesse e satisfação com as atividades desenvolvidas em sala de aula. Contudo, ressaltam que, em muitas ocasiões, os participantes apresentavam desmotivação em razão do cansaço, decorrente do trabalho rural ou da idade avançada.

O relatório apresentado a seguir, Figura 62, revela uma realidade difícil de ser compreendida. A turma sob responsabilidade da alfabetizadora Laudelina Leobina de Sá, referente ao ciclo iniciado em 2012 e concluído em 02 de julho de 2014, apresenta informações semelhantes às demais já analisadas, com variações apenas nos números e no desempenho dos alfabetizando. Destaca-se, de forma alarmante, o baixo rendimento da turma: dos 14 alunos matriculados – o dobro da turma de Ícaro Fernando Alves da Costa – apenas dois foram considerados alfabetizados, enquanto os outros doze não obtiveram êxito, sendo esse resultado classificado como insatisfatório pela alfabetizadora.

Figura 62 – Relatório final do programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, em 2015.



Fonte: G1, reportagem do *Profissão Repórter*, 2015, 10min.31seg. a 10min.38seg.

Diante desses dados, surgem questionamentos pertinentes: por que apenas dois alunos conseguiram alcançar os objetivos da alfabetização? As aulas foram, de fato, ministradas com regularidade? Os alunos compareciam aos encontros? Aqueles que obtiveram êxito realmente foram incluídos no relatório e retirados do sistema? Ou permaneceriam cadastrados para as etapas seguintes, mesmo já estando alfabetizados? Ressaltamos tais indagações, porque durante a transmissão da reportagem, alguns depoentes relataram que muitas turmas eram apenas renovadas administrativamente, sem que os alfabetizandos fossem informados de que seus dados continuavam vinculados ao Programa Brasil Alfabetizado, figurando como alunos ativos mesmo após concluírem as etapas anteriores.

Esses indícios apontam para um possível uso indevido dos dados dos alfabetizandos com o intuito de manter o fluxo de recursos financeiros destinados ao programa. A renovação artificial de turmas, sem o devido acompanhamento pedagógico ou consentimento dos participantes, levanta suspeitas quanto à veracidade das informações repassadas ao governo federal. Tais práticas podem configurar não apenas falhas administrativas, mas também indícios de fraude no repasse e na aplicação dos recursos públicos.

A baixa taxa de sucesso em determinadas turmas, associada à padronização dos relatórios e à repetição de justificativas semelhantes – como o cansaço dos alunos ou a dificuldade decorrente da idade avançada –, evidencia uma possível tentativa de legitimar formalmente ações que, na prática, não estavam sendo efetivadas. A homologação de resultados insatisfatórios como “desempenho aceitável” também reforça a hipótese de que o programa, naquele contexto específico, pode ter sido utilizado mais como um instrumento de captação de recursos do que como uma política pública comprometida com a promoção da alfabetização de jovens e adultos.

Nas entrevistas realizadas em 2022 com participantes do Programa Brasil Alfabetizado, observa-se um discurso similar com as denúncias veiculadas anteriormente. Tanto os alunos quanto a professora entrevistada alegaram a existência de uma fiscalização mais rigorosa, tanto no que diz respeito à inserção de nomes de pessoas alfabetizadas quanto à elaboração de relatórios e ao controle de frequência. Durante a investigação em torno do que foi exposto nas reportagens televisivas – em 2014, pela Rede *Record*, e, posteriormente, em 2015, pela Rede Globo –, constatou-se que a prática de registrar pessoas alfabetizadas como se fossem analfabetas era recorrente ao longo dos anos de funcionamento do programa em Alagoinha do Piauí. Essa realidade não foi evidenciada apenas nas reportagens, por meio das entrevistas concedidas às emissoras, mas também nas falas dos depoentes entrevistados sete anos após a veiculação das matérias.

Os depoentes João e Maria, alunos do Programa Brasil Alfabetizado durante a etapa que se encerrou no ano de 2014, afirmaram que já sabiam ler e escrever, mas que forneceram seus nomes para compor turmas do programa em razão do vínculo familiar com os alfabetizadores. João (2022) relata: “era cunhada, prima, essas coisas assim [...] essas coisas vêm através da família, porque eu mesmo para pessoas estranhas nunca dei. [...] Eu sei ler e escrever, mas dei mesmo não sendo analfabeto”. Em consonância, a entrevistada Maria (2022) comenta: “era através assim da família, né? E a gente dava os nomes, eles falavam que a gente ia receber um pouco de dinheiro, só que nunca apareceu. [...] Ela era cunhada [...]”.

Ambos os depoentes reconhecem que forneceram seus nomes por se tratar de pessoas próximas, e por sentirem-se compelidos a prestar esse tipo de “ajuda” a familiares. Maria (2022), inclusive, reconhece a irregularidade da prática, destacando que, embora não se considerasse analfabeta, aceitou participar como forma de beneficiar uma pessoa de sua família, que, com isso, teria acesso à bolsa do programa por meio da utilização de seu nome. Tais afirmações corroboram o depoimento concedido ao *Repórter Record Investigação* por Francisco Brito – fio condutor da presente análise –, o qual alegou que nomes eram fornecidos a parentes e amigos, mesmo que esses não fossem analfabetos. Os relatos dos entrevistados confirmam os indícios apresentados nas reportagens jornalísticas, assim como os resultados das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, conforme exposto pela procuradora jurídica Maria Clara Lucena.

Na presente análise, é pertinente trazer o depoimento da professora Josefa (2022), atuante durante a etapa investigada. Quando indagada a respeito da fiscalização do programa, a docente confirma sua existência, embora limitando-a à coleta de relatórios e fichas de participação dos alunos na zona urbana do município, como se observa no seguinte relato:

Havia! A gente preparava, fazia como se eles estivesse estudando (*riso*). Porque mesmo sem estudar tinha que colocar na frequência. Eles vinham mais ou menos de mês em mês. [...] eles mandava uns papel lá pá (*sic*) gente preencher, falando sobre cada aluno, aí a gente preenchia cada coisa que pedia lá, a gente preenchia e entregava (Josefa, 2022).

O depoimento evidencia que, mesmo sem a efetiva participação dos alunos nas aulas – que, por vezes, nem ocorriam –, era exigido o preenchimento da frequência e dos relatórios para assegurar a continuidade da participação da professora no programa e, consequentemente, o recebimento da bolsa. A entrevistada afirma que não elaborava os relatórios qualitativos, ficando restrita ao preenchimento da frequência. No entanto, a reportagem veiculada pela Rede Globo revelou que os relatórios entregues pelos professores vinculados ao programa

apresentavam conteúdos idênticos, sugerindo a utilização de um único modelo padronizado para atestar a realização das atividades educativas, ainda que estas não fossem efetivamente desenvolvidas.

Diante dos relatos e das evidências coletadas ao longo das investigações jornalísticas e entrevistas realizadas posteriormente, torna-se evidente a fragilidade dos mecanismos de fiscalização do programa no município de Alagoinha do Piauí. A averiguação superficial, centrada apenas na coleta burocrática de documentos, sem verificação efetiva das atividades, contribuiu diretamente para o esvaziamento do sentido formativo do programa. A padronização de relatórios, a inclusão de nomes de pessoas alfabetizadas como se fossem analfabetas, e a ausência de aulas efetivas revelam um processo de institucionalização de práticas fraudulentas que beneficiavam economicamente determinados agentes locais, em detrimento dos reais objetivos de inclusão educacional. Esse cenário aponta para uma distorção na execução do programa, na qual o acesso aos recursos federais tornava-se um fim em si mesmo, desvirtuando os princípios da política pública e promovendo a reprodução de desigualdades estruturais já presentes na região.

Na reportagem exibida pela Rede *Record*, foram denunciadas irregularidades relacionadas tanto à efetiva realização das aulas quanto à prática recorrente de incluir nomes de pessoas já alfabetizadas como alunos do programa. Esses problemas tornaram-se evidentes a partir da abordagem a alguns professores do Brasil Alfabetizado, como no caso de Odete Francisca de Sá, Figura 63 que afirmou ministrar suas aulas regularmente, inclusive no dia anterior à entrevista concedida à emissora. Ao ser questionada pela repórter sobre o nome de apenas 02 dos 22 alunos que, segundo os registros, compunham sua turma, a professora não soube responder, solicitando recorrer à lista de chamada sob a justificativa de não se lembrar no momento.

Figura 63 – Entrevista televisiva com a professora Odete Francisca de Sá, em Alagoinha do Piauí, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 30min.42seg. a 32min.42seg.

Com base na análise da entrevista com a professora Odete Francisca de Sá e nos demais elementos apresentados ao longo da investigação, observa-se um padrão de fragilidade e informalidade no funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado. A dificuldade da alfabetizadora em reconhecer seus próprios alunos, ao ponto de não conseguir mencionar sequer dois nomes entre os vinte dois que, supostamente, frequentavam sua turma, evidencia a superficialidade com que as atividades pedagógicas eram conduzidas. Essa lacuna compromete a credibilidade do trabalho realizado e sugere que as aulas, se de fato ocorriam, eram marcadas por baixa efetividade e controle.

A tentativa de recorrer à lista de chamada como justificativa para o esquecimento, apesar de não ilegítima em contextos específicos, torna-se preocupante diante do pequeno número de alfabetizandos e da rotina semanal alegada pela própria professora. A situação reforça a hipótese de que muitos nomes foram inseridos apenas para fins burocráticos e financeiros, descolados de uma prática educacional real, o que se alinha aos indícios de fraudes já apontados pela imprensa e pelo Ministério Público Federal.

Entre as diversas contradições presentes no depoimento de Odete Francisca de Sá, a reportagem intercala sua fala com outra entrevistada, desta vez com a coordenadora do Programa Brasil Alfabetizado, Aucirlândia de Sá³¹, Figura 64.

³¹ Aucirlândia de Sá exercia a função de coordenadora do Programa Brasil Alfabetizado e era professora da rede pública municipal de ensino. À época, integrava a família vinculada ao grupo político do candidato a vice-prefeito Jorismar Rocha. Como não tivemos acesso a depoimentos de coordenadores do programa, não é possível afirmar se sua nomeação decorreu de vínculos familiares ou se resultou de eventual processo seletivo para o exercício da função.

Figura 64 – Entrevista com a coordenadora do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, Aucirlândia de Sá, em 2014



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 32min.49seg. a 33min.00seg

Ao ser questionada sobre a ocorrência das aulas, Aucirlândia de Sá afirma que a etapa do programa havia sido concluída e que, naquele momento, os envolvidos estavam em recesso, razão pela qual as aulas não estavam sendo realizadas. Essa declaração contradiz diretamente o relato de Maria Odete, que afirmou estar ministrando aulas regularmente, inclusive na véspera da entrevista. Soma-se a essa divergência o depoimento analisado no subtópico anterior da supervisora Solinauba, que corrobora a versão apresentada por Aucirlândia, reafirmando que o programa se encontrava em recesso. Essas incoerências entre os relatos reforçam as suspeitas de irregularidades no funcionamento do programa, apontando para uma possível tentativa de encobrir práticas não condizentes com os objetivos educacionais propostos pelo Brasil Alfabetizado.

A análise do depoimento concedido pela professora Maria Odete suscita questionamentos relevantes. Como é possível afirmar que ministrava aulas semanalmente, inclusive na véspera da entrevista, e, ao mesmo tempo, não recordar o nome de nenhum dos alunos? Ou ainda, como alegar que as aulas estavam em andamento se, conforme os relatórios analisados anteriormente e outras fontes, a etapa do programa havia sido encerrada em julho de 2014, enquanto a reportagem foi exibida apenas em novembro do mesmo ano? Diante desse intervalo temporal, como sustentar a afirmação de que as atividades ainda estavam em funcionamento? Essas indagações podem ser melhor compreendidas à luz de outros

depoimentos coletados em 2022, que oferecem elementos adicionais para a interpretação das contradições observadas.

Segundo os entrevistados, as aulas, na prática, não ocorriam, o que compromete diretamente a efetividade do programa. Josefa, professora do Programa Brasil Alfabetizado e entrevistada em 2022, afirmou que a ausência dos alunos era recorrente e inviabilizava o andamento das atividades. Embora houvesse preparação por parte dos alfabetizadores, não era realizada diante da falta de comparecimento dos alfabetizandos, conforme será demonstrado a seguir.

As aulas eu num dava porque eles num ia. Eles davam o curso, davam a preparação, mas eles num ia, pois a gente tinha uma preparação com eles lá, mas os alunos num vinha estudar. [...] porque tinha essas escolas pra eles aprenderem, mas cuma (sic) eles não iam, só davam o nome, mas eles não iam estudar, aí não tinha cuma (sic). O professor não tinha nem culpa, porque era eles que num ia, porque não queria (Josefa, 2022).

A partir do depoimento analisado, é possível considerar que o desinteresse dos alunos, ou mesmo o não comparecimento às aulas, pode, entre outros fatores, estar relacionado ao fato de muitos deles já serem alfabetizados. Essa hipótese é corroborada pelo relato de Francisco Brito – entrevistado no programa *Repórter Record Investigação* –, que afirmou que nomes de pessoas que não se enquadravam nos critérios do programa eram utilizados apenas para compor turmas e, assim, garantir o recebimento das bolsas destinadas aos alfabetizadores. Essa mesma lógica é confirmada por João (2022), que explica: “[...] pegava o nome do aluno, aí diziam que era pra estudar, mas no caso o aluno não ia, daí findava o professor ganhando aquele dinheiro sem o aluno estudar”. Esse contexto pode explicar o fato de a professora Maria Odete não saber o nome de nenhum dos alunos supostamente matriculados em sua turma, bem como sua alegação de que as aulas estavam ocorrendo, mesmo após o encerramento da etapa do programa. Essas evidências sugerem que, possivelmente, a docente nunca chegou a ministrar efetivamente as aulas, e que, diante da fragilidade da fiscalização, não enfrentou obstáculos para receber os valores correspondentes à sua função, sem, contudo, exercê-la de fato.

À medida que a reportagem era transmitida, novas contradições e indícios de fraudes no programa iam sendo revelados, escancarando em rede nacional o desvio de verbas públicas que deveriam ser destinadas à alfabetização de jovens e adultos. Em determinado momento da matéria, foram apresentadas duas situações construídas pela repórter, que, embora não estivessem diretamente relacionadas ao Programa Brasil Alfabetizado, envolviam outro projeto

vigente no mesmo período no município: o Mais Viver³², também criado pelo governo federal com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos.

Na primeira visita realizada pela equipe de reportagem – representada na Figura 65 à esquerda – os responsáveis pela etapa foram previamente informados sobre a ida da repórter a uma escola onde as aulas deveriam estar sendo ministradas, na Unidade Escolar Eneas Policarpo, localizada na zona urbana. Na primeira visita ao colégio, a repórter teve acesso aos diários de classe, os quais não continham registros de frequência. Para evidenciar a não realização das aulas, ela solicitou que os alunos mostrassem as atividades feitas (Figura 66 à direita), constatando que nos cadernos não havia qualquer anotação anterior – apenas registros do que estavam realizando naquele momento, durante a visita da equipe de reportagem.

Figuras 65 e 66 – Primeira situação criada pela repórter para averiguar a realização de aulas do programa Mais Viver, em Alagoinha do Piauí, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 10min.20seg. a 14min.27seg.

Como podemos ver na imagem à esquerda, a sala se encontrava lotada. Durante a transmissão era possível ver alunos engajados em aprender e a professora em ensinar. No entanto, bastou a repórter pedir para olhar a frequência e as atividades realizadas anteriormente pelos alunos que escancarou a não realização das aulas há bastante tempo. A ausência de registros nos diários de classe e a falta de atividades anteriores nos cadernos expõem não apenas a inexistência das aulas, mas também a possível conivência ou negligência dos gestores,

³² O Programa Mais Viver foi lançado em 2013 pelo Governo do Estado do Piauí, em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito das ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos e à promoção da inclusão social e escolar. Desenvolvido com a participação da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e das prefeituras municipais, o programa tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos, priorizando sua formação integral e ampliando suas possibilidades de inserção social. Entre suas metas, destacavam-se a atuação em municípios com elevados índices de analfabetismo, a formação continuada de alfabetizadores e a ampliação do acesso à educação básica para populações historicamente excluídas. Além da alfabetização, o programa também previa a oferta de cursos de qualificação profissional, articulando educação e inclusão produtiva (Programa [...], 2013).

educadores e dos alunos envolvidos. Essa situação denuncia um mecanismo de simulação que compromete a credibilidade e a efetividade das políticas públicas, além da condescendência em permitir que o programa continue atuando diante de tais irregularidades reforça a necessidade de fiscalização rigorosa e transparência nos processos, para evitar que recursos públicos sejam desviados e que a população continue privada de uma educação de qualidade.

A segunda situação elaborada pela jornalista, realizada anteriormente à mencionada acima, consistiu no uso de uma câmera escondida para visitar o local onde, supostamente, deveria estar ocorrendo uma aula, na mesma escola citada na situação anterior – Unidade Escolar Eneas Policarpo, situada na zona urbana, conforme registrado na Figura 67 a seguir. Diferentemente da visita posterior, nessa ocasião a própria repórter não aparece na abordagem; pela voz captada na gravação, trata-se provavelmente de um homem integrante da equipe, que teria ido ao local sem identificação explícita como membro da emissora, possivelmente para não levantar suspeitas. Ao chegar ao ambiente escolar, a equipe não encontrou nenhum aluno, evidenciando a ausência de atividades naquele momento. A estratégia revelou-se eficaz e decisiva, constituindo-se em um verdadeiro ponto concludente para a denúncia. A abordagem contribuiu para a exposição das irregularidades e para a comprovação, em rede nacional, do não funcionamento efetivo dos programas federais de alfabetização em execução no município de Alagoinha do Piauí.

Figuras 67 e 68 – Segunda situação criada pela repórter durante visita às aulas do programa Mais Viver, em Alagoinha do Piauí, em 2014.



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 10min.57seg. a 12min.20seg.

Na mesma visita ao colégio, o integrante da equipe de reportagem encontrou uma professora vinculada ao programa Mais Viver (Figura 68 acima). Na gravação, sua identidade

foi preservada, tendo o rosto borrado, possivelmente em razão do caráter informal da abordagem e da ausência de identificação prévia da equipe como integrantes da emissora. Ao ser questionada pelo integrante da equipe sobre o funcionamento das turmas, a docente respondeu:

- Eu tenho inscritos, eu tenho 22.
- E quantos vêm pra aula?
- É variável.
- Mas normalmente quantos vêm?
- 14, 10, tem dia que tem 2, tem dia que tem 1. Tem dia que tem a turma toda. É variável!
- Mas na maioria das vezes?
- Não vem os 22. Porque o problema daqui de Alagoinha é que não existe também essa quantidade de analfabetos.
- Não existe?
- Não! Esse índice que tá, não existe. É muito grande! Aí era assim: “eu vou dar o meu nome pra te ajudar”.
- Falava isso? Vou dar seu nome pra te ajudar?
- Eu não vou, nem precisa!
- E daí, ele acaba sendo um aluno fantasma?
- Um aluno fantasma! E ele acaba prejudicando o município! (R7, reportagem do *Repórter Record Investigação*, 2014, 10min.57seg. a 12min.20seg.).

A fala da professora, ainda que anônima, revela informações significativas acerca do funcionamento do programa Mais Viver no município. Ao admitir a discrepância entre o número oficial de inscritos e a frequência efetiva às aulas, bem como a existência de “alunos fantasmas”, sua declaração reforça os indícios de irregularidades já apontados na reportagem. Ao questionar o índice de analfabetismo atribuído a Alagoinha do Piauí e mencionar que alguns moradores ofereciam seus nomes “para ajudar”, a entrevistada evidencia práticas que dialogam diretamente com as denúncias envolvendo o Programa Brasil Alfabetizado. A entrevista amplia o escopo da denúncia, sugerindo que os mecanismos de simulação não se restringiam a um único programa federal, mas compunham uma lógica mais ampla de funcionamento das políticas de alfabetização no município naquele período.

As duas situações contrastantes apresentadas na reportagem evidenciam a artificialidade e a precariedade na execução dos programas federais de alfabetização em Alagoinha do Piauí. Na primeira visita, previamente anunciada aos responsáveis pelo programa, o ambiente escolar encontrava-se organizado, com a presença de alunos e aparente realização das atividades, configurando um cenário preparado para mascarar a realidade cotidiana. Já na segunda visita, realizada sem aviso prévio e com o uso de câmera escondida, o colégio estava vazio, sem a presença de alunos, revelando o descaso e a ausência de aulas regulares. Esse contraste expõe a simulação de funcionamento das turmas apenas quando havia fiscalização ou possibilidade

de visibilidade externa, reforçando as denúncias de fraude e a utilização indevida dos recursos públicos destinados à educação de jovens e adultos.

Ao que parece a falta de fiscalização possibilitava irregularidades no programa. Isso foi visto pela investigação realizada pelas reportagens e nas entrevistas realizadas em 2022, já que os entrevistados relataram não ter conhecimento sobre averiguação no funcionamento do PBA. João (2022) relata que “não, em meu conhecimento não vi não fiscalização. Então, os professores não davam aula e corria de todo jeito, de toda forma até terminar o programa”. Por meio do seu relato percebemos que por este motivo não havia uma preocupação por parte dos alfabetizadores em realizar as aulas, a exemplo da professora Maria Odete que não conhecia nenhum aluno da sua turma, pois não seriam penalizados pela não realização dos encontros.

Essa prática parecia rotineira e naturalizada em Alagoinha do Piauí. Na reportagem da Rede *Record*, um dos alunos cadastrados admitiu ter fornecido seu nome para compor a turma, mas declarou que nunca frequentou as aulas, alegando falta de tempo e desnecessidade, possivelmente por já ser alfabetizado. Apesar disso, o relatório exibido indicava mais de 50% de frequência registrada em seu nome, reforçando os indícios de irregularidades. Esse dado dialoga com o depoimento de Josefa (2022), que reconheceu ter preenchido listas de presença e relatórios como se os alunos frequentassem regularmente, mesmo ausentes, a fim de garantir o recebimento da bolsa.

A análise anteriormente desenvolvida permite afirmar que o funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado, no município de Alagoinha do Piauí, esteve marcado por diversas irregularidades. Entre as principais, destacam-se a inserção de alunos já alfabetizados, a reprodução de relatórios padronizados e idênticos, a ausência de aulas efetivas e a remuneração de professores que, em muitos casos, não exerciam suas funções. Os laços de parentesco ou amizade tornaram-se critérios determinantes para a seleção e formação das turmas, uma vez que o objetivo primordial deixava de ser o processo educativo e passava a ser o favorecimento de familiares por meio do recebimento de bolsas, mesmo com a consciência da ilegalidade da prática.

Pegando como base o que foi dito e exposto pela Procurado Federal, Maria Clara Lucena, embora a sua fala aponte para a existência de irregularidades na execução do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, é necessário problematizar os limites dessa responsabilização quando circunscrita exclusivamente à esfera municipal. As denúncias destacam a ausência de fiscalização local, a fragilidade no controle da frequência e a padronização dos relatórios, muitas vezes preenchidos de forma idêntica. Tais documentos não permaneciam restritos ao município, sendo encaminhados a instâncias externas responsáveis

por sua análise e validação, o que suscita questionamentos sobre os mecanismos de controle adotados para além do contexto local.

Impõe-se a indagação: como relatórios praticamente idênticos, referentes a turmas, educadores e períodos distintos, não foram identificados como problemáticos pelas instâncias responsáveis pela supervisão do programa? A análise e o acompanhamento do Programa Brasil Alfabetizado competiam ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), órgão responsável por avaliar a documentação enviada pelos municípios. A recorrência de irregularidades indica que as fragilidades do programa não se limitavam à gestão municipal, mas também envolviam falhas nos processos de avaliação, monitoramento e fiscalização em níveis estadual e federal.

As irregularidades identificadas em Alagoinha do Piauí devem ser compreendidas como parte de um problema mais amplo e estrutural na execução do Programa Brasil Alfabetizado, e não como um caso isolado ou excepcional. A ausência de uma fiscalização efetiva, aliada à confiança excessiva em documentos padronizados e autodeclaratórios, contribuiu para a manutenção de práticas irregulares em diferentes localidades do país, como demonstram denúncias semelhantes registradas em outros estados. Ao invés de concentrar a responsabilização exclusivamente no município, esta pesquisa propõe uma leitura que evidencia as limitações institucionais do próprio programa, cujas falhas de supervisão permitiram a reprodução de irregularidades em múltiplas escalas da administração pública.

É possível compreender que o caso de Alagoinha do Piauí não representa apenas uma falha pontual de gestão local, mas sinaliza para um problema estrutural mais amplo, que envolve a fragilidade dos mecanismos de fiscalização, a instrumentalização de dados estatísticos e a subversão de objetivos educacionais em prol de interesses particulares. Tais aspectos exigem não apenas apuração técnica e jurídica, mas também reflexão acerca dos limites e contradições das políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos no Brasil.

A apresentação de documentos com conteúdo idêntico reforça a hipótese de que o Programa Brasil Alfabetizado, no município em questão, era conduzido sob práticas fraudulentas, caracterizadas por simulações de turmas e falsificação de relatórios. Essa padronização dos documentos não apenas compromete a credibilidade do programa, como também evidencia uma estrutura organizada para a apropriação indevida de recursos públicos destinados à educação básica dos alunos do programa.

Ao cruzar os dados obtidos durante as entrevistas com o secretário municipal de Educação e a procuradora federal, bem como os depoimentos de moradores apresentados nas

reportagens, torna-se possível identificar elementos que apontam para a convivência, ou ao menos negligência, por parte da gestão municipal. A recorrência de documentos iguais, aliado ao relato de que os alfabetizadores recebiam regularmente bolsas sem a efetiva realização de aulas, demonstra o distanciamento entre a execução formal do programa e sua efetiva implementação prática.

É necessário refletir sobre os impactos sociais dessas irregularidades. O Brasil Alfabetizado, concebido como política pública voltada à superação do analfabetismo e à promoção da cidadania, deveria funcionar como instrumento de inclusão social. No entanto, em Alagoinha do Piauí, além de indícios de desvio de verbas e fragilidade na fiscalização, observou-se o desrespeito a critérios básicos de participação, como a exigência da condição de analfabetismo, frequentemente substituída por vínculos pessoais e interesses particulares. Esse cenário evidencia como a corrupção administrativa pode comprometer a eficácia de políticas educacionais essenciais, reforçando desigualdades históricas e privando a população de um direito fundamental: o acesso à educação de qualidade.

Conforme relatado por Francisco Brito, outra realidade recorrente no município era a utilização do programa como instrumento de barganha política, em que a concessão de bolsas era associada à captação de votos. Essa instrumentalização do Programa Brasil Alfabetizado contribuiu para a consolidação de um quadro de fraudes e desvio de finalidade, comprometendo sua eficácia enquanto política pública voltada à educação de jovens e adultos. A partir dessa constatação, torna-se possível perceber dois vieses interpretativos que atravessam a experiência local do programa: de um lado, a prática da barganha sob a perspectiva dos agentes políticos; de outro, o protagonismo dos eleitores que se estruturava em torno da distribuição de benefícios. Esses dois eixos serão desenvolvidos nos subtópicos seguintes, a fim de aprofundar a compreensão das dinâmicas políticas que envolveram o programa no município.

4.2 Entre influência política e o protagonismo dos eleitores: a negociação do voto nas corridas eleitorais em Alagoinha do Piauí

4.2.1 A centralidade do recurso financeiro e a lógica da barganha política

No contexto da cidade de Alagoinha do Piauí, a prática de troca de favores entre candidatos e moradores tornou-se recorrente durante a vigência do Programa Brasil Alfabetizado. Conforme relataram os entrevistados, “tudo girava em torno da política”. As bolsas oriundas do governo federal, destinadas ao custeio dos envolvidos na execução do

programa, a exemplo de coordenadores e alfabetizadores, passaram a ser instrumentalizadas por lideranças políticas locais, como vereadores, para beneficiar seus simpatizantes. O benefício educacional foi alterado de sua finalidade original, sendo utilizado como instrumento de cooptação eleitoral, visando agradar o eleitorado e assegurar apoio político nas eleições subsequentes.

Ao invés de cumprir com seu propósito educativo, o programa foi, em parte, apropriado como moeda de troca eleitoral, inserido em uma lógica clientelista e patrimonialista que historicamente atravessa as relações entre Estado e sociedade no Brasil, manifestando-se, naquele contexto específico, no interior piauiense. A distribuição de bolsas funcionava, assim, como uma estratégia de manutenção de poder, ampliando o capital político das lideranças locais por meio do favorecimento direto de seus eleitores. Em alguns casos, como indicaram os depoimentos coletados, os beneficiários das bolsas sequer atuavam efetivamente como alfabetizadores, ou então utilizavam lista com nomes de alunos fictícios ou já alfabetizados, apenas para justificar a continuidade dos repasses financeiros.

Essa lógica de funcionamento contribuiu para a desestruturação do programa no município e para a perpetuação de práticas de corrupção. O uso do Brasil Alfabetizado como mecanismo para obtenção de apoio político não apenas comprometeu a eficácia do programa como política educacional, mas também alimentou o descrédito da população em relação às iniciativas públicas voltadas à promoção da cidadania. Ao inserir o direito à educação no jogo do favor político, negou-se à população mais vulnerável o acesso efetivo ao aprendizado, perpetuando o ciclo de exclusão.

Segundo o depoimento da professora Josefa (2022), a concessão de sua bolsa no âmbito do programa ocorreu por intermédio de um vereador, como forma de retribuição pelo apoio político prestado por ela e sua família nas eleições anteriores. Em suas palavras: “foi através de política, porque a gente já tinha votado nele, aí eles deram essa bolsa, mas foi os políticos que concederam, eles tinham lá, e aí me ofereceram pra eu e eu peguei” (Josefa, 2022). Esse relato evidencia um padrão recorrente no município de Alagoinha do Piauí, onde a distribuição das bolsas ficava sob o controle de lideranças políticas locais, que as utilizavam como instrumentos de barganha eleitoral. A concessão desses benefícios, portanto, não se baseava em critérios técnicos ou pedagógicos, mas em alianças políticas e interesses eleitorais, revelando a instrumentalização de uma política pública educacional para fins de manutenção de poder político.

Observa-se que programas sociais do governo federal, como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), ao serem implementados em Alagoinha do Piauí, foram apropriados pelo

poder público local como ferramenta para atrair votantes ou perpetuar seu apoio nas próximas eleições. A gestão desses programas, que deveria seguir critérios técnicos e objetivos voltados à promoção da cidadania e à superação do analfabetismo, foi marcada por práticas irregulares, nas quais o acesso às bolsas era condicionado ao apoio político. Os relatos colhidos nas entrevistas evidenciam que as bolsas destinadas aos alfabetizadores eram distribuídas prioritariamente entre os eleitores dos grupos políticos dominantes, como forma de garantir votos ou fidelidade de determinadas famílias. O depoimento de João (2022) corrobora com essa lógica, ao relatar que vereadores locais controlavam a distribuição das bolsas do PBA. Quando questionado sobre como se dava a concessão dessas bolsas, ele afirmou:

Rapaz, quando vinha o programa eles selecionavam as pessoas que queriam dar, e chamava a pessoa, e dizia: olha tem uma bolsa de estudo aqui para você, você procure os alunos, tantos alunos, aí pegavam os nomes e daí pronto. Isso era como acontecia, eles davam a escola através de política mesmo, porque o político dava pro (sic) eleitor dele, aí era uma troca de favores, dava a bolsa em troca de voto... era por troca de voto. Votou em um partido tinha a escola, pois vinha as vagas para os municípios, aí selecionavam as pessoas. Mas era os políticos do município que davam (João, 2022).

Essa declaração reforça o caráter estrutural entre o dar e o receber no município e denuncia como a política pública de alfabetização foi distorcida em prol de interesses político-partidários locais. O fato de o entrevistado relatar com naturalidade esse processo de seleção – no qual os beneficiários eram escolhidos por critérios políticos e orientados a formar turmas – indica o quanto essas práticas se institucionalizaram no cotidiano local. A bolsa, nesse contexto, deixa de representar um incentivo à formação e passa a ser um prêmio pela fidelidade política, comprometendo a eficácia do programa e deslegitimando a política pública como instrumento de transformação social. O caso relatado por João (2022) ilustra como as estruturas locais de poder se apropriam de iniciativas federais, moldando-as aos seus próprios interesses e, com isso, enfraquecendo os objetivos do programa.

A concessão da bolsa se configurava como uma moeda de troca, estabelecendo um vínculo de dependência entre o político – que concedia o benefício – e o eleitor – que, em retribuição, se via moralmente obrigado a apoiar e votar no candidato nas eleições subsequentes. Essa dinâmica revela o desvirtuamento da política pública, que, ao invés de promover a inclusão educacional, era utilizada como instrumento de manutenção de poder e de perpetuação de práticas ilegais no município.

As práticas de troca de favores e barganha política observadas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado dialogam com dinâmicas já identificadas por Ana Geórgia Bezerra (2021) ao analisar as eleições municipais de 2008 e 2011 em Alagoinha do Piauí. Em seu estudo, a

autora evidencia que o voto, longe de ser compreendido apenas como um dever cívico abstrato, é frequentemente acionado como moeda de negociação, inserido em um sistema de expectativas recíprocas entre eleitores e lideranças políticas. O apoio eleitoral não se constrói exclusivamente a partir de projetos coletivos ou plataformas partidárias, mas por meio de relações personalizadas, marcadas pela promessa – explícita ou implícita – de benefícios futuros, como favores, ajudas materiais ou acesso privilegiado a serviços públicos.

Essa lógica de reciprocidade política não se restringia ao âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, mas se estendia a outras dimensões da vida cotidiana no município, estruturando o acesso a serviços básicos e direitos sociais. A relação entre eleitores e representantes políticos se organizava a partir de um princípio de fidelidade política, no qual o apoio eleitoral funcionava como pré-condição para o recebimento de benefícios públicos, transformando políticas sociais e serviços essenciais em instrumentos de barganha e controle. Nesse sentido,

[...] só serão beneficiados com serviços essenciais – como, saúde, manutenção de estrada de terra que permite acesso as residências nas localidades rurais, água potável, e reservatório de água – as pessoas, que acompanharem o grupo político que vier a se eleger. O que pode se configurar como troca de favores (Bezerra, 2021, p. 43).

A troca de favores não se configurava como uma prática pontual ou restrita a programas específicos, mas como um padrão recorrente de mediação entre população e poder público em Alagoinha do Piauí. O acesso a direitos básicos, que deveriam ser garantidos de forma universal, era condicionado à adesão política, reforçando relações de dependência e subordinação. O Brasil Alfabetizado se inseria como mais um recurso passível de ser mobilizado nesse jogo político, ampliando o alcance das estratégias de manutenção de poder das lideranças locais.

Em paralelo com a dissertação de mestrado de Ana Geórgia Bezerra (2025), ela aprofunda essa discussão. Nela, a autora analisa a construção política de Alagoinha do Piauí a partir das disputas eleitorais, evidenciando que o voto é frequentemente atravessado por práticas de troca de favores e barganhas entre candidatos e eleitores. O estudo demonstra que, nesse contexto, “uma das principais motivações de voto seria a expectativa de obter vantagens na área da saúde caso o candidato escolhido fosse eleito” (Bezerra, 2025, p. 99), o que revela a centralidade da saúde nas relações do campo político local. A figura do candidato, frequentemente dotado de capital simbólico e social, passa a ser percebida como mediador capaz de facilitar atendimentos médicos, resolver demandas burocráticas ou oferecer suporte em situações emergenciais. Em municípios de pequeno porte, como Alagoinha do Piauí, essas

relações personalizadas reforçam a lógica da barganha por votos e contribuem para a mobilização do interesse direto da população no processo eleitoral. Em um dos trechos, a autora comenta que

Considerando que a área da saúde desempenha um papel central nas relações do campo político, isto é, entre políticos e eleitores em Alagoinha do Piauí, é possível supor que a troca de favores, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços médicos, configure uma prática presente nas dinâmicas eleitorais locais. Essa possível barganha por votos pode contribuir para mobilizar o interesse direto da população, incentivando sua participação no processo eleitoral do município (Bezerra, 2025, p. 99).

As práticas políticas em Alagoinha do Piauí não podem ser analisadas apenas a partir de uma lógica institucional ou normativa, mas devem ser entendidas como parte de um conjunto de relações sociais cotidianas, nas quais necessidades básicas da população se convertem em elementos centrais da disputa eleitoral. Ao destacar o papel da saúde como eixo estruturante dessas relações, a autora evidencia como demandas urgentes acabam orientando escolhas políticas, transformando o acesso a serviços médicos em um recurso simbólico e material capaz de fortalecer vínculos entre candidatos e eleitores. Essa dinâmica contribui para a naturalização da troca de favores no interior do campo político local, ao mesmo tempo em que mobiliza a participação eleitoral a partir de expectativas de retorno imediato.

Ao observar que “em municípios de pequeno porte, como o caso em estudo, é essencial que você tenha uma pessoa com capital simbólico e social com quem contar, caso precise de alguma assistência envolvendo questões burocráticas, emergenciais ou até mesmo econômicas” (Bezerra, 2025, p. 99), a autora amplia a compreensão sobre o funcionamento dessas redes de dependência e mediação. Essa afirmação permite compreender que o candidato ou agente político não ocupa apenas o papel de representante institucional, mas assume a função de intermediário social, capaz de articular soluções para problemas que ultrapassam a esfera estritamente política. A barganha eleitoral não se limita à troca direta de voto por benefício, mas se insere em uma lógica relacional mais ampla, na qual confiança, proximidade e capital social se tornam elementos fundamentais para a consolidação do apoio político.

Ao articular o depoimento de João (2022) com essa dinâmica mais ampla de barganha política, torna-se possível compreender como as práticas observadas no programa não operavam de forma isolada, mas integradas a uma cultura política consolidada, na qual o voto, o benefício e o favor se entrelaçam no cotidiano. A política pública deixa de ser compreendida como um instrumento de inclusão social e passa a funcionar como mecanismo de regulação das

lealdades políticas, reafirmando hierarquias locais e contribuindo para a reprodução de práticas ilegais e desiguais no interior do município.

A noção de cultura política adotada nesta pesquisa fundamenta-se na perspectiva proposta por Serge Berstein (1998), para quem esse conceito constitui uma ferramenta analítica central para a compreensão da história política para além de seus aspectos estritamente institucionais. Segundo o autor, pensar a cultura política implica considerar o conjunto de representações, valores, símbolos, tradições e referências que estruturam e orientam a vida política de uma coletividade ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma dimensão simbólica e histórica da política, por meio da qual os indivíduos constroem sentidos sobre o poder, o Estado, as instituições e as formas legítimas de participação política, permitindo compreender comportamentos, adesões e resistências que não se explicam apenas por normas formais ou arranjos institucionais.

Serge Berstein (1998) compreende a cultura política como um conjunto de referências, valores e comportamentos, tanto individuais quanto coletivos, interiorizados pelos atores políticos e compartilhados por um grupo social. Essas referências são construídas historicamente e transmitidas por meio das experiências políticas, da socialização, da memória coletiva e das práticas cotidianas, orientando as formas de agir, pensar e se posicionar no campo político. Ao adotar esse conceito, o autor amplia o campo da história política, permitindo analisar não apenas partidos, eleições e governos, mas também as práticas informais, os imaginários sociais e as relações simbólicas que dão sentido à ação política em contextos específicos.

À luz dessa compreensão de cultura política, as práticas relatadas pelos entrevistados deixam de ser episódios isolados e passam a ser entendidas como expressões de padrões historicamente sedimentados no cotidiano político local. Em consonância com o que foi apresentado pelo depoente João (2022), a entrevistada Maria (2022) também reafirma a existência de um esquema de distribuição de bolsas vinculado às lideranças políticas locais em Alagoinha do Piauí. Segundo seu relato, era comum que os vereadores controlassem as vagas do PBA, utilizando-as como instrumento para beneficiar seus eleitores mais próximos. Essa dinâmica reforça a prática da troca de favores entre candidatos e o eleitorado, seja mediante a concessão direta de bolsas em troca de apoio político, seja por meio do uso de nomes de familiares e amigos já alfabetizados para viabilizar a formação de turmas. A seguir, observa-se o relato da entrevistada:

Cada seus vereador (sic) eles tinha a parte das escolas e aí dava pra agradar os ileitor (sic). Aí o professor ficava procurando os nome (sic) entre a família, né? Família, amigos, aí a gente dava o nome mais por amizade. [...] E a vinham e pedia meu nome e eu dava porque era de minha família, mas saber ler eu sei, é pouco, mas eu sei. [...] Os vereadores escolhiam, porque eram ileitor (sic), aí eles escolhiam e davam, cada um de seus ileitor (sic) eles davam uma turma pra puder ter seus votos (Maria, 2022).

O trecho evidencia não apenas a condução e o controle da execução de uma política pública federal por agentes políticos locais, mas também a naturalização dessa prática entre os próprios beneficiários. O uso de critérios políticos para a seleção de beneficiários subverte os objetivos originais do programa, transformando o direito à educação em moeda de troca eleitoral e aprofundando as relações de dependência política nas estruturas municipais.

O depoimento de Maria (2022) evidencia como a lógica da troca de favores e da barganha de votos estava profundamente enraizada no funcionamento do programa em Alagoinha do Piauí. Segundo seu relato, os critérios de seleção deixavam de priorizar a real necessidade de alfabetização e passavam a se vincular a relações pessoais e compromissos políticos. Professores buscavam nomes entre familiares e amigos – inclusive de pessoas já alfabetizadas – para compor turmas, enquanto vereadores distribuíam vagas entre seus eleitores. A bolsa deixava de representar um incentivo educacional e assumia a forma de favor político, reforçando vínculos de dependência e compromisso. Essa dinâmica não apenas distorcia os objetivos da política pública, mas também comprometia a autonomia dos cidadãos, inserindo-os em uma lógica de benefícios condicionados à lealdade política.

Essas ações não se dão de forma improvisada nem resultam apenas de decisões individuais e pontuais, mas se organizam a partir de posições institucionalizadas de poder, que conferem a determinados sujeitos a capacidade de controlar recursos, estabelecer regras e definir quem pode ou não acessar determinados benefícios. Trata-se de um modo de atuar que pressupõe a existência de um lugar socialmente reconhecido, a partir do qual se torna possível administrar relações, ordenar fluxos e impor critérios aos demais agentes envolvidos. A noção de *estratégia*, tal como formulada por Michel de Certeau (1998), oferece um instrumental analítico fundamental para compreender como essas práticas se estruturam a partir de um ponto de autoridade que se distingue do conjunto dos demais sujeitos, permitindo a gestão das relações de força e a produção de normas que orientam o funcionamento do programa. Certeau (1998, p. 99), chama

[...] de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se

podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).

À luz dessa definição, as ações empreendidas por vereadores e lideranças políticas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado não se configuram como atos isolados ou improvisados, mas como práticas sustentadas por posições institucionalizadas de poder. Esses sujeitos agem a partir de um lugar reconhecido social e politicamente, que lhes permite administrar recursos, definir critérios de acesso e gerir relações com aqueles que se encontram fora desse espaço decisório. Trata-se, portanto, de um modo de agir que se ancora na possibilidade de controle e de organização do campo social a partir de um ponto de autoridade, no qual o programa passa a ser manejado como um instrumento de gestão política e eleitoral.

Essa lógica *estratégica* torna-se ainda mais evidente na distribuição das bolsas destinadas aos alfabetizadores e coordenadores do programa. A concessão desses recursos não ocorre de maneira neutra ou exclusivamente técnica, mas se insere em um cálculo político que visa manter alianças, garantir apoios e reforçar redes de dependência. Ao controlar o acesso às bolsas, as lideranças locais consolidam seu lugar de poder, estabelecendo quem pode ou não participar do programa e em quais condições. As bolsas funcionam como dispositivos estratégicos que permitem organizar relações sociais e políticas a partir de um centro decisório coletivo – partidos, coligações e grupos políticos –, reforçando a assimetria entre aqueles que detêm o controle institucional e aqueles que dependem desse acesso.

Essa relação não se sustenta apenas pela assimetria. À luz de Certeau (1998), se, no plano coletivo, os agentes políticos mobilizam *estratégias* para organizar e controlar a distribuição de benefícios, no plano individual os eleitores também acionam suas *táticas*. Ao aceitar ou negociar o voto em troca de vantagens imediatas – sejam bolsas, favores ou promessas –, o eleitor exerce uma forma própria de agência, ainda que situada em condições desiguais. A venda do voto não se configura como mero gesto passivo, mas como prática calculada, na qual o benefício imediato se torna elemento decisivo para a adesão política.³³

Na cidade de Alagoinha do Piauí, a prática de conceder algo com a expectativa de receber em troca tornou-se rotineira, como exemplificado pelas bolsas distribuídas pelos líderes políticos aos professores e coordenadores do Programa Brasil Alfabetizado. Conforme evidenciado nas reportagens televisivas e nas entrevistas realizadas com moradores do município, essas bolsas eram atribuídas com base no apoio político demonstrado durante os

³³ Na próxima seção terciária 4.2.2, analisaremos com mais profundidade a lógica das *táticas* desenvolvidas pelos alagoinhenses à luz de Certeau (1998).

períodos eleitorais. Em outras palavras, ao votar em determinado partido ou candidato, uma família passava a ser contemplada com uma bolsa como forma de “agrado”, estabelecendo uma relação de compromisso que visava garantir a continuidade do apoio político nas eleições posteriores. Essa dinâmica evidencia uma instrumentalização das políticas públicas, convertidas em moeda de troca dentro das estratégias de manutenção de poder político local.

Essa compreensão do voto como instrumento de barganha ajuda a iluminar as práticas observadas no Brasil Alfabetizado, sobretudo quando professores, coordenadores e supostos alunos passam a se inserir na política pública não apenas como beneficiários passivos, mas como agentes que negociam sua participação. Como nas eleições analisadas por Bezerra (2021), em que eleitores mobilizam seu apoio político esperando contrapartidas, no programa educacional os sujeitos se valem de vínculos políticos para acessar bolsas, manter cadastros ou assegurar permanência em funções temporárias. Trata-se de um mesmo repertório de práticas, transplantado do campo estritamente eleitoral para o interior de uma política pública, revelando a aproximação entre Estado, política partidária e vida cotidiana no município.

Bezerra (2021) avança ao demonstrar que as práticas de troca de favores e barganha política não podem ser compreendidas apenas como desvios ocasionais ou irregularidades administrativas, mas como expressões de uma cultura política local historicamente constituída. Em Alagoinha do Piauí, tais práticas funcionam como uma linguagem política reconhecida e compartilhada, por meio da qual a população estabelece mediações com o poder público e seus representantes. A troca de favores, longe de ser percebida exclusivamente como corrupção ou ilegalidade, apresenta-se como um repertório legítimo de ação política, acionado em contextos de escassez material e de limitada presença estatal. Ao articular o Programa Brasil Alfabetizado com as dinâmicas eleitorais analisadas por Bezerra (2021; 2025), evidencia-se que o programa foi incorporado a um campo político previamente estruturado, no qual a reciprocidade, a lealdade e o cálculo pragmático orientam tanto o comportamento eleitoral quanto a adesão e permanência em políticas sociais. Para tanto,

Essas negociações, geram uma constante atualização dentro da cultura política. Não se pode afirmar que a cultura política, de determinado local, permanece imóvel, durante todo decorrer da vida. A cultura política pode se modificar na medida que os indivíduos se relacionam entre si, e tendo em vista, o encontro com outras culturas, a depender da capacidade que ela possua de resolver as necessidades daquele momento. (Bezerra, 2021, p. 16).

Essa perspectiva permite compreender o Brasil Alfabetizado não como um elemento externo ou disruptivo em relação à cultura política local, mas como mais um espaço de

atualização dessas práticas. Conforme sugere a autora, essa cultura política não é estática, mas se transforma à medida que os indivíduos estabelecem novas relações e enfrentam necessidades concretas em contextos específicos. Políticas públicas como o PBA passam a ser ressignificadas e apropriadas de acordo com demandas imediatas, incorporando-se às formas locais de negociação com o poder. As práticas observadas no programa revelam não apenas continuidades com a lógica eleitoral, mas também adaptações e rearranjos que respondem às circunstâncias do momento, reafirmando a barganha como um mecanismo recorrente de mediação entre sujeitos e Estado e evidenciando a centralidade do cotidiano na produção e reprodução da cultura política local.

As práticas de barganha e troca de favores observadas em Alagoinha do Piauí não atuam como resquícios arcaicos de uma política “atrasada”, mas como formas dinâmicas de adaptação às condições de vida e às possibilidades oferecidas pelo campo político local. Ao ser apropriado nesse contexto, o Programa Brasil Alfabetizado passa a integrar esse processo de atualização da cultura política, funcionando como mais um recurso disponível para a mediação entre população e poder público. A adesão ao programa, o apoio eleitoral e a expectativa de retorno material não podem ser analisados isoladamente, mas como práticas que se reorganizam conforme as necessidades do momento, reforçando a centralidade do cotidiano e da experiência na construção das relações políticas locais.

Essa perspectiva conceitual dialoga diretamente com a análise da cultura política de Alagoinha do Piauí desenvolvida por Ana Geórgia Bezerra (2021; 2025), ao evidenciar como as práticas políticas locais são historicamente estruturadas por relações personalizadas, trocas de favores e barganhas entre eleitores e lideranças políticas. Em consonância com a noção de cultura política proposta por Bernstein (1998), a autora demonstra que o voto, no contexto alagoinhense, não se limita a um procedimento formal ou institucional, mas se insere em um conjunto de valores, expectativas e práticas socialmente compartilhadas, nas quais o acesso a recursos públicos e a mediação de demandas cotidianas assumem papel central.

Nessa cultura política específica, o capital simbólico dos candidatos, frequentemente associado à capacidade de “resolver problemas” e facilitar o acesso a bens e serviços, torna-se elemento fundamental na construção das escolhas eleitorais, orientando tanto as *estratégias* dos agentes políticos quanto as *táticas* mobilizadas pelo eleitorado. É nesse quadro relacional que programas governamentais, como o Brasil Alfabetizado, passam a ser apropriados como recursos políticos, integrando o campo das negociações cotidianas e sendo acionados não apenas como políticas públicas educacionais, mas também como instrumentos inseridos em

uma cultura política marcada pela personalização, pela reciprocidade e pela expectativa de retorno, aspectos centrais para a compreensão de seu funcionamento em Alagoinha do Piauí.

Para Marylu Alves de Oliveira (2016, p.23), “a Cultura Política, [...] revela as ações dos homens em um momento da história, levando em consideração seus valores, crenças, memórias específicas e normas, em função de leituras partilhadas no passado, assim como das aspirações alimentadas para o futuro”. A definição proposta por Oliveira (2016) contribui para aprofundar essa discussão ao evidenciar o caráter histórico e relacional da cultura política, entendida como resultado das experiências acumuladas, das memórias coletivas e das expectativas projetadas para o futuro. Ao considerar valores, crenças e normas como elementos centrais para a compreensão da ação política, a autora reforça a ideia de que as práticas políticas não são fruto de escolhas isoladas ou circunstanciais, mas de leituras compartilhadas do passado que orientam comportamentos no presente.

No caso de Alagoinha do Piauí, essa abordagem permite compreender como as formas de negociação política, as trocas de favores e a apropriação de políticas públicas, como o Brasil Alfabetizado, estão ancoradas em uma cultura política historicamente construída, na qual experiências anteriores de acesso mediado ao poder público moldam expectativas e estratégias tanto dos agentes políticos quanto do eleitorado. A cultura política local revela-se como um campo dinâmico, no qual memória, experiência e aspiração se articulam, oferecendo chaves interpretativas fundamentais para a análise das práticas e dos sentidos atribuídos ao programa no contexto estudado.

As relações políticas estabelecidas em Alagoinha do Piauí se estruturam a partir de vínculos que não dependem necessariamente de acordos formais ou de pactos explicitamente verbalizados, mas de expectativas compartilhadas e reconhecidas socialmente. A concessão de benefícios, serviços ou oportunidades vinculadas a políticas públicas passa a atuar como um mecanismo de aproximação entre representantes políticos e eleitores, no qual a reciprocidade se constrói no plano do cotidiano e da experiência prática. Trata-se de uma lógica relacional em que a ação política se ancora menos em contratos institucionais e mais em compromissos tácitos, sustentados por necessidades imediatas e por uma leitura pragmática das possibilidades oferecidas pelo campo político local. Como atesta Bezerra (2021, p. 57),

No caso em estudo, em se tratando dos políticos da cidade piauiense, Alagoinha do Piauí, esses benefícios cedidos provavelmente têm objetivos semelhantes. Gera-se uma espécie de contrato invisível. Os políticos dão aos eleitores aquilo que estão precisando em determinado momento e, como recompensa, são agraciados pelo voto. Isso, muitas vezes ocorre, sem que seja acordado de forma verbal. O compromisso é estabelecido e a melhor forma de retribuir é através do voto.

A concessão de benefícios pode gerar uma espécie de “contrato invisível”, no qual políticos oferecem aquilo de que os eleitores necessitam em determinado momento, sendo, por vezes, retribuídos posteriormente pelo voto. Esse compromisso, muitas vezes, não é acordado de forma verbal, mas se estabelece como um entendimento implícito, socialmente compartilhado, no qual a troca se apresenta como natural e legítima. O voto, nesse sentido, não surge apenas como expressão de preferência política, mas como forma de retribuição por favores concedidos, reforçando uma lógica de dependência e reciprocidade que atravessa as relações entre Estado e população.

Ao ser inserido nesse contexto, o PBA passa a funcionar como mais um elemento mobilizado dentro dessa lógica de trocas, ampliando o repertório de benefícios passíveis de serem negociados. A seleção de alunos, a concessão de bolsas e a manutenção das turmas deixam de obedecer exclusivamente aos critérios técnicos do programa e passam a ser atravessadas por essas relações informais de compromisso político. O que se observa não é apenas o uso indevido de uma política pública, mas sua incorporação a uma cultura política que atua por meio de acordos tácitos, expectativas mútuas e recompensas simbólicas e materiais.

Ao articular as análises de Ana Geórgia Bezerra (2021) com os aportes de Michel de Certeau (1998), é possível compreender a troca de favores e a barganha política não como práticas eleitorais isoladas, mas como modos recorrentes de ação no cotidiano político de Alagoinha do Piauí. Se, nas eleições estudadas por Bezerra, o voto surge como moeda de negociação em busca de benefícios concretos, no Programa Brasil Alfabetizado essa lógica se desloca para o interior de uma política pública. Professores, coordenadores e supostos alunos passam a manejar uma estrutura que não controlam, mobilizando relações pessoais e alianças para assegurar bolsas e vantagens imediatas. Trata-se de práticas que não rompem com a ordem vigente, mas a atravessam, explorando as brechas abertas pelo próprio funcionamento do programa.

À luz de Certeau (1998), essas ações podem ser lidas como *táticas* cotidianas acionadas por sujeitos que não dispõem de um lugar próprio de poder, mas que sabem “jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranhas” (Certeau, 1998, p. 47). Diferentemente das *estratégias*, que partem de posições institucionalizadas e se sustentam em regras, controles e discursos formais, essas práticas de barganha se constroem no tempo curto, na improvisação e na adaptação às circunstâncias.

A troca de favores observada tanto nas disputas eleitorais quanto no Brasil Alfabetizado não deve ser compreendida apenas como corrupção ou desvio moral individual, mas como expressão de uma racionalidade prática que organiza a relação entre população e poder público. Ao evidenciar essas continuidades, sua análise demonstra como políticas sociais, em contextos locais específicos, podem ser apropriadas por repertórios políticos já existentes, nos quais o cálculo cotidiano, a astúcia e a negociação constituem formas legítimas de participação e sobrevivência social.

4.2.2 O protagonismo do eleitorado e a negociação do apoio político

Em determinadas situações, beneficiários do programa não atuavam de forma passiva diante das *estratégias* articuladas pelas lideranças políticas, mas mobilizavam *táticas* para obter possíveis vantagens dentro dos limites impostos pelo próprio sistema. Embora vereadores e agentes políticos tendessem a perceber os moradores como uma massa facilmente manipulável pelo poder público, esses sujeitos também detinham uma forma específica de poder: o voto. É a partir dessa condição que se estruturava uma relação de negociação constante entre o eleitorado de Alagoinha do Piauí e seus representantes políticos, marcada por trocas, expectativas e acordos informais. Observa-se um protagonismo do eleitorado que tensiona a ideia de dominação unilateral, revelando uma dinâmica na qual os moradores se apropriavam das brechas do processo político para alcançar benefícios imediatos.

Em contraste com as lideranças políticas, os demais sujeitos envolvidos no Programa Brasil Alfabetizado, professores, eleitores e supostos alunos, não dispõem de controle sobre a estrutura do programa nem sobre seus mecanismos formais de funcionamento. Suas ações se desenvolvem dentro de um campo previamente organizado por forças externas, o que os obriga a agir a partir da adaptação, da negociação cotidiana e do aproveitamento das oportunidades que surgem em momentos específicos. Para esses sujeitos, participar do programa, aceitar bolsas, ceder o nome para compor turmas ou apoiar determinados candidatos não se configura, necessariamente, como exercício consciente de poder institucional, mas como formas de sobrevivência em um contexto de vulnerabilidade social e econômica. Tal constatação, contudo, não implica a legitimação dessas práticas, mas busca compreender as condições sociais que as tornam possíveis. Sendo assim,

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-

lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho (Certeau, 1998, p. 46-47).

As ações dos eleitores, professores e participantes do programa não devem ser interpretadas como simples submissão ou conivência, mas como possíveis modos de agir dentro de uma estrutura que não lhes pertence. Ao agir no “lugar do outro”, esses sujeitos recorrem ao tempo, às circunstâncias e às brechas do sistema para transformar situações adversas em ocasiões favoráveis. Suas escolhas – ainda que limitadas – revelam uma racionalidade prática, orientada pela urgência do cotidiano e pela necessidade de sobreviver em um campo de forças desigual. As *táticas*, nesse sentido, não subvertem a estrutura, mas a atravessam, evidenciando como o Programa Brasil Alfabetizado foi apropriado de maneiras diversas por sujeitos que, mesmo sem controlar o poder, souberam negociar com ele.

Trata-se de ações que se realizam sempre a partir de fora do lugar de poder, dependentes do tempo, das circunstâncias e das aberturas momentaneamente abertas no interior de uma política pública apropriada politicamente. Os envolvidos não redefinem as regras do Programa Brasil Alfabetizado, tampouco acumulam capital político ou institucional duradouro; ao contrário, agem dentro de limites rígidos, negociando possibilidades imediatas e adaptando-se continuamente às condições impostas pelo campo político-administrativo.

Essas práticas evidenciam uma racionalidade cotidiana marcada pela urgência e pela necessidade. Essa constatação, contudo, não implica a legitimação das irregularidades observadas, que, do ponto de vista legal, configuram práticas ilícitas, mas busca compreender as condições sociais que as tornam possíveis. Ao aceitar bolsas, integrar turmas fictícias ou negociar apoio político em troca de favores, esses sujeitos não acumulam poder no sentido institucional, mas exploram oportunidades passageiras, cientes de que os benefícios conquistados podem se perder a qualquer momento. O agir, portanto, não se orienta por projetos de longo prazo, mas por decisões situadas, tomadas no calor do instante e moldadas pelas contingências do contexto local. Portanto,

O que ela [a *tática*] ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião” (Certeau, 1998, p. 47).

As *táticas* mobilizadas pelos sujeitos envolvidos no Programa Brasil Alfabetizado não se organizam como um discurso coerente ou como uma estratégia consciente de enfrentamento do poder. Elas se manifestam, sobretudo, na prática, na decisão imediata e na habilidade de reconhecer o instante propício para agir. O ganho obtido não se consolida nem se transforma em propriedade; ele se esvai com a mudança das circunstâncias, exigindo novas negociações e rearranjos constantes. Essa lógica reforça o caráter instável e transitório das ações, nas quais cada escolha responde mais ao momento vivido do que a um planejamento articulado.

Desse modo, as *táticas* revelam uma forma de inteligência profundamente enraizada no cotidiano, que age na interseção entre necessidade e oportunidade. Ao combinar elementos heterogêneos – como vínculos políticos, demandas materiais, expectativas eleitorais e limitações institucionais – os sujeitos constroem maneiras de agir que lhes permitem sobreviver em um sistema que lhes é adverso. Longe de indicar passividade ou ingenuidade, essas ações demonstram uma capacidade constante de leitura do contexto e de adaptação às forças externas, evidenciando que, mesmo em posições subalternas, os indivíduos produzem sentidos e decisões que reconfiguram, ainda que momentaneamente, o funcionamento das políticas públicas.

Ao observar essas ações em conjunto – ceder o nome, aceitar a bolsa, montar turmas fictícias, votar esperando retorno – percebe-se um conjunto de práticas cotidianas que dão materialidade ao funcionamento do PBA em Alagoinha do Piauí. Trata-se de *modos de fazer* que se repetem no cotidiano, incorporados às rotinas locais e naturalizados como formas possíveis, e muitas vezes legítimas, de acesso a recursos escassos. Mais do que configurarem desvios pontuais ou exceções, essas práticas estruturam a experiência concreta do programa no município, compondo o tecido ordinário das relações entre população, política e políticas públicas. Nesse sentido,

Essas *táticas* manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição (Certeau, 1998, p. 47).

A partir dessa perspectiva, as *práticas* cotidianas observadas não podem ser reduzidas a comportamentos mecânicos ou a respostas passivas a um sistema imposto. Ao contrário, elas expressam uma forma de inteligência prática, construída no enfrentamento diário das limitações materiais, institucionais e políticas. Ao ceder o nome, aceitar uma bolsa ou integrar uma turma fictícia, os sujeitos mobilizam saberes situados, aprendidos na experiência, que lhes permitem negociar com a ordem dominante sem confrontá-la diretamente. São ações que articulam

sobrevivência, expectativa e cálculo imediato, revelando uma racionalidade própria do cotidiano, tal como pensada por Certeau (1998).

As *práticas* funcionam como o elo visível entre as *estratégias* do poder institucional e as *táticas* dos sujeitos subalternizados. Elas não se apresentam como discursos sistematizados nem como projetos políticos conscientes, mas como gestos reiterados, incorporados ao dia a dia, por meio dos quais os indivíduos tornam habitável uma estrutura que lhes é imposta. Ao enfatizar essas práticas, a análise evidencia que o funcionamento do programa não se explica apenas por decisões institucionais ou desvios administrativos, mas pela trama cotidiana de ações ordinárias que, ao mesmo tempo em que reproduzem a ordem, introduzem nela movimentos, ajustes e rearranjos constantes. É nesse plano do vivido que se revela, com maior nitidez, a complexidade das relações entre poder, política e vida cotidiana no município estudado.

A análise do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, à luz das categorias propostas por Certeau (1998), permite compreender que a corrupção denunciada não se limita a desvios pontuais ou a falhas administrativas. Ela se estrutura em uma rede de *estratégias* políticas, *táticas* de sobrevivência e *práticas* cotidianas que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. O que as reportagens apresentam como escândalo isolado revela, na verdade, um modo de funcionamento socialmente compartilhado, no qual diferentes agentes, situados em posições desiguais de poder, produzem e reproduzem o programa no cotidiano.

Os privilégios não se concentravam exclusivamente nas esferas de atuação dos políticos, pois os eleitores que votassem em determinado candidato e, este, sendo eleito, também passavam a usufruir de regalias e vantagens durante o exercício do mandato. Essa dinâmica é explorada por Bezerra (2021), em sua monografia, ao analisar as relações entre candidatos e eleitores no município de Alagoinha do Piauí. A autora destaca que:

Não somente se faz necessário, votar no candidato que quer ver vitorioso, mas buscar meios para alcançar essa vitória. Porque quando ele diz que “são os benefícios que a política traz”, está se referindo ao fator determinante, manter o seu lado político no Poder Executivo do município, para que continue sendo beneficiado e manter uma relação muito próxima das lideranças [...] (Bezerra, 2021, p. 56).

Observa-se que o acesso a benefícios, como as bolsas oferecidas pelo programa Brasil Alfabetizado, não representava apenas uma política pública de inclusão, mas funcionava, naquele contexto, como uma forma de premiação política. A permanência de um grupo político no poder possibilitava a seus eleitores o acesso a bens e serviços que, em tese, deveriam ser garantidos a toda a população, independentemente de preferências partidárias. Por outro lado,

os que não apoiavam o grupo vencedor eram, muitas vezes, excluídos dessas benesses, enfrentando limitações no acesso a direitos básicos, como atendimento de saúde, abastecimento de água ou melhorias nas estradas, especialmente na zona rural.

Ainda que os eleitores, em muitos casos, não tenham plena consciência da força política que detêm, é por meio do voto que os representantes são escolhidos e legitimados, o que confere ao eleitorado um poder decisório central nas dinâmicas locais. Como destaca Bezerra (2021, p. 46), “afinal é o que o eleitor tem de mais poderoso em relação aos políticos, sem o voto dos populares os candidatos são impossibilitados de assumirem os cargos que almejam no Executivo”. Essa constatação permite compreender que a barganha de favores e benefícios não se estabelece apenas como uma imposição unilateral dos políticos sobre a população, mas como uma relação marcada por interesses cruzados e negociações implícitas. Tanto políticos quanto eleitores acionam *estratégias* e *táticas* que visam garantir vantagens imediatas, ainda que isso contribua para o desvio dos objetivos centrais das políticas públicas, que deixam de ser instrumentos de garantia de direitos para se tornarem moedas de troca no jogo político local.

Essa dinâmica evidencia a consolidação de uma cultura política na qual a troca de favores se torna não apenas recorrente, mas amplamente naturalizada no cotidiano do eleitorado. O período eleitoral deixa de ser compreendido prioritariamente como um espaço de debate programático ou de avaliação de projetos coletivos, passando a ser percebido, por parte da população, como uma oportunidade de obtenção de benefícios individuais ou familiares. Como observa Bezerra (2021, p. 46-47), “o que se revela é uma cultura política que implica em práticas naturalizadas, por boa parte do eleitorado, tendo em vista que a campanha eleitoral é considerada, por alguns, como uma maneira de se beneficiar”. Ao se inserir nesse cenário, políticas públicas como o Programa Brasil Alfabetizado acabam sendo apropriadas segundo essa mesma lógica, reforçando práticas de barganha e reciprocidade que orientam as relações entre eleitores e representantes e contribuem para a reprodução de formas particulares de fazer política em Alagoinha do Piauí.

A análise dos depoimentos coletados em 2022 com participantes do programa, evidencia que, embora os políticos locais controlassem a distribuição de benefícios oriundos de programas sociais como o Brasil Alfabetizado, esse poder não era exercido de maneira unilateral. Os eleitores de Alagoinha do Piauí demonstravam consciência, ainda que parcial, de seu papel nas disputas políticas locais. O voto, nesse cenário, tornava-se uma moeda de troca valiosa, capaz de assegurar benefícios materiais imediatos. Essa dinâmica revela que, apesar das estruturas de dominação historicamente arraigadas no interior do Brasil, há um protagonismo popular ativo na negociação com as lideranças, que desafia a imagem de um eleitorado passivo ou meramente

manipulado. Os moradores locais também agiam de forma *tática*, utilizando seu apoio político como recurso circunstancial para garantir algum tipo de retorno prático.

Essa reciprocidade sugere uma relação mais complexa entre representantes e representados, na qual o eleitorado não apenas reage às ofertas do poder público, mas também age, propõe e impõe condições. Em outras palavras, o protagonismo dos eleitores reside em sua capacidade de influenciar decisões políticas locais, especialmente quando percebem que seu voto tem valor e pode ser capitalizado em benefício próprio. Embora essa lógica comprometa os princípios éticos e legais da administração pública, ela revela uma forma de agência popular que, embora informal e politicamente criticável, evidencia a habilidade dos cidadãos em negociar com o poder instituído.

O voto, nesse caso, passa a ser compreendido como uma ferramenta de negociação, consolidando-se como um elemento central na cultura política de Alagoinha do Piauí, onde práticas de barganha e retribuição tornam-se recorrentes no âmbito das relações entre eleitores e lideranças locais. Como atesta Bezerra (2021, p. 73-74), em sua monografia,

[...] são elaboradas táticas para negociar o voto e receber vantagens em troca do ato de votar. Em alguns casos essas táticas podem ser constituídas de forma inconsciente, já que é naturalizada a prática de barganhar votos, nesse município. Pelo que foi analisado, faz parte da construção da cultura política da cidade, utilizar o voto como forma de obter ganhos individuais. É notório que o voto é o principal elemento que faz o eleitorado ter o protagonismo político. Afinal, os candidatos só serão eleitos se obtiverem os votos dos eleitores.

Em certos contextos municipais, o ato de votar está imerso em uma lógica de barganha que se tornou culturalmente naturalizada. O voto deixa de ser apenas uma expressão de escolha política e passa a funcionar como uma moeda de troca, utilizada por eleitores que, muitas vezes de forma inconsciente, constroem *táticas* para obter benefícios individuais. Essa prática, segundo a autora, integra a cultura política local e revela uma dinâmica em que o protagonismo do eleitorado se manifesta não pela mobilização coletiva ou pela consciência cidadã, mas pela capacidade de negociar diretamente com os candidatos. O voto, embora seja o principal instrumento de poder do eleitor, é ressignificado dentro de um sistema de trocas que reforça relações clientelistas e personalistas no jogo político. Ainda que tais dinâmicas se inscrevam em contextos locais, isso não descaracteriza a natureza ilícita dos atos a elas associados no âmbito do direito eleitoral brasileiro³⁴.

³⁴ A troca de votos por dinheiro, bens materiais, benefícios ou vantagens configura crime eleitoral no ordenamento jurídico brasileiro. O artigo 299 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) estabelece que é ilícito “dar, oferecer,

Percebe-se, nesse contexto, que o poder do eleitorado, embora central no processo democrático, nem sempre é reconhecido como força coletiva. Em contextos marcados por desigualdades estruturais e por uma cultura política já consolidada, o voto tende a ser apropriado como recurso imediato de negociação. Como aponta Bezerra (2021), “o eleitorado tem em mãos, o poder de eleger, ou não, determinados candidatos”, ainda que, muitas vezes, “os eleitores não percebiam o quão são poderosos, mas em alguns casos negociam o seu voto, com o propósito de obterem vantagens, para si” (Bezerra, 2021, p. 74). Nessa dinâmica, a negociação do voto não decorre da ausência de poder por parte do eleitor, mas, paradoxalmente, de uma apropriação específica desse poder.

O que se observa é uma inversão significativa: o voto, enquanto instrumento coletivo capaz de tensionar estruturas políticas mais amplas, é reduzido a um recurso individual, acionado em função de necessidades imediatas. Essa prática contribui para a reprodução de uma cultura política na qual a dimensão pública das políticas é secundarizada, e o acesso a direitos passa a depender da proximidade com determinados grupos ou lideranças. Assim sendo, “[...] é observado um interesse particular, nas disputas eleitorais. Fica nítido a não atribuição de importância às necessidades coletivas. A troca de favores, assim como a compra de votos é uma disposição comum para os habitantes da cidade” (Bezerra, 2021, p.55). A centralidade do interesse individual nas disputas eleitorais revela como a lógica da barganha desloca o sentido da participação política do campo coletivo para o plano das necessidades particulares.

Essa leitura permite compreender que a barganha do voto não surge como uma prática recente ou excepcional, mas como parte de um repertório de ações políticas construído historicamente. Ao longo do período republicano, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e pela fragilidade do acesso a direitos, os setores populares desenvolveram formas próprias de participação política, ajustadas às possibilidades de intervenção no espaço público. A negociação do voto aparece como uma estratégia possível de atuação política, por meio da qual os eleitores buscavam lidar com as limitações impostas pelo sistema político e ampliar suas margens de ação frente às elites locais. Como atesta Oliveira (2016, p. 20),

prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto”, prevendo pena de reclusão de até quatro anos e multa. Além disso, a Lei nº 9.504/1997, em seu art. 41-A, tipifica a chamada captação ilícita de sufrágio, proibindo a concessão de bens ou benefícios em troca de voto, com sanções que incluem multa e cassação de registro ou diploma. Tais dispositivos visam resguardar princípios constitucionais como a liberdade do voto e a legitimidade do processo eleitoral, previstos no art. 14 da Constituição Federal. Nesse sentido, ainda que práticas dessa natureza possam se apresentar como recorrentes em determinados contextos locais e sejam, por vezes, incorporadas ao cotidiano político, sua ocorrência não afasta seu caráter ilícito, devendo ser compreendida à luz das condições sociais, econômicas e políticas que favorecem sua reprodução, sem que isso implique sua legitimação.

[...] táticas foram sendo criadas ao longo dos anos republicanos por parte dos populares, resultando na emergência de outras formas de participação na política piauiense, como, por exemplo, o ato de barganhar voto com um ou vários candidatos, demonstrando que a população também encontrava maneiras de lidar com o espaço que lhe foi reservado.

A barganha eleitoral deve ser compreendida como uma prática historicamente situada, inscrita em uma cultura política marcada por relações desiguais de poder, mas também por iniciativas e agências populares. Ao negociar o voto, os eleitores não apenas respondem às *estratégias* dos agentes políticos, mas acionam *táticas* que lhes permitem intervir no processo eleitoral de acordo com suas necessidades e expectativas. Essa perspectiva contribui para relativizar interpretações que reduzem tais *práticas* a simples desvios morais, possibilitando entendê-las como formas específicas de participação política no interior de uma cultura política construída ao longo do período republicano e continuamente ressignificada no cotidiano das disputas eleitorais.

As relações políticas no período republicano também se estruturaram a partir de vínculos pessoais e afetivos entre candidatos e eleitores. Essas aproximações não se davam apenas por meio de discursos programáticos, mas eram mediadas por laços familiares, relações de dependência, reconhecimento moral e proximidade social, elementos que reforçavam a personalização da política e a construção de lealdades eleitorais. O momento da eleição assumia papel central, funcionando como espaço privilegiado para a ativação dessas relações e para a intensificação das negociações políticas. Nesse sentido,

Essa aproximação superficialmente direta se dava de forma mais específica no momento da eleição, quando os políticos procuravam os eleitores estabelecendo uma conexão por intermédio do apelo afetivo-emocional (o candidato era algum conhecido da família, de algum poderoso da cidade, era o grande latifundiário ou havia um apelo moral para aquela candidatura), o que, de forma geral, ressaltava o vínculo pessoal do candidato com o eleitor. Para além desse aspecto afetivo-emocional, havia a questão material, que se configurava na doação de dinheiro ou bem material durante a cooptação do voto (Oliveira, 2016, p. 20).

As disputas eleitorais, especialmente em contextos locais, são atravessadas por uma combinação de elementos simbólicos e materiais, nos quais o apelo afetivo-emocional e a oferta de benefícios se articulam na construção do apoio político. Ao ressaltar a importância do vínculo pessoal entre candidato e eleitor, a autora demonstra como a política se inscreve no cotidiano das relações sociais, sendo mediada por hierarquias, dependências e expectativas de reciprocidade. Essa lógica contribui para compreender a persistência de práticas de cooptação

do voto, que não se restringem à esfera material, mas envolvem também reconhecimento, pertencimento e moralidade.

Essa interpretação dialoga com a análise de Ana Geórgia Bezerra (2021; 2025) sobre a cultura política de Alagoinha do Piauí, ao demonstrar que as trocas eleitorais no município se estruturavam na oferta de bens, na mediação de demandas infraestruturais e no acesso a recursos públicos. O apoio político era negociado a partir da expectativa de benefícios, reforçando relações personalizadas entre eleitores e lideranças locais. Nesse mesmo campo de práticas insere-se a concessão de bolsas do Programa Brasil Alfabetizado, que passou a integrar estratégias de barganha eleitoral. A distribuição dessas bolsas reproduziu dinâmicas já consolidadas, nas quais recursos estatais são apropriados como instrumentos de negociação política.

Políticas públicas como o Programa Brasil Alfabetizado deixam de ser percebidas como direitos assegurados pelo Estado e passam a integrar o repertório de recursos negociáveis no interior das relações políticas locais. A adesão ao programa, o apoio eleitoral e a expectativa de contrapartidas materiais se articulam em um circuito marcado pela personalização das relações e pela dependência de favores. Ao privilegiar o benefício individual em detrimento do interesse coletivo, essas práticas contribuem para a reprodução de desigualdades e para o esvaziamento do sentido público das políticas sociais, reforçando uma cultura política na qual a cidadania é exercida de forma fragmentada e condicionada.

Sob a perspectiva de Michel de Certeau (1998), tais condutas podem ser interpretadas como *táticas* acionadas por sujeitos que não detêm o controle das estruturas institucionais, mas que fazem usos oportunos delas. O eleitor, ao negociar seu voto, não domina o campo político, porém se move dentro dele, aproveitando as brechas oferecidas pelas disputas eleitorais para responder às suas necessidades imediatas. O cotidiano da política local revela-se como um espaço de invenção prática, no qual o voto se transforma em instrumento de sobrevivência e negociação, ainda que, paradoxalmente, contribua para a reprodução das mesmas relações de poder que limitam a efetivação das políticas públicas enquanto direitos.

Observa-se uma relação de interdependência entre eleitores e candidatos, em que o apoio político é condicionado por promessas de favorecimento, como a concessão de bolsas em programas sociais e outros privilégios. Essa lógica reforça um ciclo em que o voto não é exercido como um instrumento de escolha programática ou ideológica, mas como uma estratégia de sobrevivência e acesso a recursos, revelando as fragilidades das instituições públicas locais e a necessidade de políticas públicas que promovam maior autonomia cidadã.

As disputas eleitorais em Alagoinha do Piauí revelam-se como espaços de constante negociação, nos quais interesses políticos e demandas cotidianas se entrecruzam. As campanhas não se limitam a discursos programáticos ou propostas, mas se materializam em práticas que envolvem promessas, articulações e a oferta de benefícios percebidos como imediatos pela população. O processo eleitoral pode ser compreendido como uma dinâmica relacional, marcada por trocas simbólicas e materiais, em que candidatos e eleitores reconhecem mutuamente as possibilidades de ganhos envolvidos nessa interação. Bezerra (2025, p. 73-74), salienta que

As estratégias dos candidatos começam a se delinear, evidenciadas por eventos de propaganda, articulações políticas, alianças, barganhas e pela percepção mútua de vantagens potenciais entre os grupos em disputa. Paralelamente, o eleitorado também se movimenta, buscando, por meio dessas relações, acessar benefícios diretos ou indiretos.

A compreensão das dinâmicas políticas locais observadas em Alagoinha do Piauí, ao evidenciar que as estratégias eleitorais não se constroem de forma unilateral, a autora demonstra que tanto candidatos quanto eleitores participam ativamente desse processo, mobilizando alianças, negociações e expectativas de retorno. A autora reforça a ideia de que o espaço eleitoral é constituído por interações contínuas, nas quais interesses individuais e coletivos se articulam.

A realidade local analisada nesta pesquisa dialoga diretamente com a perspectiva proposta por Bezerra (2025), ao revelar um eleitorado que não ocupa uma posição passiva diante das disputas políticas. Os moradores de Alagoinha do Piauí avaliam, negociam e constroem suas escolhas a partir das oportunidades oferecidas pelos candidatos, especialmente no que diz respeito ao acesso a programas e benefícios governamentais. Essa dinâmica reconfigura as interpretações sobre clientelismo, permitindo compreender o voto como resultado de um processo relacional, estratégico e situado historicamente.

Essa lógica de negociação cotidiana e de apropriação estratégica das políticas públicas ajuda a compreender, de maneira mais profunda, o modo como as reportagens televisivas analisadas constroem a narrativa sobre o analfabetismo em Alagoinha do Piauí. Ao apresentar o município como espaço marcado pela precariedade e pela dependência do poder público, as matérias da Rede *Record* (2014) e da Rede Globo (2015) tendem a invisibilizar as *táticas* desenvolvidas pelos próprios moradores para acessar direitos e benefícios, como o Brasil Alfabetizado. As reportagens enfatizam a carência estrutural e os supostos desvios, mas pouco exploram as relações locais que atravessam a implementação do programa, nas quais o acesso

às vagas pode ser mediado por barganhas políticas semelhantes às observadas em áreas como saúde, infraestrutura e assistência social.

Ao dialogar com Certeau (1998), é possível interpretar que os sujeitos retratados nas matérias não são meros receptores passivos de políticas públicas ou vítimas de um sistema clientelista, mas agentes que atuam *taticamente* dentro das limitações impostas pelo campo político local. Ressalta-se, contudo, que tais práticas podem configurar crime eleitoral, não implicando, portanto, qualquer forma de legitimação ou naturalização dessas condutas. A inclusão no Programa Brasil Alfabetizado, insere-se em um conjunto de práticas cotidianas nas quais o voto e o apoio político são acionados como recursos de negociação. Essa complexidade relacional é frequentemente simplificada pelo discurso midiático, que privilegia uma narrativa moralizante e sensacionalista, contribuindo para a estigmatização do município e de seus habitantes, ao invés de problematizar as condições estruturais e as dinâmicas políticas que moldam o acesso às políticas educacionais.

A leitura do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí à luz das contribuições de Certeau (1998) permite compreender que seu funcionamento não se estrutura apenas por normas oficiais ou desvios pontuais, mas por uma complexa rede de relações cotidianas entre *estratégias*, *táticas* e *práticas*. As *estratégias*, atuam a partir de posições institucionalizadas de poder, possibilitam o controle dos recursos, das listas e das bolsas, organizando o campo de ação e delimitando quem pode ou não acessar os benefícios do programa. As *táticas*, por sua vez, emergem das ações daqueles que não detêm esse lugar próprio, mas que, inseridos em um sistema que lhes é imposto, exploram brechas, ocasiões e instantes favoráveis para garantir sobrevivência, renda ou pequenas vantagens. Já as *práticas* cotidianas materializam essa relação no plano do vivido, revelando modos de fazer incorporados às rotinas locais, por meio dos quais a política pública é apropriada, ressignificada e, ao mesmo tempo, reproduzida.

A corrupção aqui analisada não se configura apenas como um problema administrativo ou moral, mas como expressão de uma dinâmica social em que o poder institucional e as astúcias do cotidiano se entrecruzam. Desse entrelaçamento resulta um funcionamento do programa marcado por negociações, acomodações e pelo uso estratégico e tático da política pública. O Brasil Alfabetizado insere-se, assim, nesse jogo relacional como recurso estratégico para os agentes políticos e, simultaneamente, como objeto de táticas mobilizadas pela população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa evidencia que o caso de Alagoinha do Piauí, como foi apresentado pelo *Repórter Record Investigação*, da Rede *Record*, não pode ser reduzido a um escândalo midiático ou a um episódio isolado de irregularidade administrativa. A reportagem produziu mais do que uma denúncia: construiu sentidos, enquadrando sujeitos e territorializou o analfabetismo ao inscrevê-lo em uma paisagem marcada por signos historicamente associados ao Nordeste. Ao mobilizar imagens da seca, do sertão, da caatinga, do mandacaru e da figura do vaqueiro, a narrativa acionou uma gramática já sedimentada no imaginário nacional, situando o município em um cenário de carência e sofrimento amplamente reconhecido. Por meio de recursos verbo-visuais de forte apelo sensacionalista, a reportagem não apenas informou sobre índices de analfabetismo e irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado, mas contribuiu para a atualização e consolidação de estereótipos historicamente atribuídos ao Nordeste, reforçando representações de atraso e dependência.

Verificou-se que tais escolhas não atuaram de maneira neutra. A dramatização da paisagem, a narração e os enquadramentos que intensificam o efeito emocional revelam a presença de estratégias sensacionalistas que estetizam o sofrimento social. A seca e a precariedade são apresentadas como marcas quase naturais do território, diluindo as especificidades históricas e estruturais do município e reforçando uma representação homogênea do “sertão castigado”. A reportagem não apenas informa, mas conforma percepções, atualizando estereótipos e contribuindo para a manutenção de hierarquias simbólicas no interior do próprio país.

Diante do percurso desenvolvido ao longo do trabalho, foi possível compreender de forma mais ampla o funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado no município de Alagoinha do Piauí. A partir do cruzamento de diferentes fontes, constatou-se que as denúncias veiculadas pelas emissoras de televisão encontraram respaldo empírico, uma vez que foram identificadas fraudes e irregularidades na implementação do programa. Os depoimentos coletados indicam que parte dos beneficiários não frequentava as aulas, cedia seus nomes mesmo já sendo alfabetizada e reconhecia a inexistência de fiscalização efetiva capaz de acompanhar a execução das atividades. Evidenciou-se que, em diversos casos, o programa atuava apenas no plano formal, sendo instrumentalizado por lideranças políticas como mecanismo de distribuição de bolsas e de favorecimento de determinados sujeitos. A fragilidade dos dispositivos de controle e monitoramento permitiu que o PBA funcionasse de modo arbitrário, sustentado por práticas que revelam não apenas falhas administrativas, mas também

sua inserção em dinâmicas políticas marcadas por negociações, interesses e irregularidades estruturais.

No presente estudo, evidenciou que os diferentes sujeitos envolvidos no Programa Brasil Alfabetizado atuavam por meio de *estratégias*, *táticas* e *práticas* inscritas em uma dinâmica relacional complexa. As *estratégias* dos agentes políticos atuavam a partir de posições institucionalizadas de poder, organizando o uso do espaço, dos recursos e das políticas públicas de modo a produzir dependência e fidelização eleitoral. Paralelamente, os eleitores mobilizavam *táticas* ao se apropriarem dessas mesmas políticas, negociando apoio político em troca de benefícios imediatos. Essas *estratégias* e *táticas* se materializavam em *práticas* cotidianas – como a formação de turmas fictícias, o preenchimento de listas de frequência e a distribuição direcionada de bolsas – que davam forma a esse jogo de interesses e acomodações.

O Brasil Alfabetizado inseriu-se, assim, nesse jogo como recurso *estratégico* para lideranças locais, como campo de *táticas* por parte da população e como espaço de *práticas* reiteradas que normalizaram tais dinâmicas no cotidiano municipal. Ao reduzir essa trama relacional a uma narrativa de escândalo, atraso ou mera fraude administrativa, a reportagem da Rede *Record*, por exemplo, reforçara estigmas historicamente associados ao município e obscureceram as dinâmicas políticas que estruturam o acesso às políticas educacionais em Alagoinha do Piauí. Torna-se, portanto, fundamental compreender o analfabetismo não como fenômeno isolado ou atributo cultural, mas como parte de um campo de disputas simbólicas, materiais e políticas que atravessam o cotidiano e as instituições.

Para a elaboração deste trabalho, buscou-se construir uma contextualização histórica do período em que as reportagens foram exibidas em rede nacional, situando as transmissões veiculadas pela Rede *Record*, em 2014, e pela Rede Globo, em 2015, em um contexto político mais amplo, marcado por intensas transformações na cena pública brasileira. As *Jornadas de Junho* de 2013 inauguraram um novo ciclo de mobilização social, inicialmente plural e difuso, mas que, ao longo dos anos seguintes, foi progressivamente reconfigurado. As ruas, historicamente ocupadas por movimentos associados à esquerda e a pautas sociais específicas, passaram a ser também palco de manifestações caracterizadas pela presença crescente de grupos conservadores e pela ampla utilização de símbolos nacionais, como o verde e amarelo, frequentemente associados à crítica ao governo federal.

Consolidou-se um discurso fortemente orientado pelo antipetismo, que ganhou centralidade na cobertura midiática e nas mobilizações de rua. A ascensão de uma nova direita, articulada a partir de redes sociais, movimentos organizados e segmentos da classe média urbana, redefiniu o sentido das manifestações públicas e produziu um ambiente de crescente

polarização política. A crítica à corrupção, embora legítima enquanto pauta democrática, passou a ser frequentemente direcionada de maneira seletiva, contribuindo para a construção de narrativas que vinculavam determinados partidos e governos a um suposto projeto sistemático de desvio e aparelhamento do Estado.

É nesse contexto que se inscrevem as reportagens sobre Alagoinha do Piauí. Ao abordar o analfabetismo e as denúncias de irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado, as emissoras não apenas investigaram uma realidade local, mas também a enquadraram dentro de um cenário nacional marcado por suspeitas, denúncias e descrédito em relação às políticas implementadas durante os governos petistas. A ênfase em recursos sensacionalistas, na exposição de fragilidades administrativas e na associação entre analfabetismo e corrupção pode ser compreendida como parte de um ambiente discursivo mais amplo, no qual a mídia desempenhou papel central na amplificação de narrativas que reforçavam a ideia de falência moral e política do governo federal.

Ao trazer a análise para o contexto local de Alagoinha do Piauí, compreendemos os impactos produzidos antes e após a exposição midiática do município em rede nacional. A reportagem sobre o Programa Brasil Alfabetizado pode ser interpretada não apenas como denúncia de supostas irregularidades, mas também como parte das disputas políticas internas que atravessavam o município naquele momento. Considerando a posterior formação de uma nova chapa e o rearranjo das forças partidárias, é plausível supor que a denúncia tenha sido mobilizada por atores inseridos na própria dinâmica da gestão ou por grupos interessados em provocar desgaste político e redefinir posições no cenário municipal.

A visibilidade alcançada pelo município, ao destacar tanto os índices de analfabetismo quanto as denúncias relativas ao programa, produziu efeitos nas dinâmicas partidárias locais entre 2014 e 2016. A exposição midiática contribuiu para o acirramento das disputas, a reorganização de alianças e a redefinição de estratégias eleitorais. Compreender esse processo implica reconhecer que a política local foi atravessada por discursos nacionais de crise e corrupção, revelando como diferentes escalas – municipal e nacional – se entrelaçaram na reconfiguração do cenário político de Alagoinha do Piauí.

Ao articular análise discursiva, investigação empírica e contextualização histórica, esta pesquisa amplia o debate sobre as políticas públicas de enfrentamento ao analfabetismo no Brasil, demonstrando que sua implementação e representação não podem ser dissociadas das disputas simbólicas e políticas que as atravessam. O caso de Alagoinha do Piauí evidencia que o analfabetismo não constitui mero dado estatístico nem atributo cultural de determinadas regiões, mas um fenômeno historicamente produzido, administrado e, em diferentes contextos,

instrumentalizado em escalas local, midiática e nacional. Ao integrar mídia, cultura política e práticas cotidianas na análise do Programa Brasil Alfabetizado, o estudo contribui para uma compreensão mais complexa das políticas educacionais, destacando seus usos, apropriações, limites e distorções no interior de dinâmicas marcadas por relações de poder, negociação e dependência.

No campo acadêmico, a investigação reafirma a importância de examinar as políticas públicas não apenas em sua dimensão normativa, mas também em seus circuitos simbólicos de circulação e legitimação, contribuindo para a ampliação da produção historiográfica voltada à análise da mídia e de suas representações, especialmente em espaços historicamente estigmatizados, como o sertão nordestino. Ao articular fontes orais, documentais e imagéticas, possibilita novas interpretações sobre os modos de construção dos discursos midiáticos e seus impactos nas comunidades locais.

No âmbito específico da História da Educação, o trabalho oferece subsídios relevantes para a compreensão do funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, evidenciando tanto suas potencialidades quanto os limites e irregularidades que marcaram sua execução, contribuindo, assim, para o aprofundamento dos debates sobre políticas de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

No plano social, a pesquisa confere visibilidade às vozes e experiências dos sujeitos envolvidos no programa, reconhecendo seus saberes e resgatando memórias frequentemente invisibilizadas por discursos oficiais e midiáticos. Ao evidenciar essas narrativas, valoriza os participantes como agentes históricos e reforça a compreensão da alfabetização como direito fundamental e instrumento de cidadania.

Mais do que analisar reportagens ou um programa governamental, este trabalho buscou interrogar os modos pelos quais o Brasil constrói seus próprios “outros” internos, evidenciando que o enfrentamento do analfabetismo exige não apenas a formulação de políticas eficazes, mas também a problematização e a desnaturalização das narrativas que historicamente o associam ao atraso e à identidade de determinadas regiões. Espera-se, por fim, que os resultados aqui apresentados possam contribuir para reflexões mais amplas sobre práticas sociais e educacionais comprometidas com a inclusão, a justiça social e o respeito à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 25, p. 21-35, 2019.
- ALONSO, Angela. **Treze: A política de rua de Lula a Dilma**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALVES, Eduardo Vinnícius de Sales. **“De volta pro meu aconchego”**: uma imagem do nordeste construída pela televisão. Monografia (Graduação em Comunicação Social. Habilitação em Jornalismo) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, departamento de Comunicação Social, Mossoró-RN, 2014.
- AMARAL, Marcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p. 1-13, jul./dez. 2005.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra Sertão: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica). **Ciência Geográfica**, v. 15, p. 84-87, 2011.
- ARRAIS, Vitor Gabriel Bezerra. **DAS JORNADAS DE JUNHO AO GOLPE INSTITUCIONAL**: uma análise do movimento estudantil pelas mídias sociais (2013-2016). 2025. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2025.
- BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Campus, 2002.
- BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- BARROS, José D’Assunção. **História Digital**: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo / José D’Assunção Barros (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- BATISTA, Fabiano Eloy Atílio. **Preconceito contra nordestinos em seus processos migratórios na mídia brasileira**. 2023. 166 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: **Para uma história cultural**. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BEZERRA, Ana Geórgia. **O cenário político de Alagoinha do Piauí**: da eleição municipal à cassação do prefeito eleito (2008-2012). 2025. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2025.

BEZERRA, Ana Geórgia. **Política e relações de poder**: Práticas sociais durante as eleições municipais de Alagoinha do Piauí – PI, em 2008-2011. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Picos, 2021.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert (eds). **Para Entender a Nova Direita Brasileira**: Polarização, populismo e antipetismo. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

BORGES, J. L. **Funes, o memorioso**. In: Ficções. 7 ed. São Paulo: Editora, 1997.

BRASIL, **Reexaminado pelo Parecer CNE/CEB 3/2008**, de 12/09/2007. Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14344-pceb023-07&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12960.htm>. Acesso em 23 fev. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CATROGA, Fernando. A representificação do ausente. In: _____. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra, Almedina, 2009, p.33-54.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, marco Antonio. Democracia e escândalos políticos. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, São Paulo, v. 15, n. 04, p. 62-75, 2001.

DE OLIVEIRA VIEIRA, Aiane. Crise política e impeachment: Uma análise dos efeitos da cobertura midiática na deposição de Dilma Rousseff. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 4-26, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/4078>. Acesso em: 1 mar. 2026.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História e Memória: Metodologia da História Oral. In: _____. **História oral - memória, tempo, identidades**. 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 15-31.

FARIAS, Camila Gabrielle Oliveira de. **A pauta da seca na Tv Sergipe**: uma análise da cobertura jornalística à luz do jornalismo de soluções. 2022. 200 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.

FLORES, Natália Martins; DA SILVEIRA, Ada Cristina Machado. A formulação discursiva no jornalismo científico: construção da visada da captação em um diário popular. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 147–164, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/12967>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FNDE. **Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília. p. 01-22.

GÓES, José Cristian. **Jornalismo e sensacionalismo**: Enquadramento, criminalização da pobreza e implicações éticas no *Jornal Cinform*. Dissertação (Mestre em Comunicação) – Programa de pós-graduação em comunicação (PPGCOM), Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão/SE, p. 229, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998, 158 p.

GOMES, Albiane Oliveira. **Programa Brasil Alfabetizado**: avaliação do processo de implementação desenvolvido pelo município de São Luís - MA. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

GOMES, Marcelo Bolshaw; MARTINS, João Pedro Ramalho. O sertão nordestino na ficção audiovisual brasileira: uma revisão integrativa sobre seus lugares, personagens e temas. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 10, n. 23, p. 22-25, 2022. DOI: 10.22484/2318-5694.2022v10id4992. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4992>. Acesso em: 28 fev. 2026.

GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. **A Volta da Asa Branca**. Brasília: Victor, 1997. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/664045/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. **Asa Branca**. Brasília: Victor, 1997. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47081/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

GOUVEIA, Hialley. Audiências consolidadas de segunda-feira. **Bastidores da TV**, São Paulo, 11 nov. 2014. Disponível em: https://www.bastidoresdatv.com.br/audiencia/audiencias-consolidadas-de-segunda-feira-10-de-novembro?utm_. Acesso em: 02 jan. 2026.

IBGE. Alagoinha do Piauí: Economia. Cidades IBGE, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama>. Acesso em: 07 jan. 2026.

IBGE. Alagoinha do Piauí: Panorama. Cidades IBGE, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama>. Acesso em: 16 nov. 2025.

IBGE. Alagoinha do Piauí: Território. Cidades IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama>. Acesso em: 20 jan. 2026.

IBGE. População de Alagoinha do Piauí. Cidades IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama>. Acesso em: 14 jan. 2026.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2009. Cidades IBGE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/pesquisa/15/11863?ano=2009>. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2010. Cidades IBGE, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/pesquisa/15/11863?ano=2010>. Acesso em: 15 jan. 2026.

JOÃO. [Entrevista concedida a] José Clecionarton Teixeira. Alagoinha do Piauí. 01 jul. 2022. 1 arquivo áudio, 15 min.

JOLY, José Victor. **As novas direitas e o Movimento Brasil Livre (MBL):** A versão do impeachment de Dilma Rousseff a partir do filme de propaganda política “Não vai ter golpe! O nascimento de uma sociedade livre”. 2023. 102 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

JOSEFA. [Entrevista concedida a] José Clecionarton Teixeira. Alagoinha do Piauí. 03 jul. 2022. 1 arquivo áudio, 13 min.

JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu Pereira. As cidades do telejornalismo: algumas considerações. **E-Compós**, [S. l.], v. 10, 2007. DOI: 10.30962/ec.201. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/201>. Acesso em: 14 jan. 2026.

LUGÃO, Ana Luiza. **Jornalismo sensacionalista:** o programa Brasil urgente em cena. Monografia em Comunicação Social – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Brasília – DF, p.31. 2010.

MARIA. [Entrevista concedida a] José Clecionarton Teixeira. Alagoinha do Piauí. 02 jul. 2022. 1 arquivo áudio, 11 min.

MELO, F. D.; ROCHA, T. B. T. da. “O sertão é uma palavra que designa sempre o outro”: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 13, n. 24, p. 308–327, 2021. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/423>. Acesso em: 15 mai. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu:** Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). 2016. 532 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós Graduação em História, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Natalia Pires. **Movimento Estudantil Liberal:** de junho de 2013 ao impeachment de Dilma Rousseff. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Londrina, 2020.

OLIVEIRA, Vanessa Silva; ARAÚJO, Robéria Nádia Nascimento. Concepções e estigmas regionais do Nordeste no programa “Globo Rural. In: **XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 34., 2011, Recife. Anais [...]. Recife: Unicap, 2011, p. 1-15.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. Imagens do Nordeste Brasileiro na Idade Mídia: Elementos para uma antropológica da ficção audiovisual brasileira. **BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-18, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A entrevista de história oral e suas representações literárias. In:____. **Ensaio de história oral**. Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 209-230.

PROFISSÃO REPÓRTER. Brasil tem 13 milhões de analfabetos. [21/07/2015]. **G1**. [Portal de notícias da Rede Globo], [S. l.]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/07/brasil-tem-13-milhoes-de-analfabetos.html>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

QUEIROZ, E. de A.; ORNELLAS FARIAS, L. S.; GARRIDO, E. N. Representações sociais do vaqueiro sertanejo contadas por suas narrativas de vida. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 4, n. 12, p. 1141-1154, 2019. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n12.p1141-1154. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/rbpab/article/view/7532>. Acesso em: 6 mai. 2025.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. [10/11/2014]. **R7**. [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 10 dezembro 2024.

RODRIGUES, Maria Julia Dias. **Memória em movimento**: repertórios de ação e experiências do tempo no movimento estudantil do “fora Collor” às “jornadas de junho” (1992-2013). 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense – Curso de Pós Graduação Stricto Sensu em História Social, Niterói, 2022.

ROMÁRIO, Mendes. Alagoinha do Piauí vai para a primeira eleição única em 26 anos. **Riachaonet**, Picos, 04 jun. 2012. Disponível em: <https://www.riachaonet.com.br/portal/alagoinha-do-piaui-vai-para-a-primeira-eleicao-unica-em-26-anos/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ROMÁRIO, Mendes. Convenção oficializa aliança entre situação e oposição em Alagoinha do Piauí. **Riachaonet**, Picos, 11 jun. 2012. Disponível em: <https://www.riachaonet.com.br/portal/convencao-oficializa-alianca-entre-situacao-e-oposicao-em-alagoinha-do-piaui/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. In:____. **O passado, a memória e o esquecimento**: seis ensaios de história das ideias. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 715-38.

SANTOS, Ana Cely Duarte Barbosa dos. **O Programa Brasil Alfabetizado e os desafios da formação docente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2014.

SANTOS, Rafaela. Confira as principais audiências de segunda-feira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jan. 2014. Disponível em: https://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/audiencia/noticia/2014/05/confira-principais-audiencias-de-segunda-feira19520143.html?utm_. Acesso em: 02 jan. 2026.

SILVA, Kátia de Araújo. **COMBATER A OCIOSIDADE COM O TRABALHO**: ações governamentais de combate a seca no norte do Piauí (1877-1879). 2025. Dissertação (Mestrado

em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Teresina, 2025.

SOUSA, Iago. LAGOINHA | Pesquisadores lançarão livro “apontamentos para a genealogia da família Brito” no dia (20). Veja!. **Cidadesnanet**, Alagoinha do Piauí, 01 jun. 2019. Disponível em: <https://cidadesnanet.com/news/geral/alagoinha-pesquisadores-lancarao-livro-apontamentos-para-a-genealogia-da-familia-brito-no-dia-20-veja/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

SOUSA, Willians. ALAGOINHA | Em evento prestigiado por familiares e amigos, escritora da Alvar lança terceiro livro; fotos. **Cidadesnanet**, Alegrete do Piauí, 04 jul. 2022. Disponível em: <https://cidadesnanet.com/news/geral/alagoinha-em-evento-prestigiado-por-familiares-e-amigos-escritora-da-alvar-lanca-terceiro-livro-fotos/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

SOUSA, Willians. ALAGOINHA | Escritora Assunção da Rocha lança o livro “Areia Branca: ontem e hoje”. **Cidadesnanet**, Alagoinha do Piauí, 06 mar. 2019. Disponível em: <https://cidadesnanet.com/news/municipios/alagoinha%e2%94%82escritora-assuncao-da-rocha-lanca-o-livro-areia-branca-ontem-e-hoje/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

VIEIRA, Natã Silva. Cultura de vaqueiro: O sertão e a música dos vaqueiros nordestinos. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador – Bahia – Brasil, 2007.

VIZEU, Alfredo, CORREIA, João Carlos. **A construção do real no telejornalismo**: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo. A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

WEIDE, Sheron. Ao lado de familiares e amigos, escritora Fidélia Rocha lança livro “A magia do 7” em Alagoinha. **Cidadesnanet**, Alegrete do Piauí, 04 jul. 2022. Disponível em: <https://cidadesnanet.com/news/piaui/alagoinhadopiaui/ao-lado-de-familiares-e-amigos-escritora-fidelia-rocha-lanca-livro-a-magia-do-7-em-alagoinha/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

ANEXO A – Comprovante de envio e aprovação do projeto ao CEP/UFPI³⁵



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ¿EM TERRA DE MUITOS ANALFABETOS, QUEM SABE LER TEM MOTIVO PARA SORRIR¿: construções discursivas em torno do analfabetismo em Alagoinha do Piauí (2013 ¿ 2016)
Pesquisador: JOSE CLECIONARTON TEIXEIRA
Versão: 2
CAAE: 93108925.5.0000.5214
Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 134927/2025
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto ¿EM TERRA DE MUITOS ANALFABETOS, QUEM SABE LER TEM MOTIVO PARA SORRIR¿: construções discursivas em torno do analfabetismo em Alagoinha do Piauí (2013 ¿ 2016) que tem como pesquisador responsável JOSE CLECIONARTON TEIXEIRA, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portela - UFPI em 22/10/2025 às 14:46.

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

– DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ¿EM TERRA DE MUITOS ANALFABETOS, QUEM SABE LER TEM MOTIVO PARA SORRIR¿: construções discursivas em torno do analfabetismo em Alagoinha do Piauí (2013 ¿ 2016)
Pesquisador Responsável: JOSE CLECIONARTON TEIXEIRA
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 93108925.5.0000.5214
Submetido em: 10/12/2025
Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2667240

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI -Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)3215-5510 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br

³⁵ À época da submissão do projeto, o trabalho ainda apresentava o título: “EM TERRA DE MUITOS ANALFABETOS, QUEM SABE LER TEM MOTIVO PARA SORRIR”: construções discursivas em torno do analfabetismo de Alagoinha do Piauí (2013–2016). Entretanto, acolhendo a sugestão da banca examinadora durante a banca de qualificação, optamos pela reformulação do título, que passou a ser: **QUANDO O ANALFABETISMO VIRA NOTÍCIA:** denúncia e representações midiáticas em Alagoinha do Piauí (2013-2016).